







OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório, formado por professores e alunos da USCS, bem como por parceiros convidados, tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

Expediente - 8ª Carta de Conjuntura

Reitor: Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Romeiro

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro: Prof. Ms. Paulo Sérgio Lopes Ruiz

Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ do Observatório: Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Geral do Observatório:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Adjunta do Observatório:

Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia

Prof. Me. José Carlos Garé

Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Prof. Dr. Enio Moro Júnior

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira

Prof. Dr. Lúcio Flávio da Silva Freitas

Prof. Dr. Milton Carlos Farina

Prof. Dr. Roberto Vital Anau

Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Prof. Me. Daniel Giatti de Sousa

Prof^a. Me. Alessandra Santos Rosa

Prof. Me. Daniel Vaz

Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena

Prof. Me. José Carlos Garé

Prof. Me. Luiz Felipe Xavier

Prof. Me. Marta Ângela Marcondes

Prof^a. Me. Rosana Marçon da Costa Andrade

Prof. Me. Vinícius Silva

Prof. Me. Volney Aparecido de Gouveia

Equipe de Estudantes do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Doutorando (USCS) Álvaro Francisco Fernandes Neto

Doutorando (USCS) André Ximenes de Melo

Doutorando (USCS) Antônio Aparecido de Carvalho

Doutorando (USCS) Francisco Rozsa Funcia

Mestranda (UFABC e USJT) Gisele Yamauchi

Mestrando (USP) Gustavo Kaique Araújo Monea

Doutoranda (USCS) Maria do Socorro Souza

Doutorando (USCS) Ricardo Makoto Kawai

Doutorando (USCS) Rubens Topal de C. Bastos

Mestranda (USCS) Sandra Collado

Mestranda (USP) Stefanie Sussai

Convidados desta edição:

Doutorando (UFRRJ) Adhemar S. Mineiro

Mestranda (USP) e Socióloga do DIEESE Adriana Marcolino

Especialista (Harper College) em Administração e Marketing e Partner da empresa Ideate Andréa Lacerda

Prof. Convidado (USCS) e Presidente do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo Aristogiton Moura

Bióloga (UniABC) Fernanda Amate Lopes
Especialista (UCLA - University of California) em Administração e RH e Partner da empresa Ideate Fernanda Avanzi
Pós-Graduada (Universidade Veiga de Almeida) Flávia Pereira dos Santos
Doutorando (UNICAMP) e Economista do DIEESE Leandro Horie
Mestrando (USCS) Leonardo Birche de Carvalho
Pós-Graduada (USP) e Advogada Maria da Consolação Vegi da Conceição
Especialista em Gestão Ambiental Paula Simone da Costa Larizzatti
Doutorando (UFRJ) Robson da Silva Moreno
Mestranda (UFABC) Scarlett Rodrigues da Cunha
Profª Me (Universidade do Estado de Mato Grosso - UNIMAT) Sonia A. Beato Ximenes de Melo
Graduada (Escola DIEESE) em Ciências do Trabalho Vânia Viana
Profª Me. (Universidade Metodista de São Paulo) Viviane Pereira Alves

Apoio na organização dos textos:

Mestranda Gisele Yamauchi

Comunicação:

Prof. Me. Luciano Cruz

Assessoria de Imprensa:

Ana Paula Lazari Ferreira

Revisão de textos:

Ana Paula Lazari Ferreira
Gisele Yamauchi
Jefferson José da Conceição

Carta online:

Alan de Almeida Matias
Ana Paula Lazari Ferreira
Renata Ezellner Miquilim

Social Media:

Giovanna Quintino Rodrigues Viana

Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Visite nosso site: www.uscs.edu.br/sites/conjuscs

SUMÁRIO

1. OS NÚMEROS RECENTES DO PIB E A CONTINUIDADE DA POLÍTICA CONTRACIONISTA NO BRASIL.....	08
<i>Adhemar S. Mineiro</i>	
2. CONJUNTURA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO: UMA TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO POR MEIO DO ÍNDICE DE CONDIÇÃO DO TRABALHO (ICT-DIEESE)	14
<i>Leandro Horie</i> <i>Adriana Marcolino</i>	
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA E NOVO PERFIL DE EMPRESAS E CONSELHEIROS	22
<i>Eduardo de Camargo Oliva</i> <i>José Turíbio de Oliveira</i>	
4. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DO GRANDE ABC À LUZ DO PIB E DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA	25
<i>Roberto Vital Anau</i>	
5. OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS GERADOS NAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO	32
<i>Flavia Pereira dos Santos</i>	
6. INDICADORES CRIMINAIS DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA.....	37
<i>David Pimentel Barbosa de Siena</i>	
7. HORIZONTE TEMPORAL E CAPACIDADE ANUAL DE CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO PELAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC, PELA CAPITAL PAULISTA E PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	44
<i>Francisco R. Funcia</i>	
8. A PROGRESSIVIDADE DO IPTU NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC	48
<i>Rosana Marçon da Costa Andrade</i>	
9. DÉFICIT HABITACIONAL NO GRANDE ABC PAULISTA: ALTERNATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO	52
<i>Enio Moro Junior</i>	
10. A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO GRANDE ABC: O CASO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM GESTÃO DE RESÍDUOS EM SANTO ANDRÉ.....	56
<i>Luis Felipe Xavier</i> <i>Robson da Silva Moreno</i>	
11. O MUNDO, O TRABALHO E O SINDICALISMO EM TEMPOS DE SOCIEDADE HIPERCONECTADA VIA INTERNET	64
<i>Aristogiton Moura</i>	
12. A MUDANÇA EM CURSO DO MODELO DE FINANCIAMENTO SINDICAL E CAMINHOS ALTERNATIVOS: UM SUBSÍDIO AO DEBATE POR PARTE DOS SINDICATOS DO GRANDE ABC PAULISTA E BRASIL.....	74
<i>Maria da Consolação Vegi da Conceição</i>	

13. O “BURACO NEGRO DIGITAL” CRIADO PELAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	80
<i>Antônio Aparecido de Carvalho</i>	
<i>Leonardo Birche de Carvalho</i>	
<i>Milton Carlos Farina</i>	
<i>Álvaro Francisco Fernandes Neto</i>	
14. A EPIDEMIA DE FEBRE AMARELA NO BRASIL ENTRE 2017 E 2018: O ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O IMPACTO NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA.....	84
<i>Stefanie Sussai</i>	
15. IGUALDADE DE DIREITOS, FUTEBOL FEMININO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O DECRETO DO PONTO FACULTATIVO EM SÃO CAETANO DO SUL.....	96
<i>Scarlett Rodrigues da Cunha</i>	
16. PERFIL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO GRANDE ABC PAULISTA E ESTRATÉGIA EXPORTADORA.....	103
<i>André Ximenes de Melo</i>	
<i>Sonia A. Beato Ximenes de Melo</i>	
17. ESTIMATIVA ECONÔMICA PARA O NOVO AEROPORTO NO ABC PAULISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A “REINDUSTRIALIZAÇÃO” DA REGIÃO	113
<i>Volney Gouveia</i>	
<i>Lucio Flavio da Silva Freitas</i>	
18. FALÊNCIA DE MUNICÍPIO E O CAPÍTULO 9 DA LEI DE FALÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS: O CASO DE INSOLVÊNCIA DA CIDADE DE DETROIT EM 2013	120
<i>Jefferson José da Conceição</i>	
<i>Sandra Collado Gonsales</i>	
19. BRASIL: INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IED) RECEBIDOS E LUCROS REMETIDOS AO EXTERIOR ENTRE 2006 E 2018	127
<i>Gisele Yamauchi</i>	
<i>Gustavo Kaique de Araújo Monea</i>	
20. PROJETO IPH ÍNDICE DE POLUENTES HÍDRICOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS NAS ÁREAS DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E SAÚDE.....	139
<i>Marta Angela Marcondes</i>	
<i>Fernanda Amate Lopes</i>	
<i>Paula Simone da Costa Larizzatti</i>	
21. REFLEXOS DOS IMPACTOS SOCIAIS E DE SAÚDE RELACIONADOS ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS ORIUNDAS DE EMPREENDIMENTOS DE LOGÍSTICA – CASO: CENTRO LOGÍSTICO CAMPO GRANDE (CLCG), EM PARANAPIACABA, SANTO ANDRÉ.....	144
<i>Marta Angela Marcondes</i>	
<i>Viviane Pereira Alves</i>	
22. EMPREENDEDORISMO NO ENSINO MÉDIO: OUSADIA OU NECESSIDADE?.....	151
<i>Andréa Lacerda</i>	
<i>Fernanda Avanzi</i>	

23. AFROEMPREENDEDORISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL: BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC.....154

Alessandra Santos Rosa

Jefferson José da Conceição

Vânia Viana

24. O GRANDE ABC E O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UM ECOSISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO: ENTREVISTA COM O PRESIDENTE E O VICE-PRESIDENTE DO ITESCS, LUIZ SCHIMITD E THIAGO Y. MATSUMOTO.....168

Jefferson José da Conceição

Gisele Yamauchi

Ana Paula Lazari Ferreira

1. OS NÚMEROS RECENTES DO PIB E A CONTINUIDADE DA POLÍTICA CONTRACIONISTA NO BRASIL

Adhemar S. Mineiro

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é avaliar o desempenho recente da economia brasileira, especialmente à luz dos números divulgados pelo IBGE para o primeiro trimestre do ano, e que apontam um recuo de 0,2% para o conjunto da economia brasileira. A avaliação é que os números divulgados mostram que a política econômica contracionista, que, desde 2015 e mais recentemente, vem sendo aprofundada, apresenta o resultado esperado de continuada estagnação ou contração da economia. A análise dos elementos da demanda agregada mostra ainda que, sem uma mudança de orientação significativa da política econômica, e em particular um aumento do gasto público, pouco pode se esperar de desempenho em um futuro próximo.

No último dia 30 de maio, o IBGE divulgou os números do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil para o primeiro trimestre de 2019. Um resultado trimestral negativo, recuo de 0,2% para o conjunto da economia brasileira, desalentando mais uma vez os analistas que vinham apontando uma possível retomada da economia com a manutenção da política fiscal contracionista e a profissão de fé liberal por parte da equipe econômica do Governo Federal e sua orientação de mais reformas liberais no Congresso, a começar pela reforma previdenciária, e o eventual avanço do que agora o governo chama de “programa de desinvestimentos”, uma reciclagem de rótulo para o conhecido programa de privatizações.

Mais o que se deveria de fato estar sendo perguntado é: afinal, por que o desalento? De fato, o que está se colhendo nesse momento é exatamente o objetivo esperado de uma política fiscal contracionista: contração econômica. Aliás, se tivéssemos observado alguma mudança no cerne da política econômica, poderíamos estar discutindo sobre resultados inesperados. Não foi o que aconteceu. Não é o que acontece desde 2015, quando se iniciou uma política contracionista clássica, com juros altos e cortes de gastos ainda no início do segundo mandato da Presidente Dilma, com o então Ministro da Fazenda Joaquim Levy (até recentemente presidente do BNDES neste novo governo).

A política contracionista resultou, desde então, em recessão e estagnação (dependendo do período), mostrando que a política econômica adotada de forma combinada entre o Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia) e o Banco Central, e que agora já vai quase para quatro anos e meio de implementação, vem obtendo o que se propõe a obter: a contração da economia. Mudaram governos (se está longe aqui de dizer que os governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro são a mesma coisa), mas não mudou a essência da política econômica, apenas a combinação dos instrumentos, uma hora juros mais altos, outra hora mais corte de gastos, ao longo desse período.

Como é de se esperar nesses casos, a política adotada também não serviu para ajustar as contas públicas, uma vez que em quadros de queda da atividade econômica, aos cortes de gasto corresponde redução da atividade econômica que tem como consequência queda na arrecadação. Assim, a política contracionista, do ponto de vista da produção, também contraiu a arrecadação e resultou em déficit público, o que é lido pelos gestores da política adotada como uma necessidade de mais ajuste nas contas públicas e, portanto, mais contração da economia e mais necessidade de ajuste.

A adoção da política contracionista, ao gerar e cristalizar o déficit público elevado, desfez na prática o chamado “tripé macroeconômico” (lembrando: câmbio flutuante, juros orientados pela política de metas de inflação e superávit primário) que era a política adotada desde o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique (no primeiro mandato, havia câmbio controlado e déficit, além de

inexistirem metas de inflação, orientações adotadas progressivamente apenas quando da crise de balanço de pagamentos que resultou no acordo com o FMI em outubro de 1998 e na desvalorização do real em janeiro de 1999, a partir do segundo mandato).

Vale lembrar um passado que hoje já vai ficando distante em que qualquer proposta de flexibilizar a política econômica organizada pelo chamado “tripé macroeconômico” era vista quase como um anátema, algo que era imediatamente execrado. Embora tenhamos rompido com essa política desde 2015, nenhum dos analistas que antes se mostravam absolutamente rígidos na sua defesa veio vigorosamente a público para fazer qualquer crítica, em especial desde a gestão Meirelles no Ministério da Fazenda (Governo Temer). Assim, o tripé que ancorava a política econômica desde 1999, e que sucedeu a chamada “âncora cambial”, foi substituído na prática pela política contracionista, na qual a contração da atividade produtiva está longe de resultar em superávit primário (ao contrário, tem ampliado o déficit).

Assim, depois das quedas do PIB de -3,5% em 2015 e -3,3% em 2016, e da estagnação que repetiu dois resultados de 1,1% em 2017 e 2018, agora em 2019 tivemos um resultado no primeiro trimestre de -0,2%, o que não apenas jogou por terra as previsões otimistas, como aponta um ano provavelmente pior do que o ambiente da estagnação dos dois anos anteriores. As previsões das instituições financeiras para 2019 começam a ser recalibradas, e dos valores próximos a 2,5% do final do ano passado, as projeções, que já iam, com um mês corrido no ano, sendo rebaixadas para 2%, com uma trajetória provável parecida com a de 2018, agora caem para menos de 1%. Isto com recuos sequenciais até se aproximarem novamente da estagnação da qual não conseguimos sair depois da aguda recessão iniciada com a crise política. É provável que os meses que vão se seguir mostrem outras recalibrações de avaliações para baixo. Para além da informação agregada, vale à pena observar os dados desagregados que aparecem nas informações das contas nacionais do IBGE.

Tabela 1 – Taxa de variação do PIB, Brasil, por segmentos e subsegmentos - Taxa trimestral (em relação ao mesmo período do ano anterior)

Segmentos e subsegmentos	TRIMESTRE				
	1° Tri 2018	2° Tri 2018	3° Tri 2018	4° Tri 2018	1° Tri 2019
Agropecuária – total	-3,0%	0,3%	2,5%	2,4%	-0,1%
Indústria – total	1,2%	0,8%	0,8%	-0,5%	-1,1%
Indústrias extrativas	-1,3%	0,5%	0,7%	3,9%	-3,0%
Indústria de transformação	3,8%	1,7%	1,6%	-1,5%	-1,7%
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos	0,7%	3,1%	0,5%	4,6%	4,7%
Construção	-4,2%	-2,7%	-1,0%	-2,2%	-2,2%
Serviços – total	1,8%	1,1%	1,2%	1,1%	1,2%
Comércio	4,8%	2,0%	1,6%	0,9%	0,5%
Transporte, armazenagem e correio	2,9%	1,1%	2,9%	1,7%	0,2%
Informação e comunicação	-2,8%	0,5%	1,1%	2,5%	3,8%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,2%	0,7%	1,05%	-0,5%	0,3%
Atividades imobiliárias	2,8%	3,0%	3,2%	3,4%	3,0%
Outras atividades de serviços	1,3%	0,7%	0,6%	1,5%	1,4%
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	0,7%	0,1%	0,1%	0,1%	0,5%
Valor adicionado a preços básicos	1,0%	0,9%	1,3%	1,2%	0,5%
Impostos líquidos sobre produtos	2,7%	1,1%	1,3%	0,5%	0,1%
PIB a preços de mercado	1,2%	0,9%	1,3%	1,1%	0,5%
Despesa de consumo das famílias	2,9%	1,8%	1,4%	1,5%	1,3%
Despesa de consumo da administração pública	0,7%	-0,3%	0,3%	-0,7%	0,1%
Formação bruta do capital fixo	2,6%	3,0%	7,8%	3,0%	0,9%
Exportação de bens e serviços	5,3%	-2,9%	2,6%	12,0%	1,0%
Importação de bens e serviços (-)	7,8%	6,5%	13,5%	6,0%	-2,5%

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, CONJUSCS, a partir de IBGE - Contas Nacionais Trimestrais.

Os dados para o primeiro trimestre de 2019 são significativamente piores do que os apresentados para o primeiro trimestre do ano passado nos dados desagregados mais relevantes. Em especial o

consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo (investimento), que são dados essenciais quando se está pensando em crescimento, caíram a menos da metade dos valores de um ano atrás. A perda de qualquer dinamismo (não estamos falando de uma situação anterior de crescimento vigoroso, mas de uma situação que já era de estagnação) fica absolutamente clara. Mudou o governo, a orientação da política econômica foi radicalizada (em seu sentido contracionista) e se conseguiu aparentemente o efeito desejado dessa política, aprofundar a contração econômica.

1 Os Componentes da demanda agregada

1.1 O setor externo vai mal, mas a situação pode se agravar

Vamos tentar observar agora mais detalhadamente os componentes da demanda agregada, iniciando pelo setor externo. A demanda externa (isto é, um crescimento grande do saldo comercial com o exterior via crescimento das exportações) foi a aposta desde o início do segundo Governo Dilma, com Joaquim Levy no Ministério da Fazenda e o início de uma forte política contracionista – afinal, se a ideia era contrair os elementos internos da demanda – consumo das famílias, investimentos e gasto público – restaria a válvula de escape do setor externo.

Esse movimento, entretanto, se confrontou com o que já se sabia desde o início da crise financeira internacional em 2008. O comércio internacional recuou, os países em geral tomaram medidas mais e mais protecionistas. O início do Governo Trump nos EUA e, mais recentemente, a aberta guerra comercial entre China e EUA ao longo de 2019, só agravaram a situação, e apesar das idas e vindas, ela pode se agravar ainda mais. Mas a política só prosseguiu com o ministro Henrique Meirelles no Governo Temer, e foi agravada agora no início do Governo Bolsonaro, quando o novo ministro Paulo Guedes fala não apenas de insistir nesse caminho, como até de fazer abertura unilateral com rebaixamento de tarifas (o que vem tentando fazer, com resistências dentro do próprio governo atual, como foi o caso das importações de leite em pó).

Assim, de um quadro internacional em que até aqui o comércio recua, e com perspectivas de agravamento do quadro econômico internacional (alguns falam até de uma nova crise financeira, provocada pela longa política de expansão monetária – “*quantitative easing*” – nos EUA e outros países que pode ter levado a formação de novas bolhas especulativas no mercado financeiro), parece que nada pode ser esperado. O Banco Mundial, em documento sobre o cenário internacional divulgado em 4 de junho desse ano (“*The Global Economy: Heightened Tensions, Subdued Growth*”, em <http://www.worldbank.org/en/news/immersive-story/2019/06/04/the-global-economy-heightened-tensions-subdued-growth>), aponta para uma economia global que teria desacelerado para o seu ritmo mais baixo em três anos, e na qual o comércio e o investimento teriam tido um desempenho abaixo do esperado no início do ano. Ou seja, a situação internacional está abaixo do que se imaginava no início do ano, o que só piora as perspectivas para o setor externo brasileiro.

É importante agregar aqui ainda dois elementos importantes para a avaliação do setor externo brasileiro. A primeira é a crise argentina, onde a recessão só se aprofunda, atingindo um de nossos principais parceiros comerciais. Isto afeta, negativamente, de maneira aguda, o setor manufatureiro da economia brasileira, que tem direcionamento importante para o mercado argentino, particularmente a indústria automobilística.

O outro, ainda por vir, mas que vem sendo fortemente defendido pelo atual governo brasileiro, é o fechamento de um acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Se de fato este acordo for fechado, ele terá um forte impacto negativo sobre a economia do Brasil, ao menos no curto prazo (e provavelmente não apenas nele), já que o país vai ser atingido no curto prazo por uma avalanche de importações dos mais variados tipos de produtos vindos da União Europeia (que, de acordo com o já referido documento do Banco Mundial, é uma das áreas onde o desempenho nos primeiros meses do ano tem se mostrado mais frustrante do ponto de vista de crescimento econômico e, por isso mesmo, com todo o seu potencial de subsídios e incentivos financeiros, busca ampliar seus mercados externos para tentar escapar de um desempenho econômico pífio). Essas importações devem se concentrar nos setores de bens manufaturados (mais uma vez, o nosso processo de desindustrialização avança a toques de abertura comercial e redução de tarifas), em especial a indústria automobilística, mas poderá atingir fortemente até a agricultura familiar, no caso da

redução das tarifas de vinhos (produto agrícola processado), o que causará impacto sobre o setor de produtor de uvas no Brasil.

Isso sem nem entrar no debate de que em um país com economia grande como a brasileira, e um setor externo (importações mais exportações) com pouca participação no PIB, a capacidade do setor externo de fazer “arrancar” a economia é muito pequena, quase inexistente. Ou seja, mesmo que o desempenho do setor externo fosse amplamente favorável do ponto de vista do crescimento econômico, ainda assim sua capacidade de difundir dinamismo para o conjunto da economia seria no final muito pequena.

1.2 Estagnação e endividamento afetam negativamente o consumo das famílias

Do ponto de vista do consumo das famílias, a situação também não vem evoluindo positivamente. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua-IBGE), divulgados no período mais recente, mostram a estagnação da renda (o rendimento médio trimestral caiu ligeiramente nos últimos dois trimestres medidos, entre dezembro/2018 a fevereiro/2019 e fevereiro/2019 a abril/2019), a manutenção do alto desemprego (a taxa de desocupação oscila entre os valores de 12,4% e 12,7% no mesmo período) e o grande endividamento das famílias que vinha recuando muito vagarosamente. Há que se considerar também os limites à expansão do crédito (reforçados recentemente com as limitações ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal), o fim da política de crescimento do salário mínimo para os mais pobres, além da queda de renda da classe média (ou das “classes médias”, sem querer entrar nesse debate sobre definições de classe média, que por si só dá margem a outro artigo. Não há muito o que se esperar do aumento do consumo das famílias. Em especial porque a renda dos muito ricos, que é o que vem subindo, acaba tendo pouco impacto sobre o consumo, já que estes tendem a “poupar” (investir em ativos financeiros) parte substancial de sua renda.

Em particular o endividamento funciona como um importante freio ao consumo, uma vez que as famílias parecem adotar como estratégia a redução de seu endividamento (face às taxas de juros aos endividados que, longe da redução da taxa SELIC, taxa básica do Banco Central, se mantém em níveis bastante elevados). Os dados das Contas Nacionais do IBGE também apontam que, depois de um ligeiro recuo ao longo de 2017, o endividamento das famílias cresceu ao longo de 2018 e do primeiro trimestre de 2019, mais que compensando o recuo de 2017. Nesse sentido, existe o risco de que, mesmo com a adoção de medidas de estímulo (o próprio governo, em geral bastante avesso a qualquer medida de estímulo, começou a aventar a possibilidade de liberação de recursos do FGTS, face ao agravamento da crise), parte desses recursos seja canalizado (esterilizado) para o pagamento de dívidas que apresentam custo muito alto para os endividados e comprometem seus orçamentos presentes e futuros.

Ou seja, o consumo, que tende a ser influenciado pelo desempenho geral da economia (aumento da renda e do emprego) se encontra exatamente refletindo essa situação. E isto sem razões para crescer em virtude da estagnação da renda e da manutenção de altas taxas de desocupação, o que ainda é agravado pelo alto endividamento das famílias. Assim, tudo indica que mesmo que tenhamos alguma melhoria desse quadro, ou mesmo medidas de política econômica para incentivar o consumo, como a liberação de recursos do FGTS, ainda assim ainda teríamos um freio aos efeitos positivos maiores ou mais imediatos sobre o consumo das famílias.

1.3 Gastos públicos e investimentos afetados pelo ajuste

Restariam então as duas variáveis mais autônomas, o gasto público e o investimento. Para o setor público, as palavras-chave são ajuste fiscal, redução do papel do Estado, manutenção da emenda de teto de gastos (Emenda Constitucional 95) e Lei de Responsabilidade Fiscal (embora já nesse começo de governo, os Estados estejam “de pires na mão” junto ao governo central).

Assim, a principal variável autônoma - o Gasto Público - com a qual a política econômica poderia buscar ativar a economia fica emparedada, e dessa situação dificilmente poderá sair, a menos de uma enorme transformação da vontade política, o que até esse momento não foi sinalizado, muito pelo contrário. Entretanto, aqui o quadro é tão ruim que é possível que da pressão que fazem os

níveis subnacionais (Estados e Municípios) possa resultar alguma renegociação que resulte em espaço fiscal para que estes possam fazer alguns gastos – existe enorme pressão política nesse sentido, que vem sendo combinada, do ponto de vista do Governo Federal, com o debate em torno da reforma da previdência.

Entretanto, vale observar que a própria reforma previdenciária pode impactar negativamente a capacidade de gasto desses níveis subnacionais, premidos a adotar regimes próprios de previdência (os que ainda não os têm) que podem forçá-los a aportes no sentido de equilibrar os passivos atuariais que serão gerados nesse processo de instituição de novos regimes próprios de previdência nesses níveis administrativos.

Por fim, teríamos o investimento privado, uma variável também autônoma, mas que depende menos da vontade política dos gestores do governo, e mais das decisões das empresas. Bem, o investimento empresarial é função de suas expectativas quanto ao desempenho futuro de seus mercados, das suas avaliações sobre seus ganhos futuros, da preocupação com a ocupação dos mercados por eventuais competidores, e uma função inversa do nível de capacidade ociosa, que parece estar em níveis altos, como apontam inclusive as atas do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) que discutem a definição dos níveis da taxa básica de juros.

Em um quadro em que as avaliações vão de novo convergindo para a estagnação, e com forte restrição ao financiamento dos investimentos (pela desidratação do BNDES), por que os empresários investiriam? Resta uma possibilidade ainda não descartada, a articulação via setor público, de investimentos para a infraestrutura, que foi anunciada muitas vezes nos últimos anos. Depois que foram descontinuados os investimentos públicos diretos e das estatais no Governo Dilma, mesmo naquele governo os ministros da área econômica e outros saíram pelo mundo com os chamados “roadshows”, tentando convencer investidores a participarem de projetos por aqui. Isso se acelerou no Governo Temer, e as tentativas iniciais do Ministro Paulo Guedes em Davos (Fórum Econômico Mundial) e EUA, em suas visitas neste começo de ano, buscam atrair investimentos.

Nos últimos anos, os que se animaram foram os investidores chineses. Esses, entretanto, estão aparentemente “com um pé atrás” em função do posicionamento ideológico e geopolítico do Governo Bolsonaro, apontando para um alinhamento automático com os EUA em um momento que a tensão entre EUA e China domina o cenário internacional. Assim, os investimentos chineses já tinham recuado no ano passado (depois de valores estimados em US\$ 8,4 bilhões em 2016 e US\$ 8,8 bilhões em 2017, dados do Conselho Empresarial Brasil-China, terem caído para US\$ 1,3 bilhão no primeiro semestre do ano passado, segundo dados do então Ministério do Planejamento brasileiro).

A esse respeito, vale levantar uma possibilidade, uma vez que durante a visita do vice-presidente Hamilton Mourão à China, em maio último, o vice-presidente não apenas acenou com a possibilidade de que o Brasil se abra aos investimentos chineses da iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota”, também chamada de “Nova Rota da Seda”, como não colocou restrições à participação da empresa chinesa de telecomunicações Huawei nos leilões para a implantação do padrão 5G da Internet no Brasil (o que contrariaria o posicionamento dos EUA, que vem travando forte disputa com os chineses nessa área e inclusive tentando evitar que a Huawei possa expandir sua rede em outros países, em especial na Europa). Assim, haveria uma possibilidade de viabilizar novos investimentos chineses num futuro próximo, a depender de decisões econômicas, técnicas, mas sobretudo políticas a serem adotadas. Vale lembrar que, em um calendário imediato de interação direta com os chineses, existe uma visita agendada do presidente Bolsonaro à China em agosto desse ano, e a reunião dos BRICS (articulação internacional que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e que esse ano é coordenada pelo Brasil), prevista para novembro deste ano. Antes disso, existe também a reunião do G20, articulação econômica e política internacional da qual o Brasil também participa, junto com vários outros países, aí incluídos EUA e China, e que pode ser um primeiro teste de posicionamento do Brasil nesse embate direto entre chineses e estadunidenses.

Além disso, e tendo em consideração o pragmatismo militar e seu peso no novo governo, não pode ser descartado que, caso não haja participação estrangeira nos projetos de infraestrutura considerados prioritários pelo governo e que a crise econômica siga se agravando, com novos números ruins vindo à tona, que o liberalismo mais ideológico seja deixado de lado, e uma alavancagem interna de recursos (via setor financeiro público, em especial o BNDES) possa ser viabilizada. Seria uma derrota dos atuais formuladores econômicos do Governo Bolsonaro, mas não pode ser descartada. De qualquer forma, os efeitos se veriam mais à frente, do ponto de vista dos indicadores de crescimento, possivelmente sem impacto imediato nesse ano, em que já vamos para o início do segundo semestre.

Conclusão

Assim, os componentes da demanda agregada não apontam perspectivas particularmente otimistas para 2019, e mesmo as projeções de crescimento anual da pesquisa Focus do Banco Central (que, já na divulgação do primeiro dia útil de junho, apontava para 1,1%, mesma taxa dos anos de 2017 e 2018) soam a esta altura como excesso de otimismo face ao agravamento da situação interna e do quadro internacional.

Do ponto de vista então dos efeitos sobre a renda, a estagnação do PIB é uma sinalização muito ruim. Significa, tomando por base a PNAD contínua para o desemprego, uma continuidade dos índices de desocupação em uma faixa em torno de 13%, patamar para onde subiram continuamente, dobrando situação do fim de 2014 (6,5%). Taxa elevada a qual se soma o aumento da informalidade, em especial entre os que entram no mercado de trabalho. Isto, somado à reforma sindical do Governo Temer (que reduz a capacidade dos sindicatos de defender suas categorias, e aparentemente não será revista pelo Governo Bolsonaro) significa um horizonte bastante ruim para os trabalhadores.

Por conseguinte, o cenário não é propício a qualquer estimativa generosa de crescimento, e pode ser agravado em caso de um cenário externo em que se acentuem a crise financeira e o comércio internacional (ambos os cenários não podem ser descartados) e/ou as turbulências políticas internas.

Aliás, o agravamento do cenário externo é aparentemente o mais provável. Analistas financeiros internacionais, inclusive, não descartam a possibilidade de rupturas, em especial no caso de solavancos financeiros e/ou políticos atingirem a União Europeia, onde os bancos alemães e franceses aparecem como particularmente expostos a problemas. Piora do desempenho econômico europeu, divulgação de balanços comprometidos por parte de empresas europeias, dificuldades políticas resultantes da nova conformação mais fragmentada do Parlamento Europeu e possíveis dificuldades administrativas daí resultantes, ou novas turbulências em torno da saída do Reino Unido da União Europeia (processo conhecido como “brexit”), ou novas tensões com os EUA em função dos posicionamentos conflituosos do Governo Trump, assim como encarecimento dos custos de energia, podem ser detonadores de problemas que talvez se mostrem agudos.

É com essa conjuntura que entramos no período mais decisivo de discussões como a reforma da Previdência (que deve manter por mais tempo os trabalhadores ativos, em função das dificuldades previstas para obter o seu direito à aposentadoria) e as mudanças estruturais no mundo do trabalho, com as previsíveis introduções de mudanças tecnológicas poupadoras de mão de obra da chamada Economia 4,0. Dias difíceis pela frente para o conjunto da população brasileira.

Adhemar S. Mineiro. Economista formado pela UFRJ. Doutorando do PPGCTIA/UFRRJ. Assessor da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos), uma rede de organizações e movimentos sociais que monitora e tenta influenciar os temas da inserção internacional do Brasil. É co-autor do livro *O Desmonte da Nação em Dados*, Ed. Vozes, Petrópolis, 2002, junto com Ivo Lesbaupin.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO: UMA TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO POR MEIO DO ÍNDICE DE CONDIÇÃO DO TRABALHO (ICT-DIEESE)¹

Leandro Horie
Adriana Marcolino

Introdução

Após um período de aumento da precarização das relações de trabalho na década de 1990, o Brasil teve, no início do século XXI, uma inflexão importante: um ciclo de crescimento econômico que gerou considerável aumento do emprego assalariado formal, que fomentou um aumento do mercado interno, que, por sua vez, permitiu maior sustentabilidade do ciclo econômico. Mesmo que possamos discutir quais eram os limites estruturais desse ciclo, não resta dúvida de que, do ponto de vista do mercado de trabalho, houve processo de avanço em sua estruturação.

Porém, findada a primeira década do século XXI, o período subsequente foi marcado pelo retorno à rota da desaceleração econômica até 2014, com ingresso em uma deterioração acelerada entre 2015 e 2016, seguido de um baixo crescimento (quase estagnação) a partir de então. Essa instabilidade da economia brasileira teve reflexos diretos no mercado de trabalho, com aumento da precarização e do desemprego.

Frente a essa deterioração do mercado de trabalho, sua observação nem sempre era (e ainda não é) objeto de precisão: em especial no período recente, os sinais aparentemente divergentes do emprego e desemprego no Brasil são constantemente utilizados conforme conveniência. Por exemplo, ao se afirmar que o desemprego caiu no decorrer de 2018, ignora-se o fato de que essa redução foi baseada na geração de emprego informal, seja assalariado seja como conta-própria, em detrimento de uma redução da participação do assalariamento formal; da mesma forma que uma aparente estabilidade da renda média do trabalho pode esconder uma mudança significativa em sua distribuição. Ao contrário de um período virtuoso, o momento atual possui muitas contradições, tornando a análise do mercado de trabalho complexa e, muitas vezes, incompleta.

O objetivo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) com o novo Índice de Condição de Trabalho (ICT-DIEESE) foi criar um indicador que analisasse o mercado de trabalho de forma conjunta, e não isoladamente por meio de dados específicos, que não conseguem captar esses movimentos muitas vezes contraditórios. Neste artigo, procura-se analisar a evolução do mercado de trabalho de 2012 até o 1º trimestre de 2019 utilizando-se como referência o índice, de forma a mostrar os vários movimentos em seu interior que análises isoladas da taxa de desocupação ou da renda, por exemplo, não nos permitiriam observar.

Dinâmica econômica recente

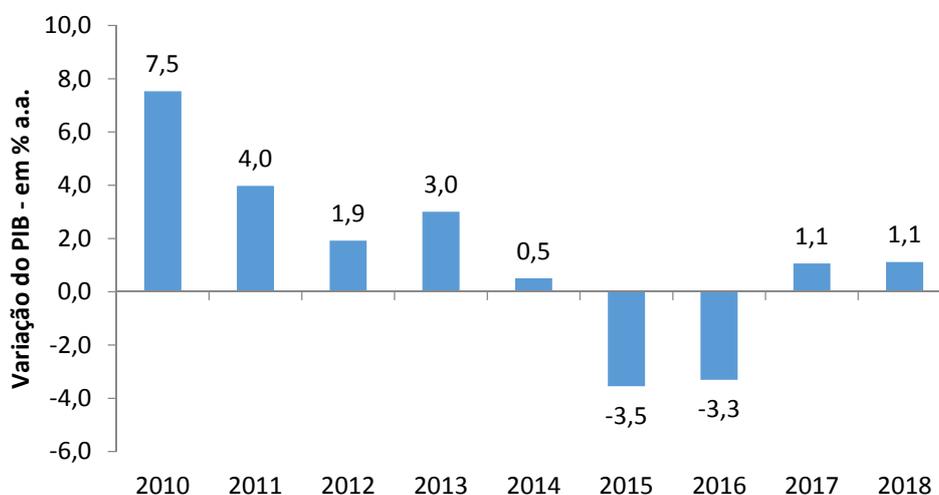
A economia brasileira, após um período de taxas de crescimento entre 1980 e 1990 abaixo da média histórica, ingressou o novo século com melhora dos indicadores da economia, fruto inicialmente de um *boom* de commodities que favoreceu sobremaneira as exportações brasileiras e, posteriormente, pelo avanço do mercado interno, que permitiu maior sustentabilidade da economia brasileira mesmo em períodos como o da crise internacional de 2008, no qual a política de salário mínimo e o avanço do emprego assalariado formal tiveram contribuições consideráveis.

Como se trataram de movimentos econômicos que mostraram avanços em políticas públicas, mas não em realizar modificações estruturais da economia, os efeitos da inversão do ciclo se fizeram mais observáveis após 2013, com uma redução do ritmo de crescimento que rapidamente se transformou em recessão a partir de 2015. Dentre as principais questões estruturais não sanadas encontram-se a contínua redução do peso da indústria na economia, mesmo no período de crescimento econômico, conjuntamente com um avanço de uma “reespecialização produtiva” do

setor em itens de menor valor agregado, com aumento do componente importado; gargalos em infraestrutura; ausência de reforma tributária e maior volatilidade das receitas; políticas monetárias conservadoras, com a permanência de altas taxas de juros reais, desestimulando crédito e investimentos, dentre outros.

Com essa combinação de fatores, a recessão de 2015 e 2016 e a ausência de motores de empuxo na economia a partir de 2017 nos colocaram em um cenário de uma lenta recuperação, a mais lenta da história da economia: no ritmo atual, somente em 2023 retornaremos a economia aos patamares de 2014, praticamente uma década perdida. Não são poucos os elementos que têm contribuído para tal dinâmica: crise fiscal decorrente da queda da arrecadação devido à crise, mas ao mesmo tempo insistência em um modelo de corte fiscal que somente aprofunda ainda mais o quadro, corroborado pela chamada “Lei do Teto”; imobilismo na política monetária, mesmo com o país estagnado e com uma das maiores taxas de juros reais do mundo; ausência de articulação de políticas públicas, especialmente as relacionadas ao gasto público e comerciais, entre outras.

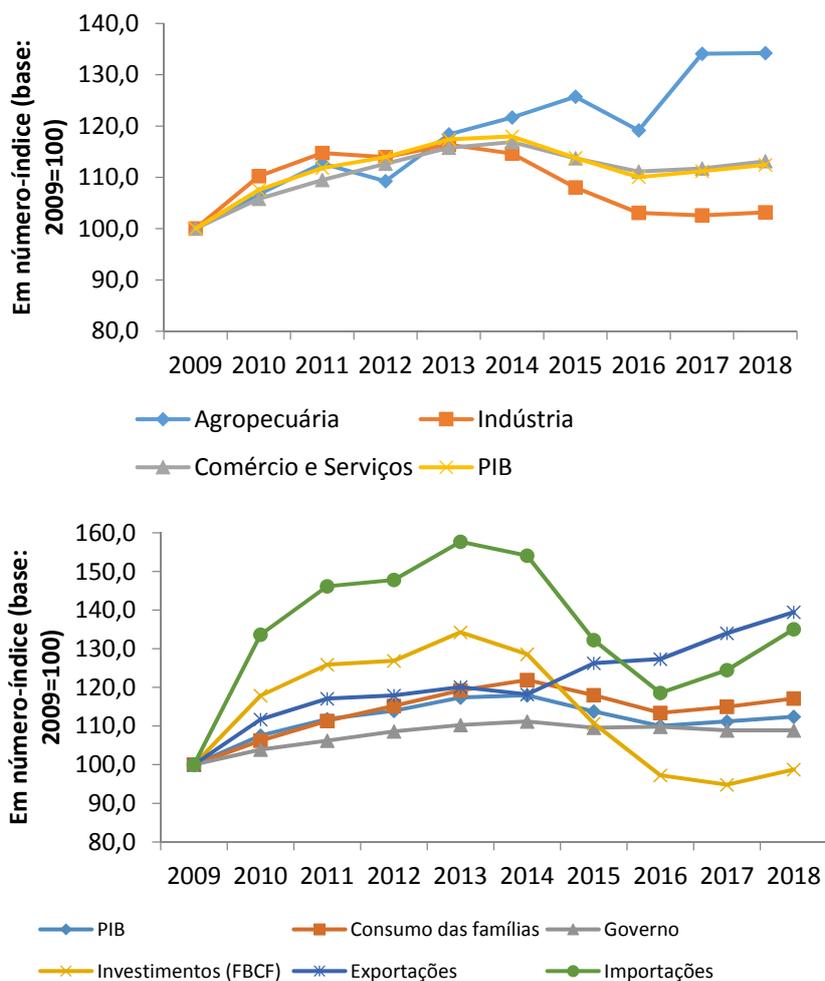
Gráfico 1 – Variação anual do PIB, em %, Brasil



Fonte: Sistema de Contas Nacionais do IBGE.

O desempenho setorial no período, no entanto, foi diversificado: a agropecuária se destacou em relação aos demais setores, especialmente a Indústria (com destaque para o segmento de Transformação e mais recente o de Construção), que permanece em 2018 praticamente ao mesmo nível do que era em 2009. E do ponto de vista dos elementos da demanda, a queda mais expressiva foi dos investimentos (abaixo do nível de 2009) e do consumo das famílias (que ainda se encontra em patamares pré-2014), indicando uma dificuldade de a demanda interna ser eixo de dinamização da economia, da política de austeridade fiscal que mantém a participação da administração pública estabilizada e a fraca dinâmica internacional, que impede uma saída pela via externa. Atualmente há um problema crônico de demanda na economia brasileira, acentuada por uma política econômica conservadora e que não tem desempenhado nenhum papel anticíclico, nem a monetária (dada permanência das altas taxas de juros reais) e nem a fiscal, esta com seguidos cortes orçamentários.

Gráfico 2A e 2B – Desempenho dos setores e dos itens da demanda do PIB em número índice (base: 2009=100), Brasil



Fonte: elaboração própria dos autores a partir do Sistema de Contas Nacionais do IBGE.

Conjuntura econômica e mercado de trabalho brasileiro

Considerando o emprego uma variável direta do desempenho econômico (em expansão há um aumento do emprego e da renda e vice versa), a dinâmica recente da economia brasileira, explicitada acima, causou impactos negativos consideráveis no mercado de trabalho, sendo os principais o aumento da desocupação, a estagnação da renda, o crescimento da informalidade (em meio à perda de capacidade da economia em gerar empregos formais), antes de tudo, como uma estratégia econômica de sobrevivência.

Do ponto de vista setorial, a queda da indústria (incluindo aqui o segmento da construção) não somente causou perda de postos de trabalho com assalariamento formal em suas atividades, mas também gerou impactos em outros setores, já que além de demandar menos serviços técnicos especializados, ainda promoveu migração de muitos trabalhadores (as), antes assalariados formais, para atividades informais na área de serviços, como motoristas de aplicativo, ambulantes, entre outros.

A permanência do retrocesso industrial (que não é recente) conjuntamente com uma crise do setor público e enfraquecimento do segmento de comércio e serviços causa uma ausência de demanda interna na economia, tanto pelos investimentos como pelo consumo. Com isso, a economia não gera nova capacidade e nem aumento robusto do produto, que, dada a recessão e a posterior estagnação do país, desemprega pessoas. Na ausência de empregos “novos” formais, estas

peças se veem obrigadas a se inserir em ocupações informais e/ou precárias como estratégia de sobrevivência.

A reforma trabalhista de 2017, ao contrário do apregoado pelos seus defensores, não gerou qualquer impacto positivo no mercado de trabalho. Pelo contrário, pelo menos até o início de 2019, ela tem acentuado a tendência à precarização existente. Sinteticamente, no período de 2012 a 2018, podemos afirmar que, do universo de pessoas ocupadas e desocupadas, verificou-se:

- Aumento das taxas de desocupação: passando de 7,9% no 1º trimestre 2012 para 12,7% no 1º trimestre de 2019, com o número de desocupados (as) passando de 7,6 milhões para 13,2 milhões entre os respectivos trimestres;
- Permanência do alto patamar de trabalhadores (as) sem carteira no setor privado e no setor público (acima de 12 milhões);
- Queda da participação do emprego assalariado formal no total;
- Aumento dos ocupados (as) como “empregador” e principalmente como “conta própria”; este último com crescimento de mais de 15% nos últimos anos, totalizando mais de 23,7 milhões no 1º trimestre de 2019 e com mais de 80% de informalidade;
- Estagnação da renda real do trabalho principal, especialmente a partir de 2014, permanecendo atualmente aos níveis de meados de 2014 (em valores deflacionados);
- Queda no número de contribuintes para a previdência a partir de meados de 2015, assim como das taxas de participação;
- Subutilização da mão de obra: aqui se incluem não somente os desocupados, mas também pessoas desalentadas (que desistiram momentaneamente de procurar emprego) e os ocupados que trabalham menos horas do que gostariam. O 1º trimestre de 2019 registrou recorde no número (28,4 milhões) e proporção (24,9%) do total de pessoas em idade de trabalhar.

O Índice de Condição do Trabalho (ICT-DIEESE) ²

O Índice de Condição do Trabalho (ICT-DIEESE) foi concebido como um indicador que analisasse não somente a renda ou a taxa de desocupação, mas também as condições nas quais a inserção no mercado de trabalho ocorre. Esta forma de análise se faz fundamental, não somente pelo cenário atual de crise e estagnação econômica, mas também como forma de observar os efeitos das reformas, como a trabalhista (lei nº 13.467/2017) ou a lei da terceirização (lei nº 13.429/2017), que rebaixaram os direitos (tornando legal o que antes era ilegal) e que possuem potenciais efeitos negativos na qualidade do vínculo empregatício. Segundo o DIEESE:

“A proposta do índice é abarcar um leque de indicadores relativos às condições de inserção e de evolução no mercado de trabalho. Portanto, além dos indicadores econômicos estritos, tradicionalmente utilizados, como o nível de ocupação, a taxa de desocupação e os rendimentos, o índice busca abranger a ideia de qualidade do mercado de trabalho, incluindo também aspectos como tipo de contrato, grau de proteção social, estabilidade, duração do desemprego e desigualdade na distribuição da renda”. (DIEESE, 2019, página 1).

O indicador ICT-DIEESE utiliza os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua) e é composto de três dimensões: ICT-Inserção ocupacional, ICT-Desocupação e ICT-Rendimento, sendo que cada uma possui oito indicadores, com uma padronização para que todos variem entre zero e um, sendo que quanto mais próximo de um, melhor é a inserção ocupacional, afastando-se da condição de emprego precário. O diagrama a seguir explicita a composição geral do indicador:



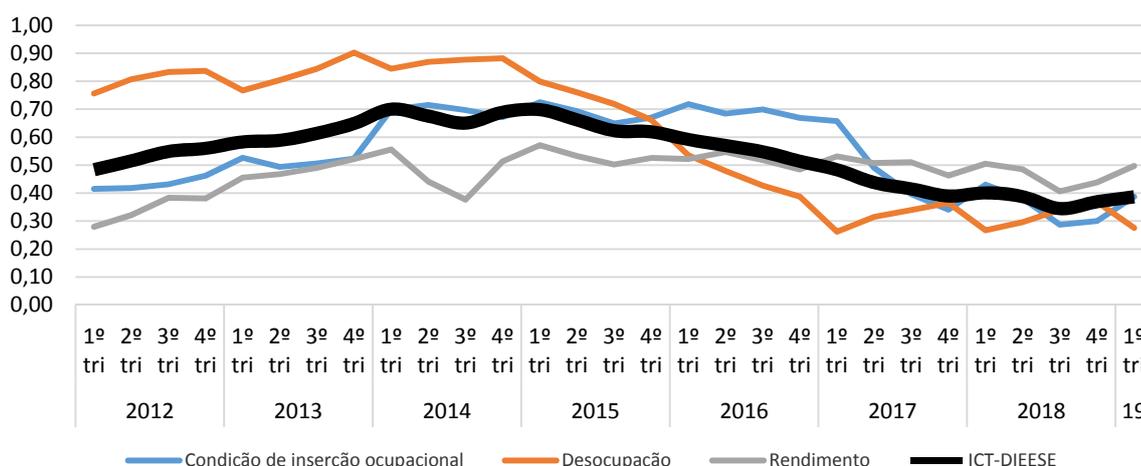
O emprego e o desemprego no país visto por meio do ICT-DIEESE

Conforme observado nos tópicos anteriores, a deterioração econômica causou impactos consideráveis no mercado de trabalho, em movimentos muitas vezes que se reforçam e, em outras oportunidades, são contraditórios. A busca por um entendimento mais claro desse movimento é o objetivo principal do ICT-DIEESE.

Analisando o indicador para o período do 1º trimestre de 2012 ao 1º trimestre de 2019, pode-se dividir o período em quatro fases:

1. 1º trimestre de 2012 a 1º trimestre de 2014: avanço nas condições de trabalho, com o indicador atingindo seu maior valor na série histórica;
2. 2º trimestre de 2014 a 1º trimestre de 2015: relativa estabilidade;
3. 2º trimestre de 2015 a 4º trimestre de 2017: queda expressiva nas condições de trabalho;
4. 1º trimestre de 2018 em diante: oscilação e estabilidade dentro desse novo patamar, rebaixado.

Gráfico 3 – ICT-DIEESE, geral e dimensões, 1º trimestre de 2012 a 1º trimestre de 2019



Fonte: DIEESE.

Buscando relacionar a queda do indicador com suas dimensões, o ICT-DIEESE nos permite avançar em quais foram os determinantes desses movimentos, de forma a melhor compreender a situação do mercado de trabalho nos últimos sete anos.

Como descrito acima, no primeiro momento, o de avanço nas condições de trabalho (1º trimestre de 2012 a 1º trimestre de 2014), analisando-se suas dimensões, todas ou apresentaram melhora, como no caso dos rendimentos e inserção ocupacional, ou ficaram estáveis, como no caso da dimensão “desocupação”.

No período, enquanto se nota um avanço dos rendimentos e melhora em sua distribuição da renda do trabalho, com avanço dos rendimentos da base da pirâmide salarial, a permanência de baixas taxas de desocupação e de desalento, o avanço na participação do emprego formal assalariado e nas taxas de cobertura previdenciária fez com que o indicador saísse de um número inicial de 0,48 para 0,70, aliás, o maior da série. Este período foi marcado pelo início da desaceleração da economia brasileira que, no entanto, ainda tinha algum avanço na indústria e no comércio e serviços, assim como nos investimentos, auxiliando a manutenção de condições satisfatórias no mercado de trabalho; a sua inflexão a partir de 2014 é bem delimitada, com a interrupção da trajetória ascendente do indicador.

O período seguinte, de duração aproximada de quatro trimestres ou um ano e finalizado no 1º trimestre de 2015, foi de oscilação em torno do patamar de 0,65 a 0,70. Em relação às dimensões, o relacionado à ocupação é o que teve queda mais expressiva, ou seja, refletiu diretamente a piora das taxas de desocupação, que passou a se expandir para patamares superiores ao verificado até então. Já a dimensão do rendimento observou uma oscilação no decorrer de 2014, ainda que no final do período tenha se mantido estável, mesma trajetória observada na dimensão de inserção ocupacional, que no final do período ainda manteve o patamar visto anteriormente. O mercado de trabalho refletiu a inflexão da economia brasileira, assim como o aumento da incerteza no período, com início do processo de queda dos investimentos e do comércio e serviços, que era o único setor com crescimento mais pronunciado.

O início de 2015 marcou a adoção deliberada (que já vinha sendo “ensaiada” em meados de 2014) de uma política econômica de “austeridade”, ou recessiva, com cortes fiscais e retração do gasto público. Dada o estado de incerteza no decorrer de 2014, isto acabou por deflagrar uma expectativa pessimista sobre a economia, desencadeando um ajuste no mercado de trabalho que, por sua vez, significou um processo de deterioração acelerada de seus indicadores.

Não houve elemento do mercado de trabalho que tenha refletido negativamente esse refluxo da economia: aumento expressivo das taxas de desocupação, queda das taxas de cobertura previdenciária, aumento da subocupação, crescimento da informalidade, da desigualdade e de formas de ocupação diversas do emprego formal assalariado como empregados sem carteira e principalmente “conta própria”, entre outros, que acabou promovendo queda das dimensões de inserção ocupacional e de desocupação, com uma retração de forma mais discreta no rendimento. Não seria equivocado afirmar que, de todo período analisado, e em face de uma economia debilitada como a brasileira, foram estes sete trimestres que promoveram a perda de muitos dos avanços do mercado de trabalho de trabalho verificados antes de 2012, retornando a um patamar de maior precariedade. O ICT-DIEESE, nesse contexto, sai de um patamar de 0,70 para 0,39 no 4º trimestre de 2017.

Esse rebaixamento do indicador se seguiu a um período de relativa estabilidade a partir do 1º trimestre de 2018 em valores iguais ou inferiores a 0,40, com 2019 o indicador atingindo 0,39, sendo que no 3º trimestre de 2018 atingiu-se o menor valor da série, 0,34, ou seja, o pior nível de condição de ocupação. Houve retração do 1º ao 3º trimestre de 2019 e posterior recuperação dentro desses patamares mais reduzidos, com oscilações da condição ocupacional, refletindo uma queda e depois algum aumento do emprego assalariado formal e com mesmo movimento da dimensão dos rendimentos, com maior oscilação da ocupação. Essa relativa estabilidade do indicador, porém em um patamar reduzido (ou seja, de condição de ocupação ruim), ilustra o atual estado da economia, enfraquecida, sem conseguir gerar empregos para reduzir substancialmente a taxa de desocupação e para elevação da renda do trabalho. Isto, com pior desempenho do emprego assalariado formal, que, em caso de crescimento contínuo, teria efeito mais benéfico nos salários de base e na taxa de cobertura previdenciária.

Resumidamente, quando se observam as dimensões do ICT-DIEESE, pode-se afirmar que:

- Dimensão de inserção ocupacional: desempenho proporcionado pela piora dos indicadores de assalariamento com carteira, taxa de cobertura previdenciária e número de pessoas há menos de 12 meses no trabalho, sendo que o primeiro com queda ainda em 2014, a cobertura previdenciária a partir de 2015 e o último com piora desde o início de 2017, após uma melhora de 2012 a 2016;
- Dimensão desocupação: a partir de 2015, piora tanto no volume de desocupação como também no aumento do desalento e das pessoas desocupadas há mais de 5 meses procurando empregos, ainda que este último tenha avançado de forma mais discreta, em face do alto índice de desocupados(as). Por outro lado, uma piora expressiva no desemprego para o(a) chefe de família, também a partir do final de 2014;
- Dimensão dos rendimentos: crescimento do rendimento médio real de 2012 a 2014, com queda até o final de 2016 e avanço posterior. Por outro lado, uma piora expressiva no indicador de desigualdade da renda do trabalho, principalmente a partir de meados de 2016, indicando que esse aumento da renda do trabalho ocorreu concentrado nos 10% mais ricos em detrimento dos 40% mais pobres, mesmo com uma minoração desse efeito a partir do 3º trimestre de 2018.

Conclusão

Conforme se procurou mostrar neste artigo, no período de 2012 ao 1º trimestre de 2019, a recessão e a posterior estagnação da economia brasileira tiveram efeitos negativos no mercado de trabalho, com aumento do desemprego, da precarização das relações de trabalho e da desigualdade de renda. No entanto esses impactos não foram lineares no decorrer do tempo, nem em relação aos seus determinantes.

Com a utilização do ICT-DIEESE, índice composto que capta movimentos mais amplos no mercado de trabalho, o período de 2012 a 2018/19 foi dividido em quatro movimentos: o primeiro, que vai até o início de 2014 mostra avanço no indicador, com melhora, diz respeito à inserção ocupacional, desocupação e renda do trabalho; o segundo período, que vai até o início de 2015, mostra alguma estabilidade nessas três dimensões, ainda que a dimensão ocupação tenha iniciado sua piora; o terceiro período, de 2015 ao final de 2017, uma piora generalizada nas suas dimensões, com o aumento da desocupação, queda da taxa de cobertura previdenciária, aumento do tempo de desocupação, da desigualdade e do desalento, ou seja, uma piora generalizada no mercado de trabalho. É o período iniciado em 2018, de relativa estabilidade do indicador, mas dentro de um patamar reduzido.

Mais do que ilustrar a deterioração do mercado de trabalho no período analisado, o indicador nos mostra o longo caminho pelo qual o país irá passar, para redução das precariedades que ressurgiram no mercado de trabalho brasileiro, assim como para a retomada de sua estruturação, em torno do trabalho assalariado formal, com aumento da cobertura previdenciária e redução das desigualdades, ou seja, caminho inverso observado no país, em especial a partir de 2015.

Notas

1 Agradecimentos a Edgard Fusaro, César Andaku, Patrícia Pelatieri, Gustavo Monteiro e Ângela Tepassê, técnicos e técnicas do DIEESE. As opiniões aqui citadas são de inteira responsabilidade do autor e autora, não exprimindo o ponto de vista das instituições dos quais possuem filiações.

2 A nota metodológica do indicador pode ser vista no endereço: <https://www.dieese.org.br/analiseict/2019/notaSintetica042019.html>.

Leandro Horie é Economista e Mestre, ambos pelo Instituto de Economia da UNICAMP, onde atualmente faz doutorado. Técnico do DIEESE desde 2006. Professor da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0599556312862496>.

Adriana Marcolino é Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. Possui graduação em Ciências Sociais - Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Socióloga no Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Tem experiência na área de Sociologia e Ciência Política, com ênfase nas temáticas relacionadas ao Trabalho e aos Movimentos Sociais. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9963937706845822>.

Referências Bibliográficas

DIEESE *Apresentação e Nota Metodológica Sintética*. São Paulo, DIEESE, 2019 (I). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseict/2019/notaSintetica042019.html>. Acesso dia 26/05/2019.

_____. *O ICT-DIEESE entre o 3º e 4º trimestre de 2018* São Paulo, DIEESE, 2019 (II). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseict/2019/boletim042019.html> Acesso dia 02/06/2019.

_____. *O ICT-DIEESE entre o 4º trimestre de 2018 e o 1º trimestre de 2019*. São Paulo, DIEESE, 2019 (III). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseict/2019/022019.html>. Acesso dia 02/06/2019.

_____. *Uma análise do período 2012-2018 sob a ótica do Índice da Condição do Trabalho (ICT –DIEESE)*. São Paulo, DIEESE, 2019 (IV). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseict/2019/estudo2012-2018.html>. Acesso dia 30/05/2019.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA E NOVO PERFIL DE EMPRESAS E CONSELHEIROS

Eduardo de Camargo Oliva
José Turíbio de Oliveira

Resumo Executivo

A presente nota técnica demarca a importância de a empresa proporcionar aos seus clientes uma mensagem e experiência de compra que demonstre que o melhor conhecimento está sendo aplicado e que modernas tecnologias e sistemas organizativos estão sendo disponibilizados, seja de modo próprio ou por associações. Neste sentido, o papel do Conselheiro de Administração é importante para contribuir com as principais decisões do modelo de negócio e a transformação da cultura da organização que favoreça o êxito e o trabalho da Diretoria na busca dos resultados empresariais.

A adoção das boas práticas de Governança pelas empresas tem se mostrado como impulsionadora dos valores empresariais. Isto porque em se tratando de empresas que buscam condições diferenciadas junto a seus investidores, tais práticas transmitem segurança e confiabilidade, duas condições almejadas por todos aqueles que se dispõem a colocar seus recursos em organizações com fins lucrativos.

O próprio critério para seleção de empresas que serão elencadas no rol do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), pela Bolsa de Valores de São Paulo, B3, já é um indicador importante de seletividade. São escolhidas empresas com as 200 ações mais líquidas na Bolsa de Valores (B3).

Assim, para compor o ISE, no período de 07 de janeiro de 2019 a 03 de janeiro de 2020, a B3 listou 30 empresas, que representam 48,66% do total do valor das empresas com papéis negociados na Bolsa de valores. Tais empresas são participantes de diversos segmentos empresariais e são apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 1 – Empresas componentes do ISE para o período 07/01/2019 a 03/01/2020

AES Tietê	CCR	Ecorodovias	Fibra	Light	Santander
B2W	Cemig	EDP	Fleury	Lojas Americanas	Telefônica
Bco. Brasil	Cielo	Eletrobras	Itaú Unibanco	Lojas Renner	Tim
Bradesco	Copel	Eletropaulo	Itaúsa	MRV	Vale
Braskem	Duratex	Engie	Klabin	Natura	Weg

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações extraídas de B3.

Para se ter uma ideia da importância de tal índice, apuração conduzida pela B3 desde a criação do índice em 2005 até novembro de 2018, mostrou que a carteira de ações de empresas do ISE teve performance positiva da ordem de 203,80% contra 175,38% do Ibovespa.

Isto posto, é de se esperar que investidores estejam atentos às condições de movimentações na governança corporativa das empresas, de maneira a se sentirem estimulados a encontrar modelos

de gestão e boas práticas de governança que tornem tais organizações mais adequadas ao perfil de uma sociedade empresarial moderna e com elevado profissionalismo.

Por outro lado, é de se esperar que as empresas estejam atentas às tendências que se verificam para a Governança Corporativa, uma vez que são elas que nortearão práticas internas de gestão que alavancarão a forma moderna e sempre atual de condução empresarial.

Neste sentido, diversos autores apresentam tendências para a Governança Corporativa, podendo-se destacar algumas delas como sendo as mais presentes. A tabela 2, a seguir, apresenta tais tendências mais relevantes e comumente encontradas no ambiente empresarial voltado às boas práticas de governança.

Tabela 2 – Tendências observadas para a Governança Corporativa

Tendência observada	Características
Instituição do Conselho de Família	Atuação na convivência entre a família detentora da maioria do capital e a empresa. Não atua diretamente na Governança da empresa, mas cuida dos interesses da família.
Foco nas avaliações das agências de <i>rating</i>	Agências especializadas em avaliações empresariais em relação às boas práticas de Governança.
Autorregulação	Conjunto de procedimentos e normas adotados pelas empresas para que se dê cumprimento aos padrões de Governança Corporativa.
Instituição do Balanço Social	Refere-se ao conjunto de informações a respeito das atividades das empresas em relação à sociedade com a qual ela se relaciona.
Adoção do Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA)	Apresentação pela empresa da riqueza por ela gerada, correspondendo de maneira ampla, à diferença entre os insumos adquiridos e o valor das vendas e/ou serviços realizados.
Certificação	Possibilidade de uma certificação para as empresas que praticam a Governança Corporativa.
Amplitude ou abrangência	Maior amplitude (ou maior abrangência) das práticas de Governança Corporativa que passam a atingir todos os <i>stakeholders</i> (governos, entidades não governamentais, fornecedores, clientes etc).
Convergência	Tendência à unificação dos princípios, códigos e práticas de Governança Corporativa em todos os países.

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de Rossetti (2014), Andrade (2014) e Silva (2006).

Os Conselheiros de Administração precisam atuar de forma equilibrada entre o controle e as ações estratégicas, considerando que o Conselho seria o último órgão de decisão (sob a delegação dos proprietários). Um dos assuntos que nos últimos dois anos vêm trazendo preocupação aos Conselheiros é o tema inovação e tecnologia. Como proporcionar ao cliente da empresa uma experiência agradável no consumo dos seus produtos e serviços? Nesse particular, estamos tratando do Conselheiro com conhecimentos e preocupações digitais, porque os clientes diretos ou os clientes do cliente esperam da empresa uma postura que demonstre ações digitais. No encontro de Conselheiros do IBGC de 2018, foram tratados diversos temas como Big Data, Internet das Coisas, Robotização, Aplicativos e se concluiu que transformar a empresa para a realidade digital

exige uma profunda transformação da cultura organizacional. O Conselheiro além de saber avaliar e decidir sobre as tecnologias precisa atuar para fazer chegar nas estratégias empresariais novos valores, crenças e a mensagem de que o futuro e a sobrevivência da empresa dependem da renovação contínua de seu portfólio, abrindo espaço para startups e associações empresariais que elevem a empresa a novo patamar de modelo de negócio.

Eduardo de Camargo Oliva. *Eduardo de Camargo Oliva - Doutor em Administração pela FEA-USP e professor da Escola de Negócios e do Programa de Pós-Graduação em Administração da USCS. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9172181753057349>.*

José Turíbio de Oliveira. *Bacharel, especialista, mestre e doutor em Administração. Professor da USCS, Fundação Santo André e FIA. Consultor de empresas. Instrutor voluntário do Instituto Francis. Membro e Presidente de Conselho Deliberativo de entidade assistencial. Avaliador de artigos para revistas e eventos científicos na área de Gestão. Pesquisador permanente do Conjuscs. Curriculum Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/9436632225394363>.*

Referências Bibliográficas

IBGC. 6º. **Encontro de Conselheiros de Administração.** São Paulo, 2018. Disponível no site <https://inscricao.ibgc.org.br/encontroibgc/>.

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. **Governança corporativa fundamentos, desenvolvimento e tendências.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, André Luiz Carvalhal da. **Governança corporativa e sucesso empresarial – melhores práticas para aumentar o valor da firma.** São Paulo: Saraiva, 2006.

4. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DO GRANDE ABC À LUZ DO PIB E DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA

Roberto Vital Anau

Resumo Executivo

O Valor Adicionado da Indústria tem registrado persistente queda no Grande ABC, desde 2009. Sua participação no PIB regional caiu de 12% para 6,5% entre 2002 e 2016. Essa queda supera a ocorrida no estado de São Paulo. Os esforços da região para aumentar o coeficiente de inovação e a diversificação industrial foram relevantes, mas o processo de perda de participação da indústria não foi revertido, como demonstram os dados do IBGE/Seade. Nessas condições, urge construir uma estratégia de fortalecimento e redinamização da indústria no Grande ABC, região marcada há décadas pelo peso específico do setor industrial.

O Grande ABC tem perdido participação no Valor Adicionado Industrial paulista na última década. Esse processo iniciou-se no primeiro impacto da crise financeira mundial sobre a economia brasileira, no final de 2008. Até então, considerando-se a primeira década deste século, o crescimento industrial da região superava o do estado, embora ambos estivessem em trajetória ascendente.

A partir de 2008, as trajetórias da indústria estadual e regional passam a divergir. Primeiramente, ambas estagnaram naquele ano. Entretanto, a indústria paulista cresceu mesmo no difícil ano de 2009, quando a economia brasileira teve uma interrupção do crescimento contínuo observado desde 2004, e seguiu em ritmo crescente no ano de 2010 - quando o Brasil alcançou a extraordinária taxa de 7,5% de crescimento do PIB, uma das maiores do mundo. O Estado de São Paulo seguiu crescendo, mas o Grande ABC não acompanhou esse movimento no setor industrial. Pelo contrário, continuou a reduzir seu Valor Adicionado Industrial, embora em ritmo moderado. A partir de 2011, esse indicador apresenta queda livre no Grande ABC, enquanto o Estado estagna ou cai em menor ritmo que a região (v. tabela e figura1).

Observa-se, por outro lado, que a evolução do PIB como um todo foi positiva, tanto para o ABC como para o Estado de São Paulo, por tempo mais longo. O Grande ABC teve crescimento do PIB até 2011, embora, a partir da crise mencionada, sua taxa tenha sido inferior à do Estado. Este último seguiu crescendo até 2014, enquanto o Grande ABC iniciava movimento declinante a partir de 2012 (v. figura 2).

Esses distintos desempenhos comparativos entre o Grande ABC e a economia paulista, que diferem ao observar-se o PIB ou seu componente industrial tomado isoladamente, mostra que a economia regional foi puxada pelo setor terciário (comércio e serviços) nos três anos posteriores à emergência da crise financeira internacional em nosso país. O desempenho negativo da indústria regional iniciou-se a partir de 2008 e não mais parou de ocorrer desde então, mas o PIB total da região ainda manteve comportamento ascendente até 2011.

Constituída por dois componentes estruturantes – automotivo e químico/petroquímico -, a economia regional apresentou sérias dificuldades no período em foco. Estas se referem à falta de inovação e à perda de competitividade, com o aumento de importações de peças e ferramentais na região. Inúmeros esforços foram realizados por prefeituras, pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e por alguns Arranjos Produtivos Locais, que reuniam empresários, sindicatos, universidades e prefeituras em determinados segmentos industriais. Alcançaram-se resultados positivos em certos casos, mas a tendência geral foi inequívoca: a região está em declínio industrial há cerca de uma década e o setor terciário local foi quem impediu a queda do PIB até 2011.

Não é possível imaginar o que teria ocorrido no Grande ABC, caso o crescimento econômico tivesse sido retomado em escala nacional, depois da recessão iniciada em 2014. Talvez a expansão

econômica nacional tivesse impulsionado alguma reação na região. Entretanto, o fato é que a recuperação não ocorreu. O país vive, desde aquele ano, uma das maiores recessões de sua história e não mostra sinais de revertê-la, nem neste ano de 2019. Este, porém, não pode ser motivo de despreocupação com as deficiências específicas da região, encobrendo-as com o argumento geral da crise.

A história recente mostrou que o Grande ABC precisa empenhar-se na defesa de seu setor industrial por meio de inovações e de diversificação industrial. A indústria vem perdendo peso no PIB regional, tendo caído de mais de 12% a pouco mais de 6,5% entre 2002 e 2016 (ver Figura 3). A participação da indústria no PIB ao longo desse período caiu mais intensamente no Grande ABC do que no Estado, reduzindo a distância entre ambos nessa participação (ver Figura 4). Sempre se deve recordar que a forte participação da indústria no PIB regional fez do Grande ABC o principal polo industrial paulista e brasileiro - condição que perdura, mas sob forte pressão no sentido da perda desse predomínio.

Mais recentemente, as duas primeiras montadoras a instalar-se na região anunciaram decisões autônomas de retirar-se da região. O forte impacto na opinião pública, as reações dos sindicatos locais e de algumas autoridades públicas reverteram tais anúncios, tendo alguns observadores chegado a atribuir propósitos oportunistas (obtenção de maiores concessões tributárias e outras) aos referidos anúncios. Mas o desafio está posto para a região: até quando sustenta a permanência da indústria no seu território?

Nas últimas sete décadas, a indústria foi o setor mais dinâmico do Grande ABC, gerou milhares de empregos, respondeu por boa parte da renda e da arrecadação tributária dos municípios. O crescimento do terciário regional foi grandemente estimulado pelo próprio crescimento industrial. Não será positivo para a região deixar de contar com o dinamismo industrial e confiar apenas no crescimento do terciário, embora este seja importante e desejável. Uma indústria fortalecida é necessária para assegurar os empregos, a renda, os tributos (e os gastos públicos municipais decorrentes) bem como a própria expansão do terciário. Sem a renda industrial, este último terá mais dificuldade para ampliar-se na região.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto e Valor Adicionado Industrial dos municípios e da Região do Grande ABC (parte I)

Anos	Localidades	PIB (R\$ Mil de 2018)	Part. no PIB do EstSP (%)	Valor Adicionado na Indústria - VAI (R\$ Mil de 2018)	Part. no VAI do EstSP (%)	VAI/PIB (%)
2002	Diadema	11.188.736,98	0,8369	4.118.818,71	1,35%	36,81%
	Mauá	10.013.670,61	0,7490	3.727.873,32	1,22%	37,23%
	Ribeirão Pires	1.842.911,80	0,1378	516.685,82	0,17%	28,04%
	Rio Grande da Serra	372.155,97	0,0278	100.406,46	0,03%	26,98%
	Santo André	21.937.640,51	1,6409	5.934.603,91	1,95%	27,05%
	São Bernardo do Campo	39.447.357,26	2,9506	13.113.700,41	4,31%	33,24%
	São Caetano do Sul	16.316.250,10	1,2204	5.405.699,62	1,77%	33,13%
	Grande ABC	101.118.723,23	7,5636	32.917.788,26	10,81%	32,55%
	Total do Estado de São Paulo	1.336.906.721,02	100,00	304.573.370,51	100,00%	22,78%
2003	Diadema	12.019.507,65	0,8493	4.874.620,81	1,42%	40,56%
	Mauá	11.088.046,41	0,7834	4.555.628,53	1,33%	41,09%
	Ribeirão Pires	1.922.605,01	0,1358	603.609,34	0,18%	31,40%
	Rio Grande da Serra	382.788,62	0,0270	112.407,18	0,03%	29,37%
	Santo André	24.104.083,08	1,7031	6.979.279,73	2,03%	28,95%
	São Bernardo do Campo	45.263.881,34	3,1982	15.961.274,42	4,64%	35,26%
	São Caetano do Sul	18.442.910,65	1,3031	6.581.727,09	1,92%	35,69%
	Grande ABC	113.223.822,77	8,0000	39.668.547,09	11,54%	35,04%
	Total do Estado de São Paulo	1.415.303.705,29	100,00	343.676.360,17	100,00%	24,28%
2004	Diadema	12.518.467,95	0,8984	5.078.885,62	1,44%	40,57%
	Mauá	10.985.465,75	0,7884	4.619.077,46	1,31%	42,05%
	Ribeirão Pires	1.925.758,28	0,1382	642.660,47	0,18%	33,37%
	Rio Grande da Serra	398.610,56	0,0286	127.758,10	0,04%	32,05%
	Santo André	24.265.602,38	1,7415	6.834.743,66	1,94%	28,17%
	São Bernardo do Campo	46.734.872,41	3,3541	17.662.027,09	5,01%	37,79%
	São Caetano do Sul	17.635.836,28	1,2657	6.444.448,63	1,83%	36,54%
	Grande ABC	114.464.613,60	8,2149	41.409.601,03	11,75%	36,18%
	Total do Estado de São Paulo	1.393.375.949,71	100,00	352.345.831,54	100,00%	25,29%
2005	Diadema	14.831.082,91	0,9468	5.959.019,80	1,53%	40,18%
	Mauá	11.647.400,63	0,7436	4.896.850,74	1,26%	42,04%
	Ribeirão Pires	2.057.807,22	0,1314	630.340,64	0,16%	30,63%
	Rio Grande da Serra	461.849,49	0,0295	157.733,16	0,04%	34,15%
	Santo André	25.161.878,40	1,6063	7.114.451,32	1,83%	28,27%
	São Bernardo do Campo	51.087.849,68	3,2614	19.523.906,17	5,02%	38,22%
	São Caetano do Sul	22.606.225,82	1,4432	8.662.688,85	2,23%	38,32%
	Grande ABC	127.854.094,14	8,1621	46.944.990,67	12,08%	36,72%
	Total do Estado de São Paulo	1.566.437.436,87	100,00	388.604.605,53	100,00%	24,81%
2006	Diadema	14.961.294,85	0,8934	5.638.907,09	1,47%	37,69%
	Mauá	12.110.127,13	0,7231	4.774.398,25	1,25%	39,42%
	Ribeirão Pires	2.201.002,25	0,1314	620.624,80	0,16%	28,20%
	Rio Grande da Serra	452.826,56	0,0270	138.298,39	0,04%	30,54%
	Santo André	25.760.998,65	1,5382	6.910.531,55	1,81%	26,83%
	São Bernardo do Campo	51.505.522,42	3,0755	18.845.943,99	4,93%	36,59%
	São Caetano do Sul	23.265.821,79	1,3893	8.304.568,54	2,17%	35,69%
	Grande ABC	130.257.593,64	7,7780	45.233.272,60	11,82%	34,73%
	Total do Estado de São Paulo	1.674.698.476,07	100,00	382.658.092,96	100,00%	22,85%
2007	Diadema	15.863.888,04	0,9006	6.118.710,47	1,50%	38,57%
	Mauá	12.023.376,20	0,6826	4.847.386,86	1,19%	40,32%
	Ribeirão Pires	2.379.027,60	0,1351	739.802,79	0,18%	31,10%
	Rio Grande da Serra	452.492,60	0,0257	140.840,30	0,03%	31,13%
	Santo André	26.412.805,79	1,4995	7.404.640,44	1,82%	28,03%
	São Bernardo do Campo	59.018.466,87	3,3507	21.133.117,96	5,19%	35,81%
	São Caetano do Sul	22.209.911,63	1,2609	8.179.257,87	2,01%	36,83%
	Grande ABC	138.359.968,73	7,8552	48.563.756,69	11,93%	35,10%
	Total do Estado de São Paulo	1.761.387.283,62	100,00	406.972.460,48	100,00%	23,11%
2008	Diadema	15.873.765,30	0,8824	5.863.082,75	1,44%	36,94%
	Mauá	12.550.033,22	0,6976	4.903.614,57	1,20%	39,07%
	Ribeirão Pires	2.356.026,53	0,1310	674.236,65	0,17%	28,62%
	Rio Grande da Serra	467.385,43	0,0260	137.769,30	0,03%	29,48%
	Santo André	25.623.317,82	1,4244	6.601.513,81	1,62%	25,76%
	São Bernardo do Campo	62.749.214,64	3,4882	22.080.392,92	5,43%	35,19%
	São Caetano do Sul	23.726.612,52	1,3189	8.534.126,01	2,10%	35,97%
	Grande ABC	143.346.355,47	7,9685	48.794.736,00	11,99%	34,04%
	Total do Estado de São Paulo	1.798.915.216,04	100,00	406.960.100,07	100,00%	22,62%
2009	Diadema	16.486.929,49	0,8356	5.715.698,05	1,32%	34,67%
	Mauá	13.899.441,70	0,7045	5.328.782,78	1,23%	38,34%
	Ribeirão Pires	2.516.734,82	0,1276	667.480,07	0,15%	26,52%
	Rio Grande da Serra	590.583,43	0,0299	199.166,70	0,05%	33,72%
	Santo André	27.685.374,55	1,4032	6.515.323,26	1,51%	23,53%
	São Bernardo do Campo	60.836.286,54	3,0833	21.101.832,99	4,89%	34,69%
	São Caetano do Sul	23.535.858,42	1,1929	8.389.439,74	1,94%	35,65%
	Grande ABC	145.551.208,94	7,3769	47.917.723,59	11,10%	32,92%
	Total do Estado de São Paulo	1.973.075.474,71	100,00	431.833.695,89	100,00%	21,89%

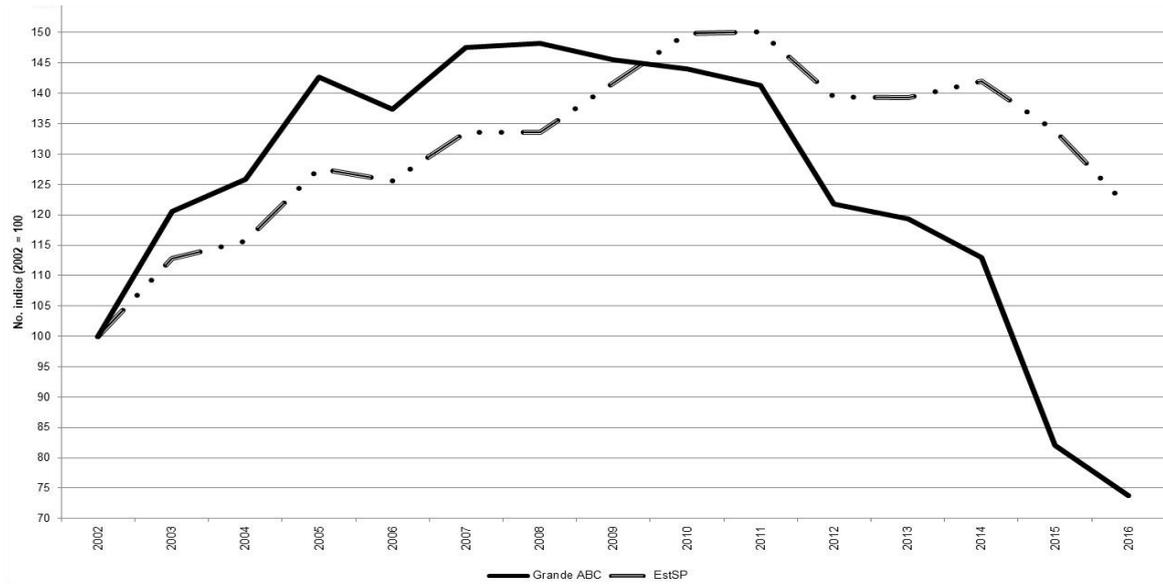
Fonte: Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS a partir de dados da Fundação SEADE – Informações dos Municípios Paulistas.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto e Valor Adicionado Industrial dos municípios e da Região do Grande ABC (parte II)

Anos	Localidades	PIB (R\$ Mil de 2018)	Part. no PIB do EstSP (%)	Valor Adicionado na Indústria - VAI (R\$ Mil de 2018)	Part. no VAI do EstSP (%)	VAI/PIB (%)
2010	Diadema	16.829.199,74	0,8264	5.949.165,45	1,30%	35,35%
	Mauá	14.664.386,69	0,7201	5.673.720,31	1,24%	38,69%
	Ribeirão Pires	2.837.114,91	0,1393	851.593,54	0,19%	30,02%
	Rio Grande da Serra	604.786,53	0,0297	211.534,51	0,05%	34,98%
	Santo André	30.142.979,66	1,4802	6.989.394,03	1,53%	23,19%
	São Bernardo do Campo	66.936.633,40	3,2871	22.319.326,55	4,89%	33,34%
	São Caetano do Sul	19.196.895,44	0,9427	5.417.590,07	1,19%	28,22%
	Grande ABC	151.211.996,38	7,4256	47.412.324,45	10,39%	31,35%
Total do Estado de São Paulo	2.036.367.966,68	100,00	456.288.888,42	100,00%	22,41%	
2011	Diadema	17.471.538,52	0,8118	6.158.230,66	1,35%	35,25%
	Mauá	14.699.997,32	0,6830	4.880.210,69	1,07%	33,20%
	Ribeirão Pires	3.034.830,36	0,1410	776.542,83	0,17%	25,59%
	Rio Grande da Serra	636.747,02	0,0296	209.978,53	0,05%	32,98%
	Santo André	32.567.706,35	1,5133	7.511.202,36	1,64%	23,06%
	São Bernardo do Campo	69.642.420,85	3,2360	21.837.109,32	4,77%	31,36%
	São Caetano do Sul	19.893.005,78	0,9243	5.162.714,58	1,13%	25,95%
	Grande ABC	157.946.246,20	7,3391	46.535.988,97	10,17%	29,46%
Total do Estado de São Paulo	2.152.130.077,40	100,00	457.427.437,55	100,00%	21,25%	
2012	Diadema	16.627.139,97	0,7696	5.368.299,33	1,26%	32,29%
	Mauá	12.881.443,52	0,5962	3.488.078,56	0,82%	27,08%
	Ribeirão Pires	3.065.920,12	0,1419	741.205,28	0,17%	24,18%
	Rio Grande da Serra	626.366,49	0,0290	205.832,61	0,05%	32,86%
	Santo André	33.041.442,53	1,5293	6.708.365,55	1,58%	20,30%
	São Bernardo do Campo	62.777.247,97	2,9057	17.927.506,63	4,22%	28,56%
	São Caetano do Sul	20.917.949,94	0,9682	5.644.624,09	1,33%	26,98%
	Grande ABC	149.937.510,54	6,9400	40.083.912,05	9,44%	26,73%
Total do Estado de São Paulo	2.160.497.452,07	100,00	424.830.173,05	100,00%	19,66%	
2013	Diadema	17.390.278,68	0,7720	5.330.399,96	1,26%	30,65%
	Mauá	13.789.002,23	0,6121	3.662.830,85	0,86%	26,56%
	Ribeirão Pires	3.374.698,75	0,1498	790.606,63	0,19%	23,43%
	Rio Grande da Serra	695.710,26	0,0309	208.698,31	0,05%	30,00%
	Santo André	35.094.196,89	1,5579	7.182.452,04	1,69%	20,47%
	São Bernardo do Campo	64.075.932,14	2,8445	16.932.160,83	3,99%	26,43%
	São Caetano do Sul	20.951.151,42	0,9301	5.161.199,71	1,22%	24,63%
	Grande ABC	155.370.970,36	6,8972	39.268.348,34	9,25%	25,27%
Total do Estado de São Paulo	2.252.655.412,38	100,00	424.297.171,05	100,00%	18,84%	
2014	Diadema	17.777.330,08	0,7560	5.095.061,87	1,18%	28,66%
	Mauá	14.167.717,45	0,6025	3.939.153,46	0,91%	27,80%
	Ribeirão Pires	3.470.507,99	0,1476	755.401,00	0,17%	21,77%
	Rio Grande da Serra	658.605,93	0,0280	197.885,56	0,05%	30,05%
	Santo André	33.839.708,99	1,4391	6.790.819,88	1,57%	20,07%
	São Bernardo do Campo	60.065.079,40	2,5544	15.815.280,21	3,66%	26,33%
	São Caetano do Sul	19.656.832,32	0,8360	4.581.568,09	1,06%	23,31%
	Grande ABC	149.635.782,16	6,3636	37.175.170,07	8,60%	24,84%
Total do Estado de São Paulo	2.351.435.648,30	100,00	432.449.810,10	100,00%	18,39%	
2015	Diadema	15.637.252,27	0,7052	4.218.059,20	1,03%	26,97%
	Mauá	13.683.078,22	0,6170	3.719.861,04	0,91%	27,19%
	Ribeirão Pires	3.278.654,21	0,1479	798.806,21	0,20%	24,36%
	Rio Grande da Serra	611.763,13	0,0276	178.761,23	0,04%	29,22%
	Santo André	29.020.173,99	1,3087	4.719.989,90	1,16%	16,26%
	São Bernardo do Campo	48.026.543,64	2,1658	10.057.640,58	2,47%	20,94%
	São Caetano do Sul	15.347.801,79	0,6921	3.324.507,35	0,82%	21,66%
	Grande ABC	125.605.267,26	5,6642	27.017.625,51	6,63%	21,51%
Total do Estado de São Paulo	2.217.529.478,27	100,00	407.694.598,93	100,00%	18,39%	
2016	Diadema	13.229.744,53	0,6492	3.547.136,52	0,96%	26,81%
	Mauá	13.963.846,49	0,6852	4.373.723,04	1,18%	31,32%
	Ribeirão Pires	3.021.838,84	0,1483	700.978,03	0,19%	23,20%
	Rio Grande da Serra	578.086,54	0,0284	162.057,04	0,04%	28,03%
	Santo André	25.837.046,14	1,2678	4.327.279,17	1,17%	16,75%
	São Bernardo do Campo	42.131.380,22	2,0673	8.223.955,43	2,23%	19,52%
	São Caetano do Sul	13.286.711,39	0,6519	2.950.347,68	0,80%	22,21%
	Grande ABC	112.048.654,15	5,4980	24.285.476,91	6,58%	21,67%
Total do Estado de São Paulo	2.038.004.931,13	100,00	369.304.807,14	100,00%	18,12%	

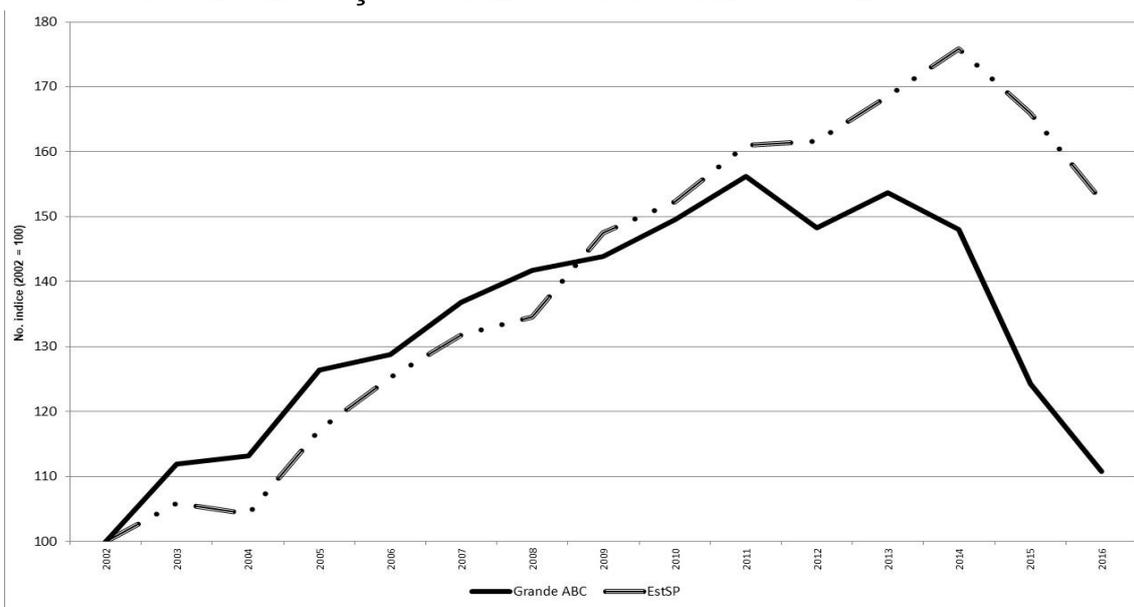
Fonte: Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS a partir de dados da Fundação SEADE – Informações dos Municípios Paulistas.

Gráfico 1 – Evolução do valor adicionado industrial do Grande ABC e Estado de SP



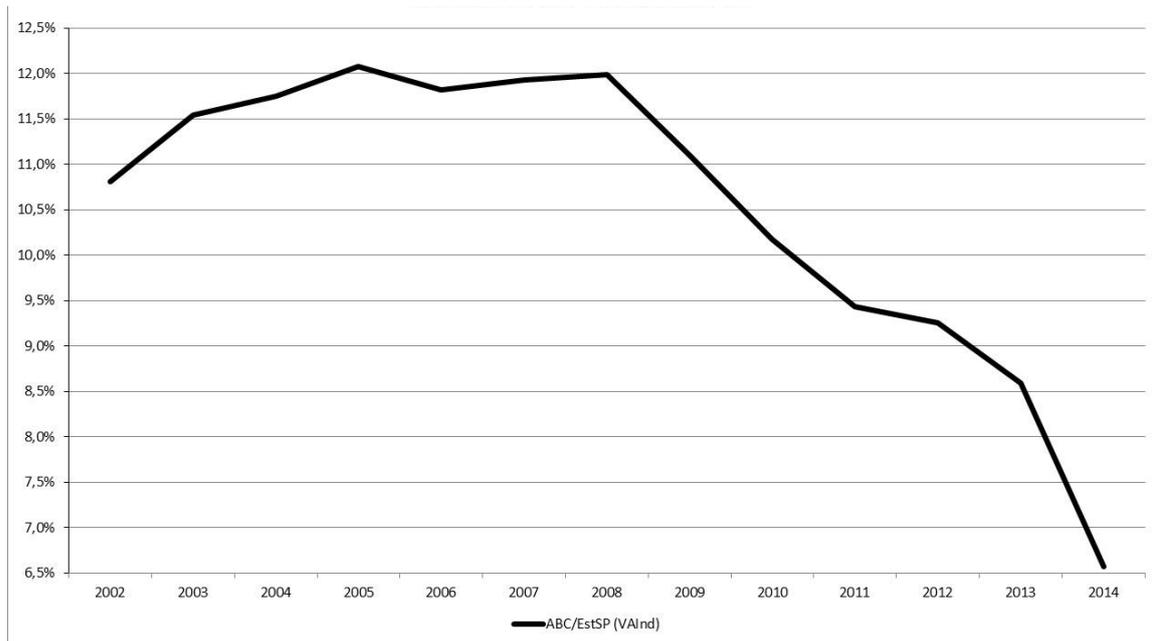
Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS a partir de dados da Fundação Seade.

Gráfico 2 – Evolução do PIB do Grande ABC e do Estado de SP



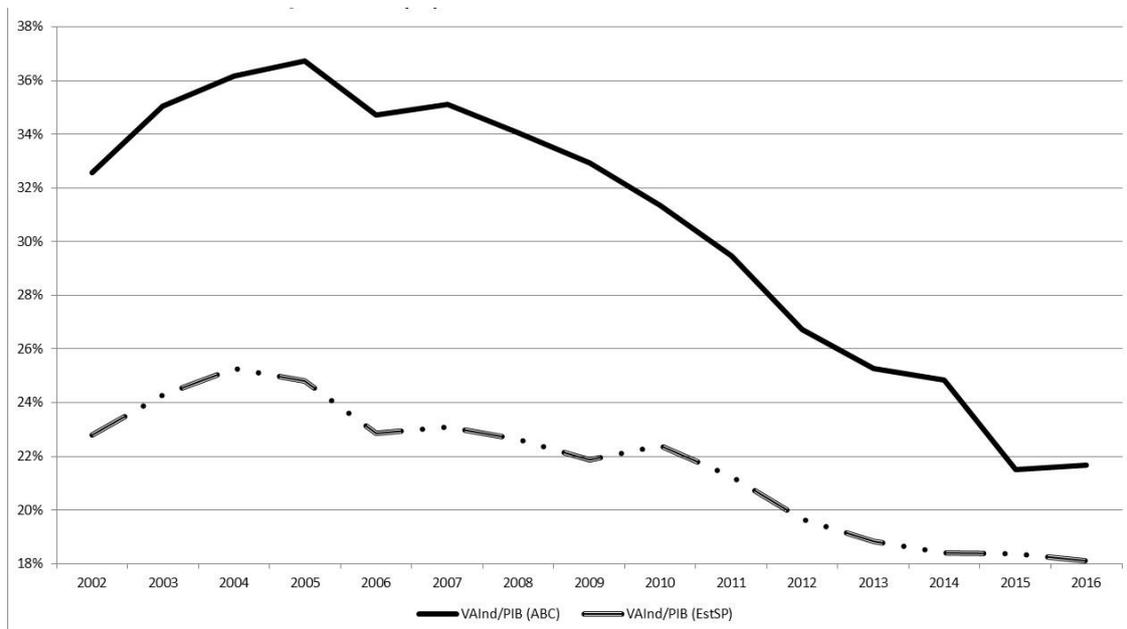
Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS a partir de dados da Fundação Seade.

Gráfico 3 – Evolução da participação do Grande ABC no valor adicionado industrial do Estado de SP



Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS a partir de dados da Fundação Seade.

Gráfico 4 – Evolução do valor adicionado industrial enquanto componente (%) do PIB – ABC e Estado de SP



Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS a partir de dados da Fundação Seade.

Roberto Vital Anau é Bacharel em Ciências Econômicas – FEA-USP; Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas - FAU-USP; Doutor em Planejamento e Gestão do Território - UFABC. Docente de História Econômica Geral e História do Pensamento Econômico na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS e na Universidade Anhembi-Morumbi. Autor do livro “O Retorno de Karl Marx: a redescoberta de Marx no século XXI”, editora Perseu Abramo/Serpente.

CV Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do;jsessionid=92BB5F572A5D29DA9D7E9605701B62C2.jb_buscacv_219.

5. OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS GERADOS NAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO

Flavia Pereira dos Santos

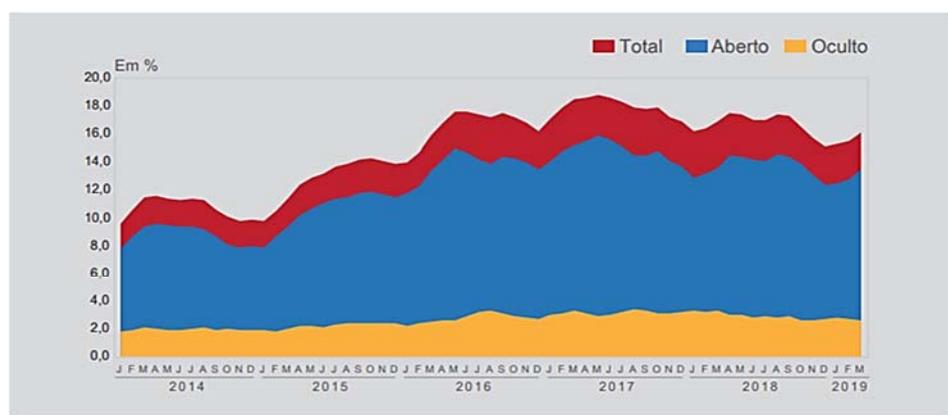
Resumo Executivo

A partir de uma breve contextualização teórica e conceitual, a nota técnica apresenta dados sobre o desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Seade em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), e os impactos emocionais e psicológicos enfrentados pelos indivíduos que se encontram desempregados. Propõe-se uma reflexão sobre a relação do desemprego e a saúde mental. Chama-se a atenção para a importância da construção e execução de políticas públicas nas quais participem profissionais da área de saúde e de outros saberes para auxiliarem os indivíduos que se encontram desamparados.

O desemprego é atualmente um dos assuntos mais preocupantes em todo o mundo. Em meados de 2000, o país apresentava grande crescimento econômico e expansão da atividade, que se refletiam nos baixos índices de desemprego, crescimento dos vínculos de emprego e incremento real dos salários e rendimentos no trabalho. Contudo, em 2014, esse cenário de crescimento econômico mudou e o país passou a enfrentar uma enorme crise econômica, afetando os investimentos das empresas privadas e a arrecadação do Estado, ocasionando a queda de emprego e renda. Atualmente, o cenário do país mostra a continuidade e o incremento da taxa de desemprego e do trabalho informal.

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Seade em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as taxas de desemprego aberto e total na Região Metropolitana de São Paulo, ainda que com oscilações, vem se elevando tendencialmente.

Gráfico 1 – Taxas de desemprego, segundo tipo na Região Metropolitana de São Paulo, 2014-2019



Fonte: Secretaria de Governo. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
Nota: A taxa de desemprego total é composta pela soma das taxas de desemprego aberto e oculto.
Taxa de desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias anteriores à entrevista.
Taxa de desemprego oculto: pessoas cuja situação de desemprego está oculta pelo trabalho precário – “bico” – ou pelo desalento; neste último caso, não houve procura de trabalho nos últimos 30 dias, mas sim nos últimos 12 meses anteriores à entrevista.

Fonte: Secretaria de Governo. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego PED.

O contingente de desempregados em março de 2019 foi estimado em 1.772.000 pessoas, 61 mil a mais do que no mês anterior. Esse resultado decorreu da redução do nível de ocupação (eliminação de 91 mil postos de trabalho, ou -1,0%), movimento atenuado pela saída de 30 mil pessoas (-0,3%) da População Economicamente Ativa – PEA (SEADE, 2019).

A figura 1 mostra as taxas de desemprego por regiões geográficas.

Figura 1 – Taxas de Desemprego Total



Fonte: Secretaria de Governo. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego PED.

Atualmente, muitos dos brasileiros que se encontram empregados vivem situações difíceis em seu trabalho, com baixos salários, longas jornadas e vínculos empregatícios informais ou temporários. Já as pessoas que vivenciaram a perda do emprego sentem dificuldades de retornar ao mercado de trabalho, por falta de oportunidade ou capacitação profissional. Com isso, os indivíduos que estão em busca de recolocação no mercado de trabalho passam a vivenciar problemas emocionais e psíquicos, devido a frustrações que vão encontrando em suas tentativas.

O desemprego priva o indivíduo de vários ganhos na sua construção e na sua relação com o mundo, tais como estruturação do cotidiano, expansão do contato com as pessoas para além do âmbito familiar, novas metas e propósitos na vida, status, capacitação profissional e a construção de sua identidade. Falar sobre a relação entre a saúde mental e o desemprego é muito importante, devido aos efeitos prejudiciais que esse cenário pode produzir na vida da pessoa que se encontra em situação de desemprego. Nesse contexto, alguns estudos que serão apresentados a seguir mostram que o desemprego pode desencadear danos psicossociais e na saúde mental do indivíduo.

É pertinente enfatizar aqui a definição que Borges e Tamayo (2001:13 apud Pinheiro e Monteiro, 2017:36) dão para o trabalho: *“O trabalho é rico de sentido individual e social. É o meio de produção da vida de cada um, criando sentidos existenciais ou contribuindo na estruturação da personalidade e da identidade”*.

As dimensões do trabalho podem ser classificadas em: psicológica, social, econômica e ontológica. A primeira refere-se ao trabalho como constituição de identidade, de representação da subjetividade e realização pessoal. A segunda dimensão denota um papel social e uma forma de inserção na sociedade por meio do trabalho, que também é estruturante da organização social, sendo uma forma de sociabilidade humana. A dimensão econômica designa o trabalho como meio de sustentação financeira e material. A dimensão ontológica pode ser caracterizada como forma de se humanizar, de se distinguir da atividade instintiva animal, tendo em vista que o trabalho é uma qualidade teleológica e genérica do ser humano (Ribeiro, 2007; Sato & Schmidt, 2004; Moura, 1998 apud Barros e Oliveira, 2009:88).

A evolução no processo de adoecimento psíquico do desempregado pode ser pensada em quatro fases propostas por Ribeiro (2007): Primeiro vem o choque e reação: negação do ocorrido, busca impulsiva de um outro emprego e tentativa de restituição de uma situação anterior. Segundo a Transição: autoacusação, vergonha de si mesmo e retraimento social. Terceiro a Adaptação patológica: afastamento social e apatia, cessando as buscas por um emprego. E o Quarto a Passividade: resignação fatalista e abandono da esperança de voltar a ser um trabalhador como na situação anteriormente vivida, constituindo uma ruptura biográfica significativa e permanente, que pode levar a uma quebra total do contato com a realidade e a consequente atribuição de um estereótipo de “desempregado”.

De acordo com Ribeiro (2007), A falta do trabalho ou a impossibilidade do trabalho constituído como obra (reconstrução contínua do mundo e de si) gera, invariavelmente, uma vida sem sentido e uma situação de vulnerabilidade social.

Segundo Peres, Silva e Carvalho (2018), a ausência de emprego, além de inviabilizar economicamente a sobrevivência do sujeito, causa uma sensação de falta de identidade capaz de colocar em risco seu equilíbrio psíquico.

Warr (1988 apud Barros e Oliveira, 2009:90) descreve os aspectos potencialmente negativos do desemprego que incluem: redução dos rendimentos financeiros; restrições no padrão de vida; menor possibilidade de decidir sobre sua própria vida; impossibilidade de alcançar objetivos relacionados ao meio externo; redução do desenvolvimento e da prática de habilidades; insegurança em relação ao futuro; restrições dos contatos interpessoais e; perda de posição social valorizada.

Estramiana (1992 apud Barros e Oliveira, 2009:90) descreve indicadores utilizados na investigação do impacto psicossocial do desemprego, tais como transtornos psíquicos menores, depressão, baixa autoestima, insatisfação com a vida presente, dificuldades cognitivas e conflitos nas relações familiares.

Silva (2006 apud Pinheiro e Monteiro, 2017:41) aponta que a perda do vínculo com o emprego formal pode conduzir o indivíduo a manifestar o surgimento de gastrites, úlceras, desenvolvimento de cânceres, estresse, fadiga, entre outros. A autora sinaliza que as manifestações podem ocorrer também no desenvolvimento de problemas emocionais, como neuroses, psicoses, síndrome de pânico, depressão, fobia social, ansiedade e outros.

Rocha, Carvalho e Barreto (1999 apud Pinheiro e Monteiro, 2017:40) realizaram estudo referente ao impacto do desemprego na saúde de homens e mulheres no município de São Paulo. Detectaram a desvalorização profissional, na medida em que os desempregados aceitariam qualquer tipo de trabalho. Observaram ainda o medo de permanecer desempregado, a perda de dignidade, valor e reconhecimento, as dificuldades para a sobrevivência, assim como os limites impostos à vida e ao viver. As autoras destacam os principais impactos do desemprego como vivências depressivas, desânimo, pensamentos suicidas, tensão, insegurança, insônia, dores generalizadas, mau humor e brigas familiares.

Além destes, outros estudos apontaram que o desemprego pode causar no indivíduo fixação religiosa ou para o esporte, agravamento nas relações sociais, criminalidade e relações informais de trabalho (Barros e Oliveira, 2009, p. 90).

O quadro 1 apresenta as principais consequências do desemprego a saúde mental do indivíduo, conforme os estudos apresentados.

Quadro 1 – Consequências do desemprego na saúde mental

Físicos	Transtornos Psíquicos	Psicossociais	Emocionais	Outros
<ul style="list-style-type: none"> • Gastrites • Úlceras • Desenvolvim. cânceres • Estresse • Fadiga 	<ul style="list-style-type: none"> • Neuroses • Psicoses • Síndrome de pânico • Depressão • Fobia social • Ansiedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução dos rendimentos financeiros • Restrições no padrão de vida • Menor possibilidade de decidir sobre sua própria vida • Impossibilidade de alcançar objetivos relacionados ao meio externo • Redução do desenvolvim. e da prática de habilidades • Insegurança em relação ao futuro • Restrições dos contatos interpessoais • Perda de posição social valorizada 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa autoestima • Insatisfação com a vida presente • Dificuldades cognitivas e • Conflitos nas relações familiares 	<ul style="list-style-type: none"> • Fixação religiosa ou para o esporte • Agravamento nas relações sociais • Criminalidade • Relações informais de trabalho

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o CONJUSCS.

Os estudos apresentados evidenciam várias consequências que podem ser geradas em pessoas que se encontram desempregadas. O emprego promove status social, além de ser um motivador no crescimento intelectual, social e psíquico. Estar desempregado ocasiona no indivíduo a falta de perspectiva futura, dúvidas sobre sua capacidade e autonomia e sentem-se desvalorizados, provocando uma perda do sentido em sua vida.

Contudo, as pessoas que conseguem se recolocar no mercado de trabalho, passam a enfrentar ambientes estressores, com intensas jornadas, baixos salários, sobrecarga física e psíquica, relações conflituosas e podendo até chegar a executar trabalhos de risco. Além das exigências de produtividade e o aumento da competição no mercado de trabalho.

Conclusão

Os estudos apresentados objetivaram mostrar a relação entre desemprego e adoecimento. O desempregado vivencia falta de renda, liberdade, autonomia, exclusão social, desmotivação, inseguranças, sentimentos de vergonha e humilhação, distúrbios no sono e alterações de humor. Esses sentimentos promovem profundas modificações psíquicas no indivíduo, fazendo com que surjam problemas emocionais, patológicos e vícios.

Cabe-se pensar então no papel do psicólogo e de outros profissionais da saúde sobre a saúde mental dos indivíduos desempregados e a complexidade desta situação. Quais políticas públicas podem ser desenvolvidas para amparar os indivíduos que se encontram nessa situação? O que pode ser feito para reestruturação emocional e capacitação deste indivíduo para retomada no mercado de trabalho? É necessário também um olhar de outros saberes que permitam um trabalho interdisciplinar, para se compreender o desemprego e suas consequências em sua totalidade.

Cabe ressaltar que as consequências psicológicas e emocionais vivenciadas pelo desemprego ocorrerá de forma diferente em cada indivíduo. Algumas pessoas podem ser afetadas emocionalmente e psicologicamente quando se encontram desempregadas e outras pessoas podem lidar com o desemprego de forma estruturada e equilibrada, buscando meios mais saudáveis de enfrentamento. Deve-se levar em consideração a construção psicossocial de cada pessoa e as significações que cada indivíduo dá para o emprego.

Flavia Pereira dos Santos. Psicóloga. CRP 05/57153. Formada pela Universidade Estácio de Sá. Atualmente pós-graduanda em Gestalt Terapia pela Universidade Veiga de Almeida.

Referências Bibliográficas

BARROS, Celso Aleixo de e OLIVEIRA, Tatiane Lacerda de. **Saúde mental de trabalhadores desempregados.** Rev. Psicol., Organ. Trab. [online]. 2009, vol.9, n.1, pp. 86-107. ISSN 1984-6657. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1984-66572009000100006&script=sci_abstract&lng=es>. Acesso em: 05 mai. 2019.

PERES, Rodrigo Sanches, SILVA, Júlia Azevedo da, CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. Um olhar psicológico acerca do desemprego e da precariedade das relações de trabalho. Psicol. Teor. Prat., v.5, n.1, São Paulo, Jun 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872003000100008> Acesso em: 05 mai. 2019.

PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto; MONTEIRO, Janine Kieling. **Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental.** Cad. psicol. soc. trab., São Paulo, v. 10, n. 2, p. 35-45, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172007000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 mai. 2019.

RIBEIRO, M. A. Psicose e Desemprego: um paralelo entre experiências psicossociais de ruptura bibliográfica. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. Cad. Psicol. Soc. Trab. v.10 n.1, São Paulo, Jun 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172007000100006> Acesso em: 05 mai. 2019.

SEADE: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Pesquisa de Emprego e Desemprego: Região Metropolitana de São Paulo.** São Paulo, Março 2019. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2019/04/PED_RMSP_412_mar-2019.pdf. Acesso em: 5 mai. 2019.

6. INDICADORES CRIMINAIS DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA

David Pimentel Barbosa de Siena

Resumo Executivo

A presente nota técnica tem como objeto as informações criminais da Região do Grande ABC Paulista relativas ao exercício de 2018. Foram coletados os dados dos crimes praticados no período eleito, tendo como fonte as publicações oficiais divulgadas pela Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Crimes que deram ensejo à elaboração de boletins de ocorrência

Na tabela 1 a seguir, são encontrados os números de crimes que deram ensejo à elaboração de boletins de ocorrência, e que são divulgados nos termos da Resolução SSP n. 160, de 8 de maio 2001, durante todo ano de 2018, no Grande ABC Paulista.

Tabela 1 – Número de crimes que deram ensejo à elaboração de boletins de ocorrência, Grande ABC Paulista, 2018

Indicador	S.A.	SBC	SCS	Diadema	Mauá	RP	RGS	Total
Homicídio doloso	50	38	0	34	35	9	2	168
Número de vítimas em homicídio doloso	52	43	0	35	36	9	2	177
Homicídio doloso por acidente de trânsito	0	2	0	0	1	0	0	3
Número de vítimas em homicídio doloso por acidente de trânsito	0	3	0	0	1	0	0	4
Homicídio culposo por acidente de trânsito	17	46	0	18	9	10	0	100
Homicídio culposo outros	5	0	1	0	0	1	0	7
Tentativa de homicídio	42	37	8	22	33	7	2	144
Lesão corporal seguida de morte	3	0	0	0	0	0	1	4
Lesão corporal dolosa	1.298	1.390	197	902	694	235	108	4.824
Lesão corporal culposa por acidente de trânsito	840	1.390	177	631	329	82	25	3.474
Lesão corporal culposa – outras	15	14	16	34	8	1	0	88
Latrocínio	5	8	0	10	2	1	0	26
Número de vítimas em latrocínio	5	8	0	10	2	1	0	26
Total de estupro	123	163	23	84	73	18	16	500
Estupro	40	54	8	26	12	2	2	144
Estupro de vulnerável	83	109	15	58	61	16	14	356
Total de roubo – outros	7.450	6.187	664	6.118	3.126	459	113	24.117
Roubo – outros	7.329	5.993	636	6.036	3.040	434	111	23.579
Roubo de veículo	2.485	1.783	248	2.140	1.448	187	36	8.327
Roubo a banco	0	0	0	0	0	1	0	1
Roubo de carga	121	194	28	82	86	24	2	537
Furto – outros	7.004	5.589	1308	3.443	3.197	532	292	21.365
Furto de veículo	4.233	1.633	449	1.002	1.859	232	39	9.447

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI)

Diante dessas informações, é possível aferir o número de *mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI)*, indicador proposto em 2006, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública+ (SENASP), que leva em consideração o número de mortes notificadas à Polícia Civil, e classificadas como homicídio doloso (artigo 121, *caput* e § 2º, do Código Penal), lesão corporal seguida de morte (artigo 129, § 4º, do Código Penal), roubo seguido de morte ou “latrocínio” (artigo 157, § 4º, do Código Penal).

Tabela 2 – Número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI), Grande ABC Paulista, 2017 e 2018

Município	2017	2018	Variação
Santo André	44	60	36,6%
São Bernardo do Campo	60	51	-15,0%
São Caetano do Sul	4	0	-100,0%
Diadema	45	45	0,0%
Mauá	55	38	-30,9%
Ribeirão Pires	8	10	25,0%
Rio Grande da Serra	4	3	-25,0%
Total	222	207	-6,7%

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

No Grande ABC Paulista, houve, em 2018, diminuição do número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (-6,7%), acompanhando a tendência estadual de queda (-10,9%). Em números absolutos, Santo André foi o município que liderou o ranking com 60 mortes durante todo ano de 2018. Já São Caetano do Sul foi a cidade menos violenta, pois não registrou nenhum caso de morte decorrente de crimes violentos letais e intencionais. Em comparação ao ano de 2017, São Caetano do Sul apresentou a maior queda (-100%), enquanto Santo André apresentou o maior aumento (36,6%).

Tabela 3 – Número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2018

Município	2018
Santo André	8,8
SBCampo	6,6
São Caetano do Sul	0,0
Diadema	11,6
Mauá	9,1
Ribeirão Pires	8,8
Rio Grande da Serra	6,8

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

A taxa anual de mortes decorrente de CVLI da Região da Grande ABC Paulista foi de 8,1 mortes por 100 mil habitantes, ou seja, tecnicamente dentro da média do Estado de São Paulo (8,3), e bem inferior à média nacional (24,7). O Município de Diadema obteve a maior taxa, sendo que ocorreram 11,6 mortes por 100 mil habitantes durante o ano de 2018. Por outro lado, São Caetano do Sul se manteve no patamar mais baixo de violência com taxa zero de mortes.

Mortes decorrentes de oposição à intervenção policial

O número de *mortes decorrentes de oposição à intervenção policial*, leva em consideração as ações envolvendo integrantes das instituições de segurança pública (Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Civil Municipal), amparados por alguma causa excludente da ilicitude, que afasta a tipificação no crime de homicídio doloso.

Tabela 4 – Número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial, Grande ABC Paulista, 2017 e 2018

Município	2017	2018	Variação
Santo André	27	19	-29,6%
São Bernardo do Campo	22	29	31,8%
São Caetano do Sul	1	0	-100%
Diadema	15	11	-26,6%
Mauá	15	22	46,6%
Ribeirão Pires	2	0	-100,0%
Rio Grande da Serra	0	0	0,0%
Total	82	81	-1,2%

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

No Estado de São Paulo, ocorreram 851 mortes em 2018, havendo queda de 9,4%. No Grande ABC Paulista, em comparação a 2017 (82 mortes), houve ligeira queda de 1,2% do número de mortes decorrentes de intervenção policial durante o ano de 2018 (81 mortes). Ocorreu mais letalidade policial em São Bernardo do Campo (29 mortes). Já em São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra não foram registrados casos de morte decorrente de oposição à intervenção policial. Mauá apresentou o maior aumento (46,6%), e São Caetano do Sul e Ribeirão Pires apresentaram as maiores quedas (-100%) do número de mortes decorrentes de intervenção policial.

Tabela 5 – Número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2018

Município	2018
Santo André	2,8
São Bernardo do Campo	3,7
São Caetano do Sul	0,0
Diadema	2,8
Mauá	5,2
Ribeirão Pires	0,0
Rio Grande da Serra	0,0

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

A Região do Grande ABC Paulista apresentou taxa de morte decorrente de oposição à intervenção policial de 3,1 mortes por 100 mil habitantes, ou seja, superior à média estadual (2,0). A Cidade de Mauá apresentou a maior taxa, com 5,2 mortes por 100 mil habitantes. Por outro lado, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra apresentaram os melhores indicadores, com taxa zero de mortes.

Estupros

No número de casos de *estupros* são levados em consideração todos aqueles em que houve vitimização sexual notificada à Polícia Civil, e classificada nos artigos 213 e 217-A, do Código Penal.

Tabela 6 – Número de casos de estupros, Grande ABC Paulista, 2017 e 2018

Município	2017	2018	Variação
Santo André	112	123	9,8%
São Bernardo do Campo	123	163	32,5%
São Caetano do Sul	25	23	-8,0%
Diadema	68	84	23,5%
Mauá	73	73	0,0%
Ribeirão Pires	33	18	-45,4%
Rio Grande da Serra	20	16	-20,0%
Total	454	500	10,1%

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Verificou-se um aumento do número de casos de estupro (10,1%) na região da Grande ABC Paulista superior à variação estadual (7,7%). São Bernardo do Campo apresentou o maior número absoluto de casos de estupro, sendo que em 2018 ocorreram 163 casos naquele Município. De outro lado, Rio Grande da Serra foi o Município que apresentou número mais baixo, pois foram noticiados 16 casos de estupro durante todo ano. Em comparação a 2017, São Bernardo do Campo experimentou a maior elevação (32,5%), e Ribeirão Pires apresentou a maior queda (-45,4%).

Tabela 7 – Número de casos de estupro por 100 mil habitantes no Grande ABC Paulista, 2018

Município	2018
Santo André	18,1
São Bernardo do Campo	21,2
São Caetano do Sul	15,4
Diadema	21,7
Mauá	17,5
Ribeirão Pires	15,9
Rio Grande da Serra	36,3

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Levando em conta toda região do Grande ABC Paulista, a taxa anual de estupros ficou em 19,5 estupros por 100 mil habitantes, indicador inferior a média estadual (43,7). A maior taxa foi verificada na Cidade de Rio Grande da Serra, com 36,3 casos por 100 mil habitantes. O Município de São Caetano do Sul, por sua vez, apresentou a menor taxa de estupro, com 15,4 casos por 100 mil habitantes.

Roubos em geral

No número de casos de *roubos em geral* são compreendidos todos aqueles notificados à Polícia Civil, e classificados no artigo 157, *caput* e § 2º, do Código Penal, exceto os casos de subtração de veículos automotores, que possuem indicador próprio.

Tabela 8 – Número de casos de roubos em geral, Grande ABC Paulista, 2017 e 2018

Município	2017	2018	Variação
Santo André	8.711	7.329	-15,8%
São Bernardo do Campo	6.960	5.993	-13,8%
São Caetano do Sul	796	636	-20,1%
Diadema	6.709	6.036	-10%
Mauá	3.692	3.040	-17,6%
Ribeirão Pires	606	434	-28,3%
Rio Grande da Serra	139	111	-20,1%
Total	27.613	24.177	-12,4%

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Observou-se uma redução do número de casos de roubos em geral (-12,4%) na Região do Grande ABC Paulista, que acompanhou a tendência de queda em todo Estado (-13,4%). Em números absolutos, Santo André apresentou a maior quantidade de roubos, sendo que ocorreram 7.329 casos. Rio Grande da Serra registrou a menor quantidade de crimes, onde ocorreram 111 casos. Em comparação ao ano anterior, as sete cidades registraram queda do número de roubos, sendo que em Ribeirão Pires ocorreu uma diminuição mais acentuada (-28,3%).

Tabela 9 – Número de casos de roubos em geral por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2018

Município	2018
Santo André	1.083,5
São Bernardo do Campo	782,9
São Caetano do Sul	426,0
Diadema	1.563,3
Mauá	728,9
Ribeirão Pires	383,8
Rio Grande da Serra	252,4

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

O Grande ABC Paulista apresentou taxa de roubos em geral de 947,6 por 100 mil habitantes, superior à média estadual (634,9). O Município de Diadema apresentou a maior taxa, onde ocorreram 1.563,3 casos por 100 mil habitantes. Já Rio Grande da Serra demonstrou a menor taxa, com 252,4 casos por 100 mil habitantes.

Roubos e furtos de veículos

No número de casos de *roubos e furtos de veículos* são contabilizados todos os casos notificados à Polícia Civil, e classificados como roubo (artigo 157, caput e § 1º, do Código Penal) e furto (artigo 155, caput e § 4º, do Código Penal) de veículo automotor.

Tabela 10 – Número de casos de roubos e furtos de veículos, Grande ABC Paulista, 2017 e 2018

Município	2017	2018	Varição
Santo André	7.132	6.718	-5,8%
São Bernardo do Campo	4.194	3.416	-18,5%
São Caetano do Sul	754	697	-7,5%
Diadema	3.757	3.142	-16,3%
Mauá	3.136	3.307	5,4%
Ribeirão Pires	513	419	-18,2%
Rio Grande da Serra	66	75	13,6%
Total	19.552	17.774	-9%

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Depreende-se queda do número de casos de roubos e furtos de veículo (-9%) na região do Grande ABC Paulista, seguindo a tendência estadual de diminuição deste indicador (-12,6%). Santo André registrou a maior quantidade de roubos e furtos de veículo durante 2018, onde ocorreram 6.718 casos. Rio Grande da Serra foi o Município que registrou a menor quantidade de crimes, onde ocorreram 75 casos. Justamente em Rio Grande da Serra foi onde ocorreu a maior elevação, em comparação ao ano anterior, apresentando aumento de 13,6%. Por outro lado, São Bernardo do Campo demonstrou a maior diminuição (-18,5%).

Tabela 11 – Número de casos de roubos e furtos por 100 mil veículos, Grande ABC Paulista, 2018

Município	2018
Santo André	1.171,1
São Bernardo do Campo	673,7
São Caetano do Sul	498,9
Diadema	1.581,9
Mauá	1.581,0
Ribeirão Pires	638,3
Rio Grande da Serra	421,6

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

A taxa anual de roubos e furtos de veículos apresentada em todo Grande ABC Paulista foi de 1.560, 2 crimes por 100 mil veículos, isto é, indicador muito superior à média estadual (574,9). A Cidade de Diadema apresentou a maior taxa, onde ocorreram 1.581,9 casos por 100 mil veículos. Por outro lado, a Cidade de Rio Grande da Serra demonstrou a menor taxa, com 421,6 casos por 100 mil veículos.

Produtividade policial

Na construção do indicador *produtividade policial* são levadas em consideração o número total de *prisões efetuadas*, que por sua vez corresponde à soma das prisões em flagrante delito e aquelas decorrentes de cumprimento de mandado judicial.

Tabela 12 – Número de prisões efetuadas, Grande ABC Paulista, 2017 e 2018

Município	2017	2018	Variação
Santo André	2.125	1.971	-7,2%
São Bernardo do Campo	3.797	3.489	-8,1%
São Caetano do Sul	542	421	-22,3%
Diadema	1.509	1.626	7,7%
Mauá	1.261	1.110	-11,9%
Ribeirão Pires	335	312	-6,8%
Rio Grande da Serra	63	55	-12,6%
Total	9.632	8.984	-6,7%

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Houve uma diminuição do número de prisões efetuadas (6,7%), ao passo que no acumulado estadual ocorreu uma ligeira alta (0,7%). São Bernardo do Campo efetuou o maior número de aprisionamentos durante 2018, quando foram procedidas 3.489 prisões. Já Rio Grande da Serra foi o Município que efetuou o menor número de capturas, onde foram executas 55 prisões. Diadema foi a única cidade onde ocorreu aumento do número de prisões (7,7%). Por outro lado, São Caetano do Sul demonstrou a maior diminuição (-22,3%) no número de prisões.

Tabela 13 – Número de prisões efetuadas e furtos por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2018

Município	2018
Santo André	291,3
São Bernardo do Campo	455,8
São Caetano do Sul	282,0
Diadema	421,1
Mauá	266,1
Ribeirão Pires	275,9
Rio Grande da Serra	125,0

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

A Grande ABC Paulista apresentou taxa de prisões efetuadas de 352,1 por 100 mil habitantes, ou seja, inferior à média estadual (429,7). A Cidade de São Bernardo do Campo apresentou a maior taxa, onde ocorreram 455,8 prisões por 100 mil habitantes. Rio Grande da Serra demonstrou a menor taxa, com 125 prisões por 100 mil habitantes.

David Pimentel Barbosa de Siena. Professor de Direito Penal da USCS. Coordenador do Observatório de Segurança Pública (OSP) da USCS. Membro do Observatório CONJUSCS. Professor de Criminologia da Academia de Polícia de São Paulo (ACADEPOL). Doutorando e Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (SEVIJU) da UFABC. Delegado de Polícia do Estado de São Paulo (PCSP).

7. HORIZONTE TEMPORAL E CAPACIDADE ANUAL DE CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO PELAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC, PELA CAPITAL PAULISTA E PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Francisco R. Funcia

Resumo Executivo

A presente nota técnica tem o objetivo de avaliar o horizonte temporal de contratação anual de operação de crédito dos Municípios da Região da Grande ABC e da Capital Paulista, bem como pelo Governo do Estado de São Paulo, para a implementação dos projetos e atividades programados para 2019 nos Planos Plurianuais (2018-2021 das Prefeituras e 2016-2019 do Governo do Estado). Trata-se de análise complementar à realizada em nota técnica anterior publicada na Carta de Conjuntura do Conjuscs nº 7, de abril de 2019, que tratou da situação de endividamento desses Entes da Federação. São Caetano do Sul tem capacidade de contratação de operações de crédito por um período superior a oito anos, enquanto Mauá não pode contratar novas operações de crédito porque o saldo potencial de endividamento é negativo. No caso dos demais entes da Federação analisados, o horizonte temporal para essas novas contratações varia de 3,26 a 6,73 anos, exceto para o governo estadual (inferior a dois anos). Esse quadro representa uma restrição para o financiamento de projetos municipais que dependam da contratação de operações de crédito pelo governo estadual.

O objetivo desta nota técnica é avaliar o horizonte temporal para contratação anual de operação de crédito dos Municípios da Região da Grande ABC e da Capital Paulista, bem como pelo Governo do Estado de São Paulo, para a implementação dos projetos e atividades programados tanto para 2019, como para os anos subsequentes, no Plano Plurianual - PPA (2018-2021 das Prefeituras e 2016-2019 do Governo do Estado – este último está elaborando neste ano o PPA 2020-2023).

Trata-se de análise complementar à realizada em nota técnica anterior publicada na Carta de Conjuntura do Conjuscs nº 7, de abril de 2019, que tratou da situação de endividamento desses Entes da Federação, considerando o que disciplina a Resolução 43/2001 do Senado Federal: não é condição suficiente estar abaixo do limite máximo de endividamento – obtido pela divisão da Dívida Consolidada Líquida (DCL) pela Receita Corrente Líquida (RCL) –, mas é preciso também respeitar os limites máximos para contratação anual de operação de crédito e para o pagamento dos juros e encargos da dívida contratada e a contratar.

Dentre as conclusões apresentadas naquela oportunidade, cabe resgatar os seguintes trechos:

“São Caetano do Sul apresenta o menor índice de endividamento (1,89%) no final do 3º quadrimestre de 2018, assim como ocorreu em 2017 (7,24%), enquanto que Mauá (120,9%) está acima do teto do limite legal de 120% fixado para os Municípios (o que restringe a capacidade de obtenção de financiamentos e obriga a adoção de medidas para retornar a dívida ao limite legal) e na última posição dentre os municípios selecionados (como ocorreu em 2017). Quanto mais distante esse índice estiver do limite legal, tanto maior será a capacidade do Município de contrair novos financiamentos de outras fontes – para a Região do Grande ABC, pela ordem em 2018: São Caetano do Sul, Ribeirão Pires, São Bernardo do Campo, Diadema e Santo André – a mesma posição de 2017”.

“O Governo do Estado de São Paulo mantém a situação de proximidade do teto do limite de endividamento como ocorreu em 2017, o que traz dificuldades para obtenção de financiamentos para a implementação de projetos que exigem um valor alto de investimentos diretos na Região do Grande ABC ou por meio de parcerias com as Prefeituras, não somente em 2019, mas também no

período de vigência do próximo PPA estadual (2020-2023)”.

“Os Entes que tiveram variação real da DCL acima da RCL foram: os municípios de Diadema, Mauá, São Bernardo do Campo e a Região do Grande ABC em termos consolidados, bem como o Governo do Estado de São Paulo. Trata-se de aspecto que evidencia uma possível deterioração da capacidade de financiamento das políticas públicas, na medida em que há uma desproporção entre o crescimento da receita e da dívida consolidada líquida (...)”.

“Os municípios que tiveram variação real da DCL abaixo da RCL foram: Ribeirão Pires, Santo André, São Caetano do Sul e São Paulo (capital). Esses municípios estão em situação fiscal mais adequada que os anteriormente citados para financiar investimentos tanto com a receita primária, como por meio de recursos obtidos junto a outras fontes de financiamento”.

Como afirmado anteriormente, porém, o nível de endividamento é uma condição necessária, mas não suficiente, para garantir a possibilidade legal dos pleitos municipais e estadual, visando a contratação de financiamentos que possibilitarão a implementação dos projetos dos respectivos PPA's.

A Tabela 1 apresenta a possibilidade de assunção de novas dívidas de longo prazo a partir de 2019, comparando o saldo potencial de endividamento com o valor do limite anual para contratação de operação de crédito a partir de 2019 pelos municípios da Região do Grande ABC e da capital paulista, bem como do Governo de Estado de São Paulo. Isto, de modo a obter o horizonte temporal para novas contratações.

Adotando-se como pressupostos que: (i) todos os entes da Federação listados estejam devidamente enquadrados no limite legal de pagamento dos encargos da dívida pública (11,5% da Receita Corrente Líquida); (ii) não haverá redução do estoque da dívida consolidada líquida no futuro e; (iii) a receita corrente líquida permanecerá inalterada em termos reais aos valores de 2018 nos próximos anos, os dados da Tabela 1 permitem identificar que:

Exceto Mauá, cujo saldo potencial de endividamento é negativo, todos os demais Municípios da Região do Grande ABC têm possibilidade de contratar operações de crédito nos próximos quatro anos pelo menos (a partir de 2019), com vistas a financiar os projetos integrantes dos seus respectivos PPA's.

O destaque positivo é São Caetano do Sul, que pode contratar pelos próximos oito anos um valor anual correspondente a R\$ 186 milhões em obediência também ao limite legal máximo de endividamento.

Os resultados obtidos para a contratação anual de operações de crédito nos demais municípios são: Ribeirão Pires (6,78 anos), São Bernardo do Campo (5,26 anos), Diadema (4,93 anos), Santo André (4,59 anos), São Paulo Capital (3,26 anos) e Estado de São Paulo (1,79 ano).

Em termos consolidados, a Região do Grande ABC apresenta um saldo potencial de endividamento de R\$ 6,540 bilhões e uma contratação anual de operações de crédito no valor de R\$ 1,294 bilhões. Desta forma, o horizonte temporal para contratação de novas operações de crédito pela Região do Grande ABC (5,05 anos) é melhor que o da Capital de São Paulo (3,26 anos) e o do Governo do Estado de São Paulo (1,79 ano).

Por fim, registre-se que, embora não tão grave quanto à situação de Mauá, o quadro está delicado para o Governo do Estado de São Paulo. Apesar deste ainda ter capacidade de contratação de operação de crédito, o horizonte temporal para isso é inferior a dois anos (1,79 anos). Portanto, abaixo dos quatro anos (2019 a 2022) de mandato do atual governador. O saldo potencial de endividamento é de apenas R\$ 40,7 bilhões e a contratação anual de novas operações de crédito dentro do limite de segurança estabelecido neste estudo (15% da RCL) é de R\$ 22,7 bilhões.

Desta forma, está restrita a possibilidade de parcerias das prefeituras para financiamento de projetos que dependam da contratação de operações de crédito (internas e externas) do governo estadual no período de vigência dos respectivos PPA 2018-2021 municipais.

Tabela 1 – Horizonte Temporal e Capacidade de Contratação Anual de Operação de Crédito dos Municípios da Região do Grande ABC e da Capital Paulista e do Governo do Estado de São Paulo

	Dívida Consolidada Líquida - DCL ¹ 2018 (R\$ a preços correntes)	Receita Corrente Líquida - RCL ¹ 2018 (R\$ a preços correntes)	Limite Legal ² de Endividamento (R\$ a preços correntes)	Saldo Potencial de Endividamento (R\$ a preços correntes)	Limite ³ para Contratação Anual de Operações de Crédito (R\$ a preços correntes)	Projeção Temporal para Contratação de Novas Operações de Crédito (em anos)
	(A)	(B)	(C)	(D = C - A)	(E = B x 15%)	(F = D / E)
Diadema	489.284.831,09	1.023.963.210,16	1.228.755.852,19	739.471.021,10	150.077.244,90	4,93
Mauá	1.155.975.427,26	956.171.783,77	1.147.406.140,52	-8.569.286,74	132.688.070,04	-0,06
RPires	78.553.414,45	274.192.983,96	329.031.580,75	250.478.166,30	36.961.283,85	6,78
SAndré	1.307.660.246,72	2.317.327.268,74	2.780.792.722,49	1.473.132.475,77	321.027.871,20	4,59
SBCampo	1.514.578.995,00	3.310.799.840,28	3.972.959.808,34	2.458.380.813,34	467.443.980,60	5,26
SCSul	25.985.685,21	1.377.945.565,18	1.653.534.678,22	1.627.548.993,01	186.128.129,40	8,74
ABC⁴	4.572.038.599,73	9.260.400.652,09	11.112.480.782,51	6.540.442.182,78	1.294.326.579,99	5,05
SP(Capital)	35.443.735.693,51	48.830.405.884,01	58.596.487.060,81	23.152.751.367,30	7.094.965.344,15	3,26
SP(Governo do Estado)	277.743.984.303,86	159.210.706.095,47	318.421.412.190,94	40.677.427.887,08	22.734.300.000,00	1,79

Fonte: Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o Conjuscs, a partir de adaptações da Secretaria do Tesouro Nacional: Anexo 02 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal (Siconfi/Finbra). Disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/indicadores-fiscais-e-de-endividamento>. Acesso em 07/04/2019.

Notas

(1) Apuração nos 12 Meses Anteriores até o final do 3º Quadrimestre de 2018.

(2) Limite legal para DCL: Municípios - 120% da Receita Corrente Líquida (RCL); e Estados - 200% da RCL. Foi considerada a RCL apurada nos 12 meses anteriores até o final do 3º Quadrimestre de 2018.

(3) O limite legal para contratação de operação de crédito corresponde a 16% da RCL (apurada nos 12 meses anteriores até o final do 3º Quadrimestre de 2018), nos termos da Resolução 43/2001 do Senado Federal. Porém, neste estudo, foi adotado arbitrariamente 15% da RCL como limite de segurança, cuja diferença constitui uma margem para contratações de operações de crédito emergenciais no final do exercício - por exemplo, para uma eventual necessidade de assumir termos de confissão de dívida para pagamento parcelado (acima de 12 meses) de obrigações em atraso decorrentes da queda de arrecadação durante o exercício. Trata-se de um procedimento prudencial compatível com a garantia do equilíbrio das contas públicas de forma planejada, que está em consonância com as diretrizes gerais para uma gestão fiscal responsável da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente em situações de instabilidade política e econômica como a de 2019, cuja previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) está em queda no contexto de uma política econômica recessiva. Isto tende a afetar negativamente a receita pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(4) Este dado representa o total de seis dos sete municípios que compõem o Grande ABC. Os dados de Rio Grande da Serra não estavam disponíveis.

Francisco R. Funcia. Economista. Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração (na linha de pesquisa Gestão para o Desenvolvimento e Regionalidade) da USCS. Professor do Curso de Ciências Econômicas e da Escola de Negócios da USCS. Coordenador-adjunto do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs) e consultor técnico da Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9652778910650638>.

8. A PROGRESSIVIDADE DO IPTU NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC

Rosana Marçon da Costa Andrade

Resumo Executivo

A nota apresenta o tratamento tributário aplicado nos municípios do Grande ABC aos proprietários de imóveis urbanos por meio do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU, identificando a existência de mecanismos de progressividade. Foram levantadas as leis de cada Município e identificadas às respectivas alíquotas.

O objetivo desta nota é analisar a tributação do IPTU nos Municípios da Região do Grande ABC (sete municípios), especificamente no tocante a aplicação de tributação progressiva. Para isso, foram levantados dados legislativos de cada cidade a fim de identificar e analisar as alíquotas adotadas.

A competência dos municípios para o IPTU está prevista do art. 156 da Constituição Federal, permitindo que cada qual estabeleça suas próprias alíquotas. Esse mesmo dispositivo também estabelece que o IPTU possa ser progressivo.

O ordenamento jurídico, ao tratar da propriedade imobiliária, estabelece regras pautadas no atendimento da sua função social desses bens. A Constituição estabelece que o proprietário de imóvel deva atender a função social do bem, sendo a possibilidade de tributação progressiva parte dessa sistemática legislativa. O direito de propriedade confere ao seu titular o direito de usar, fruir e dispor, levando-se ao entendimento que o imóvel estará atendendo sua função social se estiver sendo útil a alguém.

Observa-se que o texto da Constituição Federal autoriza os municípios a instituírem três formas de progressividade, no tempo, em razão do valor do imóvel e ainda pela localização e destinação do imóvel. Vejamos:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

(...) § 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. (BRASIL, 1988).

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

(...) § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

(...) II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; (BRASIL, 1988). (...)

A progressividade tributária consiste na aplicação de alíquotas diferenciadas em razão de critérios legais previamente estabelecidos. Contudo, a progressividade pode ser meramente fiscal, ou seja, com objetivo único de levar receitas aos cofres públicos ou pode ainda ser extrafiscal, regulatória, com finalidade além de meramente arrecadatória.

Até o ano de 2000, só existia a progressividade de IPTU no tempo, visando desestimular que proprietários mantivessem a propriedade de terrenos não edificados indefinidamente, haja vista não

haver utilização do imóvel ou, podendo até mesmo ter-se uma subutilização, por exemplo, grandes terrenos com áreas construídas em proporção muito dispare comparada à área do terreno.

Com a Emenda Constitucional 29/2000, foram acrescentadas duas progressividades ao IPTU, uma em razão do valor do imóvel e outra decorrente da localização e destinação dada ao bem. A primeira se mostra com aumento da alíquota conforme o valor do imóvel, por outro lado, a progressividade decorrente de localização e destinação se mostra seletiva, muito embora não seja uma aplicação própria desse imposto.

Tabela 1 – Mecanismos de progressividade utilizados pelo município de Santo André

IMPOSTO	CRITÉRIO DE TRIBUTAÇÃO	VARIAÇÃO DE ALÍQUOTA (%)	
Predial	Destinação e variação do valor venal	Residencial	0,15 até 0,75
		Diverso	0,50 até 1,0
		Misto	Proporcional ao uso
Territorial	Variação do valor do venal		1,0 até 1,8

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fontes: Lei nº 9.968/17.

Santo André aplica a progressividade em razão da variação do valor do imóvel e de sua destinação, estabelecendo carga tributária distinta para imóveis edificados e terrenos sem edificação. É possível constatar que o imóvel edificado para fins residenciais possui a menor alíquota, enquanto terreno sem edificação apresenta a maior alíquota.

Tabela 2 – Mecanismos de progressividade utilizados pelo município de São Bernardo do Campo

IMPOSTO	CRITÉRIO DE TRIBUTAÇÃO	VARIAÇÃO DE ALÍQUOTA (%)	
Predial	Destinação e variação do valor venal	Residencial	0,30 até 0,70
		Industrial	0,80 até 1,5
		Outros	0,70 até 1,0
Territorial	Variação do valor do venal		1,6 até 2,5

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fontes: Lei nº1802/69.

São Bernardo do Campo aplica a progressividade em razão da variação do valor do imóvel e de sua destinação, estabelecendo carga tributária distinta para imóveis edificados e terrenos sem edificação. Sendo possível constatar que o imóvel edificado para fins residenciais possui a menor alíquota, enquanto terreno sem edificação apresenta a maior alíquota.

Tabela 3 – Mecanismos de progressividade utilizados pelo município de São Caetano do Sul

IMPOSTO	CRITÉRIO DE TRIBUTAÇÃO	VARIAÇÃO DE ALÍQUOTA (%)	
Predial	Destinação do imóvel	Residencial	0,74
		Misto, comercial ou industrial	1,27
Territorial	Localização	Geral	5,47
		Vias com guias, sarjetas e pavimentadas	6,19

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fontes: Lei nº 4.833/09.

São Caetano do Sul aplica a progressividade tão somente em razão da destinação do imóvel edificado, tributando o imóvel edificado para fins residenciais com menor alíquota e, adota o critério da localização para terreno sem edificação em alíquotas significativamente maiores.

Tabela 4 – Mecanismos de progressividade utilizados pelo município de Diadema

IMPOSTO	CRITÉRIO DE TRIBUTAÇÃO	VARIAÇÃO DE ALÍQUOTA (%)	
Predial	Destinação e variação do valor venal	Residencial e outros	0,7 até 1,9
		Comercial e industrial	0,8 até 2,3
Territorial	Variação do valor do venal		0,8 até 6,0

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fontes: Lei nº 6.558/10.

Diadema aplica a progressividade em razão de variação do valor do imóvel, bem como da destinação para imóveis edificados. Igualmente aos municípios já citados, verifica-se que o imóvel edificado para fins residenciais possui a menor alíquota, enquanto terreno sem edificação apresenta a maior alíquota.

Tabela 5 – Mecanismos de tributação utilizados pelo município de Mauá

IMPOSTO	CRITÉRIO DE TRIBUTAÇÃO	ALÍQUOTA FIXA(%)
Predial	Valor Venal	0,5
Territorial	Valor Venal	3,0

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fontes: Lei nº 21/14.

Mauá não adota regime de progressividade por variação de valor menor, nem tampouco pela destinação do imóvel, mantendo alíquota fixa para o imposto predial e para o territorial.

Tabela 6 – Mecanismos de tributação utilizados pelo município de Ribeirão Pires

IMPOSTO	CRITÉRIO DE TRIBUTAÇÃO	ALÍQUOTA FIXA(%)
Predial	Valor Venal	0,4
Territorial	Valor Venal	2,0

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fontes: Lei nº 3668/93.

Ribeirão Pires não adota regime de progressividade por variação de valor menor, nem tampouco pela destinação do imóvel, mantendo alíquota fixa para o imposto predial e para o territorial.

Não foi possível analisar a legislação de Rio Grande da Serra a tempo para incluir no comparativo, pelo fato da legislação digitalizada disponível para consulta não estar legível.

Considerando os levantamentos apresentados, é possível constatar que os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema utilizam uma progressividade conjugada, ou seja, diferem suas alíquotas considerando escalonamento normativo de valores venais, bem como a destinação dada às propriedades prediais. Por sua vez o município de São Caetano do Sul adota tão somente o critério da destinação, não fazendo distinção entre imóveis de maior ou menor valor. Por fim, os municípios de Mauá e Ribeirão Pires não adotam progressividade de IPTU, adotando alíquotas fixas.

Muito embora o IPTU seja um imposto com função fiscal, observa-se progressividade com finalidade não apenas levar receita aos cofres públicos, mas, sobretudo, estimular que seja atendida a função social dos imóveis, bem como o desenvolvimento equilibrado dos municípios, sobretudo adotando alíquotas consideravelmente mais altas para o imposto territorial, estimulando os proprietários de terrenos sem edificação a realizarem melhorias, o que contribui para o desenvolvimento das cidades.

Rosana Marçom da Costa Andrade. Mestre em Direito Econômico (Universidade Bandeirante de São Paulo). Especialista em Direito Empresarial (FMU). Graduada em Direito (UMC). Advogada. Professora de graduação e pós-graduação. Executora responsável dos Convênios firmados pela USCS com o TJSP e com a DPE. Mediadora. Facilitadora em Justiça Restaurativa. https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=C01B9B646B015A4AD2C6D1653A58B6A1#

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

DIADEMA. Lei nº 6.558/10. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-diadema-sp>

MAUÁ. Lei Complementar nº 21/14. Disponível em: <http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>

RIBEIRÃO PIRES. Lei nº 3668/93. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-ribeirao-pires-sp>

SANTO ANDRÉ. Lei nº 9.968/17. Disponível em: <http://www.cmsandre.sp.gov.br/images/stories/documentos/iptu2017/l-9968-17.pdf>

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Lei nº 1802/69. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-sao-bernardo-do-campo-sp>

SÃO CAETANO DO SUL. Lei nº 4.833/09. Disponível em: <http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/pdfs/iptu/lei-4833.pdf>

9. DÉFICIT HABITACIONAL NO GRANDE ABC PAULISTA: ALTERNATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO

Enio Moro Junior

Resumo Executivo

O Grande ABC Paulista apresenta déficit habitacional, para famílias com renda de até três salários mínimos, de cerca de 230 mil unidades, conforme dados do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. O enfrentamento desse déficit prioriza o modelo único de produção/venda de novas habitações, infelizmente com baixa resolutividade. Esta nota técnica contrapõe as políticas de aquisição da propriedade para o direito à moradia como alternativa para o atendimento dos municípios.

A compreensão do conceito de déficit habitacional é extremamente complexa, pois é uma questão multifacetada, incluindo relações que permeiam desde o nível de renda das famílias até o custo da moradia, qualidade do imóvel, tipos de família, áreas em situações de risco geológico/ambiental, legalização da propriedade, entre outros.

A partir do padrão consagrado de renda familiar até três salários mínimos, adotaremos nossa conceituação sob dois aspectos: quantificação e qualificação. Como quantificação, a necessidade direta de construção de novas habitações. Já a qualificação, podemos entender como as adequações necessárias ao já existente, como reformas de imóveis inadequados ou ainda a regularização fundiária, entre outros.

O déficit habitacional do Grande ABC, com dados consolidados de 2016 em pesquisa produzida pela Universidade Federal do Grande ABC a partir de demanda do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, é de 230 mil Unidades de Habitação (UH), composto por cerca de 100 mil UH como déficit quantitativo e de aproximados 130 mil UH como déficit qualitativo.

O modelo dominante dos poderes públicos para enfrentamento desta questão é completamente inapropriado e pouco eficiente, pois prioriza ações ligadas majoritariamente ao déficit quantitativo, ou seja, a produção e aquisição do imóvel. Esta alternativa necessita de grandes terrenos livres - cada vez mais escassos no Grande ABC Paulista -, projetos de baixa qualidade arquitetônica e urbanística e, o mais perverso, a transferência de um financiamento para uma população com faixa de renda que só consegue se integrar a partir de pesados subsídios.

No modelo mencionado, vemos as ações do Governo Federal, com significativa parte de recursos sendo investidos no programa “Minha Casa Minha Vida” (MCMV), ações complementares do Governo do Estado por meio das intervenções da Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de São Paulo (CDHU) no programa “Casa Paulista” (que resumidamente auxilia o MCMV com parte dos recursos) e, ainda, as heroicas empresas municipais de Habitação.

Dados apurados nesta pesquisa mostram que, em 2016, cerca de 3 mil unidades foram construídas no Grande ABC, ou seja, cerca de 2% do necessário. Se o déficit habitacional parasse de aumentar, levaríamos cerca de 50 anos para resolvê-lo. Caso entendamos que este modelo de provisão habitacional é o correto, deveríamos quintuplicar a produção com pesados subsídios para que, em aproximadamente 12 anos, atingíssemos o déficit atual.

Conforme dados do Sindicato da Indústria da Construção Civil em São Paulo - SINDUSCON, o valor do metro quadrado para uma nova construção de Habitação Popular é de R\$ 1.389,16/m², sem considerar o valor da terra e demais gastos técnicos (como projetos, aprovações, movimento de terra, arruamento, implantação de infraestrutura como água e esgoto, gerenciamento de obras entre outros). Assim, o valor aproximado de uma unidade padrão seria de cerca de R\$ 70 mil. Assim, a grosso modo, o valor necessário para diminuir profundamente o déficit habitacional no Grande ABC seria de cerca de R\$ 10 milhões, ou seja, praticamente sua arrecadação total em 1 ano:

Tabela 1 – Municípios, Arrecadação, População, Déficit Regionalizado e Domicílios Particulares

Municípios	Arrecadação Municipal (em reais)	População 2017	Déficit Regionalizado	Número de Domicílios Particulares Ocupados
Diadema	1.121.875.420,71	417.869		133.662
Mauá	879.322.082,69	462.005		150.520
Ribeirão Pires	261.405.932,57	121.848		38.797
Rio Grande da Serra	79.384.434,41	49.408		16.330
Santo André	2.341.118.765,31	715.231		235.230
São Bernardo do Campo	3.803.676.099,27	827.437		273.158
São Caetano do Sul	1.233.674.691,28	159.608		53.691
Total Grande ABC	9.720.457.426,24	2.753.406	230.000	901.388

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de adaptações de EMPLASA, IBGE e BC.

Caso os governos federal, estaduais e municipais prosseguirem nesse modelo único que prioriza a aquisição da propriedade ao direito à moradia, esta equação ficará insolúvel, pois o modelo de grande produção de conjuntos com baixa qualidade arquitetônica já está superado em muitos países, que optaram pela aplicação de modelos alternativos.

Esta nota técnica pretende especular sobre outras possibilidades de enfrentamento desse déficit. O enfoque voltado ao “direito à moradia”, com experiências muito bem sucedidas na Europa (como, por exemplo, na Itália, França, Alemanha, Suíça, entre outros) não prioriza a aquisição da casa e sim que o morador terá acesso à habitação, seja por locação social, seja subsídio à renda, seja por utilização do parque edificado público. Ou seja, o problema é enfrentado com grande grau de solução.

O modelo dominante de provisão habitacional só enfrenta o déficit quantitativo a partir da construção de novas unidades disponibilizadas pela venda ao futuro morador. Contrapondo-se, as políticas de habitação devem ser multifacetadas. Para rompimento com esse modelo que, conforme constatação, não consegue enfrentar o déficit no ritmo e velocidade necessários, podemos permear algumas possibilidades.

Locação Social e Subsídio para Complementação de Renda

O estabelecimento de um valor mensal destinado ou à locação de um imóvel ou ainda a auxiliar a complementação do valor não atingido pela renda familiar, possui um impacto significativamente menor no orçamento público que o financiamento de construção de novas unidades. Programas como esse auxiliaram dramaticamente na redução do déficit habitacional na Europa a partir dos anos 1960. Como exemplo, em Turim, Itália, a locação social é a principal política pública de enfrentamento ao déficit, com significativo sucesso.

Retrofit

Este termo anglicizado refere-se a uma profunda reforma em edifícios existentes, com o objetivo de adaptá-los para novas funções: por exemplo, um edifício de escritórios transformando-se em habitação. O procedimento é muito mais barato que a aquisição de um terreno e a construção de um edifício específico para habitação sendo acompanhado de uma legislação edilícia específica. A

política de retrofit pode ser focada em áreas centrais, economizando-se totalmente em fundações e estrutura e parcialmente em instalações e alvenarias. Os prédios que poderiam ser disponibilizados para esse fim seriam aqueles que não atendem ao preceito constitucional da “função social da propriedade”.

Aquisição de imóveis ociosos no mercado

Segundo dados do IBGE (2010), no município de São Paulo existem cerca de 7% de imóveis vazios. Se aplicarmos esse mesmo índice no Grande ABC, identificaríamos mais de 60 mil imóveis não ocupados que poderiam ser destinados aos programas de habitação. O Estatuto da Cidade instrumentaliza o município para ocupação dessas unidades, prática comum nos países em que há um mínimo de regulação do mercado de terras pelo poder público. No Brasil, se parte do orçamento dirigido à habitação prestar-se a essa ação, os resultados seriam muito mais expressos.

Contrapartidas para o mercado imobiliário

O modelo norte-americano de provisão habitacional prevê que qualquer empreendimento imobiliário deve definir um percentual de sua produção para a provisão habitacional dos programas públicos de habitação social. Este valor chega a cerca de 4% das dimensões totais a serem construídas e se localizam no mesmo edifício que será construído. Assim, edifícios de classe média com 40 unidades, por exemplo, disponibilizam duas unidades para o mercado de baixa renda. Este imóvel é do condomínio, mas sua destinação é para programas habitacionais.

Parceria Público-Privada (PPP) para locação social

A PPP é uma maneira conjunta entre o poder público e a iniciativa privada para consecução de objetivos comuns. Há todo um aparato legal que fornece o devido controle das operações e se revela como uma alternativa. Resumidamente, a iniciativa privada viabiliza o empreendimento e o poder público a ressarce em longo prazo.

Novas formas de morar

Ainda somos vítimas do paradigma moderno de família e reproduzimos esse modelo. Os programas habitacionais não devem apresentar uma produção padronizada e sim aproximar-se das novas necessidades habitacionais: famílias que coabitam a mesma habitação, jovens em início de carreira, pessoas solitárias, novos arranjos familiares, entre outros.

Moradias Intermediárias

Os modelos de provisão habitacional não preveem espaços transitórios com prazos definidos para uma população com renda familiar que não consegue pagar seu condomínio ou contas de consumo. Devemos pensar também em modelos alternativos, como casas em contêiner, trailers, hotel cápsula, pequenas moradias com até 18 m², entre outros.

Assistência técnica para habitação de interesse social

O enfrentamento do déficit quantitativo e qualitativo deve ocorrer com a participação das comunidades envolvidas e ser operado pelas escolas de arquitetura e engenharia e corporações profissionais, que poderiam auxiliar e viabilizar reformas, construções, regularizações, mutirões, utilização de tecnologias alternativas com o devido apoio técnico.

Novas tecnologias

O modelo ainda artesanal e demorado de construção é de baixa produtividade: blocos, argamassa, telha, caixilhos. É inadmissível um automóvel ser produzido em três minutos e uma casa demorar pelo menos seis meses. Portanto, o uso de novas tecnologias, como a impressão 3D para partes

da habitação, estruturas metálicas para montagem de residências, madeiras artificiais ou materiais alternativos, precisam urgentemente entrar na agenda pública de enfrentamento do déficit.

Enfim, há alternativas claras para o enfrentamento do déficit habitacional e o modelo dominante já se revelou inoperante. A participação das comunidades envolvidas é fundamental para conhecermos as reais demandas sobre o público que deve ser atingido. A arquitetura com modelos prontos é um desserviço para uma sociedade dinâmica e que tem pressa por soluções cada vez mais particularizadas.

Enio Moro Junior. Gestor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS. Pesquisador CNPq dos grupos "Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura - CONJUSCS" - USCS e "Habitat e Apropriações na Cidade Contemporânea" - Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Secretário Municipal de Obras e Habitação de São Caetano do Sul (2017/2018). Professor Doutor do Mestrado Profissional da Belas Artes; <http://lattes.cnpq.br/6472413938802779>.

Referências Bibliográficas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, **Portal de Transparência Municipal**. Disponível em <http://transparencia.tce.sp.gov.br/>. Acesso em 05/06/2019.

EMPLASA, **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.**, <https://www.emplasa.sp.gov.br/>. Acesso em 02/06/2019.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 03/06/2019.

SINDUSCON, Sindicato da Indústria da Construção do Estado de São Paulo; <https://sindusconsp.com.br/>. Acesso em 04/06/2019.

CIGABC / UFABC, Diagnóstico Habitacional Regional do Grande ABC, 2016: relatório técnico.

10. A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO GRANDE ABC: O CASO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM GESTÃO DE RESÍDUOS EM SANTO ANDRÉ

Luis Felipe Xavier
Robson da Silva Moreno

Resumo Executivo

A nota técnica trata de um trabalho de extensão universitária com alunos da graduação em arquitetura e urbanismo e pós-graduação em arquitetura, cidade e sustentabilidade. O trabalho orientou os alunos a buscarem, dentro de uma extensa e profunda análise do sítio onde se propõe o projeto de um equipamento público, ampliar a percepção, de forma a abranger a complexa realidade de nossas cidades, as supostas contradições entre preservar e recuperar uma paisagem, bem como realizar a correta destinação e disposição de resíduos sólidos delas com fragmentos de vegetação nativa. Tal leitura é de fundamental importância para o exercício de se projetar um edifício com baixo impacto ambiental e propiciar um local de trabalho para o conjunto de funcionários públicos, a nova sede do Departamento de Resíduos Sólidos do SEMASA, que funcionasse como um espaço público aberto à população e que servisse de local de referência em Educação Ambiental – o Centro de Referência em Gestão de Resíduos (CRGRs).

Assistimos, em pleno século XXI, o intenso processo de urbanização da população mundial, superando o percentual de 55 % residentes em cidades. Quando olhamos para a sociedade latino-americana, esse percentual é ainda maior: 80% (ELMQVIST et al., 2018) e, no caso das cidades brasileiras, 85% (IBGE, 2010).

Tamanho concentração populacional demanda energia e insumos para ambientes construídos extremamente fragmentados e excludentes, resultando em impactos ambientais consideráveis. Dentre esses impactos podemos destacar a geração de resíduos sólidos como o elemento de destaque de peso na questão ambiental urbana (NJERU, 2006; JACOBI & BESEN, 2011) marcada historicamente pela fragilidade na gestão e pelo pouco cuidado em sua disposição final (OGATA, 1983; SPIRN, 1995; GUTBERLET, 2016).

Tal processo também é permeado pela informalidade, presente em diversos setores da cadeia de atividades da gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSUs), notadamente nos países do Sul Global (FAHIMI & SUTTON, 2010; NJERU, 2006; GUTBERLET, 2016). No que diz respeito à disposição final de resíduos, tal informalidade tem um papel preponderante na definição de espaços/territórios e na expansão urbana (OGATA, 1983; RAFAEL, 2006).

Contrapondo-se a questão da geração dos resíduos sólidos que, muitas vezes, está associada à degradação ambiental, descrevemos aqui o conceito de áreas verdes, que, inversamente ao primeiro, sempre se associa a ambientes saudáveis e/ou recuperados.

Os corredores verdes urbanos são elementos chave no processo de modernização ecológica em curso, principalmente nas cidades do Norte Global. É um recurso fundamental no enfrentamento dos problemas socioambientais urbanos contemporâneos, especialmente no que diz respeito às mudanças climáticas. Podem ser definidos como espaços lineares abertos que executam funções ecológicas e sociais, fornecendo a conectividade fundamental entre as áreas verdes urbanas e outras manchas de vegetação remanescente através de uma paisagem (DRAMSTAD et al., 1996; FORMAN, 1997). A Ecologia da Paisagem, a disciplina que dá sustentação a tal argumentação, busca compreender como os padrões espaciais afetam as espécies e a qualidade do ambiente que é ocupado pelo homem (MOMM & TRAVASSOS, 2016), ela supõe que uma rede de corredores verdes lineares ligando locais em uma paisagem fragmentada manterá níveis mais altos de biodiversidade do que em outra, onde não existam ligações.

Nos países do sul Global, há ensaios desse processo com algumas intervenções implementadas (FISCHENBRUDER & PELLEGRINO, 2006; DERKZEN et al., 2017) que muitas vezes reforçam características urbanas dessa região como a sua heterogeneidade, com fortes desigualdades socioambientais decorrentes do investimento público fragmentado e seletivo (MARICATO, 2000; PIREZ, 2013). A opção pelos corredores tem levado os gestores urbanos a terem outro olhar para as áreas dotadas de fragilidades ambientais, como as áreas de preservação permanente (APP)¹, cujo potencial para sua viabilização de implantação são enormes. Justamente nesses locais que sempre foram uma opção de uso do solo habitacional, na maioria das vezes informal, para as camadas populacionais de menor renda (MARTINS, 2012; DENALDI et al., 2016) , para obras infraestruturas, especialmente saneamento básico (esgoto e drenagem) e sistema viário (TRAVASSOS, 2010), ou o local destinado a disposição irregular de RSU (JACOBI & BESEN, 2011; PINTO et al., 2015).

Santo André e o ABC

Santo André está localizada na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), sub-região sudeste, também conhecida como região do Grande ABC. Tal sub-região se consolidou como um forte parque industrial (metalurgia, química, autopeças) que se estruturou, primeiramente, ao longo da estrada de ferro Santos-Jundiaí, e depois junto ao eixo das rodovias Anchieta e Imigrantes (KLINK, 2001). Segundo o último Censo, 2010 (IBGE), Santo André tem uma população de 676.407 pessoas (716.109, segundo projeções do IBGE, 2018) distribuídas em 175 km² de área, sendo que 62% de seu território se encontram em áreas com restrições ambientais (Macrozona de Proteção Ambiental) e onde vivem 4% de sua população. Cabe lembrar que a cidade é a segunda em extensão territorial e população da região do Grande ABC. Quanto à cobertura de saneamento básico, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2016), a cidade tem 99,86% de seus imóveis com acesso à rede de abastecimento de água potável; 98,77%, à rede de esgotamento sanitário. A coleta seletiva de resíduos sólidos que, neste ano completa seu vigésimo ano de existência, atinge a 100% de seus moradores.

Em relação à gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), a cidade chama a atenção em algumas questões. Em primeiro lugar, na destinação e disposição final: pelo fato de ter a sua Central de Tratamento de Resíduos (CTR) desde 1982, quando iniciou a operação de sua usina de compostagem (modelo centralizado) e, quatro anos depois, o seu aterro sanitário, sendo o único equipamento público em operação no Grande ABC. Em segundo lugar, por ter implantado, desde o final dos anos 1990, o seu programa de coleta seletiva e, por fim, por ter transformado a sua antiga autarquia de abastecimento de água e esgoto em um serviço municipal de saneamento ambiental, sendo responsável também pela gestão de RSU (SANTO ANDRÉ, 1998; MORENO et al., 2015). Nota-se que a cidade de Santo André é a segunda maior geradora de RSU, atrás de São Bernardo do Campo (tabela 1). A Região do Grande ABC, por sua vez, com base nos dados do SNIS (2016), responde por 10% dos RSU gerados na RMSP e 19% da cidade de SP.

A área escolhida para localização do projeto é uma localidade que segundo Mommet al. (2014) tem potencialidades para se consolidar como um corredor verde urbano, localizado entre as cidades de Santo André e Mauá. Esse corredor, uma extensa área urbana, com poucas e esparsas edificações e glebas não parceladas, muitos dos quais cobertas por fragmentos florestais (COMARU et al., 2008; SEMASA 2004 e 2008), estabelece um corredor que chega a Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Represa Billings (SÃO PAULO, 2009), no limite sul dessa área. Tais elementos despertaram o interesse em preservação e recuperação ambiental levando as administrações municipais de Santo André e Mauá a gravarem essa área como local destinado à recuperação e proteção ambiental. No primeiro caso, destaca-se a demarcação de todo o corredor como faixa de amortecimento do Parque Natural Municipal do Pedroso (SANTO ANDRÉ, 2016), a maior Unidade de Conservação Municipal da Região do Grande ABC e que se encontra no extremo sul desse corredor. Do lado de Mauá, consideraram uma faixa junto a divisa municipal como Áreas Especiais de Interesse Ambiental – AEIA (MAUÁ, 2007).

Tabela 1 – Situação atual da disposição final de resíduos sólidos urbanos gerados na Região do Grande ABC

Município	População Estimativa 2015 (hab.)	Geração/ Coleta de Resíduos (t/ano)	Percentual	Destino Município	Destino final
Diadema	412.428	121.007	14,6%	Mauá	Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda.
Mauá	453.826	107.074	13,0%	Mauá	Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda.
Ribeirão Pires	120.396	28.350	3,4%	Mauá	Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda.
Rio Grande da Serra	48.302	8.449	1,0%	Mauá	Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda.
SBCampo	816.925	268.388	32,5%	Mauá	Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda.
São Caetano do Sul	158.024	64.556	7,8%	Mauá	Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda.
Santo André	710.210	228.285	27,6%	Santo André	Central de Tratamento de Resíduo de Santo André (CTR)
Total	2.720.111	826.109	100,0%		

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o CONJUSCS, a partir de informações de CIGABC, 2016.

O Centro de Referência em Gestão de Resíduos (CRGRs): o processo

O Centro de Referência em Gestão de Resíduos (CRGRs) foi uma proposta de Extensão Universitária transdisciplinar, centrada nas questões de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e de Infraestrutura Verde, que abarcaram as temáticas de Sustentabilidade, Permacultura, Bioconstrução, Agricultura Sintrópica e PANCs (plantas alimentícias não convencionais).

A partir da dificuldade de apropriação (pelos alunos) das questões prático-teóricas trabalhadas em sala, com alunos da graduação e da pós-graduação, resolvemos abordar os problemas a partir de uma situação concreta. Com intuito de envolver a todos (alunos, técnicos, operários, docentes, etc.) em um processo de construção coletiva de projeto e de obra, foi proposta uma ação multidimensional para dar maior materialidade ao ensino, através da proposta de elaboração de projeto da nova sede do Departamento de Resíduos Sólidos do Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André).

O estudo foi tratado como um atelier vertical, com vinte e dois alunos de diferentes formações (cursos de graduação e especializações), saberes (campi diferentes) e níveis diferentes de aprendizagem (semestres distintos), visando tratar um problema prático (concreto) em uma questão multidimensional de conhecimento e em um projeto de arquitetura que pudesse se desdobrar em ações de Educação Ambiental, Formação Social, Geração de Renda, Segurança Alimentar e Saúde Pública.

As etapas de concepção e confecção de projeto foram discutidas em oficinas realizadas em espaços públicos e semi-públicos, para que os educandos fizessem uma reflexão quanto ao uso e apropriação dos espaços de uso público, em diferentes locais - com público, rendas, localizações, acessibilidades, frequência e horários de utilização bem distintos. Isto, para resgatar a importância do espaço público como estruturador das relações sociais e de políticas públicas, das questões ambientais nas “franjas” do município e do trato com o resíduo sólido urbano, onde os índices de vulnerabilidade social e de violência são maiores.

O trabalho parte da premissa de que os recursos naturais (como os parques), os recursos minerais (como a água), assim como a destinação e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, têm que ser encarados como direitos humanos e são destinados a prover melhorias aos moradores que abarcam sua territorialidade. Busca-se, através desta ação de projeto, obra, uso e operação, resgatar o papel do Estado (município, Estado ou União) como fomentador de políticas públicas e de serviços públicos que possam incorporar ações que operam nas esferas sociais, econômicas,

urbanas e ambientais – em contraposição à cultura de desmonte do Estado e entrega de seus recursos, através das privatizações.

Ações de formação e de geração de trabalho e renda podem ser ofertadas nos espaços propostos do CRGRs aos municípios, no fortalecimento dos trabalhos de reciclagem, reutilização e reforma (por exemplo), como também auxiliar a aumentar o acesso a bens e serviços na medida em que há uma incorporação da renda na mudança da destinação dos resíduos e nos hábitos de consumo.

A ação multidimensional de construção coletiva pode servir de residência a diferentes cursos de graduação e de pós-graduação, não só na área de arquitetura e urbanismo, como também de engenharia, educação ambiental, biologia, educação, nutrição (através de programas de segurança alimentar), agronomia etc. Desde a concepção, a construção, o uso e a manutenção do equipamento, propõe-se resgatar o espaço público para funcionar como um espaço institucional que proporcione o convívio social e as trocas de saberes orgânicos, bem como as trocas institucionais, para que as lições apreendidas na utilização do local retornem aos municípios visando uma reorientação nos hábitos de consumo e de descarte dos resíduos sólidos urbanos.

O espaço proposto contribui na gestão do Parque Guaraciaba e da Central de Tratamento de Resíduo de Santo André (CTR), que ficam situados na borda Sul no município de Santo André, território constituído por altos índices de vulnerabilidade social; ausência de espaços públicos; distância elevada da integração modal de massa (trem e metrô); de ausência de espaços de esporte, lazer, cultura e educação - todos que inferem negativamente na mobilidade social na sociedade que habita este território.

A ação prático-pedagógica visa criar uma rede de troca de saberes entre diferentes esferas de conhecimento, não só de cursos de graduação e pós-graduação, mas também de Educação na atenção básica - através do uso do equipamento para trabalhos de formação social e educação ambiental. Por meio da vivência do equipamento (na construção, cursos, palestras e experimentações no espaço público) propõe-se sensibilizar a todos pela apropriação de conhecimento, com vistas a mudar o hábito de geração de resíduos secos, úmidos e de construção, reduzindo a disposição final de resíduos como também os convertendo em matéria-prima para reciclagem e para reutilização de resíduos. Disto também derivam programas de geração de trabalho e renda.

A proposta visa criar uma rede de Extensão Universitária por meio da implementação da construção coletiva do objeto arquitetônico na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). No processo de uso e manutenção do equipamento é possível ampliar o acesso a outras formas de apropriação dos espaços públicos, bem como abrir um canal de discussão e de gestão ambiental participativa na cidade.

Conclusão

A experiência com o trabalho de extensão universitária realizada com os alunos da graduação e pós-graduação de arquitetura demonstrou um campo a ser explorado no apoio à elaboração de programas, planos e projetos públicos. Mostrou-se também ser uma ferramenta de aprendizagem importante, no que diz respeito a trabalhar com uma equipe heterogênea nos períodos letivos e tempo de formação.

A estratégia utilizada de fazer reuniões com representantes do DRS/SEMASA e terem em mãos demandas reais, ao mesmo tempo em que se pesquisa levantamentos dos mais diversos, propicia o entendimento da necessidade em se realizar inventários sociais e naturais dos sítio onde se pretende construir, o que muitas vezes não ocorre.

Do ponto de vista do poder público, é notório que os projetos de extensão universitária, assim como projetos temáticos mais amplos, têm sido um apoio importante que propicia inventários que demandam longos tempos de pesquisa e levantamentos. Nestes, vislumbra-se um horizonte temporal maior que os mandatos de chefes do executivo local, mesmo que seja feito com poucos recursos.

Exemplos são muitos, mas podemos citar: o Projeto de Revitalização do Rio Capibaribe^[2] que corta a Região Metropolitana de Recife (PE) onde a parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (FAU/UFPE) tem viabilizado o projeto e implantação gradativa de parques da revitalização de toda a orla; a elaboração do Planos Municipais de Saneamento Básico para todos os municípios do Estado de Mato Grosso, não seria possível sem o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)³; o projeto temático de grande envergadura, apoiado pela, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) “Governança Ambiental na Macrometrópole Paulista, frente a variabilidade climática” - integrada por várias Instituições da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do ABC (UFABC) e Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)⁴ - estuda as diversas dimensões do impacto ambiental da nova configuração espacial no Estado de São Paulo, onde vivem 75% da população, mais de 80% do Produto Interno Bruto (PIB). Nesta área, concentra-se a maior parte dos assentamentos precários do Estado.

Notas

1 Para este trabalho, algumas das definições da APP - áreas de preservação permanente, descritas no artigo 4º da Lei Nº 12.651, de 25 de Maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa: “Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, I - as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais; III - as áreas no entorno dos reservatórios d’água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d’água naturais, IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d’água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros”.

2 Vide informações no site: <http://parquecapibaribe.org/cidade-parque/>.

3 Vide informações no site: http://www.mt.gov.br/rss/-/asset_publisher/Hf4xlehM0lwr/content/9503197-mt-e-unico-estado-do-pais-a-ter-100-dos-municipios-com-plano-de-saneamento/367292/pop_up?_101_INSTANCE_Hf4xlehM0lwr_viewMode=print&_101_INSTANCE_Hf4xlehM0lwr_languageId=pt_BR.

4 Vide informações no site: <https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/97000/governanca-ambiental-da-macrometropole-paulista-face-a-variabilidade-climatica/>.

Luis Felipe Xavier. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista (1996). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela FAU-USP (2009). Professor dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USCS, e da Graduação e Pós Graduação em Pós Graduação em Arquitetura, Cidade e Sustentabilidade do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. É Sócio-Diretor da LFX-OBRA.

Robson da Silva Moreno. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1990), mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU-USP (2004), doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC. Trabalha do Departamento de Resíduos Sólidos do SEMASA e é Professor do Curso de Pós Graduação em Arquitetura, Cidade e Sustentabilidade do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

Referências Bibliográficas

BATISTA Jr, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994.
Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf> >. Acesso em 20 de Abril de 2019.

BESEN, G.R. et al. Coleta seletiva na Região Metropolitana de São Paulo: impactos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Ambient. soc.*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 259- 278, Sept. 2014.

BOLÍVIA. *Constitución Política del Estado (CPE) (7-Febrero-2009)*. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC (CIGABC). Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Grande ABC / Consórcio Intermunicipal. Grande ABC. – Santo André : CIGABC, 2016.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB - Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos, 2017. Série Relatórios, São Paulo, 2018.

COMARU, F. et al. Plano de Ocupação para Áreas com Sobreposição de Interesse Ambiental e Social no Município de Santo André – SP. In: Fórum de difusão científica para inovações de pesquisa e extensão Tiete Vivo – Eixo APPs, 2008. Acesso em: <http://tietevivo.files.wordpress.com/2008/06/francisco-comaru1.pdf>

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC & UNIVERSIDADE FEDERAL DO GRANDE ABC (CIGABC & UFABC). Diagnóstico Regional do Grande ABC, Relatório Final – Santo André, 2016a.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC & FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (CIGABC & FESPSP). Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Grande ABC / Consórcio Intermunicipal Grande ABC, Santo André, SP:, 2016. 201p.

DRAMSTAD, W.E., OLSON, J.D., FORMAN, R.T.T. *Landscape Ecology Principles in Landscape Architecture and Land-User Planning*, 1996. Island Press, Washington.

DENALDI, R.; MORETTI, R.; PAIVA, C.; NOGUEIRA, F. PETRAROLLI, J. Urbanização de favelas na Região do ABC. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 101-118, abril 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3505>>. Acesso em 12 de Abril de 2018.

DERKZEN, M. L. et al (2017). Shifts in ecosystem services in deprived urban areas: Understanding people's responses and consequences for well-being. *Ecology and Society*, 22 (1). Disponível em: <<https://doi.org/10.5751/ES-09168-220151>>. Acesso em 05 de novembro de 2018.

ELMQVIST, T., BAI, X., FRANTZESKAKI, N., GRIFFITH, C., MADDOX, D., MCPHEARSON, T., ... WATKINS, M. (Eds.). *Urban Planet*. Cambridge University Press, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/9781316647554>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

FAHIMI, Wael; SUTTON, Keith. Contested Garbage: Sustainable Solid Waste Management and the Zabaleen's Right to the City, *Sustainability* 2010, 2, 1765-1783; doi:10.3390/su2061765.

FRANK, Andre Gunder. *Dependencia economica, estructura de clases y politica del subdesarrollo en Latinoamerica. Revista Mexicana de Sociología, Vol. 32, No. 2, Memorias del IX Congreso Latinoamericano de Sociología*, 3 (Mar. - Apr., 1970), pp. 229-282: *Universidad Nacional Autónoma de México*. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3539038>> . Acesso em 25 de outubro de 2018.

FRISCHENBRUDER, M. T. M., & PELLEGRINO, P. Using greenways to reclaim nature in Brazilian cities. *Landscape and Urban Planning*, 76(1-4), 67-78, 2006. <http://dx.doi.org/10.1016/j.landurbplan.2004.09.043>

FORMAN, R.T. *Land Mosaics: The Ecology of Landscape and Regions*. Cambridge University Press, New York, 1997.

GUTBERLET, J. Ways Out of the Waste Dilemma: Transforming Communities in the Global South. In: *A Future without Waste? Zero Waste in Theory and Practice*, edited by Christof Mauch, RCC Perspectives: Transformations in Environment and Society, 2016, no. 3, 55-68.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. *Estud. av.*, São Paulo, v. 25, n. 71, Apr. 2011.

JORDÁN, R. (n.d.). Desarrollo urbanización y desigualdad en América Latina y el Caribe Dinámicas y desafíos para el cambio estructural urbanización y desigualdad en América Latina y el Caribe Dinámicas y desafíos.

- KINUPP, V.F. 2007. Plantas Alimentícias Não-Convencionais da Região Metropolitana de Porto Alegre. 2007. 562 p. Tese de Doutorado em Fitotecnia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12870>> . (Acesso em 10 maio de 2019).
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O. et al. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. América Latina, dependencia y globalización / Ruy Mauro Marini; Antología y presentación, Carlos Eduardo Martins. — México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires : CLACSO, 2015.
- MASCARO, Alysso. Estado e forma política. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOMM-SCHULT, S.I.; FREITAS, S.R.; PASSARELLI, S.H. Uso urbano e serviços ecossistêmicos em áreas protegidas: o caso do Parque Guaraciaba em Santo André (SP). In: APP Urbana 2014. III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Proteção Permanente em Meio Urbano e Restrições do Solo, UFPA – Belém, 10 a 13 de maio de 2014.
- MOMM, S.; TRAVASSOS, L. Caminhos da sustentabilidade urbana: conceitos, técnicas e abordagens na interface entre recursos hídricos e planejamento territorial. In: Ivo Ladwig; Hugo Schwalm. (Org.). Planejamento e gestão territorial: hidrografia e sustentabilidade. 1ed. Florianópolis: Insular, 2016, v., p. 91-110. Disponível em:<http://docs.wixstatic.com/ugd/c54848_13b61481f8ff4e38b10a936a4b926ee6.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2018.
- MORENO, R.B.; ROSA, V.MUCCI, J.L.N.; SOUZA, A.; VIEIRA, A.M. Estudo ecológico do Parque Guaraciaba em Santo André - São Paulo. engenharia sanitária e ambiental. Vol. 9 - Nº 1 - jan/mar 2004, 13-25.
- NAVARRO, M.R.F. Circuito Cultural Sustentável da Cidade de Santo André. Pela via de penetração da Área Urbana até a Área de Proteção Ambiental. Arqtextos, São Paulo, ano 12, n. 133.02, Vitruvius, jun. 2011. Disponível em:<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.133/3935>. Acesso em 28 de agosto de 2016.
- NJERU, J. The urban political ecology of plastic bag waste problem in Nairobi, Kenya. Geoforum, 2006 , 37(6), 1046–1058. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2006.03.003>.
- OGATA, M.G. Os resíduos sólidos na organização do espaço e na qualidade do ambiente urbano: uma contribuição geográfica ao estudo do problema na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro, IBGE, 1983.
- OXFAM BRASIL. O país estagnado. Um retrato das desigualdades brasileiras. 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2019.
- PIREZ, Pedro. La urbanización y la política de los servicios urbanos en América Latina. Andamios [online]. 2013, vol.10, n.22 [citado 2018-07-01], pp.45-67.
- PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ – PSA- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. GEOCIA Geologia e Engenharia Ambiental. Relatório Técnico. INVESTIGAÇÃO AMBIENTAL CONFIRMATÓRIA. Projeto: Comunidade Espírito Santo II. Santo André, junho de 2012.
- RAFAEL, L.F.A. Resíduo Sólidos e Evolução Urbana em Santo André, SP. Dissertação (mestrado) – Escola Politécnica de São Paulo/USP, 2006.
- SANTO ANDRÉ. Lei municipal nº 8696 de 17 de dezembro de 2004. Institui o novo Plano Diretor do município de Santo André.
- SÃO PAULO, Lei nº 13.579, de 13 de julho de 2009, Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B.
- SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ (SEMASA). Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD – Parque do Guaraciaba. Volumes I e II, revisão 1. Julho de 2004.

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ (SEMASA) & FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLITICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FESPSP). Estudo de Impacto Ambiental da ampliação da Central de Tratamento de Resíduos/ Aterro Sanitário de Santo André, 2008.

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ (SEMASA). Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Pedroso. Santo André/SP, Dezembro de 2016.

11. O MUNDO, O TRABALHO E O SINDICALISMO EM TEMPOS DE SOCIEDADE HIPERCONECTADA VIA INTERNET

Aristogiton Moura

Resumo Executivo

A presente nota tem como foco as causas do desmonte das instituições tradicionais da sociedade, responsáveis pelo equilíbrio social e político, como são os sindicatos. Também aborda o impacto e as consequências originadas pela transição da forma de se comunicar e atuar das organizações e das pessoas do mundo físico para o virtual. O campo de interesse específico nesta é o trabalhismo, sua debilidade frente à nova realidade e os caminhos que tem que seguir para continuar ativo e necessário para o mundo do trabalho e do emprego. Destaca as teorias, métodos e ferramentas que esse tem que incorporar para continuar fazendo a necessária mediação entre o capital e o trabalho no mundo da indústria 4.0 e das cooperativas de plataformas.

A internet e a economia digital

Para entender o fenômeno da desconstrução do mundo do trabalho pela irrupção das novas tecnologias, principalmente as de comunicação e informação, recorreremos ao pensamento do filósofo francês Pierre Lévy¹, pesquisador das tecnologias da inteligência que investiga as interações entre informação e sociedade. Segundo ele, as potencialidades das interações coletivas trazidas pela internet mudaram nossa concepção de realidade. Hoje, o virtual é uma potência do real, e vice-versa, “nos mostrando que a rede expandiu questões que sempre enobreceram o desenvolvimento humano como também propagaram os nossos piores conflitos”.

Esta nova realidade afetou enormemente a forma como vivemos, trabalhamos, nos relacionamos e organizamos as referências com as quais balizamos, até então, a nossa posição no mundo. Isto explica a enorme dificuldade das pessoas e das organizações para transitarem nesse novo tempo. Entender o impacto causado pela internet, que está transformando aceleradamente o nosso mundo, bem como seu caráter totalizante, é condição essencial para atuar nas esferas pública, política, profissional ou pessoal.

Um dos aspectos mais afetados por essa transição é o mundo do trabalho, com mudanças significativas nas relações trabalhistas e no nível de desemprego. As notícias não são boas, o que conhecemos como emprego no mundo atual está em transição. No mercado privado, o primeiro a sofrer os impactos desta onda, os números são devastadores, tanto na quantidade quanto na qualidade do emprego. Segundo o informe *The Future of Jobs*², publicado em 2016 pelo Fórum Econômico Mundial, cerca de 7 milhões de empregos devem desaparecer até 2021, principalmente em escritórios, fábricas e produção. Em contrapartida, serão criadas apenas cerca de 2 milhões de vagas relacionadas com Inteligência Artificial, robótica, nanotecnologia e impressão 3D. Ou seja, um contingente mais de 5 milhões de empregados, especialmente os com melhor formação, engrossarão as estatísticas de desempregados pelas revoluções tecnológicas ou migrarão para os novos serviços trazidos pela internet.

Economia digital e o novo mundo do mercado

A economia digital, apresentada como a panaceia que resolverá os problemas do mundo do emprego on-line, não é o oásis que as cinco maiores empresas deste ecossistema — as GAFAM³ (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft – as gigantes da web) querem vender. Os impactos já sentidos mostram um conjunto de fatores que estão estruturando esse ecossistema de uma forma perversa. Um dos principais efeitos é o fato da força de trabalho, principalmente jovens e desempregados, estar migrando para a **Economia do Compartilhamento**, como definido por Trebor Scholz⁴. Segundo ele: “aquela que é retratada como um prenúncio para a sociedade pós-trabalho – o caminho para o capitalismo ecologicamente sustentável onde o Google vencerá a

*própria morte e você não precisa se preocupar com nada. Com o slogan **O que é meu é seu**, o cavalo de Tróia da economia do compartilhamento nos traz **formas jurássicas de trabalho** enquanto desencadeia uma **máquina antissindical colossal**, passando por cima de trabalhadores, especialmente sobre os mais velhos”.*

A economia digital, que deveria representar um mundo de liberdade sem limites para a vida, trabalho e escolhas individuais, no qual a internet propiciaria as oportunidades necessárias para eliminar o complexo sistema de intermediações do mundo off-line, não é tão simples assim. Em primeiro lugar, os serviços oferecidos por essas empresas virtuais, das quais dependemos para viver neste contexto, como comer (ifood), trabalhar (linkedin) ter mobilidade (uber), que estão agora acessíveis em poucos toques, na tela do celular, não são isentos e nem tampouco grátis, como fazem supor. O fato de elas estarem no portfólio das que receberam investimentos da GAFAM, põe em xeque a isenção da economia digital e pode explicar o fenômeno da elevada concentração da riqueza e disparidade social no mundo atual. Segundo John Duda⁵:

“a Internet certamente não está ajudando. Ela é impulsionada pelo pensamento de curto prazo e lucros corporativos; ela é direcionada pela indústria de capital de risco e está contribuindo para a concentração de riqueza em poucas mãos”.

Economia digital e o novo mundo político

Como no mundo privado, esse processo está desconstruindo as formas organizativas e de relacionamento que vinham mantendo o que entendíamos por mundo político real (off-line) e sustentou o *status quo* político que a geração que está no poder conheceu, se formou e ainda transita. As instituições mais atingidas pela onda digital são aquelas que são mais caras à democracia – *proteção, equilíbrio social e a liberdade* – representadas pelos **governos, partidos políticos e sindicatos**. Estas foram moldadas no mundo sólido⁶ em que a burocracia e os processos eram fatores críticos para a atuação nos desenvolvimentos social, econômico e sustentável, bem como na **defesa e proteção** dos interesses e direitos da sociedade e **dos trabalhadores**. Todas essas instituições estão sendo tragadas pela onda digital advinda da revolução no campo das tecnologias da comunicação e informação, impulsionada pela internet e pelas redes sociais.

A burocracia tradicional⁷, que teve um papel significativo na estruturação da sociedade, do governo, dos sindicatos e dos partidos até o século XX, está perdendo sua importância pelas mesmas razões que contribuíram para o seu sucesso. A máquina burocrática, formada numa sociedade industrial, principalmente a partir da Primeira e da Segunda Revolução Industrial, foi concebida sob o manto de uma teoria autoritária, baseada em métodos determinísticos e por tecnocratas distantes da política. Os desafios que enfrentava eram tratados com abordagens unidimensionais, métodos e processos que já não respondem à incerteza e à complexidade dos problemas sociais atuais, fazendo com que governo, sindicatos e a política sofram de cegueira situacional, condição que os impede de enxergar uma realidade para a qual não têm conceitos e nem vocabulário para explicá-la e nela atuar.

Essa crise estrutural faz com que essas instituições, responsáveis pelo equilíbrio da sociedade, continuem presas a um passado do qual não conseguem escapar e que se mostra aparentemente imutável no tempo presente. Submetidas a um modelo de governança ideológico ultrapassado, não conseguem desenvolver qualquer processo político renovador. Vivemos sob o desamparo de instituições ultrapassadas, com agendas desfocadas e atreladas a interesses privados e de grupos de pressão, que não conseguem estabelecer uma agenda renovada e conectada com a sociedade.

Essa realidade mostra os indicadores mais significativos do hiato entre os mundos sólido e líquido: um país sem direcionalidade estratégica, uma sociedade desarticulada e politicamente cindida, uma sobre-exposição da falência do estado, traduzida em problemas como a violência urbana descontrolada, o desemprego elevado, o crescimento econômico insuficiente, a acumulação de renda e de poder numa elite descompromissada com a democracia e um “sem rumo e sem esperança” que nos entorpece e esvazia a nossa capacidade de reagir.

Analisando com acurácia o impacto dessa realidade nas instituições, vemos que esse não é um problema provocado só pela revolução digital, pois os seus sinais de desgaste podem ser encontrados em tempos pré-internet. Carlos Matus⁸ já apontava, na década de 1990, as possíveis causas⁹, para o descrédito da população no sistema, como um todo, que deveria representá-la:

A política está desfocada dos problemas da cidadania. Ela gera os seus próprios problemas e os políticos se dedicam a resolver os problemas da política e não das pessoas.

Os dirigentes políticos crêem que basta a improvisação, a experiência, o bom senso e sua formação acadêmica para governar. Não basta um bom médico para ser um bom ministro da saúde e um bom economista não é necessariamente um bom ministro da fazenda. Ambos, por sua formação departamentalizada, tem um elevado nível de I² (ignorância ao quadrado = não sabem que não sabem), desconhecem que para governar têm de conhecer Ciências e Técnicas de Governo.

Nos nossos países, domina um sistema de *baixa responsabilidade* – ninguém cobra contas por desempenho a ninguém – portanto tanto faz, na política, fazer bem, fazer mal ou até mesmo não fazer. Isto facilita que o poder esteja contaminado pela mediocridade, pela falta de ética e principalmente abre as portas à corrupção. Nesse ponto de vista, a corrupção não é um problema em si, mas um subproduto da mediocridade política.

Os partidos políticos, tal como estão, são meros clubes eleitorais. Estão estruturados apenas para ganhar eleições e manter-se no jogo político eleitoral, afora isso não participam do enfrentamento dos problemas sociais que afetam a cidadania. Suas estruturas estão constituídas para ganhar eleições. Eles não participam e nem alimentam agendas políticas estruturantes, pois não possuem centros de formação para os seus dirigentes, não se preocupam com a formação de seus líderes políticos e não têm estruturas de inteligência para pensar no longo prazo.

São sistemas ultracentralizados, muito distantes da cidadania e de seus problemas. Esses sistemas cegam os dirigentes tradicionais, fazendo com que suas agendas só tenham rotinas, emergências, administração e crises. Os temas estratégicos para eles são apenas aqueles relacionados à manutenção do poder pelo poder. Existe nisso um grande problema de democratização que passa pela descentralização profunda do sistema político, que deveria ser abordado com urgência.

Tal situação tem provocado uma crise no nível macro político, contexto em que a política, o governo e os sindicatos atuam para a dinâmica e o equilíbrio social, intitulada por Matus de baixa capacidade de governo. Crise que se intensifica em contraste com o avanço impressionante da tecnologia. A complexidade e intensidade dos problemas atuais estão cada vez mais distantes destas Instituições. A democracia, nos tempos modernos, ganhou terreno frente ao autoritarismo. Entretanto, a democracia vem se debilitando pela sua crescente inefetividade. Isto provoca a desilusão do cidadão comum que se afasta da Política (com P maiúsculo) e esta perde espaço para a política (com p minúsculo). O governo e as novas tecnologias estão de costas um para o outro. A democracia perde seu atrativo, sem ter, até o momento, competidores viáveis. Seus defensores não sabem defendê-la; a democracia sobrevive ante o vazio de outras opções.

Os sindicatos, o problema da legitimidade e da capacidade de atuação no contexto trabalhista brasileiro

Os Sindicatos sofrem do mesmo mal que afeta o Governo e os Partidos. Oriundos da mesma matriz que os estruturou e deu sentido, padecem das mesmas deficiências e incapacidades, e não estão conseguindo fazer a transição de suas estruturas dos tempos sólidos para os tempos líquidos, como bem definiu Baumann¹⁰.

Esta situação se deve a fatores estruturais e conjunturais. Em relação aos estruturais, Trebor Scholz, já referido, aponta que a internet migrou a economia tradicional de oferta para a economia moderna sob demanda, a economia do compartilhamento. Ele fala de *uma força global e maciça em favor de “construtores de pontes digitais” que se inserem entre os que oferecem serviços e os que buscam tais serviços, imbricando assim processos extrativos em interações sociais.*

Essa nova condição redesenha tanto a forma de produzir, distribuir e consumir, quanto à forma de governar e representar. Os governos, partidos e sindicatos vivem no mundo off-line, enquanto a sociedade, os eleitores e os sindicalizados já vivem no on-line. A causa da falência dos primeiros é a incompatibilidade dos sistemas e suas práticas para atender às demandas e necessidades destes últimos.

Em relação aos fatores conjunturais Carlos Fara¹¹, analisando a situação dos partidos argentinos, elenca três pontos críticos que podem explicar a raiz dessa problemática. Em primeiro lugar aponta a fragmentação da base social dos partidos. Segundo ele, a estrutura ocupacional do mundo está mudando em grande velocidade para postos de serviço individuais, instáveis e voláteis. Quando o mundo do trabalho muda, todas as suas fundações superestruturais sofrem.

Em segundo está a fragmentação do sindicalismo; como resultado disto, a representação sindical passa pelo mesmo processo, sendo mais compartimentada do que nunca. Carlos Fara afirma que a espinha dorsal do movimento sindical tradicional está quebrada e talvez não haja como recompô-la. E finalmente destaca a supremacia da virtualidade sobre a territorialidade: o sindicalismo nasceu em um contexto de lógica territorial que está perdendo espaço em uma sociedade do século XXI, estruturada por vínculos voláteis e efêmeros — líquidos — que relativizam e enfraquecem o domínio clássico dos partidos do século XX.

Enfrentar esse mega problema requer uma nova capacidade, que deve ser sustentada por inteligência e nas capacidades e conhecimentos próprios do mundo líquido. Fazer a transição entre esses mundos é uma tarefa hercúlea, pois essa ação vai atacar os fundamentos e os esteios que estruturaram o sindicalismo, tal como ele existe hoje. Embora perdendo a sua capacidade de atuar e a legitimidade ante os sindicalizados, os movimentos sindicais vem se mantendo como organizações focadas na sobrevivência pura e simples e perdendo cada vez mais espaço no jogo do trabalhismo brasileiro.

O velho-novo problema do trabalhismo e a nova realidade trabalhista

O sintoma mais grave da crise vivida pelo trabalhismo no campo privado é que a economia das cooperativas de plataformas (uberização do trabalho¹⁴) criou uma fantasia na qual o trabalhador, embora explorado, se sente “livre” das amarras do trabalho industrial (8h/dia, 40h/semana, carteira assinada, férias, comprometimento com uma única empresa) e enfrenta uma realidade de ser *freelancer* ou autônomo, em que pretensamente não tem patrão e nem horário fixo. Tom Slee¹ adverte que “muitas pessoas bem-intencionadas sofrem de uma fé equivocada nas habilidades intrínsecas da Internet de promover comunidades igualitárias e de confiança e, assim, inadvertidamente ajudaram e incitaram essa acumulação de fortuna privada e a construção de novas formas exploradoras de emprego. Ou seja, em nome do novo trabalhismo, os trabalhadores estão perdendo salário mínimo, horas extras e proteções asseguradas por leis trabalhistas”.

O trabalhismo aqui entendido como teoria que preconiza a hegemonia do trabalho na vida econômica e política de uma nação, é uma boa referência para avaliar os impactos da revolução tecnológica no movimento sindical e importante tema para entender a problemática que os partidos estão enfrentando e o desgaste que estão sofrendo. Como Antônio Gramsci¹² já dizia em seus Cadernos do Cárcere: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”.

Os partidos vivem tempos transformadores e revolucionários, há uma clara e profunda transformação no mundo do trabalho, em que os papéis do trabalhador e do sindicato estão sendo redesenhados, numa relação absolutamente assimétrica entre o capital e o trabalho. O primeiro dispara amparado pela revolução tecnológica, enquanto o segundo se desmancha como gelo ao sol. A tecnologia está expulsando o trabalhador humano e dando vez à robótica e à computação e transformando o trabalhador no novo escravo das corporações tecnológicas, no campo dos serviços.

O mundo do trabalho e suas organizações não entendem esse fenômeno e não têm recursos para enfrentar essa revolução. Sabem que ela está acontecendo, sofrem seus efeitos, mas não sabemos o que fazer. Suas estruturas, fundadas no mundo sólido, tentam reagir com as ferramentas tradicionais como greve, denúncias e mobilização das categorias. Tentam falar e convencer quem já vive a realidade do mundo virtual (on-line) em seu dia a dia, com os recursos do passado, mas não conseguem.

Máquinas e tecnologias, não são responsáveis, por si só, pela batalha travada entre o velho e o novo, de que fala Gramsci. Hoje, o abismo entre o capital e o trabalho deve-se ao nível, a qualidade e a atualidade da inteligência empregada pelos atores políticos destes campos. O objetivo desta é conquistar corações e mentes. A tecnologia da internet propiciou que as massas (consumidores, sindicalizados, eleitores) saíssem da classificação homogeneizante do coletivo e passassem a ser tratadas como indivíduos únicos, criativos e participantes de diferentes jogos e espaços sociais. E o mais importante, falar e ser ouvido.

A inteligência estratégica aplicada nos novos jogos é a pedra de toque que está desmoronando o mundo sólido e constituindo o mundo líquido. Saber como se estruturar, se organizar e atuar neste espaço é o desafio primordial para o movimento sindical.

Nesse contexto, a estratégia sindical tem de ocorrer dentro de um projeto de modernização que seja capaz de transformar os sindicatos de meros espectadores em jogadores políticos atuantes e criativos no mundo virtual (on-line), para dar respostas às demandas urgentes (e inadiáveis) do mundo do trabalho. Isso poderá ser concretizado por meio da construção de um projeto de futuro que lhes dê a capacidade de levar sua luta para esse mundo. Isto implica lutar contra o peso paralisante do passado e se preparar para a construção do novo mundo sindical, pois, independente da forma como o capital vai se estruturar, o trabalho será sempre necessário e a relação entre eles tem de ser mediada.

A modernização da atividade sindical – mapa para trazer os sindicatos para o século XXI

Para modernizar a atividade sindical no Brasil, de forma que ela possa adquirir as capacidades necessárias e suficientes para enfrentar as drásticas mudanças no mundo do trabalho, é urgente repensar e redesenhar a forma de se organizar e atuar neste novo ecossistema. O ponto crítico deste desafio é a criação de um espaço de inteligência estratégica, na cabeça do movimento, que seja capaz de trazer para o sindicalismo os meios, conceitos e vocabulários para explicar e atuar nesse novo mundo e que permita a criação dos mapas situacionais para que os sindicatos e os trabalhadores possam, em igualdade de condições, negociar seus interesses e posições no novo jogo que se estabelece.

Embora pouco divulgado, o novo conhecimento para este novo jogo já está sistematizado e disponível na Teoria do Jogo Social¹⁵, de Carlos Matus, que, aliada à inteligência aplicada à internet e às redes sociais, constituem o mapa de voo para esse empreendimento. Esta Teoria abarca conhecimentos que vão desde a explicação da natureza dos conflitos políticos e ideológicos subjacentes, o peso e natureza das variáveis da equação tecnológica do processo, até o aporte das ferramentas metodológicas para enfrentar a incerteza e a surpresa no cálculo estratégico. Está atualizada para trabalhar no novo mundo digital e em rede com os trabalhadores conectados, entendendo-os como indivíduos criativos, inseridos em redes coletivas, que atuam e influem em problemas de diferentes níveis de governabilidade, antes monopólio dos âmbitos organizacionais e das estruturas burocráticas sindicais.

A transição entre o mundo real (off-line) e o virtual (on-line) deve ser feita com conhecimentos que permitam o desenho de novos mapas. O uso de mapas (mentais, situacionais, estratégicos) permite a criação de um novo vocabulário e, conseqüentemente, de instrumentos de navegação na nova política e no novo sindicalismo. Para melhor compreensão do conceito cartográfico aqui aplicado, recorreremos ao filósofo espanhol Daniel Innerarity, em sua explicação “a política em uma área de sinalização escassa¹³. Segundo ele o mundo moderno trouxe um sem número de informações de como se conduzir nele, a tecnologia popularizou:

“mapas, indicações, referências, bússolas e outros sistemas cada vez mais sofisticados nos dizem onde estamos, para onde estamos indo e qual é a natureza dos elementos com os quais nos encontraremos em nosso deslocamento”.

O problema é quando saímos do mundo físico para o político. Este último não tem as referências que o primeiro conseguiu estabelecer no mundo virtual, vez que, segundo Innerarity envolve:

“julgamentos de valoração: então o que nos interessa são questões como a de saber em que consiste a legitimidade; se algo é democrático; e quem tem autoridade para decidir o que ou a quem atribuir certas responsabilidades. Entramos em um momento histórico, em que todos esses assuntos se tornaram especialmente controversos. A política entrou em uma área de sinalização insuficiente”.

Sob esse ponto de vista, a política na internet mais confunde que orienta. Onde havia evidências agora temos paradoxos. Ao contrário do que aconteceu com a cartografia do mundo físico, que se beneficiou com a migração para o digital, a política tornou-se mais complexa e difícil de ser entendida e explicada, pois o aumento de informações conseguidos no espaço digital, ao invés de melhorar a capacidade de análise e condução da política, só tornou obsoletos os analistas políticos, pois *“na política e na realidade atual, o aumento do espaço de análise só traz mais coisas que não são o que parecem e tudo está repleto de efeitos colaterais”*.

Entender essa nova conjuntura, saber transitar nesses novos espaços e fazer a transição necessária entre os mundos real (off-line) e virtual (on-line) requer teorias e técnicas de governança capazes de dar suporte à mediação entre o mundo determinístico e estável do governo do século XX e o mundo complexo, líquido e conectado do século XXI, aqui fundamentadas na obra de Carlos Matus, construída para ajudar a entender a complexidade desse novo momento e as formas de modernizar a atividade sindical.

Quadro 1 – Sindicalismo em tempos de sociedade hiperconectada via internet

Informe *The Future of Jobs* (2016), do Fórum Econômico Mundial: 7 milhões de empregos devem desaparecer até 2021 (em escritórios, fábricas e produção). Serão criadas apenas cerca de 2 milhões de vagas relacionadas com Inteligência Artificial, robótica, nanotecnologia e impressão 3D. Mais de 5 milhões de empregados, especialmente os com melhor formação, engrossarão as estatísticas de desempregados pelas revoluções tecnológicas ou migrarão para os novos serviços trazidos pela internet.

O sindicalismo nasceu em um contexto de lógica territorial que está perdendo espaço em uma sociedade do século XXI estruturada por vínculos voláteis e efêmeros — líquidos — que relativizam e enfraquecem o domínio clássico dos partidos do século XX.

O mundo do trabalho e suas organizações (...) sabem que a revolução está acontecendo, sofrem seus efeitos, mas não sabem como reagir. Suas estruturas, fundadas no mundo sólido, tentam reagir com as ferramentas tradicionais como greve, denúncias e mobilização das categorias. Tentam convencer quem já vive a realidade do mundo virtual (on-line) em seu dia a dia, com os instrumentos do passado, mas não conseguem.

A estratégia sindical tem de ocorrer dentro de um projeto de modernização que seja capaz de transformar os sindicatos de meros espectadores em jogadores políticos atuantes e criativos no mundo virtual (on-line), para dar respostas às demandas urgentes (e inadiáveis) do mundo do trabalho. Isso poderá ser concretizado por meio da construção de um projeto de futuro que lhes dê a capacidade de levar sua luta para esse mundo. Isto implica lutar contra o peso paralisante do passado e se preparar para a construção do novo mundo sindical, pois, independente da forma como o capital vai se estruturar, o trabalho será sempre necessário e a relação entre eles tem de ser mediada.

Cabe criar um espaço de inteligência estratégica capaz de trazer para o movimento sindical os meios, conceitos e vocabulários para explicar e atuar nesse novo mundo e que permita a criação dos novos mapas situacionais por meio dos quais os sindicatos e trabalhadores possam, em igualdade de condições, negociar seus interesses e posições no novo jogo que se estabelece.

O momento requer um novo corpo dirigente que entenda que as regras da construção do poder já não estão mais garantidas pela hierarquia ou pela posição de pessoas e organizações, mas sim pela autoridade que se obtém de ideias, conteúdos, consensos e relações no mundo virtual (on-line). Essa mutação na prática política sindical abre espaço para novos olhares e abordagens complexos, que não podem ser resolvidos com privilégios ideológicos, lugares comuns e clichês. O novo corpo dirigente sindical será aquele capaz de estruturar um novo modelo de representação trabalhista, o Sindicalismo Inteligente.

Capacidades, métodos e sistemas para atuar na nova realidade trabalhista brasileira

O princípio e o fim do processo de modernização da máquina sindical são os seus dirigentes e suas equipes estratégicas, que precisam de ferramentas e técnicas para atuar no novo jogo político do trabalho, pois sabem que as atuais estruturas e práticas já não respondem e nem fazem sentido para a classe trabalhadora hiperconectada. Ademais, vivenciamos o esgotamento da liderança sindical tradicional, o que impõe a necessidade de formar um novo tipo de liderança, que seja capaz de unir arte e talento com conhecimentos em Ciências e Técnicas de Governo, com a capacidade de atuar no mundo virtual, para modernizar a gestão e a forma de fazer política das organizações sindicais, de maneira que possam voltar a mobilizar a classe trabalhadora, em torno do tema trabalho em tempos de sociedade e economia hiperconectadas.

O momento requer um novo corpo dirigente que entenda que as regras da construção do poder já não estão mais garantidas pela hierarquia ou pela posição de pessoas e organizações, mas sim pela autoridade que se obtém de ideias, conteúdos, consensos e relações no mundo virtual (on-line). Essa mutação na prática política sindical abre espaço para novos olhares e abordagens complexos, que não podem ser resolvidos com privilégios ideológicos, lugares comuns e clichês. O novo corpo dirigente sindical será aquele capaz de estruturar um novo modelo de representação trabalhista, o Sindicalismo Inteligente:

Quadro 2 – O Sindicalismo Inteligente

É aquele centrado em resultados efetivos para a nova classe trabalhista conectada, ou seja, aquele que se antecipa às demandas dos representados, oferecendo direcionalidade e capacidade estratégica para atuar no novo mundo do trabalho e atender às necessidades trabalhistas da ‘modernidade líquida’, mediante um ativo trabalho de orientação, negociação, defesa de direitos e serviços, de forma descentralizada e personalizada;

É aquele que, com um pé no mundo físico (off-line) e outro no virtual (on-line), consegue modernizar suas estruturas e ser um elemento catalizador e mediador das novas relações trabalhistas. Atua numa realidade mutante, em que os fatores e os meios de produção caminham para automatização e a robotização, que são menos demandantes de trabalho humano, num ambiente especializado ao extremo e baseado nos serviços de cooperativismos de plataformas (“Uberização” dos serviços);

Possui instrumentos para pensar o futuro e formar a nova direção estratégica;

Usa Inteligência aplicada a estratégias on e off-line;

Tem estratégias fortalecidas por inteligência para atuar no novo contexto trabalhista;

Sua ação é planejada estrategicamente de forma preventiva, antecipando conflitos e atuando em situações de incerteza e complexidade;

Seus serviços são de natureza cognitiva e estão inseridos em jogos políticos concretos.

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o CONJUSCS.

Isto implica formar o novo sindicalista para o novo momento sindical. Este será aquele que, por sua formação em Ciências e Técnicas de Governo, não presume por conhecido os objetivos sociais e políticos do seu projeto. Antes pelo contrário, seu âmbito de atuação o move a tornar possível o diálogo entre a política e a técnica para discutir, tanto a direcionalidade (objetivos) quanto as diretivas (operações e meios). Seu espaço de atuação é toda a sociedade sob o foco do trabalho e em rede. Esse enlace entre o político e o técnico é necessário para que os conhecimentos de ambos, não só interatuem vetorialmente na explicação situacional, como também possam ajudá-los a enfrentar problemas complexos e atuar em ambientes conflitivos, tanto no mundo físico (off-

line) quanto no virtual (on-line). Assim, as capacidades necessárias para a nova governança efetiva do século XXI, são:

Quadro 3 – Capacidades necessárias para a nova governança efetiva do século XXI

Capacidade para se situar no novo contexto trabalhista mundial vinculado à revolução 4.0, à internet e à economia de plataformas;
Entender as novas propostas políticas trazidas no contexto trabalhista que respondem às demandas dos afiliados e não as provenientes de agendas burocráticas;
Saber planejar e atuar nos meios sindicais, políticos, empresariais e governamentais, com métodos que possibilitem enfrentar problemas complexos e em meios de incerteza e conflito;
Adquirir conhecimentos e ferramentas que ajudem a formar o novo dirigente sindical para atuar na nova realidade trabalhista, ou seja, capacidade de ler, escutar, entender e atuar em redes;
Capacidade de analisar a realidade trabalhista, de construir narrativas políticas que possibilitem atuar no novo contexto sindical trazido pelas TIC's e de identificar como se faz política nesse ambiente;
Adquirir a capacidade, a partir do aporte teórico metodológico adequado, de elaborar uma direcionalidade estratégica para dar base a um projeto político de longo prazo.

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o CONJUSCS.

Sistematizar a inteligência destes movimentos e governar por meio de sistemas inteligentes deve ser a prioridade de todas as instituições e organizações trabalhistas. Significa transitar por ambientes complexos, abordando riscos, antecipando o futuro, gerindo a incerteza, garantindo a sustentabilidade e a estrutura de responsabilidades, pensar de forma holística e configurar sistemas inteligentes (tecnologias, procedimentos, regras, protocolos). Somente através de tais dispositivos de inteligência coletiva é possível chegar a um futuro que já não é a continuação pacífica do presente, mas uma realidade nebulosa, cheia de oportunidades e, por essa mesma razão, também contém potenciais riscos difíceis de identificar.

Comunicação como fator-chave de modernização da atividade sindical brasileira

A comunicação política é um diferencial para a atuação estratégica nos novos ambientes políticos e trabalhistas originados no contexto do século XXI – um componente crítico para dirigir e fazer política sindical nos tempos de internet e de redes sociais. Afinal, uma ação de comunicação pensada e estruturada em processos tradicionais já não é o bastante para o atual momento sindical, porque este modelo mais afasta os trabalhadores do que os informa e agrega.

Aqui se postula a necessidade de se conceber um tipo de comunicação estratégica que seja capaz de falar com os trabalhadores nos diferentes espaços do trabalhismo. Baseia-se no princípio de que as decisões de gestão sindical só podem ser realizadas com uma comunicação planejada, e não da maneira habitualmente feita, usada apenas para comunicar atos oficiais e organizativos, e não para ser um elemento estratégico de construção de viabilidade em projetos políticos para o segmento sindical. A gestão da comunicação nesse segmento foi concebida para ser uma “área de apoio” para as esferas centrais de decisão e ação, não fazendo parte da linha estratégica do sistema de decisão.

Por óbvio, a realidade tem mostrado que a comunicação é fator-chave para o sucesso no movimento sindical. Ignorar esse componente tem sido o maior erro estratégico cometido por quem atua nesse âmbito. Pois a comunicação, seja ela eficiente ou errática, muda os efeitos de um plano, seja ele bom ou ruim. Um projeto de vanguarda e de alto impacto para as categorias e seus representados pode ser reduzido à insignificância em razão de uma comunicação fraca.

Escuta inteligente como catalizador da migração do mundo off-line para o on-line

A coluna vertebral desta nota foi a migração do mundo atual para o virtual e os impactos que esse fenômeno provocou nas instituições coletivas, principalmente naquelas ligadas ao mundo do trabalho e do emprego. Esse processo necessita que o movimento sindical tenha como escutar, na internet, a opinião e as conversações críticas que estão sendo feitas neste ecossistema. Há hoje uma série de ferramentas disponíveis que se dedicam a isso, no entanto, para acompanhar, entender e interferir nesse espaço é necessário uma que seja baseada em metodologias desenvolvidas para extrair somente as informações relevantes, capturar todas as conversações (públicas) na internet e nas redes sociais para entender tudo que é relevante, seus atores e mapear e classificar seus interesses, para, entre outras coisas, conhecer o posicionamento das organizações sindicais e dos atores sociais e políticos envolvidos; conhecer o posicionamento e ações levadas a cabo pelos que são contrários às ações dos movimentos sindicais; melhorar a percepção sobre o que pensa a cidadania frente às decisões tomadas pelo movimento; melhorar a leitura das demandas dos atores trabalhistas; estabelecer um monitoramento constante de ações e contingências; preparar-se para atuar na prevenção e manejo de crises no ambiente virtual.

A Escuta Inteligenteⁱⁱ consiste em aliar ferramentas de Escuta Ativa na Internet, que fazem a captura e organização das conversações, com recursos de Planejamento Estratégico Situacional, Estudo de Atores, Análise Estratégica, Construção de Viabilidade política de um projeto e outras perícias advindas da experiência e capacitação de nossa equipe nas Ciências e Técnicas de Governo, entregando como resultado do monitoramento não somente os dados consolidados, mas principalmente a análise e recomendações das informações relevantes para a Organização.

Por fim, postulamos que a incorporação de ferramentas e métodos, como as descritos acima, para entender e atuar no mundo da internet é fator determinante para o processo de modernização do sindicalismo brasileiro para que ele possa apoiar a transição das organizações sindicais para o universo digital. Para tanto, o movimento sindical deve dispor de recursos tecnológicos para capturar todas as conversações que se dão no espaço virtual, utilizar metodologias para planejar estrategicamente o que vai escutar e analisar e, com essas informações, alimentar um sistema de suporte a decisões capaz de fornecer direcionalidade estratégica, possibilitar o posicionamento na internet e nas redes sociais e de abrir canais de comunicação poli direcionais com todos os atores e interessados que participam do jogo político sindical.

Aristogiton Moura. Professor convidado da USCS, Professor e Consultor da FIA – Fundação Instituto de Administração da USP, Consultor internacional em Ciências e Técnicas de Governo, formado por Carlos Matus da Fundação Altadir, tendo trabalhado diretamente com esse entre 1992 e 1998. Na Fundação Altadir, foi seu assessor Direto, atuando como professor, consultor e coordenador dos cursos, seminários, consultorias, assessorias, no Brasil e na América Latina. Atualmente representante exclusivo da Fundação Altadir no Brasil, Presidente do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo, Diretor Presidente da Strategia Consultores e Diretor da Autoritas Consulting Brasil.

Notas e Referências Bibliográficas

- 1.PELLANDA, Eduardo C. A essência da internet. **Revista Fronteiras do Pensamento.** Jun., 2016. Disponível em: <<https://www.frenteiras.com/artigos/a-essencia-da-internet>>.
2. WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Challenge Insight Report.** World EconomicForum, Geneva. 2016. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs.pdf>.
3. GAFAM é o acrônimo de gigantes da Web, Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft , que são cinco grandes empresas dos EUA, nascidas nos últimos anos do século XX ou início do século XXI (exceto a Microsoft, fundada em 1975, e a Apple, em 1976), que dominam o mercado digital[1]. Às vezes também são referidas como os "Big Four", os "Cinco Grandes", ou mesmo "Os Cinco". <https://pt.wikipedia.org/wiki/GAFAM>.
- 4.BAUMANN, Zygmunt. **Tempos Líquidos.** São Paulo: Zahar, 2007.

- 5.MOURA, Aristogiton. **Modernizar, governar e fazer política em tempos líquidos**. In: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, abr., 2019, p. 158-167.
6. Programa “Dialogando”, entrevistado pelo Dr. Ricardo Dealecsandris, dia 21 de maio de 1998 para o Canal Plus Satelitel.
- 7.BAUMANN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. São Paulo: Zahar, 2007.
- 8.FARA, C. - **El peronismo, en busca de la unidad perdida y sin liderazgos nítidos**. Disponível em: <<https://www.analisislatino.com/opinion/?id=11478>>.
- 9.GRAMSCI, Antonio. **Selections of the Prison Notebooks**. New York: International Publishers, 1971, p. 275-276.
- 10.SINDICATO DOS QUÍMICOS DO ABC. **Informe especial Ação frente às multinacionais na América Latina**. n. 16, jul.-ago., 2017. Disponível em: <<http://www.quimicosabc.org.br/system/uploads/materiais/342/arquivo/especifico-industria-4-0-n16.pdf>>.
- 11.INNERARITY, Daniel. **Instrucciones para sobrevivir a la perplejidad política**. El País. Publicado em 27.fev.2018. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2018/02/26/opinion/1519663307_617233.html.
12. DUDA, John. **Conferência Cooperativismo de Plataforma – Democracy Collaborative**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/566381-para-que-a-internet-nao-devaste-a-sociedade>>.
- 13.MATUS, Carlos, R., cientista político chileno. Pioneiro das Ciências e Técnicas de Governo. <https://www.institutocarlosmatus.com/blank-qd8r5>.
- 14.SLEE, T. – Uberização, a nova onda do trabalho precarizado – Ed. Elefante, 2017.
15. SLEE, Tom. What's Yours is Mine: Against the Sharing Economy. New York: Or Books, 2015.
16. MATUS, Carlos, R. – Teoria do Jogo Social – Edições Ciências e Técnicas de Governo – Fundap – SP, 1996.

12. A MUDANÇA EM CURSO DO MODELO DE FINANCIAMENTO SINDICAL E CAMINHOS ALTERNATIVOS: UM SUBSÍDIO AO DEBATE POR PARTE DOS SINDICATOS DO GRANDE ABC PAULISTA E BRASIL

Maria da Consolação Vegi da Conceição

Resumo Executivo

Por meio de um processo que ocorre de modo abrupto e não dialogado, o governo instituiu o fim da obrigatoriedade do desconto da contribuição sindical (antigo imposto sindical). Isto instituiu uma mudança forçada de paradigma para o modelo sindical. Isso porque o imposto sindical tornava todos os trabalhadores, de certa forma, contribuintes do sindicato, ainda que não se filiassem a ele. Com o fim desta obrigação, se um trabalhador assim o desejar, pode passar toda a sua vida laboral sem contribuir com os sindicatos. A depender da consciência deste trabalhador, o sindicato sequer existe. Diante do exposto, sugiro, amparada na liberdade de associação, a criação de duas categorias de sócios dos sindicatos: a) sócios gerais ou básicos; b) sócios especiais ou plenos. Como se explicará nesta nota, para que isso seja possível, será necessário que seja definido que as empresas não poderão aplicar as mesmas normas para sócios gerais (ou básicos) e sócios especiais. Além disso, os não sócios, isto é, aqueles que não querem contribuir de nenhuma forma com o sindicato – em outras palavras, que nem são sócios gerais ou básicos, nem são sócios especiais ou plenos – não terão direito a qualquer assistência sindical, incluindo normas coletivas, atendimento em geral, assistência jurídica, realização de Comissão de Conciliação Prévia, cursos, convênios, homologação de rescisão contratual, etc⁵. A convocação das assembleias para a aprovação de acordos coletivos deverá ser dirigida apenas aos sócios (gerais ou básicos e especiais ou plenos), o que, aliás, já está previsto no artigo 612⁶ da CLT. A ideia, portanto, é estimular a associação sindical, de acordo com os benefícios que esses trabalhadores optem por ter. Afinal, não há como o Sindicato ser forte ou sobreviver se não houver contribuições financeiras dos seus membros.

No artigo “MP nº 873: mais uma contraofensiva para enfraquecer os sindicatos”, que publicamos na Revista Teoria e Debate, em março deste ano, tratamos em detalhes dos aspectos jurídicos e das consequências da Medida Provisória nº 873, de 1º de março de 2019, que alterou diversos artigos da CLT que tratam da contribuição sindical e da mensalidade sindical¹. Aquele artigo está disponível em <https://teoriaedebate.org.br/2019/03/15/mp-no-873-mais-uma-contraofensiva-para-enfraquecer-os-sindicatos>.

Uma síntese dos principais itens trazidos pela MP nº 873 encontram-se no quadro 1 a seguir, também publicado originalmente no mesmo artigo da mencionada revista.

Quadro 1 – Principais itens da Medida Provisória nº 873

	O que diz a MP Nº 873	Comentário
1	Exige que a contribuição sindical tenha autorização prévia, individual, voluntária e por escrito .	A lei anterior não mencionava a palavra individual, voluntária e por escrito.
2	Não admite a autorização tácita do trabalhador ou a substituição desta por requerimento de oposição .	A lei anterior não previa nada a respeito. Isto abria a possibilidade da adoção da aprovação em assembleia e com o direito de oposição.
3	Determina a nulidade de norma coletiva que fixar a compulsoriedade ou a obrigatoriedade da contribuição, mesmo que aprovada em negociação coletiva, assembleia ou estatuto do sindicato.	A lei anterior não previa nada a respeito. Isto abria a possibilidade da aprovação por assembleia e norma coletiva.
4	Acrescenta o artigo 597-A na CLT, que menciona que somente podem ser exigidas dos filiados do sindicato as seguintes contribuições: a) a contribuição confederativa (inc. IV, art. 8º, Constituição Federal); b) as mensalidades; c) outras contribuições sindicais previstas em estatuto e norma coletiva.	Este artigo reforça a jurisprudência atual da Justiça do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a proibição de contribuições a não filiados ^{2,3} .
5	Não permite o desconto da contribuição sindical em folha de pagamento. A cobrança deverá ser feita por meio de boleto ou equivalente, enviado à residência do empregado ou ao empregador.	Esta medida deverá fazer cair a arrecadação dos sindicatos, pois o trabalhador pode suspender a qualquer momento o pagamento ou simplesmente deixar de pagar, por motivos diversos (em função de crise financeira, esquecimento etc).
6	Altera o artigo 545 da CLT, que trata dos descontos de contribuições em folha de pagamento dos empregados, inclusive a mensalidade sindical e outras contribuições facultativas , previstas em normas coletivas ou estatuto sindical, e revoga o seu § único que previa o prazo para desconto na folha de pagamento e multa por atraso.	A lei anterior obrigava as empresas a descontarem a mensalidade na folha de pagamento dos filiados, quando devidamente autorizados por esses e notificado pelo sindicato. A nova redação menciona que o recolhimento, a cobrança e o pagamento se darão na forma dos artigos 578 e 579 da CLT. O artigo 578, por sua vez, menciona que as contribuições serão recolhidas, pagas e aplicadas conforme todo Capítulo III . O Capítulo III trata da contribuição sindical. Neste Capítulo III da CLT está inserido o artigo 582, que determina o pagamento das contribuições somente por meio de boleto bancário ou equivalente, enviado para a residência do empregado ou empregador. No entanto, não há lógica na aplicação de todo o Capítulo III para recolhimento e pagamento da mensalidade sindical, pois é incompatível em vários aspectos, como o valor de recolhimento, periodicidade, rateio do valor entre entidades e também o boleto.
7	Revoga a alínea “c” do caput, do artigo 240, da Lei nº 8.112/90, que autoriza o desconto das mensalidades sindical dos servidores públicos federais, na folha de pagamento pelo Governo.	Os servidores estão regidos pela Lei nº 8.112/90. Assim, a revogação do dispositivo representa de fato uma afronta à liberdade de associação e ingerência do governo nos sindicatos. Isto é inconstitucional, além de dificultar e encarecer a cobrança para os sindicatos.

Elaboração própria da autora.

Nesta nota técnica, ao modo de subsídio para o debate, especialmente no Grande ABC Paulista, onde há sindicatos que são referência para todo o país, resgatamos, literalmente, a seguir um trecho

específico daquele referido artigo: o que aborda os caminhos alternativos de financiamento da atividade sindical em face da referida medida provisória.

O artigo 579-A da CLT, inserido pela Medida Provisória nº 873, menciona que a contribuição confederativa, a mensalidade e as demais contribuições instituídas por estatuto ou norma coletiva **poderão ser cobradas somente dos filiados.**

Portanto, este dispositivo proíbe a cobrança de quaisquer taxas para não filiados. Registre-se que há anos as jurisprudências do STF e da Justiça do Trabalho também vinham decidindo neste mesmo sentido, embora todas as decisões fossem anteriores a reforma trabalhista, que tornou a contribuição sindical facultativa.

Sabemos que o fim da obrigatoriedade do desconto da contribuição sindical (antigo imposto sindical) inicia uma mudança de paradigma para o modelo sindical - destacando-se sempre que tal processo ocorre de modo abrupto, não dialogado e autoritário. Isso porque o imposto sindical tornava todos os trabalhadores, de certa forma, contribuintes do sindicato, ainda que não se filiassem a ele.

Com o fim desta obrigação, se um trabalhador assim o desejar, pode passar toda a sua vida laboral sem contribuir com os sindicatos. A depender da consciência deste trabalhador, o sindicato sequer existe.

Assim, o modelo calcado no tripé “imposto sindical, unicidade sindical e monopólio sindical na negociação coletiva” começou a ser desmantelado da pior forma possível: em um contexto de contraofensiva por parte dos segmentos conservadores e de busca de fragilização do movimento sindical.

Sem a contribuição compulsória, muitos sindicatos tendem a desaparecer. Não havendo sindicato, sequer se pode falar em unicidade ou negociação sindical. Há que existir o primeiro, para subsistir os outros dois.

Na ausência de cobrança de imposto sindical obrigatório, não há como manter um modelo sindical, se, mesmo não sendo filiado ao sindicato, o trabalhador se beneficiar das suas conquistas e serviços. Alguns trabalhadores até contribuiriam com o sindicato, por entender a sua importância econômica, política e social, ou, até mesmo, por dever moral. Mas certamente haverá aqueles - e, infelizmente, estes tendem a ser maioria - que “pegarão carona” nos acordos e benefícios, sem precisar contribuir².

Diante do exposto, sugiro, amparada na liberdade de associação, a criação de duas categorias de sócios dos sindicatos: a) sócios gerais ou básicos; b) sócios especiais ou plenos. Veja-se o quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Proposta: criação de sócios gerais ou básicos e sócios especiais ou plenos

- **Os sócios gerais ou básicos** seriam aqueles que contribuiriam somente quando houvesse acordo coletivo³. Portanto, eles teriam direitos específicos a alguns itens do acordo. Por exemplo: o reajuste pactuado no Contrato Coletivo de Trabalho, o vale alimentação e refeição, o Piso Salarial etc. Cabe avaliar se esses sócios teriam direito de votarem e serem votados nas eleições sindicais.
- **Os sócios especiais ou plenos** seriam aqueles que contribuiriam com mensalidade. Por conseguinte, eles teriam vantagens para além daquelas dos sócios gerais ou básicos⁴. Entre outras vantagens, determinadas normas coletivas especificamente negociadas para a categoria de sócios especiais ou plenos (como estabilidade, faltas justificadas, auxílio creche, comissão de conciliação prévia, assistência jurídica, ações coletivas, cursos etc.). Os sócios especiais ou plenos também teriam o direito de votarem e serem votados nas eleições sindicais.
- Para que isso seja possível, será necessário que seja definido que as empresas não poderão aplicar as mesmas normas para sócios gerais (ou básicos) e sócios especiais.
- Além disso, os não-sócios, isto é, aqueles que não querem contribuir de nenhuma forma com o sindicato – em outras palavras, que nem são sócios gerais ou básicos, nem são sócios especiais ou plenos – não terão direito a qualquer assistência sindical, incluindo normas coletivas, atendimento em geral, assistência jurídica, realização de comissão de conciliação prévia, cursos, convênios, homologação de rescisão contratual etc⁵.

Elaboração própria da autora.

A convocação das assembleias para a aprovação de acordos coletivos deverá ser dirigida apenas aos sócios (gerais ou básicos e especiais ou plenos), o que, aliás, já está previsto no artigo 612⁶ da CLT.

A ideia, portanto, é estimular a associação sindical, de acordo com os benefícios que esses trabalhadores optem por ter. Afinal, não há como o Sindicato ser forte ou sobreviver se não houver contribuições financeiras dos seus membros.

É importante destacar que a CLT já prevê que os empregados de uma empresa podem, se assim desejarem, negociar diretamente com a empresa, se o Sindicato não assumir as negociações, mesmo se convocado (art. 617, CLT)^{7, 8}. Neste quadro, em que, por qualquer motivo, os trabalhadores não optem por contribuir com o sindicato, não há que se falar em impossibilidade de negociação, que seria uma das justificativas para a aplicação “erga omnes” das normas coletivas, isto é, da aplicação das normas igualmente entre filiados e não filiados ao sindicato.

O movimento sindical passa por um momento de ataques e contraofensivas, que buscam debilitar a sua força. A MP nº 873 faz parte deste contexto, como se mostrou neste texto. A resistência do movimento sindical passa, é claro, por sua sobrevivência – inclusive financeira – como instituição. Portanto, é fundamental estimular a sindicalização, com a descoberta de novas fontes de custeio, bem como da realização de fusões entre entidades sindicais para otimizar as estruturas e fortalecer as lutas. O modelo sindical que permitiu a existência de mais de 11 mil sindicatos de trabalhadores, a maioria pouco representativos, não é o mais adequado. Trata-se, pois, de se “levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima”.

Notas

1 Uma Medida Provisória (MP) é uma norma com força de lei editada pelo Presidente da República em situações de **relevância e urgência**. Apesar de produzir **efeitos jurídicos imediatos**, uma MP precisa da posterior apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (Câmara e Senado) para se converter definitivamente em **lei ordinária**. O prazo inicial de vigência de uma MP é **de 60 dias e é prorrogado automaticamente por igual período**, caso não tenha sua votação concluída nas duas Casas do Congresso Nacional. Se não for apreciada em até 45 dias, contados da sua publicação, **entra em regime de urgência**, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

2 Atualmente, no Brasil, o nível de sindicalização é baixa. A taxa de filiação é maior entre os trabalhadores rurais (22,7%) do que entre os urbanos (15%). Considerando-se apenas os trabalhadores urbanos, a filiação é maior entre os empregados públicos (36,8%) do que nos empregados privados registrados (20,3%). Entre os trabalhadores por conta própria (11,8%) e os trabalhadores privados não registrados (6,2%), apenas uma pequena parcela faz parte de sindicatos.

3 O artigo 613 da CLT também prevê que os acordos coletivos deverão prever qual a “categoria” ou “classe” de trabalhadores que seriam abrangidos pelos dispositivos: *Art. 613 - As Convenções e os Acordos deverão conter obrigatoriamente: III - Categorias ou classes de trabalhadores abrangidas pelos respectivos dispositivos;*

4 Artigo 55 do Código Civil: “Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais”. O artigo 544, da CLT também assegura a preferência para os empregados sindicalizados em inúmeras situações.

5 Sem a contribuição sindical, o sindicato está desobrigado a fornecer os serviços previstos no artigo 592 da CLT (colônia de férias, assistência jurídica, cursos profissionalizantes etc).

6 O artigo 524, “e”, da CLT, também prevê a assembleia apenas para associados, com vistas a aprovar as relações ou dissídios de trabalho.

7 Art. 617 – “Os empregados de uma ou mais empresas que decidirem celebrar Acordo Coletivo de Trabalho com as respectivas empresas darão ciência de sua resolução, por escrito, ao Sindicato representativo da categoria profissional, que terá o prazo de 8 (oito) dias para assumir a direção dos entendimentos entre os interessados, devendo igual procedimento ser observado pelas empresas interessadas com relação ao Sindicato da respectiva categoria econômica. § 1º Expirado o prazo de 8 (oito) dias sem que o Sindicato tenha se desincumbido do encargo recebido, poderão os interessados dar conhecimento do fato à Federação a que estiver vinculado o Sindicato e, em falta dessa, à correspondente Confederação, para que, no mesmo prazo, assumam a direção dos entendimentos. Esgotado esse prazo, poderão os interessados prosseguir diretamente na negociação coletiva até final. § 2º Para o fim de deliberar sobre o Acordo, a entidade sindical convocará assembleia geral dos diretamente interessados, sindicalizados ou não, nos termos do art. 612”.

8 Além disso, há diplomas legais, como a Lei de Greve, que prevê em seu artigo 4º a formação de comissão de negociação; a Lei nº 10.101/2001 (PLR) que exige apenas um integrante do sindical na comissão de negociação. O artigo 513 da CLT coloca como prerrogativa do sindicato, e não obrigação, representar perante autoridades administrativas e judiciais os interesses gerais da categoria.

Maria da Consolação Vegi da Conceição. Advogada. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Pós Graduada em Direito Individual e Coletivo do Trabalho pela USP. Coordenadora do Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do ABC.

Referências Bibliográficas

CONCEIÇÃO, Maria da Consolação Vegi da. MP nº 873: mais uma contraofensiva para enfraquecer os sindicatos. *Revista Teoria e Debate*, n. 182, mar. 2019. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2019/03/15/mp-no-873-mais-uma-contraofensiva-para-enfraquecer-os-sindicatos/>.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; CONCEIÇÃO, Maria da Consolação Vegi da. Reforma trabalhista: modernização conservadora e tendências. *Revista Teoria e Debate*, n. 165, out., 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/61047/reforma-trabalhista-modernizacao-conservadora-e-tendencias>>. Acesso em: 30.nov.2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; CONCEIÇÃO, Maria da Consolação Vegi da. Terceirização indiscriminada, 'torres gêmeas' e proposta alternativa. *Revista Teoria e Debate*, n. 176, set., 2018. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2018/09/04/terceirizacao-indiscriminada-torres-gemeas-e-proposta-alternativa/>>. Acesso em: 29.nov.2018.

MANUS, Paulo Teixeira. *Negociação coletiva e contrato individual de trabalho*. São Paulo: Atlas, 2000.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Compêndio de direito sindical*. 4ª edição. São Paulo: LTr, 2005.

SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de Direito Aplicado*, vol. 7: direito coletivo do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

13. O “BURACO NEGRO DIGITAL” CRIADO PELAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Antônio Aparecido de Carvalho
Leonardo Birche de Carvalho
Milton Carlos Farina
Álvaro Francisco Fernandes Neto

Resumo Executivo

A pesquisa teve o intuito de trazer à tona uma análise crítica acerca da forma de coleta, armazenamento e acesso a dados e informações, anteriormente documentados e arquivados em meio manual, tais como relatórios, livros, dentre outros; já, na atualidade, a tecnologia de informação e comunicação trouxe a ideia de que as informações devem estar armazenadas em meios digitais, nuvens, pen drives, e-mails e demais hardwares. Contudo, surge o seguinte questionamento: “O que nos garante que no futuro teremos programas, dispositivos e ferramentas compatíveis para acessá-las?”. Documentos e informações anteriormente armazenados em fitas cassetes, disquetes ou em memórias de computadores antigos por vezes se tornam inacessíveis devido à indisponibilidade de dispositivos, à obsolescência de equipamentos ou até mesmo às constantes atualizações de softwares. A impossibilidade de acesso às informações arquivadas digitalmente é conhecida como “buraco negro digital”. A pesquisa demonstra que algumas organizações estão antevendo problemas e buscando possíveis soluções para preservação documental (e consequentemente da nossa história) para as gerações futuras. Contudo muito há a ser feito.

As Tecnologias da Informação e Comunicação –TICs

A aplicação das tecnologias da informação e comunicação nas mais variadas áreas expressa o acelerado avanço tecnológico ao qual a sociedade está suscetível. O conhecimento e a utilização de tais tecnologias permitem a coleta, o armazenamento e o acesso a uma grande quantidade de dados, que posteriormente será transformada em informações. Tais informações são de extrema relevância para a sociedade, com o objetivo de se conhecer fatos do passado, que influenciam nossas vidas. Para as organizações públicas e privadas as informações contribuem nos processos de tomada de decisão e projeções futuras. Para a academia, é fundamental que os pesquisadores acessem com agilidade e confiabilidade dados de fontes seguras.

Necessidade da Preservação da Memória

Desde os primórdios, o homem necessita ter fragmentos de suas memórias arquivadas. Foi assim com as pinturas rupestres, que são as mais antigas representações artísticas, sendo que as mais longevas gravadas há 40.000 A.C, em abrigos, cavernas e rochas ao ar livre. Essas pinturas demonstram as atividades diárias, os temores e as crenças dos homens e mulheres. Encontradas, essas pinturas permitiram que, tendo passado milênios, a sociedade atual pudesse ter conhecimento de como era a vida naquele momento. Desta forma, podemos concluir que aquelas pinturas são arquivos das experiências vividas e hoje representam a nossa história.

Goff (2008) conceitua arquivo como um conjunto de documentos de qualquer forma, produzidos por pessoas físicas ou organismos públicos ou privados.

Ao longo da história humana, os arquivos que retratam nossa trajetória foram encontrados em argila, paredes das cavernas, papiros, pergaminhos, pinturas em quadros, fotografias, livros, jornais, revistas, relatórios, partituras musicais. Arquivados em sítios arqueológicos, museus, bibliotecas, tapes de filmes, fita cassetes, disco vinil e hoje em arquivos digitais.

Buraco negro digital

A despeito das várias formas de arquivo, existe a possibilidade de perda dos documentos, a exemplo de incêndios em museus, como o ocorrido recentemente no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Documentos manuscritos, impressos e fotografias sofrem a deterioração com as ações do tempo. Documentos arquivados nas memórias de computadores antigos, em fitas cassetes, em vinil ou em disquetes, hoje se apresentam de difícil acesso devido à obsolescência. É difícil encontrar equipamentos ou computadores atuais com leitores de disquetes, fitas cassetes ou que permitam acesso às memórias de computadores antigos.

As tecnologias de informação e comunicação tão imprescindíveis na vida moderna fizeram surgir novas formas de arquivar nossas memórias, documentos, produções, experiências vividas, fotografias. Entre elas os notebooks, celulares, cds, pen drives, “clouds”, além das redes sociais (Facebook, WhatsApp, LinkedIn etc.).

Contudo, o que poderá nos garantir que no futuro teremos acesso às informações arquivadas digitalmente?

É notório que as tecnologias de informação e comunicação facilitam a capacidade de produção de conteúdo, de registro, de armazenamento e acesso. Neste sentido, Meneses (2011) assevera que o mundo digital traz a concepção de um mundo novo, que é livre do substrato físico, com acesso infinito, capaz de alterar nossa concepção e apagar a materialidade.

Contudo, é necessário refletir sobre a preservação dos arquivos digitais, pois muitas vezes ao revisitarmos uma pesquisa de um determinado site na internet nos deparamos com a mensagem: “Error 404” (página não encontrada), fato que nos traz a sensação de perda daquela informação tão necessária naquele momento. Por vezes, as constantes atualizações dos programas tornam determinados arquivos inacessíveis.

Documentos que hoje são arquivados nas mais variadas formas poderão ser perdidos devido ao fato de *hardwares* e *softwares* deixarem de existir no futuro. Vila Verde (2016) alega que, caso os documentos não sejam arquivados de forma adequada, não será possível acessá-los, o que gera o “buraco negro digital”.

Cerf (2015), vice-presidente do Google, expressou sua preocupação com o buraco negro digital ao afirmar que as constantes atualizações dos sistemas poderão deixar arquivos inacessíveis, incompatíveis e defasados em relação aos leitores do futuro. Os arquivos salvos nos formatos atuais poderão estar indisponíveis para as próximas gerações.

Tentativas de evitar o buraco negro digital

O “buraco negro digital” tem se tornado tema de interesse e preocupação de governos e organizações.

Em 2003, a Biblioteca Nacional da Austrália elaborou e publicou pela UNESCO uma Carta de Preservação da Plataforma Digital.

No Reino Unido, desde 2004, a Biblioteca Britânica está trabalhando para arquivar sites para gerações futuras. Emprega a impressão de documentos publicados digitalmente e arquivado em meio papel.

A Biblioteca do Congresso Nacional dos Estados Unidos, em 2010, assinou acordo com o Twitter para arquivo dos *twittes* enviados pelos usuários desde o lançamento da plataforma.

No Brasil, em 2012, a Câmara dos Deputados instituiu política de preservação digital de seus documentos, por meio do ato número 48 de 16 de julho de 2012: “*determina aos órgãos do poder público que assegurem a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade*”. O artigo segundo do ato preconiza:

“Esta política abrange todos os documentos digitais, nascidos nessa forma ou digitalizados, produzidos na Câmara dos Deputados ou recebidos pela Casa, desde que relacionados às atividades derivadas das suas funções institucionais e missão institucional. Parágrafo único. São exemplos de documentos digitais: gravações digitais de som; fotografia digital e vídeo digital; páginas intranet, extranet e internet; bases de dados digitais; mensagens eletrônicas; publicações digitais; processos administrativos ou legislativos digitais e combinações dos tipos acima, além de outros que venham a ser identificados”.

Em 2016, a terceira edição do Seminário de Informação dos Museus na USP trouxe novas informações acerca da preservação das informações digitais. Entre as quais foi apresentado o projeto denominado InterPARES – International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos). Sob coordenação da Universidade de British Columbia, no Canadá, o projeto tem desenvolvido conhecimento teórico-metodológico essencial para a preservação de longo prazo de documentos arquivísticos digitais autênticos.

O InterPARES desenvolveu o “Service Trust”, programa que tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento, em vários países, de redes integradas e consistentes, estabelecendo políticas, regras, leis, procedimentos e padrões destinados aos documentos digitais armazenados na Internet. O Brasil faz parte com a participação do Arquivo Nacional.

Conclusão

Na pesquisa, foi possível perceber que a história da evolução humana, da sociedade e das organizações pode ser preservada a partir do arquivo de documentos nas suas mais variadas formas. Estes arquivos demonstram as experiências vividas em cada momento.

A preservação da memória segue as ferramentas disponíveis, desde a época das cavernas, nas quais foram utilizadas as pinturas rupestres, até os dias atuais com o uso das modernas tecnologias disponíveis. Contudo, a sociedade deve refletir e estruturar processos e ferramentas que permitam que, independentemente de como as informações foram arquivadas, possam ser acessadas. Isto para que futuras gerações possam ter conhecimento da nossa história.

Percebe-se que existe uma preocupação em relação à preservação do arquivo e acesso às informações digitais. Mas há de se difundir os projetos, programas, políticas nacionais e internacionais existentes sobre o assunto, para que governos, empresas, instituições de ensino e sociedade possam se prevenir do chamado “buraco negro digital”.

Antônio Aparecido de Carvalho é Doutorando em Administração pela USCS; Mestre em Administração, Comunicação e Educação – USM; MBA em Marketing- USP; MBA em Gestão e Inovação do Ensino a Distância - USP; Pós-Graduado em Administração Financeira – UMESP. Graduado em Ciências Econômicas – IMES e Administração – IMES. Docente e Coordenador do Curso de Administração – FASB. Trabalhou na Caixa Econômica Federal. Parecerista do Guia do Estudante.

Álvaro Francisco Fernandes Neto é Doutorando em Administração pela USCS; Mestre em Administração - Universidade Presbiteriana Mackenzie; MBA em Marketing (UNINOVE); Graduado em Administração - Escola Superior de Administração de Negócios. Docente no Centro Universitário Unipaulistano.

Leonardo Birche de Carvalho é Mestrando em Educação pela USCS; Especialista em Direção Teatral e Interpretação – Escola Superior de Artes Célia Helena; Bacharel em Comunicação Social em Publicidade e Propaganda – Escola Superior de Marketing. Laureado com três prêmios de mérito acadêmico – ESPM; Produtor e Pesquisador da 3B3 Comunicação e Cultura. Atuou em Projetos Culturais para o Centro Banco do Brasil, Instituto Itaú Cultural e Panorama Setorial da Cultura Brasileira.

Milton Carlos Farina. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração e dos cursos de graduação da USCS. Linha de Pesquisa 3. Áreas de pesquisa: Gestão de Redes Organizacionais e Gestão de Redes de Negócios. Temas de interesse: clusters industriais e comerciais, redes de inovação, gestão do conhecimento, co-criação de valor, descarte de resíduos eletrônicos, logística reversa, TI verde, princípios para o ensino sustentável, gestão sustentável, análise de redes sociais. Doutorado em Administração pela FEA/USP (2009). Mestrado em Adm. de Empresas pela FGV SP (2002). Graduação em Matemática - Instituto de Matemática e Estatística (IME) USP (1974).

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Arquivo Nacional:** Projeto InterPARES. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/acoes-internacionais/83-projeto-interpares.html>. Acesso em mai. de 2019.

BRASIL. **Ato da mesa número 48 de 16 de julho de 2012.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-48-16-julho-2012-773828-norma-cd-mesa.html>. Acesso em mai. 2019.

CERF, Vint. **Pai da internet alerta para uma possível idade das trevas digital.** Disponível em: <https://canaltech.com.br>. Acesso em 05 mar.2019.

GOFF, Amelle. **Os Arquivos das ONG, uma memória a partilhar, guia prático de 60 perguntas.** Disponível: dgarq.gov.pt/files/2008/10/ong.pdf, 04-01-2013.

VELOSO, R. **Tecnologias da Informação e Comunicação:** desafios e perspectivas. Saraiva. São Paulo, 2011.

14. A EPIDEMIA DE FEBRE AMARELA NO BRASIL ENTRE 2017 E 2018: O ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O IMPACTO NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

Stefanie Sussai

Resumo Executivo

A febre amarela é uma doença viral distribuída em áreas tropicais da África, América Central e da América do Sul, endêmica nas regiões norte e centro-oeste do Brasil, mas que chegou ao estado de São Paulo através de uma epidemia que acometeu o país durante os anos de 2017 e 2018. Há dois tipos de ciclos epidemiológicos da febre amarela: o silvestre, em que a transmissão ocorre via mosquitos infectados dos gêneros *Haemagogus* e *Sabethes*, que têm um ciclo de vida em zonas de mata e picam os primatas não humanos (macacos) - que são os principais hospedeiros e amplificadores do vírus - e o homem - que é um hospedeiro acidental ao adentrar áreas de matas; e o urbano, em que o principal vetor é o *Aedes aegypti*, mosquito extremamente adaptado às cidades, sendo o homem o único hospedeiro de importância. Como a transmissão ocorre apenas via picada dos mosquitos fêmeas infectados, não há transmissão direta de pessoa a pessoa, ou de macaco a pessoa. Os sintomas iniciais da febre amarela são febre de início súbito, dor de cabeça intensa, dores musculares, náusea, vômitos, fadiga e fraqueza. Após um breve período de melhora, algumas pessoas desenvolvem a forma grave da doença, que inclui ainda febre alta, icterícia, hemorragia, podendo acarretar choque e insuficiência de múltiplos órgãos, consequentemente, óbito. O diagnóstico da doença em humanos é realizado por médicos através do histórico, exame físico e confirmado via exames laboratoriais. Não existe um tratamento específico para a febre amarela, apenas suporte aos sintomas apresentados para aliviá-los é realizado. No presente trabalho, são apresentados dados epidemiológicos de 2017 até 03 de junho de 2019 da doença no Estado de São Paulo, oriundos da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e do livro “O combate à febre amarela no Estado de São Paulo: história, desafios e inovações”, escrito por Carlos Henrique Fioravanti. A “estratégia paulista de enfrentamento” adotou ferramentas de informação sobre aspectos ecológicos, demográficos e sociais para a predição do comportamento do vírus, dos primatas não humanos (macacos) e dos humanos na rota da epidemia, o que possibilitou ações de prevenção com impacto significativo. Houve apenas um único caso autóctone na região do Grande ABC Paulista, no município de São Bernardo do Campo. A vacinação em massa da população e o controle das populações de mosquitos, com a eliminação de criadouros e a nebulização, conseguiram deter a febre amarela urbana, que é temida por ter causado mais mortes que a forma silvestre nos séculos passados. A população do Estado de São Paulo apta deve se vacinar contra a febre amarela, ter a responsabilidade de evitar a presença de vetores capazes de transmitir o vírus e tomar as medidas de proteção individual contra os mesmos. As ações do serviço público são essenciais para a prevenção da transmissão da doença e promoção de saúde, através do controle dos vetores, dentre eles o *Aedes aegypti*, via programas de vigilância epidemiológica e entomológica, além da educação da população e da oferta de assistência médica quando há a ocorrência da doença.

O que é a febre amarela: epidemiologia, transmissão, sintomas e tratamento

Considerada uma arbovirose por ser uma doença viral transmitida pela picada dos mosquitos fêmeas infectados, a febre amarela tem como agente causador um vírus da família *Flaviviridae*, gênero *Flavivirus* (SÃO PAULO, 2019). O vírus é endêmico, presente de maneira permanente em determinadas regiões que possuem condições que facilitam a persistência de fontes de infecção (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2019), como as áreas tropicais da África, América Central e América do Sul (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2019). No Brasil, a febre amarela é uma doença endêmica no norte e centro-oeste, mas chegou no estado de São Paulo através de uma epidemia, ou seja, um aumento inesperado e descontrolado dos números de novos casos de febre amarela (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2019) na virada de 2016 para 2017, com um

ápice no final de 2017 e início de 2018, tendo uma diminuição dos casos posteriormente (FIORAVANTI, 2018).

Há dois tipos de ciclos epidemiológicos de diferentes transmissões da doença: o silvestre, através dos mosquitos infectados dos gêneros *Haemagogus* e *Sabethes*, que têm um ciclo de vida em zonas de mata; e o urbano, em que o principal vetor doença é o *Aedes aegypti*, mosquito extremamente adaptado às cidades (SÃO PAULO, 2019). No ciclo silvestre, os primatas não humanos (macacos) são os principais hospedeiros e amplificadores do vírus – principalmente bugios (*Alouatta* spp.), saguis (*Callithrix penicillata*) e macacos-prego (*Sapajus nigritus* e *S. libidinosus*) (FIORAVANTI, 2018); o homem é um hospedeiro acidental ao adentrar áreas de mata. Já no ciclo urbano o homem é o único hospedeiro de importância. Como a transmissão ocorre apenas via picada dos mosquitos fêmeas infectados, não há transmissão direta de pessoa a pessoa, ou de macaco a pessoa. A epidemia relatada entre os anos de 2017 e 2018 corresponde à febre amarela silvestre, uma vez que o último caso de febre amarela urbana registrado no Brasil foi em 1942 (BRASIL, 2019).

Ambos os tipos de febre amarela apresentam os mesmos sintomas e evolução. Os sintomas iniciais da febre amarela são: início repentino de febre, calafrios, dor de cabeça intensa, dores nas costas, dores no corpo em geral, náuseas, vômitos, fadiga e fraqueza (BRASIL, 2019). Muitas pessoas melhoram após esses sintomas, mas aproximadamente 15% apresentam um breve período de melhora, que varia de horas a um dia sem sintomas, e depois desenvolvem a forma mais grave da doença, que inclui ainda febre alta, icterícia (coloração amarelada da pele e do branco dos olhos, que caracterizou a doença), hemorragia (principalmente a partir do trato gastrointestinal), e pode acarretar choque e insuficiência de múltiplos órgãos (BRASIL, 2019).

De acordo com o Ministério da Saúde (2019), “cerca de 20 a 50% das pessoas que desenvolvem febre amarela grave podem morrer”, por isso, ao apresentar algum dos sintomas iniciais, a pessoa deve procurar assistência médica para diagnóstico e tratamento adequados. A pessoa deve ainda informar se viajou nos últimos 15 dias anteriores ao começo dos sintomas, se levou picada de mosquito e se viu ou soube de macacos mortos próximos aos lugares de visita (BRASIL, 2019).

O diagnóstico da febre amarela em humanos é realizado por médicos através do histórico, exame físico, e confirmado com exames laboratoriais. A reação em cadeia da polimerase (PCR) é utilizada na fase inicial da doença, quando o vírus ainda está presente na corrente sanguínea, e pode ser diretamente identificado, tendo amostras colhidas no prazo de até sete dias a partir do início dos sintomas (FIORAVANTI, 2018). Nas fases mais avançadas da doença, já há anticorpos circulantes, assim os testes sorológicos são utilizados para identificar a presença de anticorpos específicos contra o vírus (FIORAVANTI, 2018). Uma vez que há a suspeita da doença, a notificação da mesma deve ser obrigatoriamente realizada em até 24 horas e depois confirmada ou encerrada, de acordo com os resultados dos exames (BRASIL, 2019).

O tratamento da febre amarela não é específico, consiste em dar suporte aos sintomas apresentados para aliviá-los, devendo o paciente repousar e receber hidratação, quando hospitalizado via soroterapia intravenosa, e reposição das perdas sanguíneas, quando houver indicação (BRASIL, 2019). Nas formas graves da doença, o paciente deverá ser atendido em unidade de terapia intensiva para reduzir as complicações e o risco de óbito (BRASIL, 2019).

Assim como em qualquer doença, todo tratamento deve ser prescrito por um profissional da saúde de acordo com a avaliação do mesmo, portanto, as pessoas não devem tomar medicamentos por conta própria (BRASIL, 2019), pois algumas medicações populares como o AAS (ácido acetilsalicílico) podem agravar o caso, provocando algumas manifestações hemorrágicas (SÃO PAULO, 2019).

A Estratégia Paulista de Enfrentamento

Um conjunto de ações definido pelo Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) “Prof. Alexandre Vranjac”, da Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de São Paulo adotou ferramentas de informação sobre aspectos ecológicos, demográficos e sociais para a predição do

comportamento do vírus, dos primatas não humanos (macacos) e dos humanos na rota da epidemia, o que possibilitou ações de prevenção com impacto significativo na morbidade, que é o conjunto de indivíduos que adquiriram a doença num dado intervalo de tempo em uma determinada população (FIORAVANTI, 2018; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2019).

As mortes dos primatas não humanos (macacos) infectados pelo vírus da febre amarela, que antecedem a infecção de seres humanos, foram essenciais para definir os prováveis caminhos da doença e planejar as campanhas de vacinação, priorizando as áreas de maior risco de transmissão (FIORAVANTI, 2018).

A febre amarela se propaga através da movimentação de mosquitos e macacos em matas fechadas e nas áreas que perdem espaço com a expansão das cidades (FIORAVANTI, 2018). Cada vez mais o ser humano invade áreas de mata, seja através da construção de condomínios ou pelo turismo ecológico, e torna-se assim o hospedeiro acidental da febre amarela silvestre (FIORAVANTI, 2018).

O vírus sempre aproveitou algumas lacunas de imunização e infectou pessoas não vacinadas em regiões em que a vacinação já era recomendada. Entretanto, a partir do início de 2017, a situação mudou significativamente, uma vez que o vírus da febre amarela, levado pelos mosquitos transmissores, começou a se expandir em territórios novos, onde a maioria dos moradores não havia recebido a vacina, estando todos desprotegidos contra a doença (FIORAVANTI, 2018). Então, levantou-se a possibilidade de vacinar apenas os moradores das áreas de risco de transmissão do vírus, em vez de toda a população cidade, o que normalmente é recomendado pela abordagem tradicional de combate a epidemias (FIORAVANTI, 2018).

Para obter as informações geográficas da doença, uma nova tecnologia que até então não tinha sido empregada foi implementada em 2017: o registro das coordenadas geográficas dos pontos em que se encontrava os macacos mortos através de um aparelho de GPS ou via telefone celular (FIORAVANTI, 2018). As informações levantadas em campo foram imprescindíveis para elaborar os mapas que indicavam a direção e a velocidade de deslocamento do vírus em São Paulo.

A análise das informações sobre a localização e datas das mortes de macacos por febre amarela indicou a direção e a velocidade de deslocamento do vírus (2,7 km por dia em média no verão) e as áreas prioritárias de vacinação (FIORAVANTI, 2018). Dos mapas saíram os polígonos, correspondentes às áreas próximas às matas onde haviam sido encontrados macacos mortos, que faziam parte dos corredores ecológicos e que apresentavam maior risco de transmissão do vírus; portanto, eram as áreas prioritárias para a vacinação (FIORAVANTI, 2018). Os polígonos eram marcados em mapas do Google Earth e enviados para as equipes de saúde dos municípios, que definiam os limites das áreas de vacinação com maior precisão para direcioná-las (FIORAVANTI, 2018).

Dessa maneira, a estratégia paulista fez uma grande mudança na estratégia de vacinação, que antes era focada nas áreas urbanas, para evitar o risco de reurbanização da febre amarela, e depois nos municípios atingidos e seus vizinhos mais próximos (FIORAVANTI, 2018). Outra alteração estratégica essencial foi feita: todos os macacos encontrados mortos eram registrados, para deduzir a direção e a velocidade de deslocamento do vírus; antes registrava-se apenas um macaco por município para informar que a febre amarela tinha chegado (FIORAVANTI, 2018).

Com a aplicação dessas mudanças, os relatos de novos casos de febre amarela em humanos diminuía, e os mapas com os corredores ecológicos permitiam identificar e vacinar áreas de maior risco de transmissão antes de aparecerem macacos mortos (FIORAVANTI, 2018). Desse modo, os movimentos do vírus da febre amarela ficaram previsíveis: até janeiro de 2018, o vírus deslocou-se no sentido norte-sul a uma velocidade de 2,7 km por dia nos meses mais quentes e de 0,5 km por dia nos mais frios (FIORAVANTI, 2018). Conforme a temperatura e a umidade aumentam, a velocidade de deslocamento avança, pois os mosquitos se proliferam mais e podem infectar-se mais facilmente e transmitir os vírus (FIORAVANTI, 2018). A velocidade de deslocamento varia de acordo com o relevo, a distância entre os grupos de macacos e a quantidade de mosquitos transmissores e de hospedeiros, os animais silvestres (FIORAVANTI, 2018).

Para a estratégia paulista de enfrentamento, um dos momentos mais críticos foi a aproximação do vírus da cidade de São Paulo, a maior do país com 11 milhões de pessoas, incluindo os municípios da região metropolitana, eram quase 21 milhões de pessoas que não estavam imunizadas (FIORAVANTI, 2018). Foi preciso explicar para a população que, no início, apenas os moradores dos bairros próximos a matas, com maior risco de circulação do vírus, é que seriam vacinados. Um critério técnico, seguindo a ideia dos polígonos, sem discriminação social, que poderia ser interpretada assim, pois em muitos municípios da região metropolitana, a população com maior poder aquisitivo mora nas áreas mais verdes, em condomínios fechados (FIORAVANTI, 2018).

Para bloquear a entrada do vírus na capital paulista, em 11 de setembro de 2017 começou a vacinação preventiva no distrito de Anhanguera, na zona noroeste do município de São Paulo, próximo às matas dos parques do Jaraguá e Anhanguera, pois os corredores ecológicos indicavam que o vírus da febre amarela chegaria à capital por essa região. O bloqueio no distrito Anhanguera funcionou, tendo o vírus chegado na região em outubro de 2017, como previsto. O que não foi previsto que ele chegaria antes pelas matas da zona norte, outra área populosa da cidade (FIORAVANTI, 2018). Após a morte do primeiro macaco na capital, no Horto Florestal, a população da região entrou como prioritária para a vacinação e o parque foi fechado até acabar a epidemia.

Índices da febre amarela no Estado de São Paulo

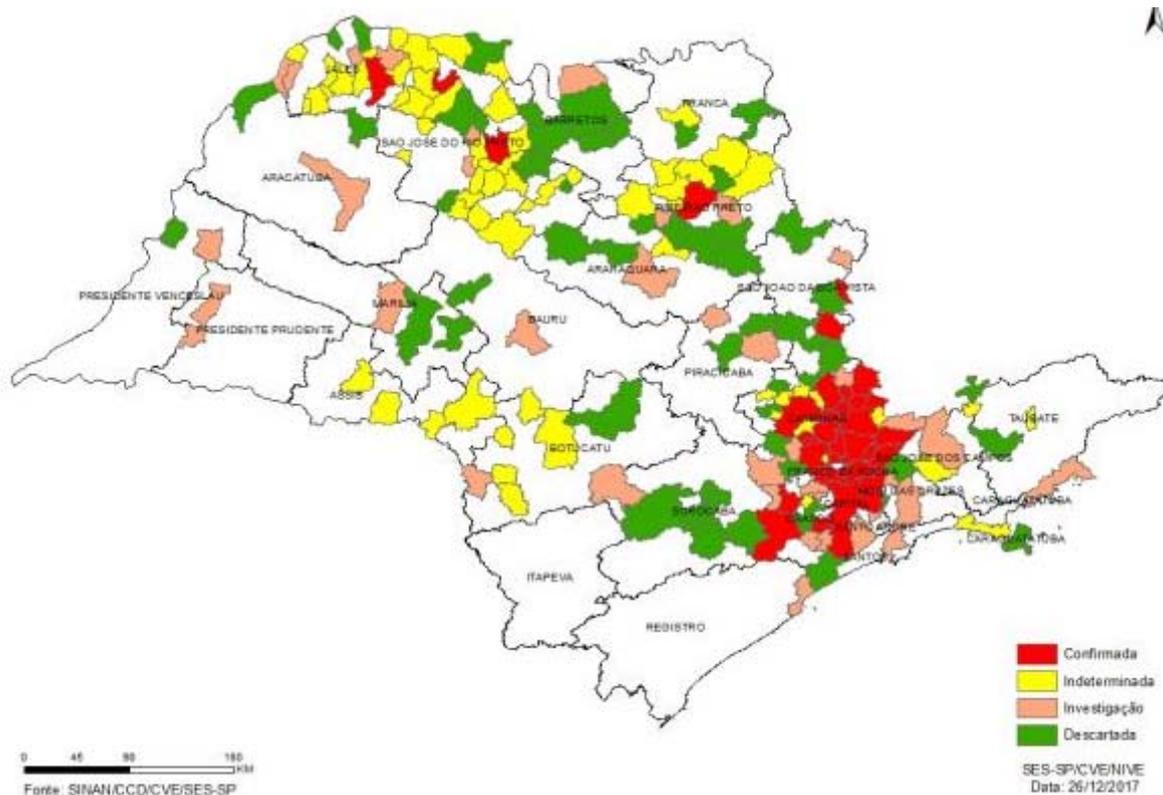
Os índices de febre amarela no Estado de São Paulo foram obtidos através de boletins epidemiológicos divulgados no endereço eletrônico do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) “Prof. Alexandre Vranjac”, da Secretaria de Estado da Saúde (SES) do Governo do Estado de São Paulo (2019). Os dados são de livre acesso e foram atualizados em 3 de junho de 2019. As informações gerais da epidemia brasileira de febre amarela silvestre foram retiradas do livro “O combate à febre amarela no Estado de São Paulo: história, desafios e inovações”, escrito por Carlos Henrique Fioravanti, em 2018, com edição do CVE e da SES.

Para melhor visualização da expansão viral no estado, serão apresentados mapas que indicam as regiões que foram diagnosticados casos humanos autóctones – contraídos no mesmo município em que habita -, e também, para os períodos correspondentes, outros mapas com a distribuição de mortes de primatas não humano (PNH), que conforme discutido anteriormente, foram essenciais para preverem a chegada do vírus em outros municípios de São Paulo. Os casos importados de febre amarela, que foram contraídos fora da zona de onde se fez o diagnóstico, não serão abordados apesar de terem ocorrido na região do Grande ABC e em todo o estado, pois fogem do escopo da vigilância preditiva do avanço viral, via corredores ecológicos.

Na figura 1, observa-se a predominância de regiões próximas ao contexto de entrada do vírus no Estado. As análises genéticas e geográficas concordaram ao registrar duas entradas do vírus em São Paulo. Na primeira, em 2016, o vírus veio de Minas Gerais, entrou em São José do Rio Preto e Ribeirão Preto; mas essa linhagem deve ter se extinguido, em consequência da escassez de matas ou de hospedeiros, ou silenciado (FIORAVANTI, 2018), não gerando uma epidemia no estado. Na segunda entrada, em 2017, conforme observado na Figura 1, o vírus veio pelo sul de Minas Gerais e entrou em São Paulo pelo município mineiro de Poços de Caldas, depois chegou em Campinas e região (FIORAVANTI, 2018).

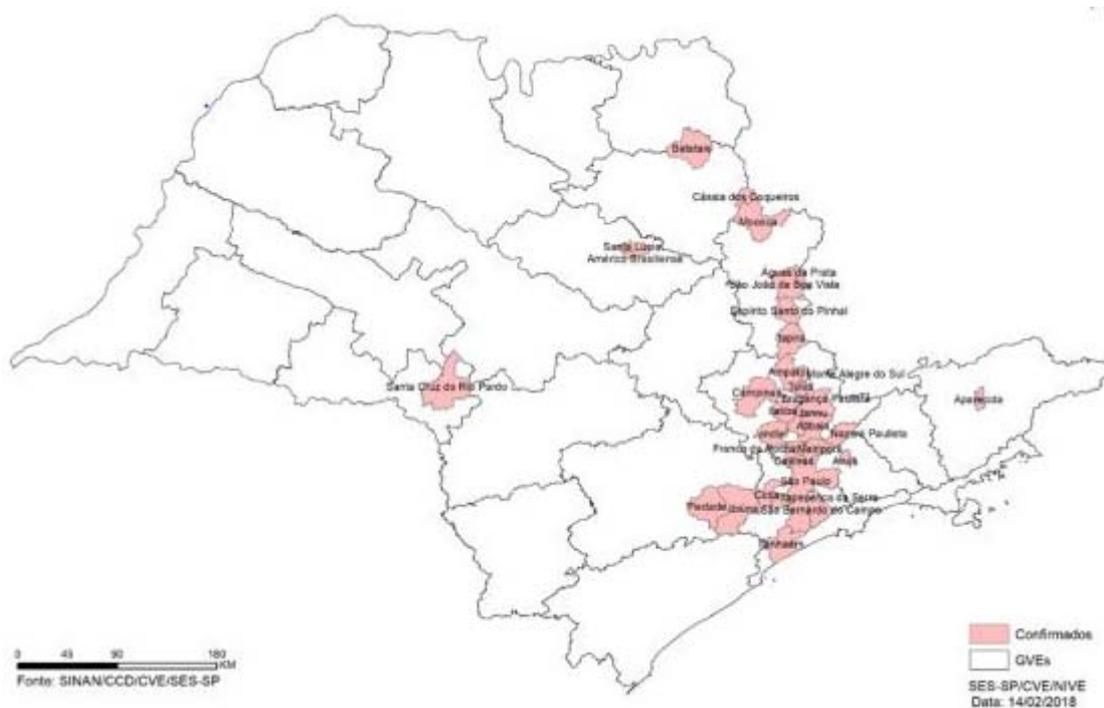
O boletim epidemiológico de febre amarela de 26 de dezembro de 2017 mostra que no período de janeiro até a primeira quinzena de dezembro do mesmo ano, o estado paulista teve 144 casos suspeitos de Febre Amarela, sendo 53 (36,8%) casos confirmados. Dos casos confirmados, 24 autóctones (45,2%) e 29 importados (54,8%) (SÃO PAULO, 2017).

Figura 2 – Distribuição de PNH (primatas não humanos) notificados segundo município de ocorrência e classificação em 2017



Fonte: CVE da Secretaria de Estado da Saúde de SP (2019).

Figura 3 – Distribuição dos casos autóctones de febre amarela segundo município de infecção de 2017 a 14/2/2018

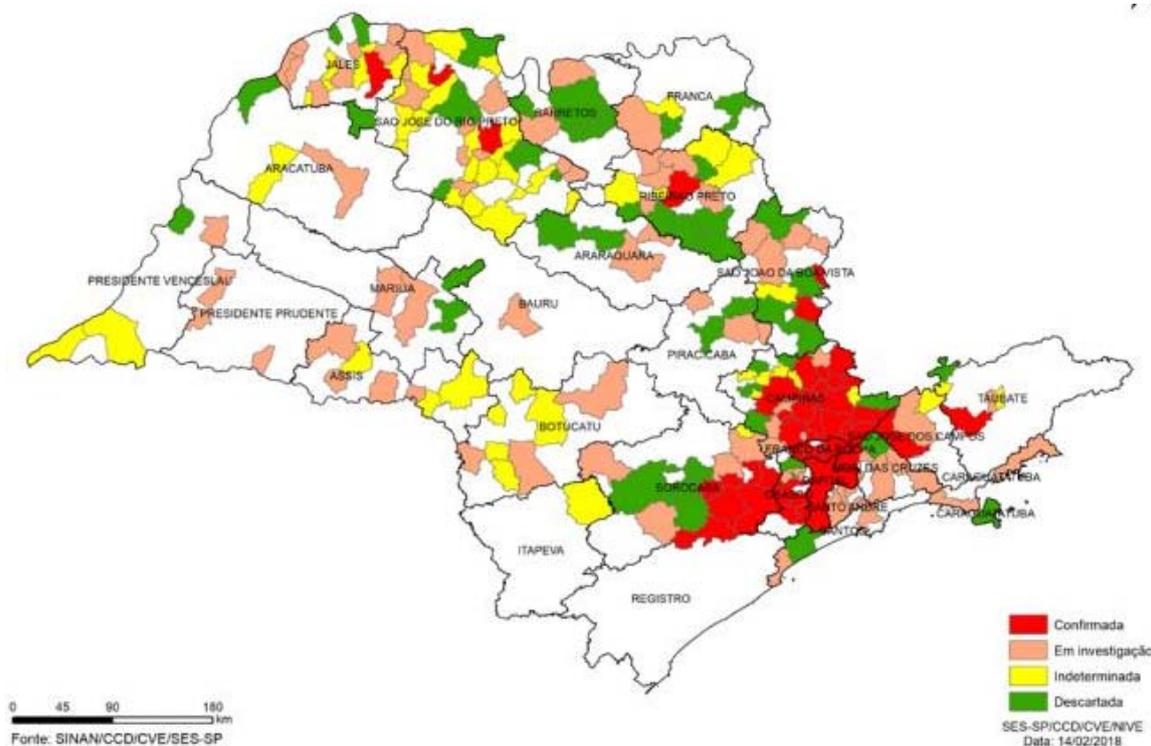


Fonte: CVE da Secretaria de Estado da Saúde de SP (2019).

A região do Grande ABC Paulista entrou no boletim epidemiológico de febre amarela de 14 de fevereiro de 2018, através do primeiro caso autóctone da região no município de São Bernardo do Campo, visto na Figura 3. Considerando janeiro de 2017 até a referida data, o boletim apresenta que tinham sido reportados 641 casos suspeitos de Febre Amarela no Estado de São Paulo, sendo 220 (34,3%) casos confirmados, dentre eles 183 (83,2%) casos autóctones e 34 (15,5%) importados (SÃO PAULO, 2018). Em relação à ocorrência de Febre Amarela em Primatas Não Humanos (PNH), a partir de julho de 2016, tiveram notificações em 253 municípios e, desses, 60 confirmaram a circulação do vírus (SÃO PAULO, 2018).

Esse primeiro caso e único autóctone da região do ABC Paulista ocorreu em São Bernardo do Campo: um homem de 35 anos, morador do Jardim Palermo, que trabalha no Jardim Represa. O paciente deu entrada na Unidade de Pronto-Atendimento (USP) do bairro Baeta Neves, em primeiro de fevereiro de 2018, sendo transferido para a UTI do Hospital das Clínicas, na capital paulista, onde finalizou tratamento (O ESTADO, 2018). De acordo com a prefeitura do município, o homem não havia se vacinado e nem viajado ou se deslocado da cidade nos últimos meses, o que comprovou que ele foi picado pelo mosquito transmissor no município (O ESTADO, 2018).

Figura 4 – Distribuição de PNH (primatas não humanos) notificados segundo município de ocorrência e classificação de 2017 a 14/02/2018



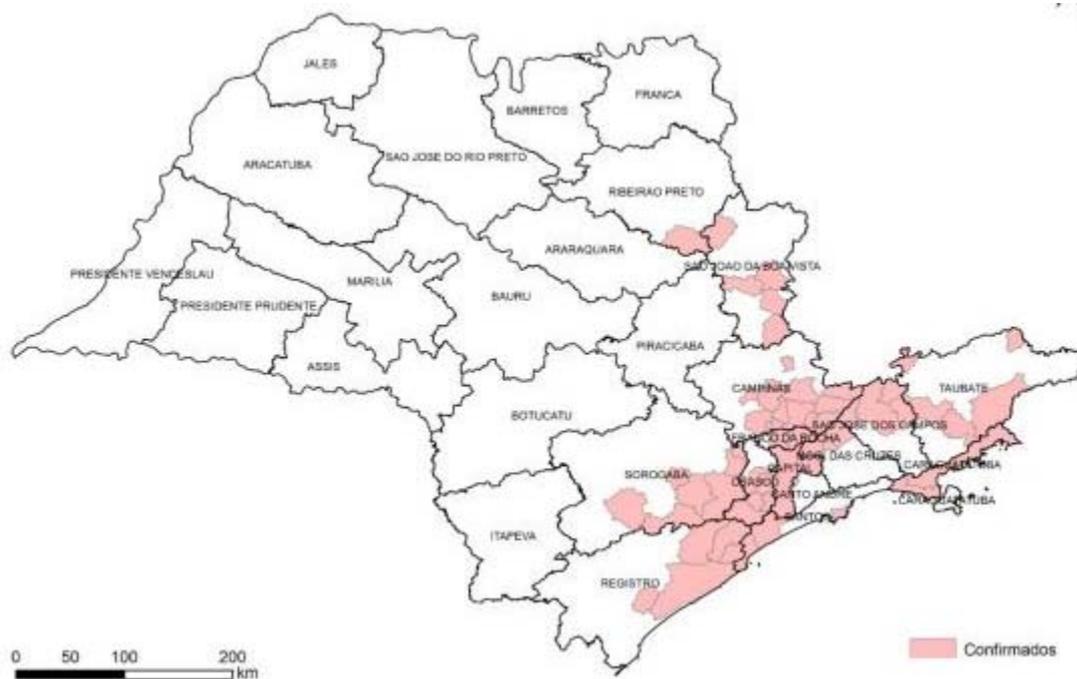
Fonte: CVE da Secretaria de Estado da Saúde de SP (2019).

Do mesmo modo que a Figura 2 mostra o percurso do vírus através da morte de primatas não humanos e assim os locais de prováveis infecções por humanos, a Figura 3 serve como resposta, correlacionando as informações e comprovando que realmente os humanos das regiões anteriormente apontadas no mapa eram infectados, mostrando a eficácia da estratégia paulista de enfrentamento. As Figuras 4 e 5 também trazem essas informações.

O boletim epidemiológico de febre amarela de 28 de dezembro de 2018 informou que desde janeiro de 2018 até a referida data, foram reportados 3315 casos suspeitos de febre amarela, sendo que destes, 538 (16,8%) casos foram confirmados, com 499 (92,8%) casos autóctones e 35 (6,5%) importados (SÃO PAULO, 2018b). Em relação à ocorrência de febre amarela em Primatas Não

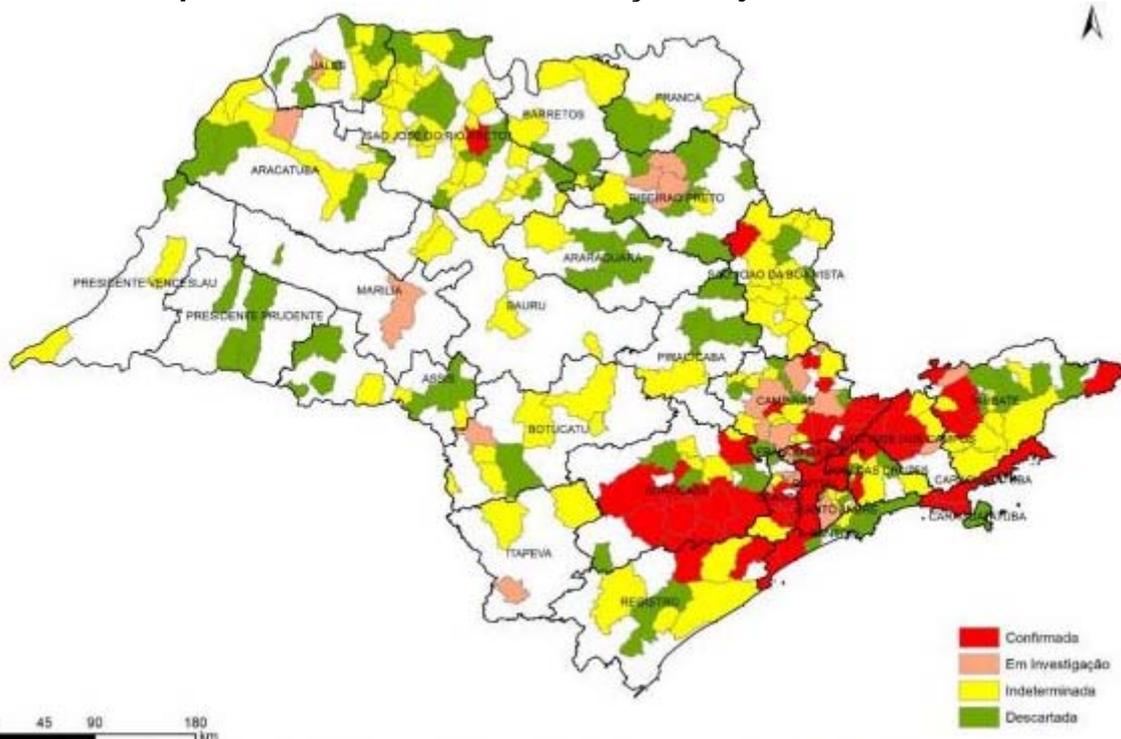
Humanos (PNH), a partir de janeiro de 2018, tivemos notificações de epizootias em 258 municípios, sendo que em 45 foi confirmada a circulação do vírus, mas nenhum no ABC (SÃO PAULO, 2018b).

Figura 5 – Distribuição dos casos autóctones de febre amarela segundo município de infecção de janeiro a 28/12/2018



Fonte: CVE da Secretaria de Estado da Saúde de SP (2019).

Figura 6 – Distribuição de PNH (primatas não humanos) notificados segundo município de ocorrência e classificação de janeiro a 28/12/2018



Fonte: CVE da Secretaria de Estado da Saúde de SP (2019).

A epidemia de febre amarela silvestre de 2017 foi a mais intensa desde 1980. Em todo o país, foram registrados 1.266 casos confirmados em seres humanos, com 415 mortes e letalidade de 32,8%, de 1º de julho de 2017 a 16 de maio de 2018 (FIORAVANTI, 2018). A região Sudeste concentrou quase todos os casos (1.265); o único caso fora dessa região ocorreu no Distrito Federal, com óbito. São Paulo registrou 516 e 163 mortes (FIORAVANTI, 2018). Pela primeira vez, a epidemia de 2017 afetou as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, com um total de 220 municípios atingidos (de junho de 2016 a julho de 2017, foram 145) (FIORAVANTI, 2018). O vírus reapareceu em regiões litorâneas, ocupadas por Mata Atlântica, onde a doença não tinha sido registrada durante décadas.

As mortes de macacos são outra forma de ver os efeitos do vírus da febre amarela. Em todo o país, de 1º de julho de 2017 a 16 de maio de 2018, foram registrados 752 animais mortos por causa dessa doença (603 em São Paulo) (FIORAVANTI, 2018). Em um período maior – julho de 2016 a março de 2018 –, o estado de São Paulo registrou 864 mortes de macacos por causa da febre amarela, inicialmente saguis e macacos-prego e depois bugios (FIORAVANTI, 2018). O número efetivo de perdas pode ser maior, pois biólogos e epidemiologistas estimavam que o número de primatas silvestres mortos por causa da febre amarela registrados em áreas urbanas correspondia a apenas 10% do total exterminado pela doença; os outros 90% morriam no interior das matas, deterioravam-se e não eram encontrados (FIORAVANTI, 2018). Calculou-se que cerca de 5 mil macacos deviam ter morrido no Estado de São Paulo (FIORAVANTI, 2018).

A vacinação em massa da população e o controle das populações de mosquitos, com a eliminação de criadouros e a nebulização, conseguiram deter a febre amarela urbana, temida porque historicamente causou mais mortes que a forma silvestre (FIORAVANTI, 2018).

De primeiro de janeiro de 2019 até 3 de junho de 2019, foram notificados 545 casos suspeitos de febre amarela, sendo que 66 casos autóctones foram confirmados, destes 12 evoluíram para o óbito, caracterizando uma letalidade de 18,2% (SÃO PAULO, 2019b). Em relação à ocorrência de febre amarela em primatas não humanos, a partir de janeiro de 2019, tiveram notificações de 480 PNH em 118 municípios do Estado de São Paulo, sendo que em seis foi confirmada a circulação do vírus, com 14 animais positivos para febre amarela (SÃO PAULO, 2019b).

Prevenindo a febre amarela através da vacinação

Assim como foi discutida na estratégia de enfrentamento da doença, a melhor maneira de prevenção é através da vacinação e desde janeiro de 2018 o Estado de São Paulo está incluso no mapa de risco para a doença. Consequentemente, todos os moradores do Estado aptos para se vacinarem, devem assim proceder, bem como turistas que pretendem vir ao Estado.

A vacina não deve ser administrada em crianças menores de 9 meses de idade, mulheres amamentando crianças menores de 6 meses de idade, pacientes em tratamento quimioterápico, radioterápico ou com corticoides em doses elevadas, pessoas portadoras de doenças autoimunes, e pessoas com alergia grave à proteína do ovo, que é usada em sua produção (BRASIL, 2019). Raramente a vacina gera reações indesejadas, mas quando ocorrem em geral são leves como dor de cabeça ou febre baixa (FIORAVANTI, 2018).

O Brasil é um dos poucos países com autonomia e referência na fabricação da vacina contra a febre amarela. Desde 1937, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, produz as vacinas (FIORAVANTI, 2018). Por ser produzida com vírus vivo atenuado, a vacina contra essa doença reproduz em escala reduzida os efeitos do vírus, induzindo a produção de anticorpos em 95% das pessoas vacinadas, em até 10 dias após a aplicação (FIORAVANTI, 2018). Por isso, a recomendação de tomar a vacina com pelo menos 10 dias de antecedência da viagem para locais de risco.

Na época da epidemia, Bio-Manguinhos não tinha doses suficientes para todo o Brasil, principalmente porque a região mais populosa do país estava prestes a ser acometida. O que foi feito então para evitar que a doença se alastrasse pelo estado de São Paulo? Baseado em estudos da Organização Mundial da Saúde, que em 2016 revisou pesquisas que comprovam que o uso de

dose fracionada da vacina da febre amarela proporciona proteção contra a doença similar à observada com o uso da dose plena padrão. Tais evidências demonstraram que dose até 1:10 da dose padrão induz resposta vacinal similar, portanto, uma dose fracionada de 1:5, definida como 0,1mL foi recomendada para a utilização – a dose plena padrão consiste em 0,5mL (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2019).

A experiência do uso de dose fracionada foi utilizada no controle do surto de febre amarela observado em 2016, na cidade de Kinshasa, na República Democrática do Congo (RDC), sendo capaz de interromper o surto naquele país (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2019). Dessa maneira, a opção pelo uso do fracionamento de doses pode se tornar uma solução na possibilidade de expansão da febre amarela silvestre para áreas urbanas de cidades populosas que exige um número elevado de doses da vacina, acima da capacidade de disponibilização do produto em curto prazo.

Além disso, estudo em andamento, complementar ao estudo de dose-resposta, realizado por Bio-Manguinhos/Fiocruz, mostra evidência de manutenção da soropositividade em 85% dos vacinados com doses diluídas durante pelo menos oito anos, o que significa que as pessoas que tomaram a dose fracionada terão uma memória imunológica contra a febre amarela por no mínimo 8 anos (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE., 2018). Com base nessas considerações, o Ministério da Saúde, de acordo com as orientações da OMS, apresentou essa estratégia de utilização da vacina febre amarela em dose fracionada em alguns estados, incluindo São Paulo.

Outro desafio da estratégia paulista de enfrentamento foi entender o porquê as pessoas que no início da campanha chegavam de madrugada e formavam longas filas diante dos postos de saúde, depois evitavam a vacina (FIORAVANTI, 2018). Para os especialistas, a menor procura poderia ser uma consequência das notícias falsas vinculadas em redes sociais, que atribuíam as mortes por febre amarela à própria vacina, e à desinformação das equipes de saúde sobre o efeito protetor da dose fracionada e à persistência da ideia equivocada de que a dose menor não teria o mesmo efeito que a completa (FIORAVANTI, 2018).

Em meados de 2018 a vacina fracionada deixou de ser utilizada, pois grande parte da população já havia se vacinado e Bio-Manguinhos conseguiu uma técnica que aumentasse a produção de vacinas em larga escala. Atualmente, não está sendo mais utilizada a dose fracionada.

No ano de 2019, uma nova campanha de vacinação contra a febre amarela organizada pela Secretaria do Estado da Saúde para quem ainda não tomou a vacina e não possui contraindicação estará disponível do dia 10 de junho a 12 de julho, em qualquer unidade básica de saúde (G1, 2019). Para tomar a vacina, basta levar documento com foto, e se possível, a carteirinha de vacinação. A cobertura vacinal do estado de SP é atualmente de 71,6% (G1, 2019). Até 3 de junho de 2019, foram confirmados 66 casos autóctones de febre amarela silvestre no Estado de São Paulo, tendo 12 deles evoluídos para óbitos (G1, 2019). Desse total de casos, 94% têm como local provável de infecção (LPI) os municípios do Vale do Ribeira (G1, 2019). No dia 29 de junho ocorrerá o “Dia D” de vacinação, quando os postos de saúde funcionarão também no sábado, para atrair mais pessoas (G1, 2019).

É importante ressaltar que a OMS alterou as recomendações de revacinação da dose padrão, que anteriormente era recomendada a cada 10 anos, mas atualmente é tida como única, ou seja, quem já tomou a dose “inteira” da vacina contra a febre amarela não precisa se vacinar novamente, pois tem memória imunológica para o resto da vida (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2019).

Outras maneiras de prevenção contra a febre amarela

Evitar que o vetor da doença urbana, o mosquito *Aedes aegypti*, se prolifere, é uma das principais ações para evitar a reurbanização da febre amarela. Para isso, as medidas divulgadas devem ser tomadas pela população, mantendo a higiene dos locais e eliminando a água parada que pode se tornar criadouro, utilizar roupas que minimizem a exposição da pele durante o dia, período em que os mosquitos são mais ativos, como no início da manhã e final da tarde; usar repelentes e

inseticidas, de acordo com as instruções da embalagem; colocar mosquiteiros nos locais onde as pessoas dormem, principalmente durante o dia, como no caso de bebês, pessoas acamadas e trabalhadores noturnos (BRASIL, 2019).

Os serviços de vigilância em saúde dos municípios também continuam atuando para o combate ao *Aedes aegypti*. Dentre as ações, ocorre a determinação e acompanhamento dos níveis de infestação vetorial através da vigilância entomológica, que compreende atividades que visam reduzir os criadouros dos mosquitos, tendo o uso de larvicidas indicado para os casos de recipientes que não possam ser removidos, destruídos, descartados, cobertos ou manipulados, de forma que impeça a reprodução do mosquito (PARANÁ, 2019). Além disso, quando há notificações de outras doenças transmitidas por esse mosquito, como dengue e chikungunya, acontece uma intensificação do combate ao vetor, a partir do endereço do paciente infectado, com aplicações de “inseticida a ultra baixo volume” para matar os possíveis mosquitos fêmeas infectados, ou seja, para interromper a transmissão da doença, devendo ser programadas repetições semanais (PARANÁ, 2019). As ações de rotina, como a visita casa a casa, mobilização da população, mutirões de limpeza são também reavaliadas e reiniciadas imediatamente nessas condições de emergência (PARANÁ, 2019).

Stefanie Sussai. Médica Veterinária, formada pela Univ. Anhembi Morumbi, com “graduação sanduíche” através do Programa Ciência sem Fronteiras, na University of Wisconsin - Madison, EUA. Mestranda em Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses pelo Depto. de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, da Fac. de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP. Fundadora do Coletivet - Grupo de Estudos em Medicina Veterinária do Coletivo da Univ. Anhembi Morumbi.

Referências Bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano Estratégico de Vacinação Contra Febre Amarela.** Disponível em:

<<https://www.infectologia.org.br/admin/zcloud/125/2018/01/42b172f7b18f2ddb1424cb17e1e6cb24f6fa03023d459d48116f95db7edf21ef.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Febre Amarela: sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção.** Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/febre-amarela-sintomas-transmissao-e-prevencao#epidemiologia>>. Acesso em: 29 maio. 2019.

FIORAVANTI, C. H. **O combate à febre amarela no Estado de São Paulo: história, desafios e inovações.** Secretaria de Estado da Saúde. CVE - Centro de Vigilância Epidemiológica "Prof. Alexandre Vranjac". São Paulo, 2018. 184 p.

G1. **Campanha de vacinação contra febre amarela começa nesta segunda-feira.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/mais-saude/noticia/2019/06/09/campanha-de-vacinacao-contrafebre-amarela-comeca-nesta-segunda-feira.ghtml>>. Acesso em: 9 jun. 2019.

O ESTADO. **ABC Paulista tem 1º caso de febre amarela contraída na região.** Disponível em: <<http://www.oestadoce.com.br/nacional/abc-paulista-tem-1o-caso-de-febre-amarela-contraida-na-regiao>>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa - Febre Amarela.** Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5578:folha-informativa-febre-amarela&Itemid=875>. Acesso em: 29 maio. 2019.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Boletim epidemiológico febre amarela.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/doc/famarela/fa17_2612boletim_epidemiologico.pdf>.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Boletim epidemiológico febre amarela.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/doc/famarela/fa18_boletim_epid_1402.pdf>.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Boletim epidemiológico febre amarela**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/doc/famarela/fa18_boletim_epid_2812.pdf>.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Sobre Febre Amarela**. Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/famarela.html>>. Acesso em: 27 maio. 2019a.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Boletim epidemiológico febre amarela**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/doc/famarela/2019/fa19_boletim_epid_0306.pdf>.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Dicionário de Epidemiologia, Saúde Pública e Zoonoses**. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/glossary/view.php?id=895978&mode&hook=ALL&sortkey&sortorder&fullsearch=0&page=16>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

15. IGUALDADE DE DIREITOS, FUTEBOL FEMININO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O DECRETO DO PONTO FACULTATIVO EM SÃO CAETANO DO SUL

Scarlett Rodrigues da Cunha

Resumo Executivo

Uma temática que está cada vez mais presente nos espaços acadêmicos de discussão e também nas agendas para o desenvolvimento de políticas públicas é a igualdade de direitos e a luta das mulheres por direitos, protagonismo e contra a violência. A presente nota tem como objetivo levantar uma breve revisão histórica da luta das mulheres pelo direito a profissionalização nos esportes e participação, especialmente, dentro do futebol brasileiro. A fim de reconhecer a importância do poder local no incentivo, na garantia de direitos e no reconhecimento do protagonismo feminino, a nota destaca a cidade de São Caetano do Sul, que, no dia 12 de junho de 2019, instaurou um decreto que dispõe da liberação dos funcionários públicos municipais de seu expediente para assistir e apoiar os jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo feminina. Essa decisão política é fundamental para fomentar um maior engajamento e apoio as mulheres do futebol, bem como um primeiro passo para reconhecer a importância da representatividade feminina nesses espaços, predominantemente masculinos e ser uma política de incentivo, de muitas que poderão vir em apoio às equipes femininas locais.

Sabe-se que o futebol feminino não possui tanta visibilidade, investimento e apoio quanto vemos no futebol masculino. E, para perceber essa realidade, não precisa ir muito longe. Quantas partidas de futebol feminino você já assistiu na sua televisão? Ou quantas propagandas já viu sobre? Você sabe qual é o elenco da equipe brasileira? Quantas vitórias e derrotas? Se a maioria das respostas para essas perguntas for não, você precisa entender qual a importância de discutir sobre a Copa do Mundo Feminina, e como essa copa de 2019 tem aberto precedente para uma mudança cultural na sociedade. Vale ressaltar que, no momento de construção dessa nota técnica, a seleção se classifica para as oitavas de final, vencendo a Itália por 1x0.

Os esportes femininos nem sempre foram liberados como vemos hoje em dia. Em 1941, chegou a ser proibido por um decreto vindo do Getúlio Vargas que vetou qualquer prática e desportos que sejam “incompatíveis” com a natureza feminina. O decreto de nº3.199/1941 tratava de estabelecer as bases de organização dos desportos em todo o país. A princípio não se tratava apenas do futebol, dispunha também do basquete, pugilismo, vela e motor, esgrima, xadrez, tênis, atletismo, remo, natação, salto, polo-aquático, voleibol e handball.

No capítulo IX, das Disposições gerais e transitórias, encontrava-se no Artigo 54º, a seguinte descrição:

“Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

Por meio deste decreto, Vargas autorizou a proibição da participação de mulheres em esportes de 1941 até em 1979, quando foi revogado o decreto. Utilizando do argumento de que a prática de qualquer esporte feria a “natureza feminina”, Vargas impediu a

profissionalização de mulheres nos mais diversos esportes. Isso já era esperado de um governante que reforçava o estereótipo de que mulheres “nasceram para serem mães e donas de casa”, gerando “filhos da nação”.

O decreto em si, segundo a historiadora Giovana Capucim e Silva, autora do livro *“Mulheres Impedidas: A proibição do futebol feminino na imprensa de São Paulo”* (2017), não especificava quais esportes as mulheres estavam impedidas de participar. Contudo, o futebol já era um esporte difundido no mundo e, em especial, no Brasil. Na época, era visto como um esporte de contato e violento, que confrontava o ideal de mulher, visto como uma afronta à essência feminina.

Apesar das proibições impostas, há relatos de mulheres que continuaram praticando esportes, mesmo sob o risco de punições. Segundo a historiadora, no interior dos Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, as mulheres se mobilizavam para jogar, de maneira clandestina. A mídia nessa época foi fundamental para reafirmar o argumento e pensamento de Vargas, publicando notas que criminalizavam o esporte feminino, em especial, o futebol feminino.

Outros países também proibiram a existência do futebol feminino, como é o caso da Alemanha, onde até 1971 a Federação Alemã de Futebol (DFB) proibia veemente as mulheres de participarem de campeonatos de futebol. Para além, estipulou punições aos times que dispusessem de seus espaços para equipes femininas jogarem.

No Brasil, apenas em 1979 o decreto foi revogado, o que deu espaço para clubes do Rio de Janeiro e de São Paulo iniciarem times femininos para competições amadoras. O decreto só foi revogado pelo momento em que o país vivia de redemocratização, abrindo horizontes de inclusão e de acessos. Esse período, foi marcado pela onda de liberdades individuais após anos de regime militar. Foi a abertura perfeita para instituir mudanças culturais dessa proporção.

A regulamentação da modalidade no Brasil, reconhecendo a atividade profissional, se deu em 1983, fruto da luta e resistência das jogadoras e parte da agenda defendida pelo movimento feminista que estava emergindo e ganhando forças no Brasil. Desta forma, a prática, oficial, do futebol feminino se deu através dessa deliberação, que estabeleceu regras para a modalidade (RIBEIRO, 2018). Após essa conquista, somente em 1988, há mais de 30 anos, é que a seleção feminina de futebol teve a primeira convocação oficial.

Mais de três décadas depois, é possível reconhecer os avanços que o esporte feminino teve. Contudo, ainda se vê resquícios da cultura fomentada pelo machismo e patriarcado enraizado na sociedade. Essa cultura moral que foi criada e difundida no país (e no mundo) perpetuou esses anos e, mesmo hoje, a população feminina ainda enfrenta barreiras nos esportes. Hoje, os desafios são outros, mas dois pontos são fundamentais e responsáveis pelo impedimento do avanço e abrangência do esporte feminino, a ausência de apoio e incentivo, bem como a falta de visibilidade da mídia para com as meninas.

Neste ponto, em 2019, acontece a Copa do Mundo feminina. Fundada em 1991, com realização a cada quatro anos, a Copa Feminina por muitos anos seguiu ignorada pelas principais emissoras de televisão (abertas ou fechadas), inclusive as brasileiras. Apenas em 2015, o SportTV e a TV Brasil transmitiram os jogos da seleção feminina brasileira. A Copa feminina este ano, não por acaso, acontece num país marcado pela luta das mulheres e do feminismo.

Ao contrário da Copa do Mundo masculina, a Copa feminina é considerada nova, mas que carrega consigo quebras de recordes que pouco são falados. E falando em recordes, essa copa terá o maior alcance em termos de transmissão, alcançando 135 países e contou com algumas campanhas mundiais, chamando a atenção da população. O acontecimento desta Copa, em específico, representa um maior engajamento e poder da representatividade e protagonismo feminino, fundamentado pelas lutas por igualdade de gênero em diversos segmentos pelos países. Esse espaço foi tomado pelas meninas, e a FIFA precisou “abrir os olhos”, conforme publicado por Amanda Kestelman e Victoria Leite, no portal do Globo Esporte (TV Globo).

Segundo o Observatório de Televisão, a atual vitória do Brasil contra a Itália (o jogo ocorreu no dia 18 de junho de 2019), marcou um elevado índice de audiência, quando comparado com as outras partidas. Ainda serão consolidados, mas obtiveram seis pontos acima de audiência (35% de crescimento com relação a outras partidas). Os números significam um maior alcance na audiência da Seleção Brasileira, um marco importante para a visibilidade das jogadoras.

Não é a toa que essa Copa do Mundo feminina veio para romper barreiras. Além dos marcos já mencionados, é imprescindível falar sobre a narração dos jogos, que pela primeira vez, foram realizados por mulheres. Mais do que isso, foi narrado, comentado e analisado por mulheres. Algumas emissoras, como a Fox, foi referência nesse quesito. Contudo, apesar desses avanços, ainda tiveram emissoras que pecaram nesse aspecto, dentre elas a Rede Globo, que apesar de estar transmitindo, pela primeira vez, a Copa feminina, não pensou em dar visibilidade para as narradoras mulheres da emissora. E por esse motivo, foram severamente criticados pela população, que este ano, está atenta na Copa.

É importante ressaltar o alcance que a Copa do Mundo feminina tem tomado. Para além, é fundamental perceber como a temática do esporte feminino esbarra em outras questões que precisam ser discutidas na sociedade, dentre elas: igualdade de direitos, representatividade, ausência de visibilidade para os esportes femininos, ausência de mulheres narrando as partidas, entre outros que demonstram como o machismo e a sociedade patriarcal que vivemos afetam diretamente a vida das mulheres em diversos sentidos. Esse tema tem permitido que emissoras de TV, poder público, sociedade e o setor empresarial repense sobre a mulher e sobre os direitos das mulheres. E mais, tem “forçado” esses setores a promoverem mudanças culturais.

Por que falar de visibilidade da seleção feminina brasileira é falar de políticas públicas? Após a contextualização histórica, que demonstra o envolvimento do Estado na proibição da liberdade das mulheres, é fundamental pensar em como o Estado influencia na existência das mulheres, atingindo suas vidas no âmbito do público e do privado. Além disso, é importante entender como o poder local influencia na luta das mulheres.

A luta feminista tem sua essência política o viver em uma sociedade em que o próprio Estado, que deveria garantir o bem-estar da população, corrobora com discursos machistas e patriarcal, se faz ainda mais evidente a necessidade da luta e da resistência das mulheres. É necessário evidenciar a importância que as decisões do Estado, do poder público tem com essa agenda.

Olhando para esse cenário, este ano a Copa do Mundo Feminina, está tomando proporções inovadoras. Pela primeira vez, as meninas da seleção estão tendo visibilidade e mais, podendo contar com o apoio da população. Em primeiro lugar, teremos os jogos da seleção brasileira, televisionados pela emissora Rede Globo, que perpetua, há anos,

um espaço gigantesco na mídia e que essa visibilidade será fundamental para angariar apoio à seleção feminina. Demonstrando um avanço na mídia, que antes condenava e hoje, ainda que em menor escala, tem divulgado a seleção.

Para além do apoio popular, este é um momento inusitado e de mudança de cultura do poder local também. A participação do poder público, somado aos esforços das empresas em permitir que seus funcionários acompanhem os jogos da Copa Feminina de Futebol, é inovador. A fim de ressaltar as boas práticas e incentivos a políticas afirmativas, e uma mudança de postura do Estado em detrimento das decisões anteriores, temos que a cidade de São Caetano do Sul (SP), protocolou no dia 11 de junho de 2019, o decreto N° 11.427/2019, que dispõe sobre os horários de expediente dos servidores públicos municipais em dias de jogo da seleção brasileira de futebol feminino. A política pública aqui representada em forma de decreto, publicado no dia 11 de junho no Diário Oficial da cidade, considera e reitera a importância do apoio da população para com as meninas do futebol brasileiro.

O decreto informa que o horário de expediente dos servidores da administração pública (direta e indireta) do município de São Caetano ficará suspenso a partir das 12h em dias de jogos da seleção brasileira. As horas não trabalhadas deverão ser recompensadas até o dia 30 de setembro de 2019.

Apesar de ser um decreto ainda incipiente, é um passo no reconhecimento da visibilidade e representatividade que a seleção brasileira do futebol feminino possui e é importante esse apoio da população, assistindo e torcendo. A importância nesse decreto está para além da sua descrição e permissibilidade, está no olhar da prefeitura em reconhecer a importância do apoio da população em assistir e torcer por um time que enfrentou e ainda enfrenta muitas barreiras para se tornar visto e considerado tão importante quanto os outros times.

Nas copas masculinas anteriores, há sempre um esforço do setor público e empresários em liberar seus funcionários para assistir os jogos da seleção brasileira, permitindo um maior engajamento do time masculino, que, historicamente, possuem maior visibilidade, financiamento e torcida. Esse ato da prefeitura de São Caetano do Sul, e até mesmo da prefeitura municipal de São Paulo, que também vai permitir que seus funcionários assistam aos jogos do Brasil, é um ato de avanço, de boas práticas e que precisa ser encarado como uma política pública que funciona e necessária. É um estímulo para que a população não deixe de apoiar as meninas, por conta do trabalho (um dos empecilhos para que a população não acompanhe).

O decreto auxilia no incentivo à visibilidade dos jogos, que concomitantemente, auxilia no engajamento do apoio e da torcida. Essa medida deveria ser aplicada por outros municípios e sempre com grande demonstração de engajamento do poder público em reconhecer a importância da representatividade que essas meninas da seleção são para a sociedade e em mais específico, para a população feminina de seus municípios. Além de representar uma mudança histórica do posicionamento do poder público, que antes corroborava com discurso de proibição e hoje, incentiva (ainda que inicial). Esse momento é histórico, quando se entende o contexto que as mulheres esportistas enfrentaram e ainda enfrentam na sociedade e num espaço totalmente masculino, recheado de preconceitos e violência.

Desta forma, o Quadro 1, anexado ao final da nota técnica, ajuda a sintetizar alguns desses principais momentos da luta das mulheres pelo direito à profissionalização nos esportes e participação, especialmente no futebol brasileiro.

Que essa medida não venha isolada. Que para além da participação e do apoio ao permitir a visibilidade aos jogos, que o poder local incentive as equipes femininas, não só no futebol, mas nos esportes em que se tem instituídos times. E que o protagonismo das mulheres impere cada vez mais nas decisões políticas.

Entende-se que esse decreto permite a visibilidade nos jogos femininos, representando, junto da visibilidade que essa Copa terá na mídia, um avanço e um estímulo à representatividade feminina nos espaços predominantemente masculinos. É um rompimento de uma barreira e que fortalece a luta das mulheres em conseguir cada vez mais protagonismo, desestruturando uma sociedade patriarcal. Como dito anteriormente, que essa iniciativa não venha isolada, mas que abra precedente para outras medidas e políticas públicas focadas no protagonismo feminino no município de São Caetano. Que possa incentivar o esporte feminino em sua totalidade, assim como apoiam o masculino.

Para além da visão do esporte, ainda há muito que avançar na questão dos direitos das mulheres no país, o que vai além do incentivo, do protagonismo e da representatividade. O âmbito do esporte é apenas um dos muitos que devem ser olhados com atenção e cuidado. A desigualdade ainda é muito predominante no Brasil e desigualdade gera violência e marginalização. Para entender a dimensão do que ainda há de ser enfrentado, o Banco Mundial realizou uma pesquisa com as 24 nações participantes do campeonato (Copa do Mundo feminina) e das 24, o Brasil encontra-se como a 15ª nação, no ranking de desigualdade de gênero. Ou seja, está entre as piores nações quando o assunto é igualdade. Isso considerando, segundo o Banco Mundial, que no Brasil não há igualdade nos salários entre homens e mulheres que ocupam cargos similares e a ausência de licença a paternidade. Esses aspectos são lacunas que para os pesquisadores, deixam as mulheres em desvantagens sociais. Por fim, é importante reconhecer o avanço, mas é preciso continuar lutando por garantias de direito. *“Vencemos a luta, mas não a guerra”*.

Quadro 1 – Principais momentos da luta das mulheres pelo direito à profissionalização nos esportes e participação no futebol brasileiro

1941	Decreto do Governo Getúlio Vargas vetou qualquer prática e desportos que fossem “incompatíveis” com a natureza feminina: <i>“Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.”</i> (Artigo 54) O decreto não especificava quais esportes as mulheres estavam impedidas de participar. Contudo, o futebol já era um esporte difundido no mundo e em especial, no Brasil. Na época, era visto como um esporte de contato e violento, que confrontava o ideal de mulher, visto como uma afronta à essência feminina. Apesar das proibições impostas, há relatos de mulheres que continuaram praticando esportes, mesmo sob o risco de punições (...); no interior dos Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, as mulheres se mobilizavam para jogar, de maneira clandestina.
1979	Revogado o decreto de 1941; Clubes do RJ e SP iniciam seus times femininos para competições amadoras.
1983	Regulamentação da modalidade no Brasil, reconhecendo a atividade profissional. Fruto da luta e resistência das jogadoras e parte da agenda defendida pelo movimento feminista que estava emergindo e ganhando forças no Brasil.

1988	Seleção feminina teve a sua primeira convocação oficial.
2019	São Caetano do Sul protocolou, no dia 11 de junho, o decreto nº 11.427/2019, que dispõe sobre os horários de expediente dos servidores públicos municipais em dias de jogo da seleção brasileira de futebol feminino. A política pública, aqui representada em forma de decreto, publicado no Diário Oficial da cidade, considera e reitera a importância do apoio da população para com as meninas do futebol brasileiro. O decreto informa que o horário de expediente dos servidores da administração pública (direta e indireta) do município de São Caetano ficará suspenso a partir das 12h em dias de jogos da seleção brasileira. As horas não trabalhadas deverão ser recompensadas até o dia 30 de setembro de 2019. O município de São Paulo também decreta o ponto facultativo.

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o CONJUSCS.

Scarlett Rodrigues da Cunha. Bacharel em Políticas Públicas (UFABC) e Bacharel em Ciências e Humanidades (UFABC). Mestranda em Políticas Públicas pela UFABC. Atuou na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, focada na elaboração, desenvolvimento e análise do Programa Bolsa Trabalho e como tutora sobre juventudes e educação no Instituto Unibanco em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Atualmente, integra a equipe de Práticas Empresariais e Políticas Públicas do Instituto Ethos. Interessa-se por estudar as juventudes e o mercado de trabalho na sociedade pós-moderna.

Referências Bibliográficas

RIBEIRO, Raphael Rajão – “Futebol de mulheres em tempos de proibição: o caso das partidas Vespasiano x Oficina (1968)” – Mosaico, Volume 09, número 15, 2018.

SILVA, Giovana Capacuí – “Mulheres Impedidas: A proibição do futebol feminino na imprensa de São Paulo” – Drible de Letra, 2017.

“Brasil bate Itália com gol histórico de Marta e avança às oitavas de final” – Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2019/06/18/brasil-x-italia.htm>> Acessado em 18 de junho de 2019.

“Copa do Mundo Feminina: veja o ranking de igualdade de gênero nos países que participam do torneio” – Disponível em <<https://oglobo.globo.com/celina/copa-do-mundo-feminina-veja-ranking-de-igualdade-de-genero-nos-paises-que-participam-do-torneio-23732368>> Portal da Globo, junho de 2019 – Acessado em 14 de junho de 2019.

“Decreto de Lei Nº 3.199, de 14 de abril de 1941” – Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>> Câmara dos Deputados - Acessado em 14 de junho de 2019

“Diário Oficial Eletrônico do Município de São Caetano do Sul (SP) do dia 12 de junho de 2019”. Disponível em <<https://diariooficial.saocaetanodosul.sp.gov.br/publico/Default.aspx>> Acessado em 14 de junho de 2019.

“Demoramos, mas chegamos: o 1º jogo da seleção narrado por uma mulher” – Disponível em: <<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2018/06/17/demoramos-mas-chegamos-o-1o-jogo-da-selecao-narrado-por-uma-mulher/>> Acessado em 18 de junho de 2019

“Futebol feminino no tempo da proibição na Alemanha” – Disponível em

<<https://istoe.com.br/futebol-feminino-no-tempo-da-proibicao-na-alemanha/>> Revista Istoé, março de 2019 – Acessado em 14 de junho de 2019.

“Há 30 anos, seleção convoca o primeiro time de mulheres” – Disponível em <<https://www.pt.org.br/ha-30-anos-selecao-convocava-o-primeiro-time-de-mulheres/>> Portal do Partido dos Trabalhadores, julho de 2018 – Acessado em 14 de junho de 2019.

“Há 40 anos, mulheres ainda eram proibidas de jogar futebol no Brasil” – Disponível em <https://www.huffpostbrasil.com/entry/mulheres-proibicao-futebol-brasil_br_5cf9dd47e4b06af8b5060a3b> Huffpost, seção Mulheres, junho de 2019 – Acessado em 14 de junho de 2019.

“Nota: Ponto facultativo copa do mundo de futebol feminino 2019” – Disponível em <<http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/noticias-scs/nota-ponto-facultativo-copa-do-mundo-de-futebol-feminino-2019.html>> Portal da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 12 junho de 2019 – Acessado em 14 de junho de 2019.

“Sem narradoras, transmissão da Copa do Mundo é criticada nas redes” – Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/09/sem-narradoras-transmissao-da-copa-do-mundo-e-critica-nas-redes.htm>> Acessado em 18 de junho de 2019.

“São Caetano dará ponto facultativo em jogos do Brasil na Copa Feminina” – Disponível em <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/3068082/s-caetano-dara-ponto-facultativo-em-jogos-do-brasil-na-copa-feminina>> Diário do Grande ABC, junho de 2019 – Acessado em 14 de junho de 2019.

“Uma nova Revolução Francesa: Por que esta Copa do Mundo Feminina já é histórica antes mesmo de começar” – Disponível em <<https://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo-feminina/noticia/uma-nova-revolucao-francesa-por-que-esta-copa-do-mundo-feminina-ja-e-historica-antes-mesmo-de-comencar.ghtml>> Portal do G1, Globo Esporte, 2019 – Acessado em 14 de junho de 2019.

“Vitória do Brasil contra Itália na Copa do Mundo Feminina explode audiência na Globo; confira prévia” – Disponível em: <<https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/noticia-da-tv/2019/06/vitoria-do-brasil-contra-italia-na-copa-do-mundo-feminina-explode-audiencia-da-globo-confira-previa>> Acessado em 18 de junho de 2019.

16. PERFIL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO GRANDE ABC PAULISTA E ESTRATÉGIA EXPORTADORA

André Ximenes de Melo
Sonia A. Beato Ximenes de Melo

Resumo Executivo

O Objetivo desta nota técnica é mensurar o comércio exterior da indústria exportadora de alimentos na Região do Grande ABC Paulista: principais países compradores e produtos exportados.

Introdução

Em 1997, o país exportou US\$ 52 bilhões e importou US\$ 59 bilhões. O saldo foi negativo em US\$ 6,5 bilhões (Tabela 1). Bem diferentemente, em 2005, o Brasil exportou mais de US\$ 118 bilhões e importou US\$ 73 bilhões, o que resultou em um saldo positivo de US\$ 45 bilhões. Essa mudança no quadro do comércio internacional já surpreende.

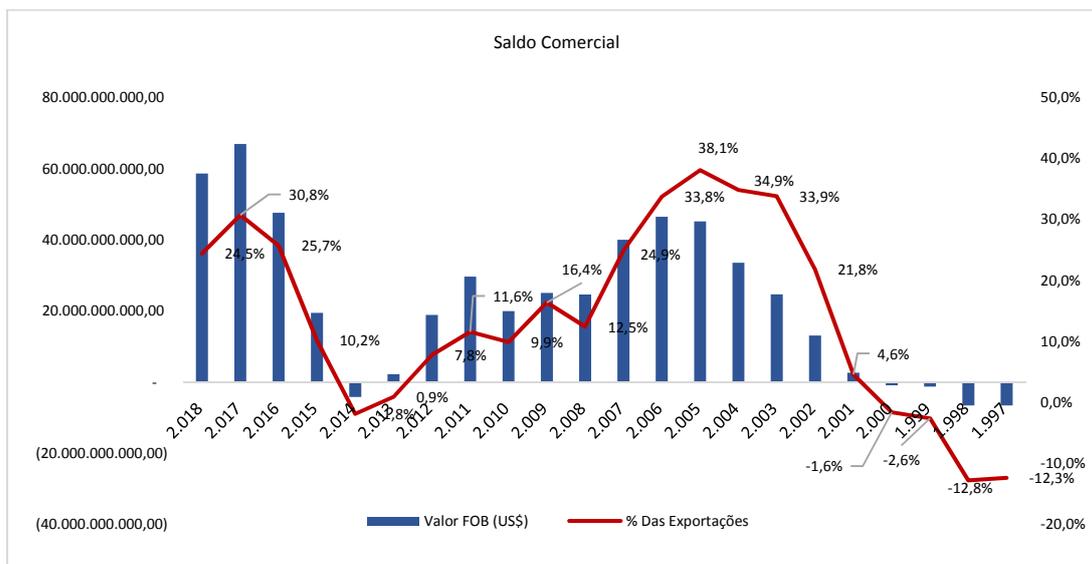
Tabela 1 – Exportações, Importações e Saldo, 1997 – 2018 (em milhões)

Ano	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES			SALDO		
	Valor FOB (US\$)	Quilograma Líquido	Preço por Kg	Valor FOB (US\$)	Quilograma Líquido	Preço por Kg	Valor FOB (US\$)	Quilograma Líquido	% Das Exportações
2.018	239.889,17	708.093,87	0,34	181.230,57	151.407,64	1,20	58.658,60	556.686,23	24,5%
2.017	217.739,22	691.914,69	0,31	150.749,49	147.948,73	1,02	66.989,72	543.965,95	30,8%
2.016	185.232,12	645.315,39	0,29	137.585,83	138.412,17	0,99	47.646,29	506.903,22	25,7%
2.015	190.971,09	636.397,31	0,30	171.459,00	146.471,20	1,17	19.512,09	489.926,11	10,2%
2.014	224.974,40	576.684,22	0,39	229.127,84	165.284,82	1,39	- 4.153,44	411.399,40	-1,8%
2.013	241.967,56	558.473,28	0,43	239.681,23	159.569,87	1,50	2.286,33	398.903,42	0,9%
2.012	242.277,31	546.123,60	0,44	223.366,72	141.788,88	1,58	18.910,59	404.334,72	7,8%
2.011	255.936,31	544.178,78	0,47	226.244,22	148.702,88	1,52	29.692,08	395.475,91	11,6%
2.010	201.788,34	519.815,99	0,39	181.774,97	138.111,41	1,32	20.013,37	381.704,58	9,9%
2.009	152.910,58	455.310,84	0,34	127.812,15	103.914,78	1,23	25.098,43	351.396,06	16,4%
2.008	197.778,86	468.852,82	0,42	173.118,59	124.496,04	1,39	24.660,27	344.356,78	12,5%
2.007	160.521,88	461.522,12	0,35	120.475,38	118.843,61	1,01	40.046,50	342.678,51	24,9%
2.006	137.708,10	424.266,52	0,32	91.192,86	102.270,33	0,89	46.515,24	321.996,19	33,8%
2.005	118.692,86	396.833,76	0,30	73.468,39	93.618,24	0,78	45.224,47	303.215,52	38,1%
2.004	96.332,18	375.810,12	0,26	62.744,51	102.798,31	0,61	33.587,68	273.011,81	34,9%
2.003	72.975,03	321.025,16	0,23	48.269,93	94.501,42	0,51	24.705,10	226.523,73	33,9%
2.002	60.290,49	295.484,72	0,20	47.140,17	91.454,22	0,52	13.150,33	204.030,50	21,8%
2.001	58.128,22	272.561,97	0,21	55.444,57	93.349,77	0,59	2.683,66	179.212,20	4,6%
2.000	55.018,35	244.542,18	0,22	55.891,12	92.834,99	0,60	- 872,77	151.707,19	-1,6%
1.999	47.945,91	228.543,55	0,21	49.181,64	85.513,07	0,58	- 1.235,74	143.030,48	-2,6%
1.998	51.076,60	230.153,04	0,22	57.596,91	91.080,92	0,63	- 6.520,30	139.072,12	-12,8%
1.997	52.947,50	208.817,83	0,25	59.484,84	85.958,98	0,69	- 6.537,34	122.858,85	-12,3%

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do MDIC (2019).

Em 2010, o valor exportado ultrapassou a barreira de US\$ 200 bilhões e o saldo foi positivo em US\$ 20 bilhões. O Brasil novamente teve uma melhora nos preços praticados por quilograma, aumentando para US\$ 0,39.

Figura 1 – Saldo da balança comercial e percentual das exportações FOB, 1997 – 2018 (em milhões)



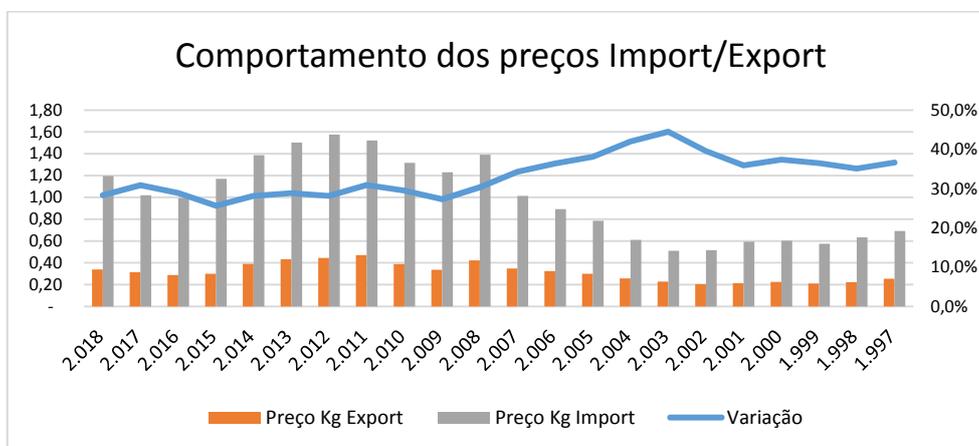
Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do MDIC (2019).

É interessante notar que o Brasil exporta volume, ou seja, por peso (em quilograma) e seus preços estão em queda em relação aos preços de compra (Figura 2). Dessa forma, ao mesmo tempo em que compramos cada vez mais produtos de valores mais elevados, vendemos cada vez mais produtos sem agregar valor ao produto.

Desta forma:

- a) a compra de produtos do exterior com tecnologias estão cada vez mais avançadas;
- b) a venda crescente de produtos com baixo índice de industrialização (cada vez mais *in natura*). Isso demonstra uma reprimarização no setor de produtos primários, considerando que o país depende de importação de tecnologia.

Figura 2 – Diferença entre preço de compra e venda x variação do preço de venda, 1997 – 2018 (em milhões)



Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do MDIC (2019).

Os preços praticados pelo Brasil no setor de alimentos tiveram uma queda brusca nas exportações. O valor por quilograma caiu de US\$ 0,49 para US\$ 0,47. Os itens 10, 11 e 16 tiveram um reposicionamento positivo. Todavia, todos os outros itens tiveram seus valores negativos, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2 – Preços praticados na média das exportações Brasileira FOB, 1997 – 2018 (em dólares)

Código SH2	Descrição SH2	Preço Kg 2019	Preço Kg 2018
02	Carnes e miudezas, comestíveis	2,17	2,17
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	4,68	6,81
04	Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros Capítulos	2,74	3,08
05	Outros produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros capítulos	2,61	2,76
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis.	0,54	0,45
08	Frutas; cascas de frutos cítricos e de melões	0,89	1,08
09	Café, chá, mate e especiarias	2,20	2,40
10	Cereais	0,19	0,18
11	Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo	0,46	0,44
12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	0,37	0,40
13	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	2,76	3,26
15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	0,71	0,74
16	Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	3,24	3,15
17	Açúcares e produtos de confeitaria	0,30	0,31
18	Cacau e suas preparações	3,95	4,62
19	Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria	1,85	2,00
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	0,88	0,94
21	Preparações alimentícias diversas	4,64	4,68
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	0,67	0,68
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais	0,38	0,41

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do MDIC (2019).

A soma das seções I, II, III e IV compreende a área de alimentação. Pode-se notar que os preços dos produtos ofertados para exportação pelo Brasil tiveram uma queda no geral entre os anos de 2018 e 2019.

A queda nos valores dos preços dos produtos exportados é antiga. Embora os ganhos de escala fazem com que os preços diminuam, é necessário que o governo tenha uma estratégia visando agregar mais valor no preço destes produtos. Os produtos alimentícios nas exportações brasileiras tiveram participação de 6,94% no valor total das exportações. O valor médio foi de US\$ 0,47 por quilograma vendido.

Em 2018, o município de São Bernardo do Campo continuou como o principal exportador. Entretanto, o valor total exportado apresentou uma queda acentuada em 2017, conforme a Tabela 3. Outro ponto de destaque fica para Ribeirão Pires, cujo preço de exportação é o maior da Região: US\$ 13,44 por quilograma; seguido de Rio Grande da Serra, US\$ 8,31 por quilograma e; em terceiro, São Bernardo do Campo com US\$ 7,99 por quilograma.

Tabela 3– Preços praticados na média das exportações da região do ABC 2018 (em Dólares)

Município	2018 - Valor FOB (US\$)	%	2018 - Quilograma Líquido	%	Preço Kg/US\$
São Bernardo do Campo	4.133.008.082,00	76,9	517.204.838,00	53,6	7,99
Santo André	500.849.215,00	9,3	193.364.380,00	20,0	2,59
São Caetano do Sul	216.186.547,00	4,0	97.017.062,00	10,0	2,23
Diadema	199.568.884,00	3,7	44.654.827,00	4,6	4,47
Mauá	194.972.891,00	3,6	103.581.133,00	10,7	1,88
Ribeirão Pires	132.492.311,00	2,5	9.854.835,00	1,0	13,44
Rio Grande da Serra	127.540,00	0,0	15.356,00	0,0	8,31

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do MDIC (2019).

Nas exportações brasileiras, a Região do Grande ABC Paulista contribuiu com US\$ 5,4 bilhões dos quase US\$ 240 bilhões exportados pelo país. Ou seja, a região é responsável por 2,24% do valor exportado e apenas corresponde a 0,14% do peso exportado.

Exportações de Alimentos da Região do Grande ABC Paulista

A Região do Grande ABC Paulista, em 2018, apresentou queda súbita nas exportações de alimentos. A soma das exportações das seções I, II, III e IV indicam que as quantidades vendidas foram sacrificadas. O montante exportado em 2017 foi de 46.007.266 kg. Em 2018, as exportações somadas apresentaram volume de 15.231.594kg, redução de 3 para 1. Ou seja, para cada 3 kg exportados em 2017, exportou-se apenas 1kg em 2018.

Os valores em moeda exportadora (dólar americano) também caíram, de US\$ 64.345.686,00 em 2017 para receitas de US\$ 40.813.530,00. A região foi beneficiada com os preços que subiram em média 74,4%, passando de US\$ 1,40 para US\$ 2,44 em média.

Apesar de ter exportado bem menos, a Região do ABC está agora exportando produtos de maior valor agregado. Assim, embora envie menos produtos, adquire-se mais moeda. No entanto, a oferta mostra-se elástica: como houve aumento de preços houve queda nas importações.

Dessa forma, pode-se entender que os produtos exportados devem ter um parâmetro de mercado, no qual a qualidade é importante desde que não fira os preços de mercado.

Tabela 4 – Alimentos exportados em 2017 do Grande ABC Paulista

SH2	Valor FOB (US\$) em 2018	Soma de 2018 - Kg	Valor FOB (US\$) em 2017	Soma de 2017 - Kg
2	2.799.081,00	765.946,00	-	-
4	56.305,00	6.280,00	39.120,00	6.760,00
5	-	-	-	-
7	7.236,00	5.000,00	-	-
8	-	-	22.619,00	8.703,00
9	2.135.048,00	118.321,00	899.518,00	46.365,00
10	300.000,00	2.007.629,00	-	-
11	100.889,00	53.501,00	134.907,00	66.057,00
12	536.252,00	1.422.328,00	199.810,00	557.740,00
13	911.563,00	39.838,00	1.011.642,00	53.606,00
15	3.205.681,00	2.502.694,00	5.180.704,00	4.902.596,00
16	-	-	-	-
17	626.639,00	300.549,00	936.420,00	427.280,00
18	4.402.855,00	1.687.179,00	8.393.358,00	2.446.096,00
19	9.966.364,00	3.875.220,00	14.380.372,00	4.380.111,00
20	-	-	2.377,00	114
21	17.627.270,00	2.906.633,00	21.133.949,00	2.908.210,00
22	14.126,00	20.194,00	41.236,00	30.576,00
23	1.230.538,00	2.298.857,00	11.969.654,00	30.173.052,00
Total Geral	43.919.847,00	18.010.169,00	64.345.686,00	46.007.266,00

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do MDIC (2019).

Legenda:

SH2	NOMECLATURA
02	Carnes e miudezas, comestíveis;
04	Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros Capítulos;
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis;
09	Café, chá, mate e especiarias;
10	Cereais;
11	Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo
12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais; ou medicinais; palhas e forragens;
13	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais;
15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal;
17	Açúcares e produtos de confeitaria;
18	Cacau e suas preparações;
19	Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria;
21	Preparações alimentícias diversas;
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres;
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais.

Os cinco principais produtos exportados em 2018 foram: preparações alimentícias, preparações de produtos hortícolas e frutas, cacau e suas preparações, gorduras e óleos animais ou vegetais e café, chá, mate e especiarias.

Os preços desses produtos tiveram comportamentos inesperados, bem como os preços dos produtos do grupo 4 que passaram de US\$ 5,79 para US\$ 8,97 com acréscimo de 54,9%. Os produtos dos grupos 9 e 11 tiveram um impacto negativo na ordem de 7%, assim como os produtos dos grupos 17, 18, 19, 21 e 22 que tiveram baixa de até 48%. Já os produtos dos grupos 12, 13, 15 e 23 tiveram aumentos de até 35% (Tabela 5).

Tabela 5 – Variação dos preços de alimentos exportados em 2018 do Grande ABC Paulista

SH2	Preço por Kg 2018	Preço por Kg 2017	Variação %
2	3,65	-	-
4	8,97	5,79	54,9%
5	-	-	-
7	1,45	-	-
8	-	2,60	-
9	18,04	19,40	-7,0%
10	0,15	-	-
11	1,89	2,04	-7,7%
12	0,38	0,36	5,2%
13	22,88	18,87	21,2%
15	1,28	1,06	21,2%
16	-	-	-
17	2,08	2,19	-4,9%
18	2,61	3,43	-23,9%
19	2,57	3,28	-21,7%
20	-	20,85	-
21	6,06	7,27	-16,5%
22	0,70	1,35	-48,1%
23	0,54	0,40	34,9%
Total Geral	2,44	1,40	74,4%

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do MDIC (2019).

Na Tabela 6, observa-se que os valores exportados em dólares americanos por município da Região do Grande ABC Paulista. O município de Diadema teve um impacto negativo nas exportações, mesmo assim, o município aumentou a sua participação no ano de 2017, cujo valor exportado foi de US\$ 3.799.220,00 e a participação de 6% do total da Região. Em 2018, o valor exportado foi de US\$ 2.982.160,00 e a participação de 6,9% do total da Região, ou seja, um crescimento de 30% na participação de mercado. Ribeirão Pires teve um crescimento de 10 vezes em relação a 2017: o valor exportado em 2017 foi de US\$ 205.058,00, e a participação de 0,3% do total da Região. Em 2018, o valor exportado foi de US\$ 1.281.934,00 e a participação de 3,0% do total da Região.

Entre os três maiores municípios industriais da Região, Santo André cresceu 10 vezes na participação e em volume financeiro exportado: em 2017 o valor exportado por de US\$ 366.294,00 e a participação de 0,6% do total da Região, ao passo que em 2018, o valor exportado foi de US\$ 2.651.095,00 e a participação foi de 6,1% do total da Região. São Caetano do Sul que havia exportado o valor de US\$ 1.569.929,00 com a participação de 2,5% do total da Região em 2017, passou a exportar o valor US\$ 2.359.885,00 e a participação de 5,5% do total da Região.

São Bernardo do Campo que detinha um grande percentual e participação da Região (cerca de 90,6%) em 2017, diminuiu sua participação para 78,5% em 2018. Em valores exportados, isso significou uma queda de US\$ 19.615.475,00, ou seja, o valor exportado em 2017 era de US\$ 57.533.926,00 e em 2018, o valor exportado foi de apenas US\$ 33.918.451,00.

Tabela 6 – Produtos alimentícios exportados em 2017 e 2018, por município do Grande ABC Paulista (em milhões)

SH2	Diadema - SP		Mauá - SP		Ribeirão Pires - SP		Santo André - SP		São Bernardo do Campo - SP		São Caetano do Sul - SP	
	2018 US\$	2017 US\$	2018 US\$	2017 US\$	2018 US\$	2017 US\$	2018 US\$	2017 US\$	2018 US\$	2017 US\$	2018 US\$	2017 US\$
2	-	-	-	-	-	-	2.536.275	-	262.806	-	-	-
4	-	-	-	-	-	-	-	293	56.305	38.827	-	-
5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7	-	-	-	-	-	-	-	-	7.236	-	-	-
8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.619	-	-
9	-	-	146	-	-	-	-	8	2.134.902	899.510	-	-
10	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000	-	-	-
11	22	-	-	-	-	-	-	-	100.867	134.907	-	-
12	353.382	-	-	-	62	-	3.079	-	179.729	199.810	-	-
13	-	-	701.203	760.384	-	-	11.378	59.116	198.982	192.142	-	-
15	2.302.360	3.535.455	24.973	-	-	-	-	454	36.248	616.191	842.100	1.028.604
16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17	-	-	-	-	-	-	-	18	626.639	936.402	-	-
18	-	-	-	-	-	-	-	-	4.402.855	8.393.358	-	-
19	209.217	204.121	-	108.504	1.281.872	205.058	-	99	7.768.783	13.332.227	706.492	530.363
20	-	-	-	2.371	-	-	-	6	-	-	-	-
21	-	928	-	-	-	-	100.363	304.550	17.488.536	20.817.509	38.371	10.962
22	368	-	-	-	-	-	-	-	13.758	41.236	-	-
23	116.811	58.716	-	-	-	-	-	1.750	340.805	11.909.188	772.922	-
Total	2.982.160	3.799.220	726.322	871.259	1.281.934	205.058	2.651.095	366.294	33.918.451	57.533.926	2.359.885	1.569.929
	6,8%	5,9%	1,7%	1,4%	2,9%	0,3%	6,0%	0,6%	77,2%	89,4%	5,4%	2,4%

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do MDIC (2018).

Os municípios do Grande ABC Paulista exportam produtos alimentícios para 57 países. Na Tabela 7 os valores exportados em dólares americanos para os cinco principais países de destino:

Tabela 7–Os dez países que mais compraram do ABC em 2017 e 2018

Países	Varição %	2018 Valor US\$	2017 Valor US\$
Paraguai	-23,9%	8.493.390	11.163.350
Argentina	-32,6%	8.051.894	11.955.035
Bolívia	-14,2%	5.374.492	6.267.095
Uruguai	-5,6%	3.178.826	3.368.697
Trinidad e Tobago	-33,4%	2.356.962	3.540.392
Irã		1.472.168	-
Turquia	1994,8%	1.247.195	59.537
Cuba	-5,9%	1.211.250	1.286.858
Estados Unidos	-2,2%	1.160.360	1.186.307
Angola	-21,0%	978.997	1.239.612
53 outros países	-58,7%	9.667.991	23.407.544
Total Geral		43.193.525	63.474.427

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados da Comex Stat (2019).

A percepção é que esses dez principais compradores de alimentos da Região do Grande ABC Paulista adquirem 77,6% das exportações totais e os demais países correspondem à 22,4%. Os três maiores compradores correspondem a mais de 50% do volume. A Turquia foi a grande compradora e o percentual de crescimento de suas compras correspondem ao aumento de 2.000%, conforme a Tabela 6. Já os produtos mais vendidos pela região foram: preparações alimentícias diversas com 40% dos produtos enviados ao exterior. O Paraguai foi o maior comprador, seguido pela Bolívia. As preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria, com teve a participação de 23,1%, sendo a Argentina a maior compradora, seguindo do Paraguai, conforme Tabela 8.

Tabela 8– Os produtos mais comprados pelos 10 países compradores do ABC em 2018

SH2	02	09	15	18	19	21
Paraguai		23.078	258.460	1.343.235	1.230.100	5.132.486
Argentina		1.851.725	4.994	1.229.698	4.856.609	69.876
Bolívia			4.524	203.193	74.942	5.046.855
Uruguai		72.652	611.962	399.674	751.661	1.285.205
Trinidad e Tobago		1.527		476.436		1.837.580
Irã	1.472.168					
Turquia	829.720	276	417.199			
Cuba				217.709	971.893	
Estados Unidos		82.773	45.770		800.576	227.066
Angola			273.459		-	705.538
Outros Países	497.193	102.871	1.564.340	532.910	1.280.583	3.322.664
Soma	2.799.081	2.134.902	3.180.708	4.402.855	9.966.364	17.627.270
Participação	6,5%	4,9%	7,4%	10,2%	23,1%	40,8%

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados da Comex Stat (2019).

Os preços dos produtos exportados pela Região do Grande ABC Paulista dos grupos 18 e 10 estão em média mais baratos que a média nacional. Os valores dos demais produtos estão acima da média nacional. As duas exceções são no grupo 12 e grupo 22 que são valores dados pelo mercado. Os produtos alimentícios exportados que mais tiveram os preços elevados frente as médias das exportações brasileiras, foram os dos grupos 17, 9 e 13 cujos valores variaram entre 600% e 730% acima da média nacional, como se observa na Tabela 9.

Tabela 9– Comparação dos preços médios do Brasil com os do ABC em 2018

SH2	Preço Kg 2018 ABC	Preço Kg 2018 Brasil	Variação %
18	2,61	3,95	-34,0%
10	0,15	0,19	-19,1%
12	0,38	0,37	3,4%
22	0,70	0,67	4,1%
21	6,06	4,64	30,7%
19	2,57	1,85	39,2%
23	0,54	0,38	41,0%
2	3,65	2,17	67,9%
15	1,28	0,71	81,0%
7	1,45	0,54	169,6%
4	8,97	2,74	227,2%
11	1,89	0,46	308,7%
17	2,08	0,30	604,5%
9	18,04	2,20	719,6%
13	22,88	2,76	728,7%

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados da Comex Stat (2019).

Conclusão

O Brasil deu um salto nas exportações entre 1997 a 2018. O intervalo entre os anos de 1997 e 2018 pode ser dividido em 3 períodos: o primeiro período entre 1997 a 2001, no qual o crescimento médio foi de 1,8% ao ano, que somados esses cinco anos tiveram um crescimento de 9,8%; o segundo período entre 2002 a 2011, em que o crescimento médio anual foi de 16%, cujo crescimento chegou a ser de 340%; o terceiro período entre 2012 a 2018, em que houve um decréscimo das exportações em 6,3%, houve uma queda de 0,6% em média por ano.

Em 2017, o Paraguai era o maior importador e continuou em 2018. Em conjunto com Argentina e Bolívia compraram mais de 50% dos alimentos da Região do Grande ABC Paulista. Em 2018, a Alemanha comprou menos de US\$ 5.000,00, diferentemente de 2017 que foi o terceiro melhor importador para a região.

São Bernardo do Campo perdeu espaço no valor exportado dentro da Região do Grande ABC Paulista. Entretanto, a participação percentual nas exportações dos demais municípios não ultrapassa de 7%. Isso demonstra a necessidade de um trabalho específico da área da alimentação e suas cadeias nessas cidades, de tal forma que seus produtos possam melhor ter aceitação no mercado externo.

A participação das exportações na área de alimentos em 2017 que havia sido de 0,029% das exportações totais do Brasil caiu para 0,018% em 2018. A percepção dessa perda aponta para ser feita uma tarefa de melhor analisar esse mercado, desenvolver políticas adequadas para que haja fluxo contínuo entre a Região do Grande ABC Paulista e seus principais os países compradores.

André Ximenes de Melo: *é administrador pela Univ. Desenvolvimento do Pantanal (UNIDERP, 1999). É professor de Finanças e Orçamento desde 1999. Foi coordenador de pós-graduação na Faculdade Estácio de Sá - MS (UNESA, 2000 a 2006), fundador da AGEPAN - Agência de Regulação de Serviços Públicos de MS (2002). Foi Coordenador da Comissão Própria de Avaliação no Centro Universitário de Campo Grande - (ANHANGUERA, 2007/2008). Atua como professor em dedicação exclusiva na UNEMAT em Tangará da Serra MT (a partir de setembro de 2008) e Doutorando em Administração (2017) pela USCS. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3034808713550502>.*

Sônia A. Beato Ximenes de Melo: *é graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Campo Grande (2001). Atua como pesquisadora e Docente do Ensino Superior desde 2004. Atualmente é professora titular da UNEMAT, com mestrado em Ambiente e Sist. de Produção Agrícola e Doutoranda em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3161014550783130>.*

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Tamires. Indústria de São Bernardo é a 3ª maior exportadora do Estado. **Indústria hoje**. Disponível em: <<https://www.industriahoje.com.br/industria-de-sao-bernardo-e-a-3maior-exportadora-do-estado>>. Acesso em: 01 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS – ABIA. **Números no setor**. Disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/tmp_6.aspx?id=16>. Acesso em: 20 set. 2018.

AZZONI, Carlos R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPEA, USP, 1986.

CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil**. São Paulo: Unesp, 2007.

DINIZ, Clélio C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.

GOUVEIA, V. Indústria aeronáutica, Embraer e região. **Diário do Grande ABC**, 17 ago.2018. Disponível em: <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/2919766/industria-aeronautica-embraer-eregiao>>. Acesso em: 20 set. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO Exterior - MDIC, **Dados do Comércio Exterior**. Rio de Janeiro: Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, set. 2018. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br>>. Acesso em: 05 out. 2018.

OLMOS, Marli. Exportação cresce, mas seu futuro está sob risco. **Valor Econômico**. São Paulo, 17 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5040588/exportacao-cresce-masseu-futuro-esta-sob-risco>>. Acesso em 20 set. 2018.

MENDONÇA, R. O empurrão que veio de fora. **Época**. ed. 433, 2008. (Especial – Comercio Exterior). Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG75194-6009,00O+EMPURRAO+QUE+VEIO+DE+FORA.html>>. Acesso em: 02 out. 2018.

OLIVEIRA, F. A. C. La compétitivité des filières agricoles du Mercosur : le cas des filières viandes brésiliennes. **Rapport de synthèse**. IDELE – IFIP _ ITAVI, Jun 2012.

PACHECO, Carlos A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 6, p. 113-140, 1996

PEREIRA A. Economia em alta salva governo em 2005. **UOL Economia Últimas Notícias**.26 dez. 2005. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/especial/2005/12/26/ult2643u152.jhtm>>. Acesso em 18 set 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESA – SEBRAE. **Sh-ouncm-como-obter-a-classificacao-correta**. Disponível em:<<http://blog.pr.sebrae.com.br/organizacao/sh-ou-ncm-como-obter-a-classificacao-correta>>. Acesso em: 19 set. 2018.

SEVERIAN, Danilo. Dinâmica industrial na região metropolitana de São Paulo: **uma análise do período 2000-2015**. IPEA, USP, 2018.

17. ESTIMATIVA ECONÔMICA PARA O NOVO AEROPORTO NO ABC PAULISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A “REINDUSTRIALIZAÇÃO” DA REGIÃO

Volney Gouveia
Lucio Flavio da Silva Freitas

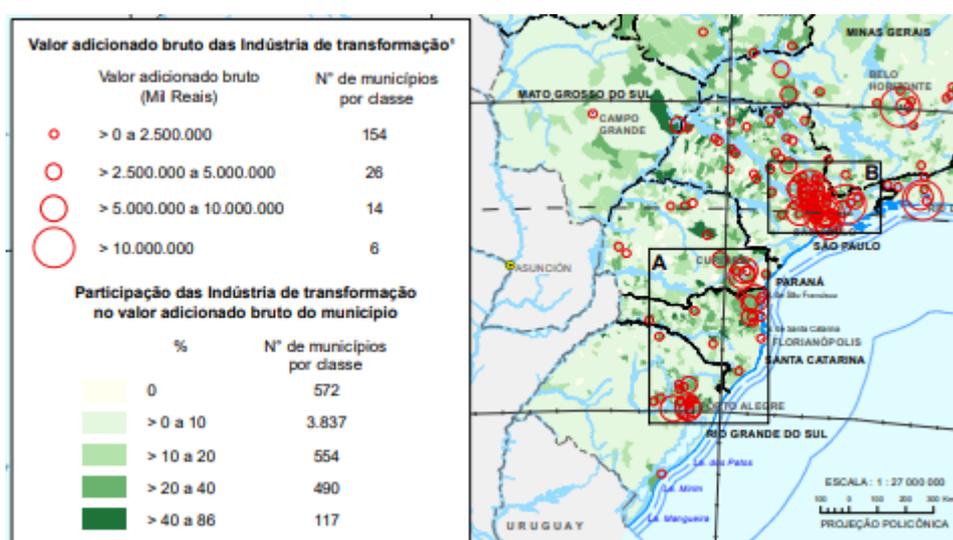
Resumo Executivo

Esta nota apresenta uma breve análise do perfil econômico da região do Grande ABC Paulista e, mais especificamente, do município de São Bernardo do Campo, salientando a mudança de sua estrutura produtiva no contexto das transformações dos espaços econômicos - e de sua ocupação - nos anos recentes. Apresenta-se na sequência um cenário de movimentação de passageiros, aeronaves e carga para diferentes taxas de expansão a partir da contribuição que a operação do novo aeroporto no ABC Paulista pode proporcionar ao desenvolvimento não apenas da região, mas de todo o seu entorno, incluindo a Região Metropolitana e o próprio Estado de São Paulo (ESP). Na sequência, utilizando-se da metodologia de Matriz Insumo-Produto (MPI) a partir de índices multiplicadores, são estimados os efeitos econômicos produzidos em termos de produção e renda “para frente” e “para trás” da operação do aeroporto. A região poderia ampliar sua participação industrial em termos de valor agregado dos atuais 20% para 29%. Em outros termos, adicionar R\$ 12 bilhões à sua cadeia de valor.

Perfil Econômico do Estado de São Paulo (ESP) e Região do ABC Paulista

O estado de São Paulo é a locomotiva industrial do país. A indústria de transformação, aquela responsável pela produção dos insumos destinados a todos os setores econômicos (agricultura, indústria, serviços), continua ocupando papel de destaque no valor adicionado gerado. À guisa de exemplo, a figura 1 apresenta a distribuição do valor adicionado bruto da indústria de transformação no ESP. Ela mostra o grau de concentração da indústria de transformação na região Sudeste. O destaque é São Paulo, Campinas e ABC Paulista.

Figura 1 – Distribuição Espacial da Indústria de Transformação (por Valor Adicionado)

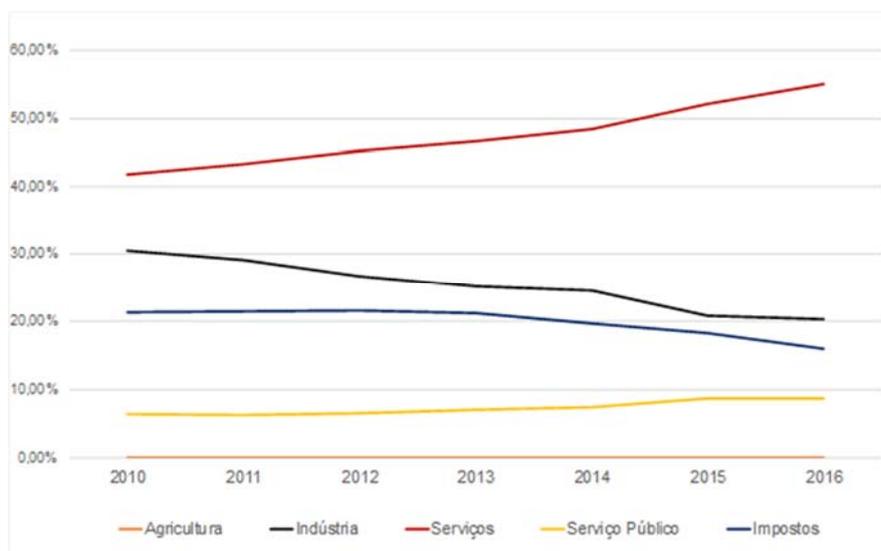


Fonte: IBGE (2019).

O ABC Paulista ainda se constitui em importante polo da indústria de transformação. No entanto, observa-se uma mudança do perfil da sua atividade econômica, com destaque para a forte

expansão dos Serviços Privados e Públicos (de 48% em 2010 para 64% em 2016) e a redução da participação dos setores da indústria e dos impostos gerados, que perderam representatividade relativa (52% para 36%) e absoluta (R\$ 6,6 bi e R\$ 2,8 bi, respectivamente). O gráfico 1 apresenta a evolução por setor no período de 2010 a 2016.

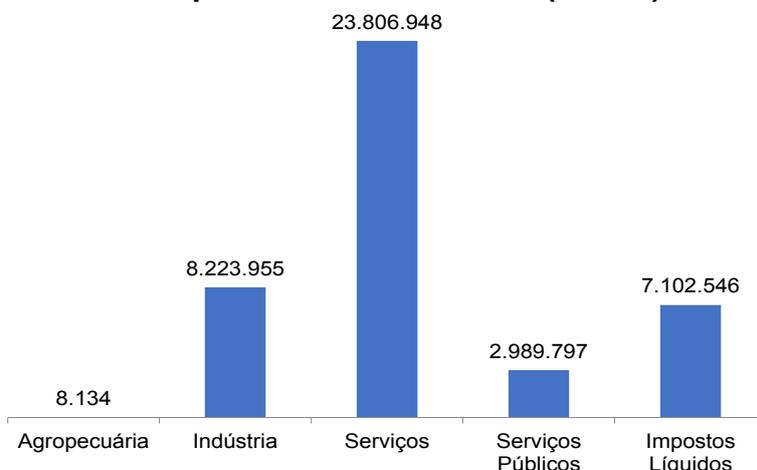
Gráfico 1 – Evolução da Participação Setorial no ABC Paulista (% do PIB total dos municípios)



Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura, CONJUSCS, a partir de IBGE (2019).

O conjunto dos municípios gerou um Produto Interno Bruto a preços correntes em 2016 de R\$ 98,1 bilhões. Deste total, o município de São Bernardo do Campo respondeu por quase metade (R\$ 42,1 bi), cuja dinâmica do perfil econômica impactou nos números consolidados do conjunto de municípios da região. Observando mais especificamente o ano de 2016, o setor da indústria de transformação foi o segundo setor econômico mais importante do município (R\$ 8,2 bi), depois do setor de Serviços (R\$ 23,8 bi). O gráfico 2 apresenta os valores do PIB a preços correntes de 2016 por setor.

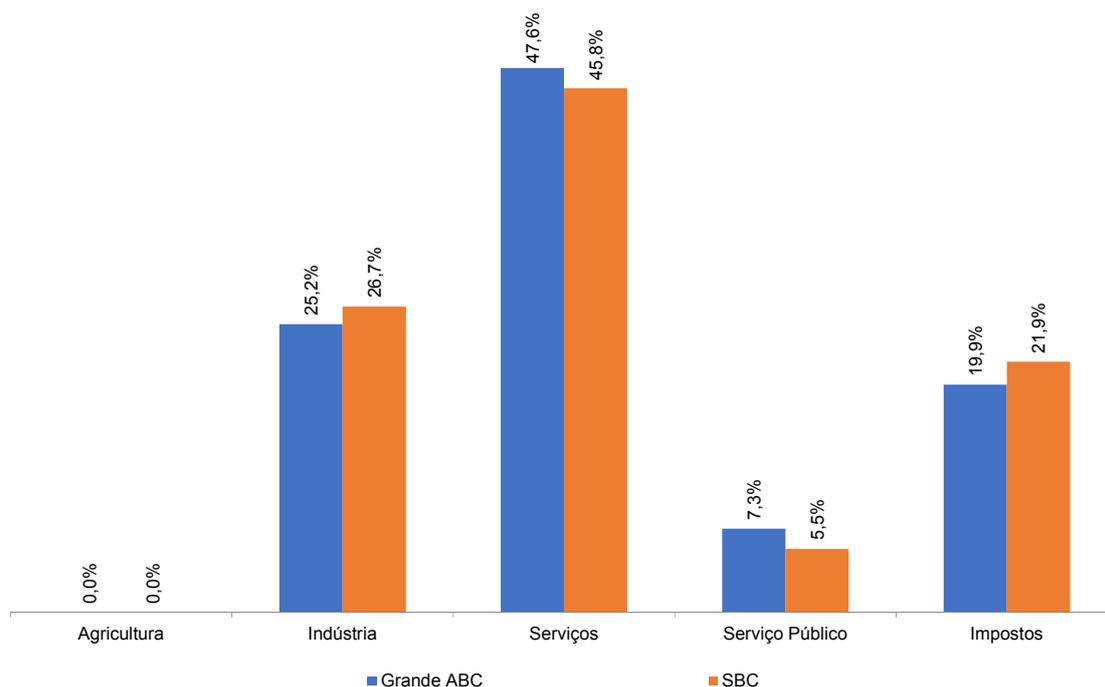
Gráfico 2 – PIB a preços correntes do Município de São Bernardo do Campo em 2016 por Setor de Atividade (R\$ mil)



Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura, CONJUSCS, a partir de IBGE (2019).

A mudança de perfil da região segue, *pari passu*, a de São Bernardo do Campo (Gráfico 3), o que sugere que modificações da estrutura produtiva do município geram impactos diretos sobre o conjunto dos municípios.

Gráfico 3 – Comparativo das Participações dos Setores para Região do ABC e São Bernardo do Campo no período 2010-2016



Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura, CONJUSCS, a partir de IBGE (2019).

O predomínio dos setores Indústria e Serviços (72%), a despeito da redução da participação da indústria de transformação, permite estimar os efeitos que a operação de novo aeroporto em São Bernardo do Campo pode exercer sobre o conjunto dos municípios. Vale então identificar em que medida o perfil econômico da região, ainda que tenha sofrido importantes modificações, pode ser dinamizado e contribuir para a expansão da produção, emprego e renda. Para estimar estes benefícios, procede-se com a utilização da Matriz Insumo-Produto (MIP), desenvolvida por Leontief (1936). Tratemos então na sequência seu conceito e sua aplicação no escopo desta nota.

A Matriz Insumo Produto: Breves Considerações

Muitos estudos são realizados para identificar o potencial econômico e os efeitos multiplicadores de uma determinada atividade produtiva. A Matriz Insumo-Produto (MIP), elaborada pelo economista russo-americano Wassily Leontief (1936), foi a mais bem-sucedida tentativa na literatura econômica de estimar os efeitos de “espraiamento econômico” produzidos por determinada atividade produtiva^[1].

Intuitivamente, podemos pensar o caso envolvendo a produção de um avião. A fabricante terá de mobilizar um conjunto de fatores técnicos e humanos para sua fabricação. Ela adquire matérias primas e tecnologias e incorpora trabalho humano e intelectual no processo produtivo. Todos estes fatores são remunerados: as empresas que fornecem insumos e tecnologia recebem um valor correspondente aos serviços prestados; os trabalhadores são remunerados na forma de salário e a própria empresa é remunerada na forma de lucro. Podemos então, genericamente, assumir que a composição do valor final da aeronave de US\$ 100 milhões pode estar assim distribuída: US\$ 50 milhões (empresas de insumos), US\$ 30 milhões (salário dos trabalhadores) e US\$ 20 milhões (lucro da empresa), perfazendo um valor total da aeronave de US\$ 100 milhões.

Podemos então identificar, a partir deste exemplo, os principais componentes de um processo produtivo quanto aos seus efeitos diretos, indiretos e induzidos. Os efeitos diretos estão relacionados à própria empresa (trabalhadores e lucro = 50 milhões). Trata-se da remuneração da empresa pela produção empreendida; os efeitos indiretos estão associados à aquisição de insumos

das empresas prestadoras de serviços, que tiveram de produzir bens intermediários (insumos e/ou capital) para fornecer à fabricante.

Trata-se do valor da produção dos bens intermediários; os efeitos induzidos têm relação com o valor de produção gerado nos mais diversos setores da economia como resposta à produção de aeronaves. Os trabalhadores das respectivas empresas (fabricantes e empresas de insumos) gastam suas remunerações na aquisição de uma gama de bens e serviços dos mais diversos setores da economia, elevando seus níveis de produção, renda e consumo. Se refletirmos sobre nossas práticas econômicas cotidianas, percebemos que consumimos uma gama diversa de bens e serviços. Tais bens e serviços são obtidos em processos produtivos relativamente similares e organizados por setores, parte dos quais é destinada ao consumo final e outra parte ao consumo intermediário. Assim, por exemplo, a produção de um automóvel pode ser destinada ao consumidor final (consumidor) ou a um produtor que utilizará o automóvel como um fator de produção (empresas). Registrar estas transações intersetoriais é a essência da MIP.

Ela mede a interdependência entre setores produtivos e a demanda por insumos de cada setor. Isto quer dizer que as compras de qualquer setor (exceto demanda final) estão relacionadas diretamente ao seu próprio nível de produção. Se uma empresa adquire insumos de outras empresas, diz-se que ela gera “efeitos para trás”; e, ao efetivar sua produção e vendê-la no mercado, está-se gerando “efeitos para frente”. Em outros termos, os efeitos “para frente” e “para trás” dizem respeito àqueles setores econômicos que fornecem insumos às empresas do setor aéreo e aquelas que consomem sua produção, respectivamente. A produção somada dos setores é igual às suas vendas. As duas hipóteses básicas são a de que os coeficientes técnicos são fixos ou proporcionais (não há troca ou substituição de fatores quando ocorre alteração dos preços relativos) e a tecnologia de produção também é fixa e cada atividade produz apenas um único produto (preços constantes e exógenos).

Assim, a MIP nos permite identificar a intensidade dos efeitos econômicos de variáveis de produção e estimar os benefícios econômicos auferidos. Ela foi construída com base na MIP elaborada pelo IBGE, que congrega 79 setores produtivos, determinando assim a dimensão do setor aéreo na economia brasileira: 16º setor mais importante; 0,34% do PIB nacional; intensivo em mão de obra; representa 1,5% do consumo nacional e importante demandante de insumos e gerador de produção, emprego e renda. Esta metodologia identifica os fluxos das diferentes atividades produtivas e suas estruturas por setor e região, permitindo o cálculo do impacto de **variações na demanda final sobre a cadeia produtiva**. No escopo deste trabalho, vale identificar em que medida a produção de serviços em um aeroporto contribui para ampliar a demanda final dos setores produtivos da região. A utilização da MIP permite compreender a dimensão da importância econômica de determinadas atividades e contribuir para o delineamento de políticas públicas específicas.

Estimativas de Efeitos Multiplicadores por Setor Produtivo no ABC Paulista com a Operação de um Novo Aeroporto

A UNB realizou, em 2006, importante estudo sobre a produção do transporte aéreo brasileiro e seus efeitos diretos, indiretos e induzidos e identificou que o setor é o 16º mais importante de um total de 79 setores da economia. O estudo aponta que os efeitos indiretos do setor são mais relevantes que os efeitos diretos e induzidos. Ou seja, as empresas de insumos dependem mais do setor aéreo do que aqueles que se beneficiam do transporte aéreo (hotéis, restaurantes, transportes etc.). Nesta perspectiva, os setores da região do ABC Paulista, por sua vocação industrial e de serviços, tenderiam a se beneficiar diretamente pela operação do aeroporto. Para efeitos de estimativas, considerou-se:

A taxa de expansão do tráfego será de 5% ao ano para Congonhas e 6,9% para Guarulhos até 2023, estando suas capacidades atuais já esgotadas (128% Congonhas e 102% Guarulhos) e limitadas para atender aos 23,1 milhões de passageiros embarcados/desembarcados previstos para 2023, sendo que até esta data os dois aeroportos continuariam a apresentar taxas crescentes de esgotamento de capacidade.

O projeto de um novo aeroporto no ABC Paulista viabilizaria a absorção deste novo movimento de tráfego de 23,1 milhões.

Este novo aeroporto tem potencial para gerar anualmente negócios similares ao de Congonhas, quais sejam: 112 mil decolagens, 18,3 milhões de assentos/ano e R\$ 7,7 bilhões de receita das companhias aéreas em operação (tabela 1).

Para este cálculo, considerou-se taxa média de ocupação de 70% e preço médio da passagem por assento vendido de R\$ 600,00.

Base de dados Hotran-ANAC para voos previstos para segundo semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019.

Aplicação da Matriz Intersectorial do Setor Aéreo Brasileiro elaborado a partir dos dados nacionais.

Tabela 1 – Dados Operacionais e Econômicas Estimados para o Aeroporto de Congonhas e Aplicados ao Novo Aeroporto em São Bernardo do Campo – Ano

Cia Aérea	Número de Decolagens	Total de Assentos Oferecidos/Ano	Receita Média Estimada (R\$)	Market Share
Gol	51.064	8.783.892	3.689.234.640	48%
Latam	48.100	7.718.880	3.241.929.600	42%
Avianca	7.852	1.110.720	466.502.400	6%
Azul	5.564	655.304	275.227.680	4%
Total Geral	112.580	18.268.796	7.672.894.320	100%

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura, CONJUSCS, a partir de ANAC Hotran 2018-2019.

Para estimar estes efeitos (diretos, indiretos e induzidos) utilizou-se dos índices de sensibilidade apresentados no estudo da UNB. A tabela 2 mostra os principais encadeamentos (efeitos) “para frente” (a jusante) e “para trás” (a montante) em termos de produção, emprego e renda gerados pela atividade aérea e a posição do setor aéreo no conjunto de 79 setores da economia. Observa-se que, sob a perspectiva da produção, o setor ocupa papel relevante (8ª e 9ª posições).

Tabela 2 – Encadeamento para Frente e para Trás e Índices de Sensibilidade de Produção, Emprego e Renda do Setor Aéreo

Efeitos de Encadeamento para Frente e para Trás			
Encadeamento para trás <<==	SETOR AÉREO	==>> Encadeamento para frente	Multiplicador Agregado
demandante de insumos (1,25)		fornecedor de insumos (0,32)	0,79
Efeitos Multiplicadores de Produção, Emprego e Renda			
Indiretos	Diretos	Induzidos	
PRODUÇÃO: quanto se produz em outros setores para cada unidade de produto gerado pelo setor aéreo			
2,25 (8°)		3,73 (9°)	
EMPREGO: quanto se gera de emprego em outros setores para R\$milhão de aumento da produção do setor aéreo			
17,23 (16°)	7,18 (49°)	36,27 (48°)	
EMPREGO: em quanto aumenta o emprego para cada unidade monetária de aumento da produção do setor aéreo			
3,40 (26°)		8,45 (39°)	
RENDAS: em quanto aumenta a renda para cada unidade monetária de aumento da produção do setor aéreo			
0,33 (10°)	0,21 (59°)	0,50 (48°)	1,04 (48°)
RENDAS: em quanto a renda se MULTIPLICA para cada unidade de renda gerada no setor aéreo e de insumos			
7,67 (18°)		14,9 (18°)	

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura, CONJUSCS, a partir de CET-NET UNB (2006).

Neste setor, os efeitos para trás são mais representativos que os efeitos para frente (1,25 contra 0,32) e indicam o quanto de demanda para frente e para trás é gerado para cada unidade de produção. Estes encadeamentos geram efeitos multiplicadores positivos que ampliam o próprio mercado de transporte aéreo, gerando um círculo virtuoso de crescimento, expansão da renda e mais produção para os setores à frente e de trás. Se por um lado o transporte aéreo é fraco fornecedor de insumo (0,32) para os setores a jusante (frente), por outro é forte gerador de produção, emprego e renda para estes mesmos setores, com destaque para os empregos (36,27) e renda (14,9) induzidos.

A operação de um aeroporto no ABC Paulista nos portes do de Congonhas teria potencial para gerar R\$ 7,7 bilhões de receita com o transporte de passageiros e cargas. O efeito para trás dessa atividade sobre o conjunto das atividades produtivas em âmbito macrorregional (Região Metropolitana de São Paulo) seria de R\$ 9,6 bilhões; e R\$ 2,4 bilhões seriam efeitos para frente, ou seja, o quanto a produção do transporte aéreo do novo aeroporto permitiria ampliar a produção dos demais setores. Quando considerado o efeito sobre a geração de renda (salários, juros, lucros, aluguéis etc.), estima-se um total de R\$ 2,5 bilhões, sendo que o número de empregos poderia superar, em todo o país e nos diversos setores, o total de 132 mil postos de trabalho indiretos e outros 55 mil empregos diretos.

Caso seja considerado o setor de transporte aéreo na Matriz de Insumo-Produto brasileira, os efeitos totais (diretos e indiretos) à montante ocorrem, principalmente, na demanda de insumos do próprio setor (53%). Em seguida, há impactos no setor de refino de petróleo pelo fornecimento de combustível (10% do efeito total). Também os serviços de Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes responderiam por 5% do efeito total. À jusante, isto é, considerando o efeito “pra frente” na cadeia produtiva, o quanto de oferta o setor de transporte aéreo permitiria aos demais setores aumentarem sua oferta, os efeitos são concentrados na Construção (64%), na fabricação de produtos de informática, eletrônicos e ópticos (5%).

Assim, tanto a montante quanto a jusante, os impactos são concentrados em setores industriais e parte no de serviços, o que evidencia o potencial do aeroporto para estimular a recuperação da indústria no ABC paulista. O potencial de valor adicionado a ser gerado pelo aeroporto (R\$ 7,7 bilhões) do ABC Paulista impactaria diretamente nos setores químico, construção, transportes e tecnologia da informação, contribuindo para adensar a indústria da região. Assim, há potencial de R\$ 12 bilhões de efeitos a jusante e a montante para a região do ABC Paulista (R\$ 9,6 bilhões e R\$ 2,4 bilhões), podendo elevar a participação do PIB Industrial da região, medido em termos de valor adicionado, dos atuais 20% para 29% (+9 p.p). Isto exigiria dos governos locais uma estratégia de vinculação da operação do aeroporto à aquisição de insumos da própria região, contribuindo assim para sua “reindustrialização”.

Vale destacar que a região do ABC Paulista recebeu recentemente a nova fábrica da SAAB, empresa sueca que produzirá peças e equipamentos para a fabricação dos caças adquiridos pelo Força Aérea brasileira. Também passou a contar com um o novo curso de Ciências Aeronáuticas na USCS, integrando a região ao sistema de aviação civil do país. Identificar novos nichos de mercado, como a indústria de aviação comercial e seus derivados (indústria aeronáutica, projetos de aeroportos), contribuirá para manter o protagonismo econômico da região em âmbito nacional, principalmente depois da recente decisão da montadora Ford de fechar suas operações na cidade de São Bernardo do Campo, o que impactaria diretamente nos níveis de emprego e renda da cidade, conforme nota técnica já publicada recentemente no âmbito do Observatório CONJUSCS.

Notas

[1] Os trabalhos originários sobre o funcionamento dos fluxos econômicos remontam o século XVIII e XIX, com a obra *Tableau Économique* de François Quesnays (1758) e *Éléments d'Économie Politique Puré* de Leon Walras (1874), aprimorados posteriormente por Leontief.

Volney Gouveia. Gestor e Professor do Curso de Ciências Aeronáuticas da USCS. Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Univ. Federal do ABC (UFABC). Mestre em Economia pela Univ. Candido Mendes (RJ) e Pós Graduado em Educação no Ensino Superior pela Univ. Anhembí Morumbi. Graduado em Economia pela FAAP (SP). Professor de Economia do Instituto Mauá de Tecnologia, do Centro Universitário Fundação Santo André e da Univ. São Judas Tadeu. Foi Coordenador de Estudos Econômicos na TAM e Varig. Atua na aviação há 28 anos.

Lúcio Flávio da Silva Freitas. Professor de Economia da Escola de Negócios da USCS. Membro do CONJUSCS. Doutor em Economia pela Unicamp. Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas (PPGA/USCS). Coordena o grupo de estudos de Economia e Ambiente.

Referências Bibliográficas

ANAC. Base de Resultados e Monitoramento de SLOTS. Disponível em << [https://sistemas.anac.gov.br/sas/samu/\(S\(s1xiiytzirs2ogzbqyxvcm22\)\)/view/frmConsultaBases](https://sistemas.anac.gov.br/sas/samu/(S(s1xiiytzirs2ogzbqyxvcm22))/view/frmConsultaBases)>> Acessado em 06/06/2019.

GOUVEIA, V. A. CONJUSCS. Um Aeroporto do Grande ABC Paulista: Oportunidades de Desenvolvimento. Disponível em << <https://uscs.edu.br/boletim/?idf=5333>>>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais. Estatísticas. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas.html>> Acessado em 06/06/2019.

LEONTIEF, Wassily. A economia do insumo-produto; tradução de Maurício Dias David. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MOLLO, M. L. R. O setor aéreo na economia brasileira: importância econômica e perspectivas ante a abertura do setor às empresas estrangeiras. Brasília: CET-NET UNB, 2009.

18. FALÊNCIA DE MUNICÍPIO E O CAPÍTULO 9 DA LEI DE FALÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS: O CASO DE INSOLVÊNCIA DA CIDADE DE DETROIT EM 2013

Jefferson José da Conceição
Sandra Collado Gonsales

Resumo Executivo

Esta nota inicia contextualizando a evolução da Cidade de Detroit, nos EUA, ao longo do século XX, especialmente no que se refere ao seu entrelaçamento e importância na produção da indústria automobilística norte-americana e mundial. Em seguida, apresenta um breve resumo do nono capítulo (chapter 9) do código de falência (code bankruptcy) dos Estados Unidos. Por fim, resgata, sinteticamente, o caso de insolvência do município de Detroit. Este caso representou a maior falência municipal na história americana em termos de dívida, um total de aproximadamente US\$ 20 bilhões. Detroit teve seu pedido de recuperação judicial aprovado em julho de 2013.

Esta nota técnica dá continuidade às notas técnicas que publicamos na 5ª Carta de Conjuntura da USCS, na qual fizemos uma breve comparação entre as leis falimentares dos EUA e do Brasil (CONCEIÇÃO & GONSALES, 2018), e na 7ª Carta de Conjuntura, em que apresentamos um panorama sobre o pedido de concordata da General Motors (GM) nos EUA, em 2009 (CONCEIÇÃO & GONSALES, 2019). Nesta 8ª carta, apresentamos o capítulo 9 (*chapter 9*) do código de falência (*code bankruptcy*) dos EUA, que possibilita aos municípios o uso da Lei de Falências para reorganizar suas dívidas. Na nota tratamos do caso da cidade de Detroit, que entrou com o pedido de falência no tribunal de falências dos Estados Unidos em 2013. Antes, porém, fazemos uma contextualização sobre a Região de Detroit. Guardadas as proporções, existem muitas semelhanças entre esta região nos EUA e a Região do Grande ABC Paulista no Brasil.

1. A Grande Detroit: o “palco” da “Big Three” e do complexo industrial automobilístico no século XX

Detroit possui área de aproximadamente 370 Km². Pertencente ao Estado do Michigan, Detroit é a maior cidade do Estado: em 2017, a cidade propriamente dita abrigava cerca de 701 mil habitantes, e a Região Metropolitana de Detroit, 4,3 milhões de habitantes (11ª mais populosa dos EUA).

Ao nordeste dos EUA, situa-se o quadrilátero formado por Nova York, Pensilvânia, Illinois e Michigan. Nesse quadrilátero se formou o *manufacturing Belt* (cinturão industrial americano). A formação deste cinturão guarda forte relação com a presença em grande quantidade de matérias primas necessária para a produção industrial e de um porto importante, que favorece a logística de deslocamento de navios de grande carga. Ao longo do século XX, neste quadrilátero, estruturou-se um *cluster* relacionado à cadeia de produção automobilística, à indústria mecânica pesada e à indústria fornecedora de insumos básicos, como a siderurgia e a petroquímica.

Dez cidades constituem a Região Metropolitana de Detroit. Na Região, estão as sedes e as fábricas de veículos, de peças e de insumos da “Big Three”, as três grandes empresas automobilísticas do país: GM, Ford e Chrysler. A Região “gira” em torno da indústria automobilística, principal atividade econômica da região desde o início do século XX. Sua importância não é apenas nacional, mas internacional. A Grande Detroit abriga o maior *cluster* de produção automobilística do mundo.

Entre as décadas de 1920 e 1970, a região foi o centro da cadeia de produção automobilística norte americana e palco do “boom” da produção e dos empregos relacionados à esta cadeia. Ela foi o símbolo da produção em massa e do modelo de produção fordista, assim chamado, pois se assentou nas ideias e práticas aplicadas por Henry Ford em sua empresa. Em grandes linhas, o modelo de produção fordista abrangia a linha de montagem; a extrema divisão de trabalho; a produção em massa; a elevada verticalização da produção; o emprego de grandes contingentes de

trabalhadores na produção direta e indireta; a formação de volumosos estoques de produtos acabados, componentes e insumos para garantir a estabilidade da produção e atender os picos de demanda.

Este modelo de produção, associado ao forte crescimento da demanda por veículos automotivos, atraiu para a Região de Detroit grandes contingentes de pessoas de diversos países e de diferentes regiões dos EUA. Foi expressiva a atração de população negra proveniente do Sul dos EUA.

Apenas como exemplo, cite-se o caso da Ford, na cidade de Daerborn, na Região de Detroit. Ali, a Ford estruturou o Complexo Industrial Rouge (na confluência dos rios Rouge e Detroit). O complexo abrangia a fabricação de praticamente todos os itens da cadeia de produção automobilística: desde o processo do carvão em fornos próprios, laminação do aço, produção de vidros, espumas e peças diversas até os veículos acabados propriamente ditos. Além, é claro, de incorporar toda a logística de transporte de matérias primas, componentes e veículos, via navios e trens. Na década de 1930, o complexo Rouge, da Ford, chegou a empregar cerca de 100 mil empregados, na produção direta e indireta. O complexo chegou a ter inclusive um hospital em seu interior.

Evidentemente, neste contexto econômico e social, cresceu também a organização sindical na Região de Detroit. Foram várias e marcantes as greves e mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras em busca de expandir os seus salários, benefícios e melhoria das condições de trabalho. As conquistas expressas nos contratos coletivos negociados pelo *United Auto Workers* – UAW (sindicato da indústria automobilística nos EUA) com as empresas expressam este legado de luta, organizações e negociações na Região de Detroit ao longo de várias décadas do século XX.

Registre-se que este período de expansão e auge de Detroit se refletiu em várias outras áreas, como é o caso da música. Criada em 1959, na cidade de Detroit, a posteriormente famosa gravadora Motown (contração de ‘Motor Town’ ou cidade dos motores, em homenagem à cidade) marcou sua história nos EUA por ajudar a expandir a *black music*, que influenciou várias gerações, em uma época marcada pela segregação racial. Compuseram seu time de artistas mais famosos, Marvin Gaye, Stevie Wonder, The Jackson Five e Smokey Robinson & The Miracles. A própria gravadora vangloriava-se por se organizar como uma “linha de produção”, com grupos de compositores, bandas entrosadas, produção de hits em série, controle de qualidade, artistas profissionalizados, treinamento de canto, dicção e dança, entre outros.

2. O início da crise de Detroit

A partir da década de 1980, alterou-se bastante este quadro de avanços e conquistas trabalhistas. Em realidade, a década foi próxima a de uma calamidade para a Região de Detroit. Em grande medida, isto resultou da acentuada concorrência imposta pelos carros japoneses, bem mais baratos, que fez despencar os lucros das empresas americanas.

Os carros produzidos no país oriental eram, no início da década de 1980, bem mais competitivos do que os americanos, porque produzidos sob novos conceitos do chamado modelo de produção toyotista. Na prática, o modelo toyotista era o oposto da produção fordista. No modelo de produção toyotista, predominam as células e o trabalho em grupo (ao invés da linha de montagem e da extrema divisão de trabalho); a customização da produção (ao invés da produção para um mercado de massa); a baixa verticalização da produção; os reduzidos estoques. Além disso, os carros japoneses eram menores em tamanho e, portanto, mais ajustados aos novos tempos de explosão dos preços dos combustíveis, resultantes da ação do cartel do petróleo.

A este novo quadro se somaram as políticas de juros altos, de redução das políticas sociais e de promoção de ações antissindicais conduzidas pela *Reaganomics*, a política econômica do Governo Reagan conduzidas nos EUA entre 1981 e 1989.

O resultado desse processo iniciado a partir da década de 1980 foi a racionalização da produção (com a terceirização e enxugamento das unidades), a automação e, sobretudo, o fechamento de centenas de fábricas em Detroit. A produção passou gradativamente a ser descentralizada para áreas mais baratas nos EUA (especialmente o sul e o oeste, em Estados como a Flórida, Texas e

Califórnia). Estas novas áreas de produção passaram, inclusive, a serem chamadas de *Sun Belt* (cinturão do sol), ao passo que a Região de Detroit, de *Rust Belt* (cinturão da ferrugem).

Este quadro dramático para a Região de Detroit pode ser em parte medido pelo número de empregados. Em 1970, um total de 282 mil pessoas estava empregado na produção automobilística na região metropolitana de Detroit. Em 1990, este total já havia caído para 206 mil. Na década de 1930, o complexo Rouge empregava, como já exposto, cerca de 100 mil empregados; em 2006, tinha aproximadamente seis mil empregados apenas.

Os 701 mil habitantes atuais da cidade de Detroit representam aproximadamente 63% do total de habitantes que havia na década de 1950. Detroit perdeu cerca de 50% da população branca na década de 1980. A população negra desde então se tornou majoritária. A maior parte da população passou a residir nos subúrbios, em cidades vizinhas. Este fenômeno da migração da população para os subúrbios acontece desde a década de 1950, e se intensificou nas últimas décadas.

Terrenos e galpões vazios no centro e na periferia passaram a ser característicos na Grande Detroit. Estima-se que haja cerca de 80 mil prédios comerciais abandonados na cidade e aproximadamente 13 mil residências sem moradores. Diversos projetos de revitalização de Detroit vêm sendo discutidos por representantes do governo local e pela iniciativa privada nos últimos vinte anos.

A pobreza marca o local hoje: ¼ das famílias vive abaixo da linha de pobreza na Região de Detroit.

Com a crise e a pobreza, cresceu também a violência na Grande Detroit. A cidade ocupa a primeira posição em homicídios nos EUA. O famoso filme “*RoboCop*”, de 1987, tem seu enredo associado à realidade de Detroit, cidade que tem elevado número de crimes. Outro filme marcante sobre a Região é “*Roger and me*”, do diretor independente Michael Moore. O filme descreve a ascensão, auge e crise da Grande Detroit e os impactos do fechamento de fábricas da GM na vida das pessoas da cidade e na economia do local.

A perda de empresas, o desemprego e o decréscimo da população fizeram com que a arrecadação do fisco despencasse na cidade. Os serviços básicos prestados ficaram cada vez mais precários. A cidade de Detroit buscou aumentar a arrecadação com o aumento de impostos, o que agravou o problema, já que estimulou o aumento da saída de famílias da cidade.

De acordo com CONCEIÇÃO (s.d), “em 2006, a cidade revelou um grande déficit no sistema de previdência local. Então, nos últimos anos, para fechar as contas, a cidade cresceu seu endividamento, por meio de emissões crescentes de títulos públicos”.

3. O Capítulo 9 da Lei de Falências dos EUA e os Municípios

A lei de falência dos Estados Unidos, por meio do nono capítulo (*chapter 9*), trata os municípios de modo distinto que a lei brasileira. No ordenamento jurídico brasileiro, a Lei de Falências e Recuperação Judicial, sob o nº 11.101/2005, se limita às empresas privadas e exclui empresas públicas e sociedade de economia mista. Em outras palavras, a lei brasileira impede que os órgãos e as empresas públicas entrem com pedido de falência ou recuperação judicial. Nos EUA, os municípios podem se valer da Lei de Falências, por meio do capítulo 9 (*chapter 9*) da Lei.

É verdade que o capítulo 9 é o menos utilizado nos Estados Unidos, por ser restritivo. Para o município pedir recuperação judicial, deve cumprir alguns requisitos de elegibilidade. Por este motivo, é pouco utilizado. Para entrar com o pedido de reorganização, a entidade tem que se enquadrar no conceito de municipalidade, que, diga-se, é um pouco mais amplo que cidades e vilas. Os condados, os distritos tributários, os serviços municipais e os distritos escolares todos podem empregar o capítulo 9.

O código de falências define um município como uma subdivisão política ou agência pública ou instrumentalidade de um Estado. Esta definição é bem abrangente, conforme descrevemos acima. Pode incluir várias entidades governamentais. Para o município entrar com o pedido de reorganização, o código exige que o município tenha a autorização estadual. Ou seja, o governador

do Estado deve autorizar o pedido. Caso não autorize, o município deve buscar outras formas de reorganizar suas dívidas.

O município deve comprovar que é insolvente, especificando os débitos: fiscais, fornecedores públicos e privados, débitos trabalhistas, enfim, todos os débitos contraídos pelo município. O município deve ter tentado acordo com os credores e ter o desejo de ajustar suas dívidas. Deve apresentar toda a documentação exigida ao secretário do tribunal de falências.

Após a confirmação do plano de recuperação, todas as ações em vigor que foram ingressadas a fim de cobrar as dívidas contra o município entram em “*automatic stay*”, ou seja, ficam suspensas, exceto as ações que incluem os créditos fiduciários, que não são englobados no *chapter 9*.

Assim como nos *chapter 7* e 11, a corte falimentar pode aprovar o plano através do “*Cram Down*”, sendo necessária a aprovação de apenas uma das classes de credores.

O capítulo 9 tem algumas características que os demais capítulos não têm. Pela “*Tenth Amendment*” (décima emenda) da constituição dos Estados Unidos, os estados devem ser soberanos sobre os assuntos internos. Os municípios têm poderes para exercer as atividades políticas e gerir a cidade com liberdade. O tribunal de falências não pode interferir em nenhum assunto político ou governamental, nem na receita e nem na propriedade do município. O tribunal também não pode nomear um administrador.

Diante disto, o judiciário fica limitado em seu poder de atuação, sofrendo restrições que não seriam impostas nos outros capítulos do código. Para que o município possa alienar seus ativos ou investir o capital em obras de infraestrutura, não é necessário a aprovação da corte.

Os municípios dos Estados Unidos registraram 680 casos de falência, desde 1937 (THE BALANCE, 2019).

Alguns casos mais recentes:

Vallejo, Califórnia em 2010;

Condado de Jefferson, Alabama em 2011;

Stockton, Califórnia em 2012;

MammothLakes, Califórnia em 2012;

Condado de San Bernardino, Califórnia em 2012;

Central Falls, Rhode Island em 2011, e

Detroit, Michigan em 2013.

* Desde o pedido de Detroit em julho de 2013, não houve mais pedidos do capítulo 9, por nenhuma cidade ou vila.

4. A decretação de falência do município de Detroit

Um marco na história da crise vivida pela cidade de Detroit desde os anos de 1980 ocorreu em julho de 2013, quando a cidade declarou falência¹. Naquele momento, o valor da dívida da cidade chegava a algo entre US\$ 18 bilhões a US\$ 20 bilhões.

O governador de Michigan decretou estado de emergência e nomeou um interventor para administrar as finanças e elaborar o plano de renegociação das dívidas. Após alguns meses, o interventor apresentou à Corte Federal o plano de renegociação dos débitos. A Corte deferiu o pedido de reorganização de Detroit nos termos do capítulo 9.

Foram aprovados vários pontos da reorganização de Detroit, tais como: corte nos gastos previdenciários, obras de revitalização da cidade, renegociação dos débitos trabalhistas com os sindicatos e o “*Grand Bargain*” (Grande Acordo).

No caso de Detroit, o “*Grand Bargain*” consistiu da formação de um consórcio de fundações conectadas localmente que se uniram como parte de uma parceria pública - privada sem fins

lucrativos em esforço para minimizar o impacto de cada setor no pedido de falência da cidade. De acordo com FORBES (2016):

Em 2013, enquanto as duras obrigações de aposentadoria de Detroit pendiam de suas negociações de falência, um movimento ousado de uma dúzia de grandes fundações quebrou o impasse: liderado por US \$ 125 milhões da Fundação Ford, o consórcio filantrópico prometeu coletivamente US\$ 366 milhões para o passivo previdenciário da cidade, com a condição de que suas contribuições alavancassem contribuições de corporações privadas, governo estadual e sindicatos de funcionários públicos. [Cabe examinar] se uma grande barganha ao estilo de Detroit poderia ser aplicada com sucesso a outras quatro cidades do meio-oeste combinação de custos significativos de pensões e serviços municipais restritos: Buffalo, Chicago, Cleveland e St. Louis.

Em novembro de 2014, a Justiça americana aprovou o plano da Cidade de Detroit para sair da falência. A proposta eliminava US\$ 7 bilhões do total da dívida de US\$ 18 bilhões. Ela previa ainda investimento de US\$ 1,7 bilhão na revitalização da cidade (para ao longo de uma década, entre outros, remover prédios destruídos, comprar caminhões de bombeiros e ambulâncias e modernizar os sistemas de computadores da cidade).

O jornal New York Times da época traz em uma de suas matérias da época um depoimento do então governador de Michigan, Rick Snyder (Republicano):

Resolver isso é uma questão muito importante para criar um ótimo ambiente para a cidade. Não só a cidade, mas para o estado. Isso leva a um contexto de normalidade, a uma estrutura de governo tradicional novamente.

Já o advogado James Spiotto, especialista em falência municipal, disse na mesma matéria do New York Times:

Estamos começando essa jornada, não a encerrando. A concordata é só um ajuste de dívida, mas não é uma solução. O que você realmente precisa é de um plano de recuperação. Não podemos perder isso de vista. Não vamos saber por cinco, dez, quinze anos, se Detroit resolveu seu problema estrutural.

Diante do exposto, podemos concluir que o nono capítulo do código de falência dos Estados Unidos, foi eficaz. Ele contribuiu para que o município de Detroit pudesse reorganizar suas dívidas e depois de 16 meses aprovou um plano para que a cidade se tornasse viável novamente.

É importante registrar que, apesar dessa reorganização das dívidas por parte da cidade de Detroit, a crise econômica e social ainda persiste na Região de Detroit. A crise ajuda a explicar inclusive a vitória do republicano Trump na cidade - de voto tradicionalmente democrata - nas últimas eleições presidenciais nos EUA².

Por fim, queremos sublinhar que, conforme expusemos, a Lei de Falências e Recuperação Judicial do Brasil, exclui as empresas públicas. Mas cabe sim a reflexão e o debate sobre a possibilidade da lei de falências no Brasil ser utilizada pelos municípios e estados para reorganizarem seus graves quadros de débitos.

Notas

1 Há uma importante literatura que levanta e analisa o caso da falência de Detroit. Neste sentido, veja-se: GALSTER (2012); CHUNG (2013); DAVEY & WALSH (2013); JACOBY (2013 e 2016); DESAN (2014); EISINGER (2014); NEWMAN & SAFRANSKY (2014); FARLEY (2015); MCDONALD (2014); NEILL (2015); BOMEY(2016) e HAYNES (2019).

2 De acordo com CONCEIÇÃO (2017), “O Estado de Michigan e a Região Metropolitana de Detroit em particular jogaram papel importante na vitória de Trump. [Ele] convenceu a população da Grande Detroit com seu discurso em prol da retomada da força da economia americana e da manutenção/ geração de empregos dentro dos EUA. Vale lembrar que, a cidade da Detroit, formada por grande

maioria negra, já havia eleito, em 2013, após 40 anos, seu primeiro prefeito de cor branca. Trump afirmou que eliminaria o excesso de regulamentações, impostos e burocracia que prejudicam os empregos. Reproduzindo frase famosa de Reagan, disse que “o melhor programa social será um emprego”, atacando programas sociais como o “Obamacare”, pelo qual todos os americanos têm direito a um plano de saúde. “Vou pedir a todas as agências federais para prepararem uma lista de todas as regulamentações [tais como as que são fixadas pela política de energia limpa e de redução de emissões de carbono] que se impõem sobre os americanos e que não sejam necessárias, que não melhorem a segurança pública, e que desnecessariamente matam muitos empregos. Essas regras serão eliminadas rapidamente”, disse Trump na campanha. “A regulamentação excessiva está custando à nossa economia até US\$ 2 trilhões por ano”, disse. “Tudo que Hillary Clinton tem a oferecer é mais do mesmo: mais impostos, mais leis, mais burocratas, mais restrições à energia americana e à produção americana. Se você fosse uma potência estrangeira buscando enfraquecer a América, não poderia fazer coisa melhor do que a agenda econômica de Hillary”. Ainda como elementos de convencimento aos trabalhadores americanos, Trump afirmou que retiraria os EUA do Tratado Transpacífico (TPP), pactuado em 2015 com outras nações da Bacia do Pacífico (Japão, Austrália, Canadá, Brunei, Chile, Cingapura, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã; e possibilidade de se estender para a Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas e Colômbia). O acordo, cujos países membros representam aproximadamente 40% da produção mundial, visa reduzir e eliminar as tarifas comerciais entre os países. Na mesma linha, disse que renegociaria o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que, nos últimos vinte anos, envolve EUA, México e Canadá. Trump disse que, nos últimos anos, a maioria dos empregos americanos haviam sido perdidos para a China e México. Além de prometer menos impostos para ricos e pobres nos EUA, Trump declarou que, se vencesse, aumentaria os tributos sobre as empresas que não empregassem preferencialmente americanos. Hillary Clinton, candidata do Partido Democrata, por sua vez, dizia que as desregulamentações e reduções de impostos beneficiarão especialmente os mais ricos e as grandes corporações. Mas este argumento não foi suficiente para convencer a maioria dos eleitores: “Muita gente das cidades industriais ficou para trás, e Trump é quem reconheceu pela primeira vez a dimensão do que sofreram. Não sei até que ponto as pessoas gostam dele ou se querem dar uma sacudida em Washington”, disse Sid Smith, um professor da cidade de Sterling Heights, vizinha à Detroit, em matéria de “El País”.

Jefferson J. da Conceição. Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Prof. da USCS. Prof. Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: www.blogdojeff.com.br. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.

Sandra Collado Gonsales. Graduada em Ciências Econômicas pela USCS. Mestranda em Administração na área de Redes Organizacionais e Inovação pela USCS. Consultora Financeira Empresarial na Taoh Soluções Empresariais. Pesquisadora do Observatório de Políticas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/8016074576418641>.

Referências Bibliográficas

BOMEY, Nathan. *Detroit resurrected: To bankruptcy and back*. WW Norton & Company, 2016.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. *Detroit e a vitória de Trump*. 2017. Disponível em: <http://blogjeffdac.blogspot.com/search?q=Detroit>

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; GONSALEZ, Sandra Collado. A recuperação da empresa nas leis de falência dos EUA e do Brasil: breve comparação. *Carta de Conjuntura da USCS*. Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. dez.2018. Disponível em www.uscs.edu.br/sites/conjuscs_

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; GONSALEZ, Sandra Collado. A Decretação da falência pela general Motors nos Estados Unidos e a Forte Intervenção do Estado em 2009. *Carta de Conjuntura da USCS*. Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. abril 2019. Disponível em www.uscs.edu.br/sites/conjuscs_

CHUNG, Christine Sgarlata. Zombieland/the Detroit bankruptcy: why debts associated with pensions, benefits, and municipal securities never die and how they are killing cities like Detroit. *Fordham Urb. LJ*, v. 41, p. 771, 2013.

DAVEY, M.; WALSH, M. W. Billions in Debt, Detroit Trumbles Into Insolvency- NY, 2013. Disponível em <http://www.nytimes.com/2013/07/19/us/detroit-files-for-bankruptcy>.

Davey, M.; WALSH, M. W. *Plano Exit Bankruptcy Is Approved for Detroit*, 2014. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/11/08/us/detroit-bankruptcy-plan-ruling.html>. Acesso em: 26/06/2019.

DESAN, Mathieu Hikaru. Bankrupted Detroit. *Thesis Eleven*, v. 121, n. 1, p. 122-130, 2014.

EISINGER, Peter. Is detroit dead?. *Journal of Urban Affairs*, v. 36, n. 1, p. 1-12, 2014.

FARLEY, Reynolds. The bankruptcy of Detroit: What role did race play?. *City & Community*, v. 14, n. 2, p. 118-137, 2015.

GALSTER, George. *Driving Detroit: The quest for respect in the motor city*. University of Pennsylvania Press, 2012.

Haynes, D. *What's Is Chapter 9 Bankruptcy?* 2019. Disponível em: <https://www.thebalance.com/whats-is-chapter-9-bankruptcy-316206..> Acesso em 26/06/2019.

HILL, Richard Child. Crisis in the motor city: The politics of economic development in Detroit. *Restructuring the city*, p. 80-125, 1983.

JACOBY, Melissa B. The Detroit Bankruptcy, Pre-Eligibility. *Fordham Urb. LJ*, v. 41, p. 849, 2013.

JACOBY, Melissa B. Federalism Form and Function in the Detroit Bankruptcy. *Yale J. on Reg.*, v. 33, p. 55, 2016.

MCDONALD, John F. What happened to and in Detroit?. *Urban Studies*, v. 51, n. 16, p. 3309-3329, 2014.

NEILL, William JV. Carry on shrinking?: The bankruptcy of urban policy in Detroit. *Planning Practice and Research*, v. 30, n. 1, p. 1-14, 2015. NEWMAN, Andrew; SAFRANSKY, Sara. Remapping the motor city and the politics of austerity. **Anthropology Now**, v. 6, n. 3, p. 17-28, 2014.

PECK, Jamie; WHITESIDE, Heather. Financializing Detroit. *Economic Geography*, v. 92, n. 3, p. 235-268, 2016.

REICH, Robert. Detroit and the bankruptcy of America's social contract. *Amass*, v. 18, n. 1, p. 40-42, 2013.

SAUNDERS, P. *Detroit's "Grand Bargain": a model for others?* 2016. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/petesaunder1/2016/05/07/detroits-grand-bargain-a-model-for-others/#960d80f55fa1>. Acesso em: 26/06/2019.

SCHINDLER, Seth. Detroit after bankruptcy: A case of degrowth machine politics. *Urban Studies*, v. 53, n. 4, p. 818-836, 2016.

SKEEL JR, David A. When should bankruptcy be an option (for people, places, or things). *Wm. & Mary L. Rev.*, v. 55, p. 2217, 2013.

STONE, Samuel B. et al. A comparison of financial indicators: The case of Detroit. *Public Budgeting & Finance*, v. 35, n. 4, p. 90-111, 2015.

SUGRUE, Thomas J. *The Origins of the Urban Crisis: Race and Inequality in Postwar Detroit*-Updated Edition. Princeton University Press, 2014.

19. BRASIL: INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IED) RECEBIDOS E LUCROS REMETIDOS AO EXTERIOR ENTRE 2006 E 2018

Gisele Yamauchi
Gustavo Kaique de Araújo Monea

Resumo Executivo

Esta nota técnica objetiva resgatar o comportamento dos investimentos externos diretos (IED) recebidos e dos lucros e dividendos remetidos ao exterior pelo Brasil entre os anos de 2006 e 2018. Observam-se, em linhas gerais, oscilações no IED entre os anos de 2006 a 2018. No entanto, há quatro momentos que se destacam: a) o volume de IED dobrou entre os anos de 2006 e 2008; b) a queda no valor do IED no ano de 2009, como um reflexo da crise do subprime nos países centrais; c) a recuperação no valor do IED em 2011, momento em que os países emergentes passaram a se destacar no cenário internacional e a economia brasileira estava aquecida; d) uma queda brusca de 23,5% do IED entre os anos de 2017 e 2018, período em que a economia do país já estava em recessão e no qual o país também passou por eleições presidenciais em 2018. Verifica-se que, em termos de participação de cada setor no total do IED recebido pelo país, houve, entre 2006 e 2018, aumento da participação do IED na agricultura, pecuária e extrativa mineral (de 6,8% para 18,5% no total) e queda dos setores indústria (de 37,2% para 36,3%) e serviços (de 56% para 45,2%). Em termos absolutos, o IED no setor agrícola, pecuária e extrativa mineral passou de US\$ 1,5 bilhão em 2006 para US\$ 8,5 bilhões em 2018; na indústria, de US\$ 8,4 bilhões para US\$ 16,7 bilhões; e nos serviços, de US\$ 12,7 bilhões para US\$ 20,8 bilhões. Em linhas gerais, pode-se dizer que, no que se refere aos lucros e dividendos remetidos ao exterior, entre os anos de 2006 e 2018, há quatro momentos que se destacam: a) o volume de lucros e dividendos remetidos ao exterior aumentou em 116,5% entre os anos de 2006 e 2008; b) houve uma queda de 29,5% no valor dos lucros e dividendos remetidos ao exterior no ano de 2009 (levantando-se aqui a hipótese de que uma parte do lucro das empresas ficou retida no Brasil para ser reinvestida, pois economia brasileira estava aquecida; c) a retomada no envio de lucros e dividendos ao exterior (um aumento de 78,1%) em 2010, como um reflexo do socorro das subsidiárias brasileiras às matrizes dos países centrais; d) uma queda de 17,5% no envio de lucros e dividendos ao exterior entre os anos de 2016 e 2018, período em que a economia do país já estava em recessão e que também passou por eleições presidenciais em 2018.

Em maio de 2019, a Consultoria norte-americana A. T. Kearney publicou o mapa dos países que mais atraem investimentos externos diretos (IED) no mundo. O Brasil, que há anos seguidos constou na lista dos 25 países que mais atraem IED, deixou de fazer parte. Isto motivou esta nota, que busca recuperar, no caso brasileiro, o fluxo dos investimentos externos diretos e das remessas de lucros e dividendos no total e por setores (agricultura, pecuária e extrativa mineral; indústria; serviços) entre 2006 e 2018.

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (2019) conceitua assim o IED:

O IED é, num sentido mais amplo, a movimentação de capitais internacionais para propósitos específicos de investimento, quando empresas ou indivíduos no exterior criam ou adquirem operações em outro país. O IED engloba fusões e aquisições, construção de novas instalações, reinvestimento de lucros auferidos em operações no exterior e empréstimos intercompany (entre empresas do mesmo grupo econômico).

Entre os benefícios do IED estão:

a geração de empregos, a transferência de competências e desenvolvimento, a transferência de tecnologia, o acesso a redes de marketing internacionais, a fonte de financiamento externo, balanço de pagamentos, efeito de transbordamento na economia doméstica, desenvolvimento da infraestrutura. Adicionalmente, o

investimento estrangeiro faz com que as empresas cresçam, nivela as economias de escala em mercados domésticos e promove resultados tais como: maior produtividade, rentabilidade, geração de riquezas e empregos. O IED também expõe as empresas nacionais a novas ideias e práticas, e pode ainda significar um aumento do fluxo de saída de exportações (APEX-BRASIL, 2019).

O comportamento do IED no Brasil entre 2006 e 2018

A tabela 1 descreve a evolução do IED no total e por setor entre 2006 e 2018.

Observam-se, em linhas gerais, oscilações no IED entre os anos de 2006 a 2018. No entanto, há quatro momentos que se destacam: a) o volume de IED dobrou entre os anos de 2006 e 2008; b) a queda no valor do IED no ano de 2009, como um reflexo da crise do subprime nos países centrais; c) a recuperação no valor do IED em 2011, momento em que os países emergentes passaram a se destacar no cenário internacional e a economia brasileira estava aquecida; d) uma queda brusca de 23,5% do IED entre os anos de 2017 e 2018, período em que a economia do país já estava em recessão e no qual o país também passou por eleições presidenciais em 2018.

Em termos setoriais, o IED no setor agricultura, pecuária e extrativa mineral passou de US\$ 1,5 bilhão em 2006 para US\$ 8,5 bilhões em 2018; na indústria, de US\$ 8,4 bilhões para US\$ 16,7 bilhões; e nos serviços, de US\$ 12,7 bilhões para US\$ 20,8 bilhões.

A tabela 2 apresenta a participação de cada setor no total do IED recebido pelo país, comparando-se os anos 2006 e 2018. Verifica-se que houve, entre 2006 e 2018, aumento da participação do IED na agricultura, pecuária e extrativa mineral (de 6,8% para 18,5% no total) e queda dos setores indústria (de 37,2% para 36,3%) e serviços (de 56% para 45,2%).

Nota-se que o setor de serviços recebeu praticamente metade do IED em todos os anos do período analisado, à exceção do ano de 2010, em que recebeu apenas 28,2% (neste mesmo ano o setor da indústria recebeu 40,7% do IED).

A tabela 3 permite um demonstrativo do IED por setor e subsetor.

No setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral, destaca-se:

a) O IED no subsetor de extração de petróleo e gás natural recebeu grandes investimentos nos anos de 2010 (US\$ 9,9 bilhões) e de 2013 (US\$ 7,1 bilhões);

b) Sobressai também o IED no subsetor de extração de minerais metálicos, em especial nos anos de 2007 (US\$ 3,0 bilhões), 2008 (US\$ 10,4 bilhões) e 2010 (US\$ 4,8 bilhões). Isto se deve, sobretudo, ao crescimento da demanda mundial por minérios, em particular proveniente da China. Entretanto, em 2013, esse cenário mudou, levando à redução do IED no subsetor: queda para o nível de US\$ 0,8 bilhão naquele ano;

c) Ainda sobre a redução do IED no subsetor de extração de minerais metálicos, cabe enfatizar que entre os seus motivos estão sucessivas quedas na cotação dos preços de minério de ferro nos anos de 2011 e 2012;

d) No subsetor de petróleo e gás, nota-se um aumento de 151,7% do IED entre os anos de 2006 (US\$ 0,5 bilhão) e 2008 (US\$ 1,3 bilhão). O anúncio pela Petrobrás da descoberta dos campos de petróleo do Pré-Sal ocorreu em 2006. Em 2014, com a crise econômica e política do país, e que teve como epicentro a Petrobrás, verificou-se forte queda do IED no subsetor.

Na indústria, sublinha-se o seguinte:

e) O subsetor de metalurgia verificou redução do IED, de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 0,9 bilhão entre os anos de 2006 e 2018. Uma hipótese para esta queda é o provável aumento das importações oriundas da China. Deve-se destacar, porém, o elevado volume de IED verificado na fase de crescimento econômico, especialmente no ano de 2011 (US\$ 7,2 bilhões);

f) Os subsetores de veículos automotores, reboques e carrocerias; produtos alimentícios; produtos químicos e; máquinas e equipamentos- apresentaram aumento do IED, ainda que com oscilações ao longo do período;

g) No caso específico do subsetor de veículos automotores, reboques e carrocerias - subsetor este no qual as empresas da Região do Grande ABC Paulista ainda possuem parcela expressiva da produção e dos empregos - destaca-se o IED do ano de 2009 (US\$ 2,1 bilhões). Este crescimento parece guardar relação com as políticas governamentais de sustentação do crescimento do setor. Ao comparar o IED dos anos de 2006 (US\$ 0,3 bilhão) e 2018 (US\$ 4,5 bilhões), verificou-se um aumento de 1.459,7%;

h) O subsetor de máquinas e equipamentos, embora de grande importância, não é o que mais recebe IED no país. Ao se cotejar os anos de 2006 e 2018, constata-se que o IED passou de US\$ 0,3 bilhão para US\$ 0,8 bilhão;

i) No subsetor químico, houve um expressivo crescimento do IED entre os anos de 2006 (US\$ 0,9 bilhões) e 2010 (US\$ 7,2 bilhões) - à exceção do ano de 2008 (US\$ 0,9 bilhão). Comparando-se os anos de 2006 e 2018, verificou-se aumento do IED de 153,2%;

j) O subsetor de produtos alimentícios apresentou crescimento do IED entre 2006 (US\$ 0,5 bilhões) e 2018 (US\$ 1,6 bilhões), com aumento de 208,2%.

No setor de serviços, chama atenção o que se segue:

k) O subsetor de atividades imobiliárias apresentou acentuadas oscilações do IED no período: 2006 (US\$ 0,9 bilhão); 2008 (US\$ 1,7 bilhão); 2009 (US\$ 0,6 bilhão); 2012 (US\$ 3,6 bilhões). Uma das marcas do período foi o projeto do governo brasileiro “Minha Casa Minha Vida”, que ativou o setor até 2015. A partir de 2016, com o agravamento da crise econômica e a queda na oferta do crédito imobiliário, ocorreu um arrefecimento no setor;

l) O subsetor de comércio exceto veículos entre 2006 (US\$ 1,5 bilhões) a 2013 (US\$ 6,2 bilhões) observou expressivo aumento do IED. O efeito da crise do *subprime* em 2008 também foi sentido nos investimentos nesse subsetor, levando à queda nos anos de 2008 (US\$ 2,5 bilhões) e 2009 (US\$ 2,3 bilhões). Mais recentemente, entre os anos de 2016 (US\$ 5,7 bilhões) e 2018 (US\$ 3,1 bilhões), com o agravamento da crise econômica, houve uma queda de 45,2% do IED no subsetor;

m) No subsetor de eletricidade, gás e outras utilidades, comparando-se o IED dos anos de 2006 (US\$ 2,3 bilhões) e de 2018 (US\$ 2,4 bilhões), conclui-se que houve crescimento de 6,5%. No entanto, cabe destacar que, nos anos de 2008 e de 2009, a crise econômica refletiu negativamente no subsetor: queda no IED para os níveis de US\$ 0,9 bilhão e US\$ 1,0 bilhão, respectivamente. O subsetor voltou a apresentar expressivo IED no ano de 2017, quando o país recebeu US\$ 12,5 bilhões;

n) No subsetor obras de infraestrutura, destaca-se o período de 2011 a 2015 - anos que apresentaram os maiores valores de IED em infraestrutura. O seu ápice ocorreu em 2014 (US\$ 1,1 bilhão). O período foi marcado pela segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), lançado e executado entre 2011 a 2014. O PAC objetivou estimular o crescimento da economia brasileira, injetando cerca de R\$ 955 bilhões por meio do investimento em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, entre outros) para melhorar a infraestrutura, aumentar o nível de emprego e garantir o desenvolvimento econômico em todas as regiões do Brasil;

o) O subsetor de serviços financeiros e de atividades auxiliares apresentou valores de IED bastante oscilantes no período: do patamar mínimo de US\$ 1,8 bilhão (2010) a US\$ 5,1 (2008 e 2014);

p) O subsetor de pesquisa e desenvolvimento científico é um dos setores que apresenta os menores valor de IED. Entretanto, percebe-se que, entre os anos de 2007 a 2010, os valores aumentaram

em relação ao ano de 2006. Esses aumentos são os reflexos da implementação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) do Governo Federal do período.

O comportamento dos lucros e dividendos remetidos ao exterior entre 2006 e 2018

q) Em linhas gerais, pode-se dizer que, em termos de lucros e dividendos remetidos ao exterior, entre os anos de 2006 e 2018, há quatro momentos que se destacam: a) o volume de lucros e dividendos remetidos ao exterior aumentou em 116,5% entre os anos de 2006 e 2008; b) houve uma queda de 29,5% no valor dos lucros e dividendos remetidos ao exterior no ano de 2009 (levantando-se aqui a hipótese de que uma parte do lucro das empresas ficou retida no Brasil para ser reinvestida, pois economia brasileira estava aquecida; c) a retomada no envio de lucros e dividendos ao exterior (um aumento de 78,1%) em 2010, como um reflexo do socorro das subsidiárias brasileiras às matrizes dos países centrais; d) uma queda de 17,5% no envio de lucros e dividendos ao exterior entre os anos de 2016 e 2018, período em que a economia do país já estava em recessão e que também passou por eleições presidenciais em 2018;

O setor da indústria apresentou o seguinte comportamento em termos da remessa de lucros e dividendos ao exterior:

r) Entre 2006 (US\$ 6,4 bilhões) e 2008 (US\$ 17,8 bilhões), houve um aumento da remessa em 177,3%;

s) Houve quedas sucessivas entre os anos de 2010 (US\$ 14,9 bilhões) e 2015 (US\$ 4,5 bilhões). As remessas enviadas ao exterior no ano de 2018 (US\$ 6,8 bilhões) voltaram praticamente ao mesmo patamar do ano de 2006 (US\$ 6,4 bilhões);

t) O subsetor de veículos automotores, reboques e carrocerias apresentou aumento no valor de lucros remetidos entre os anos de 2006 (US\$ 1,4 bilhão) e 2008 (US\$ 2,9 bilhões). Ao se comparar os anos de 2006 (US\$ 1,4 bilhões) e de 2018 (US\$ 0,5 bilhões), verifica-se uma queda de 63,2%. Por outro lado, as elevadas remessas de lucros dos anos de 2008 (US\$ 5,8 bilhões), 2010 (US\$ 5,7 bilhões) e 2011 (US\$ 4,8 bilhões) podem também ser um reflexo da crise mundial do *subprime* de 2008. Neste caso, os lucros remetidos pelas subsidiárias brasileiras teriam ajudado a socorrer as empresas matrizes que se encontravam em grande “sufoco” financeiro;

u) O subsetor da indústria química apresentou também uma alta de 84,4% na remessa de lucros, comparando-se os anos de 2006 (US\$ 0,7 bilhão) e 2008 (US\$ 1,3 bilhão). Esse aumento também pode ser justificado pela crise mundial do *subprime*. Ao se analisar as remessas de lucros entre os anos de 2006 (US\$ 0,7 bilhão) e 2018 (US\$ 0,8 bilhão), verifica-se que as remessas do subsetor tiveram alta de 17,3%;

v) O subsetor de alimentos mostrou comportamento similar ao dos demais setores, no que tange à remessa de lucros. Entre 2006 (US\$ 0,3 bilhão) e 2008 (US\$ 1,0 bilhão) houve um aumento de 196,7% nas remessas. Ao se comparar os anos de 2006 (US\$ 0,3 bilhão) e 2018 (US\$ 0,9 bilhão), o subsetor cresceu 155,2%.

O setor de serviços em geral apresentou a seguinte evolução em termos da remessa de lucros e dividendos:

w) Entre os anos de 2006 (US\$ 5,6 bilhões) e 2008 (US\$ 8,4 bilhões), o setor apresentou aumento na remessa de lucros em 49,6%. Após isto, as remessas de lucros do setor passaram por um período de sucessivas quedas entre os anos de 2010 (US\$ 18,2 bilhões) e 2016 (US\$ 11,4 bilhões). Ao se comparar os anos de 2006 (US\$ 5,6 bilhões) e 2018 (US\$ 8,5 bilhões), as remessas enviadas ao exterior aumentaram em 50,9%;

x) O subsetor de eletricidade, gás e outras utilidades mostrou queda de 31,5% no envio de lucros ao exterior no período entre 2006 (US\$ 1,5 bilhão) e 2008 (US\$ 1,1 bilhão); continuou ainda passando por sucessivas quedas entre os anos de 2009 (US\$ 1,4 bilhão) e 2015 (US\$ 0,03 bilhão);

y) No subsetor de serviços financeiros e atividades auxiliares ocorreram grandes oscilações: entre o ano de 2006 (US\$ 1,4 bilhão) e 2017 (US\$ 8,5 bilhões), houve um grande aumento das remessas ao exterior, ao passo que em 2018 (US\$ 2,3 bilhões) verificou-se queda brusca de 73,2%.

Gisele Yamauchi. Economista formada pela USCS. Turismóloga pela Universidade São Judas Tadeu. MBA Empresarial e Industrial pela USCS. Mestranda. Foi bolsista pelo Governo Japonês em Programa de Extensão da Japan International Cooperation Agency (JICA), no curso de Kaizen e 5S's. Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/4460896561663794>.

Gustavo Kaique de Araújo Monea. Possui graduação em Ciências Econômicas pela USCS. Mestrando em Modelagem de Sistemas Complexos pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Membro do grupo de pesquisa do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Tem interesse em estudos nas áreas de inovação e tecnologia, teoria econômica aplicada, políticas públicas, complexidade econômica, sistemas complexos e modelagem. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/3772232578887016>.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS – APEX-BRASIL. **O que é IED?** Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/o-que-e-ied>>. Acesso em: 20.jun.2019.

TABELA 1 – INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS POR SETOR NO BRASIL ENTRE 2006 E 2018

Em milhões de US\$

Setor	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1 542	4 751	12 995	4 597	16 261	10 297	6 528	9 990	5 621	8 310	8 696	5 862	8 504	103 954
Indústria	8 462	13 481	14 013	13 481	21 273	26 837	22 206	15 218	16 922	20 967	20 203	18 635	16 718	228 417
Serviços	12 765	16 103	17 449	13 601	14 702	31 987	31 444	24 385	33 662	28 671	24 181	35 657	20 808	305 416
Total	22 769	34 335	44 457	31 679	52 236	69 121	60 179	49 592	56 205	57 948	53 080	60 155	46 029	637 786

Adaptado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil, 2019.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS EXTERNO DIRETO POR SETOR NO BRASIL ENTRE 2006 E 2018

Setor	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	6,77%	13,84%	29,23%	14,51%	31,13%	14,90%	10,85%	20,14%	10,00%	14,34%	16,38%	9,75%	18,48%	16,30%
Indústria	37,17%	39,26%	31,52%	42,56%	40,72%	38,83%	36,90%	30,69%	30,11%	36,18%	38,06%	30,98%	36,32%	35,81%
Serviços	56,06%	46,90%	39,25%	42,93%	28,15%	46,28%	52,25%	49,17%	59,89%	49,48%	45,56%	59,28%	45,21%	47,89%
Total	100,00%													

Adaptado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil, 2019.

TABELA 3 – INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS POR SETOR E SUBSETOR NO BRASIL ENTRE 2006 E 2018

Em milhões de US\$

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1 542	4 751	12 995	4 597	16 261	10 297	6 528	9 990	5 621	8 310	8 696	5 862	8 504	103 954
Extração de petróleo e gás natural	532	797	1 339	2 656	9 905	5 976	3 679	7 131	2 158	4 595	4 257	3 738	5 251	52 014
Extração de minerais metálicos	595	3 073	10 645	1 303	4 804	2 389	1 652	822	2 149	1 516	2 463	961	1 204	33 577
Atividades de apoio à extração de minerais	-	272	231	209	840	964	597	1 213	771	1 414	692	288	1 518	9 009
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	176	303	498	255	354	541	386	608	345	499	924	569	201	5 660
Produção florestal	214	260	118	165	348	359	80	164	165	229	67	96	292	2 557
Extração de minerais não-metálicos	22	41	162	7	10	68	132	49	30	56	291	207	16	1 090
Demais	3	6	3	2	0	0	2	1	2	1	2	3	22	47
Discriminação														
Indústria	8 462	13 481	14 013	13 481	21 273	26 837	22 206	15 218	16 922	20 967	20 203	18 635	16 718	228 417
Metalurgia	1 713	4 699	4 984	3 754	5 549	7 215	5 311	1 493	2 387	870	1 437	3 214	924	43 549
Veículos automotores, reboques e carrocerias	290	861	964	2 163	533	1 395	1 256	1 867	2 914	4 518	6 571	3 952	4 523	31 805
Produtos químicos	936	1 378	859	1 557	7 181	2 226	1 871	2 009	2 176	2 417	2 165	3 141	2 370	30 286
Produtos alimentícios	525	1 752	2 226	451	1 716	3 064	5 076	1 487	1 547	2 321	1 275	2 620	1 618	25 677
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	260	1 644	1 568	1 344	1 681	1 801	384	900	625	165	195	350	305	11 223
Máquinas e equipamentos	357	428	506	390	348	616	959	892	814	1 087	1 558	791	849	9 596
Celulose, papel e produtos de papel	1 619	477	200	770	78	387	747	548	520	697	300	593	1 997	8 934
Produtos minerais não-metálicos	152	454	651	225	1 197	1 551	625	271	212	660	1 260	570	1 070	8 897
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	294	159	145	325	766	975	713	1 414	1 528	1 122	552	493	389	8 877
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	191	160	290	688	659	303	1 575	1 089	862	601	778	606	553	8 353
Produtos de borracha e de material plástico	219	494	671	437	213	1 102	670	814	678	883	414	385	576	7 555
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	270	385	335	357	80	607	781	563	1 020	1 019	1 052	511	420	7 400

Bebidas	214	69	12	116	366	4 265	511	598	19	143	368	198	1	6 882
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	97	51	144	128	391	178	353	257	396	827	696	334	104	3 955
Outros equipamentos de transporte	108	17	55	73	103	125	250	478	229	385	814	345	133	3 115
Produtos do fumo	114	6	7	8	14	66	7	c	41	2 184	52	124	94	2 717
Fabricação de produtos diversos	27	124	107	79	93	79	584	205	238	362	287	113	207	2 506
Outras indústrias	88	131	126	128	146	371	237	158	218	322	169	162	230	2 485
Produtos têxteis	649	90	51	70	69	42	85	8	131	195	40	34	60	1 525
Edição e edição integrada à impressão	235	58	5	204	28	158	49	58	306	22	35	20	249	1 428
Produtos de madeira, exceto móveis	48	39	104	211	48	295	151	80	40	137	100	52	43	1 349
Reparação e manutenção de equipamentos de informática	55	5	3	1	14	17	11	30	19	29	85	31	2	301

Discriminação

Serviços	12 765	16 103	17 449	13 601	14 702	31 987	31 444	24 385	33 662	28 671	24 181	35 657	20 808	305 416
Agências de viagens e operadores turísticos	14	27	6	7	17	33	51	73	23	235	44	44	126	699
Alimentação	22	76	55	20	119	442	124	79	137	62	235	232	68	1 672
Alojamento	327	108	113	262	211	116	88	33	187	328	276	232	113	2 394
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis	68	77	79	190	221	479	687	640	1 446	427	580	187	170	5 252
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	140	121	413	317	446	466	595	373	430	823	1 546	2 472	1 622	9 764
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades de rádio e de televisão	1	0	0	0	410	6	23	48	25	120	c	26	c	660
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas	164	1 607	176	183	189	462	336	338	226	360	624	312	150	5 126
Atividades imobiliárias	890	822	1 721	593	1 590	2 195	3 649	2 005	1 641	2 150	1 938	1 472	1 010	21 678
Captação, tratamento e distribuição de água	19	3	123	-	11	c	c	2	16	c	184	944	c	1 302
Comércio e reparação de veículos	31	81	96	73	112	108	127	273	399	570	605	412	161	3 046
Comércio, exceto veículos	1 527	2 759	2 564	2 326	2 619	5 701	5 834	6 242	5 825	5 505	5 712	5 503	3 130	55 248
Construção de edifícios	613	1 240	1 386	717	664	1 164	955	748	825	663	473	462	674	10 584
Educação	37	49	179	57	478	62	47	57	1 055	76	103	272	157	2 628
Eletricidade, gás e outras utilidades	2 332	1 055	909	970	1 165	3 341	2 061	1 544	2 552	3 930	2 962	12 588	2 484	37 893
Obras de infra-estrutura	213	121	337	426	209	785	689	648	1 144	691	448	87	350	6 147
Outros serviços	720	1 000	909	761	573	811	1 385	1 011	1 502	2 148	1 596	1 846	1 314	15 576

Pesquisa e desenvolvimento científico	5	22	17	20	54	363	25	17	29	47	50	19	32	701
Publicidade e pesquisa de mercado	55	94	97	55	175	303	322	117	124	569	527	225	110	2 773
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	252	516	474	1 320	229	2 403	4 640	1 933	2 040	634	483	357	787	16 067
Serviços de arquitetura e engenharia	203	132	186	92	263	456	726	479	464	483	261	376	286	4 406
Serviços de escritório e outros serviços prestados a empresas	181	164	373	255	265	377	1 229	299	124	335	863	339	397	5 201
Serviços de tecnologia da informação	141	191	390	858	577	676	704	591	1 188	1 005	523	707	1 906	9 458
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	438	376	640	389	857	851	815	910	830	704	802	344	809	8 765
Serviços financeiros e atividades auxiliares	2 993	4 524	5 109	2 891	1 852	3 184	4 900	3 456	5 068	1 643	2 041	1 606	3 490	42 757
Telecomunicações	1 214	551	447	310	659	6 670	345	343	4 919	4 552	989	377	404	21 779
Transporte	163	387	652	511	735	532	1 088	2 127	1 443	610	317	4 219	1 056	13 841

Fonte: Banco Central do Brasil, 2019.

TABELA 4 – LUCROS E DIVIDENDOS REMETIDOS AO EXTERIOR POR SETOR E SUBSETOR NO BRASIL ENTRE 2006 E 2018

Em milhões de US\$

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	297	435	619	495	662	535	557	380	1 189	458	1 367	647	819	8 458
Extração de petróleo e gás natural	-	-	-	35	34	7	25	33	818	46	966	363	44	2 372
Extração de minerais metálicos	10	359	564	364	425	351	407	243	242	291	320	164	405	4 146
Atividades de apoio à extração de minerais	243	52	14	18	74	111	22	14	26	11	18	44	98	744
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	17	-	4	22	36	24	17	16	62	75	45	53	130	501
Produção florestal	26	8	30	15	89	40	9	65	35	23	16	21	127	503
Extração de minerais não-metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais	1	16	6	41	3	2	78	8	7	12	2	2	15	193

Discriminação

Indústria	6 414	10 932	17 785	11 706	14 925	10 941	9 907	9 290	8 256	4 520	6 844	5 141	6 818	123 480
Metalurgia	873	2 036	3 961	1 754	711	514	135	153	303	85	447	476	349	11 797
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1 402	2 894	5 812	2 870	5 697	4 884	2 928	3 108	807	146	111	131	516	31 306
Produtos químicos	742	1 054	1 368	1 271	1 507	1 073	950	714	869	437	822	404	870	12 083
Produtos alimentícios	361	510	1 071	728	910	999	964	668	1 113	1 010	1 390	1 007	921	11 652
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	-	-	-	31	82	c	24	9	19	7	6	17	84	277
Máquinas e equipamentos	227	346	731	404	558	430	362	550	400	303	656	543	209	5 719
Celulose, papel e produtos de papel	508	655	600	524	842	654	722	442	311	295	422	424	341	6 740
Produtos minerais não-metálicos	181	316	453	494	509	356	304	262	216	67	24	21	76	3 278
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	100	165	378	110	94	114	86	255	55	109	49	249	284	2 048
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	301	371	709	588	604	340	258	239	281	313	114	280	548	4 946
Produtos de borracha e de material plástico	246	341	391	243	239	131	230	218	153	156	98	187	152	2 785
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	158	463	266	498	313	172	67	62	53	20	8	35	107	2 223
Bebidas	726	1 124	1 077	1 222	1 648	70	1 894	1 646	c	1 187	c	c	1 591	12 183
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	97	113	168	99	126	120	136	140	348	245	500	350	340	2 780
Outros equipamentos de transporte	63	113	87	27	33	37	39	23	35	2	8	30	82	579
Produtos do fumo	243	252	449	598	c	751	c	c	c	c	146	21	104	2 563
Fabricação de produtos diversos	64	35	80	49	74	28	13	9	9	38	20	49	44	514
Outras indústrias	24	36	148	141	896	169	713	718	3 205	49	1 973	851	59	8 982
Produtos têxteis	41	63	33	53	68	69	69	43	40	26	22	29	84	640
Edição e edição integrada à impressão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos de madeira, exceto móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reparação e manutenção de equipamentos de informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Discriminação

Serviços	5 662	6 531	8 471	6 751	18 170	15 733	15 532	14 573	13 333	11 469	11 411	13 249	8 544	
Agências de viagens e operadores turísticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alimentação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alojamento	-	3	54	129	18	20	22	32	57	11	20	8	10	385
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis	21	17	7	32	9	23	16	14	69	31	62	69	182	552
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	17	89	181	186	103	111	207	156	149	80	43	116	137	1 574
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	14	17	17	11	17	c	31	28	18	2	0	6	5	167
Atividades de rádio e de televisão														-
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas	125	138	228	137	630	545	582	495	532	397	577	575	126	5 087
Atividades imobiliárias	118	26	31	36	140	154	153	150	159	199	55	107	381	1 709
Captação, tratamento e distribuição de água														-
Comércio e reparação de veículos	-	-	-	21	242	156	35	7	8	2	5	4	33	512
Comércio, exceto veículos	668	1 208	1 073	904	1 781	2 083	2 313	3 538	1 683	1 547	1 497	1 520	1 379	21 193
Construção de edifícios	6	51	141	109	522	413	407	380	667	225	202	210	276	3 612
Educação														-
Eletricidade, gás e outras utilidades	1 576	1 318	1 079	1 381	306	321	286	263	142	37	216	115	778	7 819
Obras de infraestrutura	124	40	272	434	150	143	234	65	47	8	19	33	51	1 621
Outros serviços	49	61	118	237	214	135	214	253	186	127	184	514	670	2 963
Pesquisa e desenvolvimento científico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Publicidade e pesquisa de mercado	29	109	51	73	169	137	125	94	157	105	66	120	114	1 349
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	220	224	188	273	520	500	275	153	421	343	460	365	331	4 272
Serviços de arquitetura e engenharia	10	80	80	138	78	110	56	54	53	56	33	26	64	837
Serviços de escritório e outros serviços prestados a empresas	73	199	230	232	1 099	1 038	900	758	583	552	487	302	346	6 798
Serviços de tecnologia da informação	27	65	26	165	131	115	146	92	115	99	94	136	276	1 489
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	472	407	579	31	-	6	6	7	7	6	4	6	148	1 679
Serviços financeiros e atividades auxiliares	1 477	1 937	3 171	1 660	10 276	7 553	7 909	6 827	7 272	7 107	6 974	8 499	2 275	72 936
Telecomunicações	584	494	912	526	1 587	2 017	1 525	1 143	889	432	261	287	709	11 366
Transporte	20	46	30	35	144	98	12	13	26	35	74	109	130	773

Fonte: Banco Central do Brasil, 2019.

TABELA 5 – LUCROS E DIVIDENDOS REMETIDOS AO EXTERIOR POR SETOR NO BRASIL ENTRE 2006 E 2018

Em milhões de US\$

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	297	435	619	495	662	535	557	380	1 189	458	1 367	647	819	8 458
Indústria	6 414	10 932	17 785	11 706	14 925	10 941	9 907	9 290	8 256	4 520	6 844	5 141	6 818	123 480
Serviços	5 662	6 531	8 471	6 751	18 170	15 733	15 532	14 573	13 333	11 469	11 411	13 249	8 544	149 427
Total	12 373	17 898	26 874	18 951	33 756	27 209	25 996	24 243	22 777	16 447	19 623	19 036	16 181	281 365

Adaptado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil, 2019.

TABELA 6 – PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE REMESSA DE LUCROS E DIVIDENDOS AO EXTERIOR POR SETOR NO BRASIL ENTRE 2006 E 2018

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	2,40%	2,43%	2,30%	2,61%	1,96%	1,97%	2,14%	1,57%	5,22%	2,78%	6,97%	3,40%	5,06%	3,01%
Indústria	51,84%	61,08%	66,18%	61,77%	44,21%	40,21%	38,11%	38,32%	36,25%	27,48%	34,88%	27,01%	42,14%	43,89%
Serviços	45,76%	36,49%	31,52%	35,62%	53,83%	57,82%	59,75%	60,11%	58,53%	69,73%	58,15%	69,60%	52,80%	53,11%
Total	100,00%													

Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS a partir de dados do Banco Central do Brasil, 2019.

Nota Técnica

20. PROJETO IPH ÍNDICE DE POLUENTES HÍDRICOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS NAS ÁREAS DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E SAÚDE

Marta Angela Marcondes
Fernanda Amate Lopes
Paula Simone da Costa Larizzatti

Resumo Executivo

Esta nota técnica tem o objetivo de abordar a importância do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, nos processos geradores de diálogos entre a sociedade civil, o poder público e a academia, já que o projeto produz uma série de dados sobre corpos de água de regiões metropolitanas e faz uma interface com a saúde da comunidade. O projeto envolve discentes dos diversos cursos como estagiários/ voluntários no Laboratório de Análise Ambiental, onde são desenvolvidas as atividades de análise e a produção de dados que são disponibilizados para as diversas instâncias. O projeto abrange ainda a produção acadêmica e a realização de atividades de Educação Ambiental, que são desenvolvidas tanto dentro da universidade como também nos espaços educadores (escolas, parques, entre outros).

O Projeto IPH – Índice de Poluentes Hídricos

O Projeto IPH surgiu de um dos grupos de monitoramento do Projeto Observando os Rios, da Fundação SOS Mata Atlântica, em 2003, como Grupo Biguá de Educação Ambiental, que inicialmente monitorava apenas a Foz do Ribeirão dos Meninos em São Caetano do Sul e depois estendendo esse monitoramento para o Rio Tamanduateí e mais outros 10 rios e córregos da região.

Em 2010, foi efetivado o Laboratório de Análise Ambiental da USCS. O Grupo Biguá passou a ser o Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos, com o objetivo de desenvolver séries históricas de vários corpos de água da região do Grande ABC e, posteriormente, de outras localidades. Para isso, são realizadas campanhas de coletas e análises das amostras coletadas, além da percepção ambiental de cada ponto monitorado. Os pontos são georreferenciados e todo procedimento segue as exigências do *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* e métodos descritos pela CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, além de recomendações da ANA - Agência Nacional de Águas e do Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras. Os dados obtidos fazem parte de um banco de informações sobre os corpos de água estudados. São realizadas também análises ambientais e estatísticas. Ao final, são produzidos os relatórios e estes são disponibilizados para a sociedade civil, poder público e interessados nas informações.

Uma vez que as regiões estudadas são altamente adensadas, que existem nelas importantes áreas de mananciais, e que essas áreas são responsáveis pelo abastecimento de parte da região metropolitana de São Paulo, o monitoramento é essencial para que se possam criar mecanismos de discussões com bases técnicas.

Para o monitoramento, foi criada uma metodologia que permite uma rápida avaliação da situação dos corpos de água. Sendo assim, essa ferramenta de monitoramento rápido, eficiente e eficaz, bem como a criação de um polo que possibilite fomentar as discussões sobre os recursos hídricos urbanos na região, é importante para subsidiar políticas públicas regionais.

As coletas de amostras de água são feitas em pontos pré-estabelecidos, por demanda da sociedade civil, por importância desse corpo de água, ou, como no caso do Rio Doce e do Rio Paraopeba, por conta de um crime ambiental. As coletas em campo são de superfície e fundo (quando existe a

possibilidade). Parte das análises é feita em campo e outra, na bancada do laboratório de análise ambiental.

Para definição da qualidade de água, são levados em consideração os critérios preconizados pela Resolução CONAMA 257/2005 (Conselho Nacional de Meio Ambiente). Os resultados são comparados ao IQA - Índice de Qualidade de Água.

São analisados parâmetros físicos, químicos, microbiológicos, organolépticos, sócio demográficos e, também, de clima, com pode ser visto no quadro 1.

Quadro 1 – Parâmetros analisados para obtenção da qualidade de cada corpo de água estudado

FÍSICOS	QUÍMICOS	ORGANOLÉPTICOS	SOCIO DEMOGRÁFICOS	MICROBIOLÓGICOS	CLIMA
Temperatura TDS- (Sólidos Dissolvidos Totais) Turbidez Condutividade	Oxigênio Dissolvido (mg/L) Nitrato mg/l Amônia (mg/l)	ODOR Fétido ou de ovo podre  1 Fraco de mofo ou capim  2 Nenhum  3	PRESENÇA/AUSÊNCIA QUANTIDADE Nenhuma (Mata): 1 Poucos: 4 Média quantidade: 6 Muitas: 8 Ocupado total: 10 Moradias Edificações Tubulações Pontes Viadutos	COLIFORMES TOTAIS E FECAIS	Ensolarado (Sol)
Batimetria Profundidade metros	pH Sulfetos (mg/L) Ortofosfato mg/l Fósforo mg/l		Lixo Flutuante (Resíduos) Muito lixo (plásticos, papéis, etc)  1 Pouco, ou apenas árvores, folhas, aguapés  2 Nenhum  3	Grupos específicos: <i>Escherichia Coli</i> <i>Shiguelia spp</i> <i>Salmonella spp</i> <i>Klebsiella spp</i>	Nublado Chuvoso

Elaboração própria das autoras para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

Após as análises, os dados são inseridos em um banco de dados criado especialmente para o corpo de água em questão. Esse banco mantém as informações de todas as campanhas. A partir dele são feitas as análises estatísticas pertinentes e depois são produzidos os relatórios técnicos que são disponibilizados para o poder público e a sociedade civil.

As informações também são disponibilizadas virtualmente no site da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Para o caso de alguns rios, como Rio Doce, Rio Paraopeba e Ribeirão dos Meninos, os relatórios também ficam disponíveis no site da Fundação SOS Mata Atlântica.

Resultados obtidos em 16 anos

Ao longo desses 16 anos, foram estudados 14 corpos de água que, de alguma forma, têm grande importância para suas localidades, seja pelo abastecimento ou por serem locais de despejo de esgoto, ou mesmo porque representam problemas com relação a episódios de enchentes ou crimes ambientais de outra natureza. Esses corpos de água e os municípios com os quais são ligados estão descritos no quadro 2.

Quadro 2 – Lista dos corpos de água e municípios estudados

Corpos de água	Municípios	Pontos (quantidade)	Campanhas
Rio Tamanduateí	Mauá, Santo André, SCSul e São Paulo	27	15 anos
Ribeirão dos Meninos	São Bernardo, SCSul e SP	10	15 anos
Córrego Utinga	Santo André, SCSul	03	08 anos
Córrego dos Moinhos	SCSul	02	08 anos
Córrego Cassaquera	Santo André	04	01 ano
Córrego Mirassol	São Paulo	04	01 ano
Ribeirão dos Couros	São Bernardo e SP	02	08 anos
Rio Pinheiros	SP	15	04 anos
Rio Tietê	Salesópolis, Mogi das Cruzes, Biritiba - Mirim, Suzano, Itaquaquetuba, Guarulhos, SP, Osasco, Barueri, Santana do Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Araçariguama, Cabreúva, Itu, Salto, Porto Feliz, Laranjal Paulista, Laras, Conchas, Anhembi, Santa Maria da Serra, Rio Bonito e Barra Bonita	120	04 anos
Rio Doce	Minas Gerais e Espírito Santo	18	03 anos
Reservatório Billings	Santo André, São Bernardo Diadema, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e SP	164	04 anos
Reservatório Guarapiranga	São Paulo	52	04 anos
Rio Iguaçu	Piraquara/Curitiba, Araucária, Balsa Nova, Porto Amazonas, Minguinho, Meia Lua, São Mateus do Sul, Fluvópolis, Irineópolis, União Vitória, Faxinal do Céu, Bituruna, Foz do Jordão, Rio Bonito / Saudade do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Marmelândia, Capitão Leônidas, Parque Nacional do Iguaçu - Rio Floriano, Capanema Argentina, Paraná Iguaçu, Paraná- Rio Silva Jardim, Foz do Iguaçu - Parque Nacional do Iguaçu - Porto dos Bananeiros, Foz do Iguaçu - tríplice fronteira	19	01 ano
Rio Paraopeba	Brumadinho, Alberto Flores, Mario Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Juatuba, Esmeraldas, São José da Varginha, Fortuna de Minas, Pará de Minas, Pompéu, Curvelo	22 pontos	01 ano

Elaboração própria das autoras para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

Entrega de relatórios

A entrega de relatórios teve início em 2015. Isto, para que as articulações com as prefeituras e órgãos responsáveis pelo saneamento pudessem receber as informações dos resultados obtidos.

Uma vez obtidos os resultados, são realizadas palestras, encontros e rodas de conversa com as comunidades dos locais envolvidos. O objetivo é que a sociedade civil receba as informações e tenha condições de dialogar com os órgãos competentes para melhoria das políticas públicas de saúde e saneamento.

A partir dessas conversas, foram criadas frentes de ações de Saúde Ambiental. Uma delas é a Liga Acadêmica Interdisciplinar de Saúde Coletiva – LAISC, com o projeto: **ÁGUAS QUE CURAM: um novo olhar sobre o reservatório Billings**. Trata-se de piloto dos atendimentos em saúde para a comunidade do Braço do Taquecetuba do Reservatório Billings. Esse projeto faz uma interface com a qualidade da água e a saúde da população que vive no seu entorno.

Outra frente de ação é o Projeto **ÁGUAS QUE EDUCAM: um novo olhar sobre os recursos hídricos**, que tem como objetivo levar as informações de maneira interativa e lúdica. Foram criadas atividades e materiais para essa finalidade.

Ponto importante tem sido a produção acadêmica. No período, foram realizados 20 trabalhos de conclusão de curso; 15 artigos científicos publicados em anais de congressos da área; 5 artigos científicos publicados em revistas da área; duas dissertações de mestrado. Atualmente uma tese de doutorado está em desenvolvimento.

Foram consolidadas parcerias com três Organizações Não Governamentais: Fundação SOS Mata Atlântica; Movimento em Defesa da Vida - MDV; e Coletivo NASA – Núcleo de Ações Socioculturais Ativista.

A parceria com a Empresa ProMinent Brasil possibilita, por meio de patrocínio, a realização das Expedições anuais, como o caso da Expedição Billings, Guarapiranga, Pinheiros e Tamanduateí.

Conclusão

É importante ressaltar que a produção de dados, obtidos com qualidade, rigor científico e frequência, é fator primordial para as discussões de políticas públicas na área de saneamento e saúde. Esses dados, porém, devem ficar disponíveis para que tanto o poder público como a sociedade civil tenham acesso e principalmente que saibam que eles existem. Desta maneira, a academia contribui efetivamente com as mudanças necessárias para a busca da qualidade de vida. Se forem observados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o Projeto IPH atende diretamente ao 6º Água Limpa e Saneamento, mas também ao 3º Boa Saúde e Bem-Estar e ao 15º Vida Sobre a Terra.

Marta Angela Marcondes. *Doutoranda pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (2008). Especialização em Ecologia pela Universidade São Judas e em Morfologia pela UNIFESP. Graduada em Ciências Biológicas. Professora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Coordenadora do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos - USCS, da Liga Acadêmica Interdisciplinar de Saúde Coletiva - LAISC e do Projeto EXPEDIÇÃO MANANCAIS. Gestora do Curso de Gestão Ambiental - USCS. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4139017884353855>.*

Fernanda Amate Lopes. *Graduada em Licenciatura Plena e Bacharelada em Ciências Biológicas pela UniABC (2007). Bióloga, Pesquisadora e Coordenadora de Educação Ambiental do Grupo Biguá de Educação Ambiental, atual Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos, desenvolvido pela USCS (2003). Membro da equipe do projeto Expedições Mananciais desenvolvido em parceria com a empresa Prominent, Fundação SOS Mata Atlântica e o Ecoturista Dan Robson com ênfase em Ecologia de Ecossistemas e Recursos Hídricos. Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/5771646776557889>*

Paula Simone da Costa Larizzatti. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito São Bernardo (1991). Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Centro Educacional Anhanguera (2010). Especialista em Gestão Ambiental pelo Centro Educacional Anhanguera (2012). Professora Voluntária do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos (desde 2010). Coordenadora Técnica do Projeto EXPEDIÇÃO MANANCIAIS e do Projeto ÁGUAS QUE EDUCAM: um novo olhar sobre os recursos hídricos, desenvolvidos em espaços educadores. Membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê do Alto Tietê. Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/5530635002920110>.

Referências Bibliográficas

APHA. Washington: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater; 21^oed., 2005.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Manual prático de análise de água. 2^a ed. rev. - Brasília: Fundação Nacional de Saúde. 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_analise_agua_2ed.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Guia nacional de coleta e preservação de amostras: água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos / Companhia Ambiental do Estado de São Paulo; Organizadores: Carlos Jesus Brandão ... [et al.]. -- São Paulo: CETESB; Brasília: ANA, 2011. 326 p.: il.

MACÊDO, Jorge Antônio Barros de. Métodos Laboratoriais de Análises Físico-Químicas e Microbiológicas/Jorge Antônio Barros de Macedo. 3^a ed. – Belo Horizonte - MG: MACÊDO, 2005. 601P: il.

MARCONDES MA, Rios LG, Santos AB, Lopes FA, Santos KF, Larizzatti PSC, Soares MD. IPH – Índice de Poluentes Hídricos; Como subsídio para políticas em áreas urbanas – mobilização e desenvolvimento metodológico In: IX Encontro Nacional de Água Urbanas, UFMG: Belo Horizonte, MG. 2012.

21. REFLEXOS DOS IMPACTOS SOCIAIS E DE SAÚDE RELACIONADOS ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS ORIUNDAS DE EMPREENDIMENTOS DE LOGÍSTICA – CASO: CENTRO LOGÍSTICO CAMPO GRANDE (CLCG), EM PARANAPIACABA, SANTO ANDRÉ

Marta Angela Marcondes
Viviane Pereira Alves

Resumo Executivo

A nota técnica trata dos impactos sociais e de saúde relacionados à implementação de um condomínio com finalidade logística, um pátio de cargas e containers e caminhões, nomeado Centro Logístico Campo Grande, na Macrozona Ambiental do município de Santo André às margens da Ferrovia Santos-Jundiaí, distrito de Paranapiacaba. Inserido na Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings (APRM-B) e Área de Preservação Permanente (APP), o espaço delimitado para funcionamento do centro logístico é apresentado como ponto estratégico para melhoria no atual modal de transporte de cargas. Para isso, o empreendimento proposto pela empresa Fazenda Campo Grande Empreendimentos e Participações prevê o desmatamento de 468 ha. A degradação ambiental, conduzida por grandes empreendimentos, tem como justificativa o “crescimento e o desenvolvimento” local, que estão associados à geração de emprego e renda. Raramente, porém, se leva em consideração a vocação do território em questão, ou mesmo as reais situações as quais a comunidade será exposta. Há uma série de questões ainda sem respostas para esse novo empreendimento, entre as quais: quais serão as medidas de controle de vetores de doenças, estabelecidas pelo grupo responsável pelo empreendimento?; De que forma serão realizadas as articulações com os órgãos de saúde responsáveis pelo controle epidemiológico das áreas afetadas?; Quais foram as discussões realizadas com esses órgãos?; Qual o planejamento para grandes sustos de doenças?.

A implementação de um condomínio com finalidade logística, um pátio de cargas e containers e caminhões, nomeado Centro Logístico Campo Grande, prossegue com o processo de licenciamento ambiental. O empreendimento proposto pela empresa Fazenda Campo Grande Empreendimentos e Participações, que prevê o desmatamento de 468 ha, localiza-se na região de Campo Grande, na Macrozona Ambiental do município de Santo André às margens da Ferrovia Santos-Jundiaí, distrito de Paranapiacaba, em seção próxima ao limite com o município de Rio Grande da Serra, e com a Rodovia Antônio Adib Chammas (SP-122), principal acesso ao condomínio. Três glebas compõem o empreendimento que, como exposto, possui área total de 468 há. São elas: Fazenda Rio Pequeno (90,19 ha), Gleba A (89,40 ha) e Gleba C (288,13 ha).

Inserido na Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings (APRM-B) e Área de Preservação Permanente (APP), o espaço delimitado para funcionamento do centro logístico é apresentado como ponto estratégico para melhoria no atual modal de transporte de cargas. Tratar-se-ia de condição tática de integração entre os sistemas ferroviários e rodoviários, sobretudo o rápido acesso ao Porto de Santos pelo sistema cremalheira.

Tendo em vista que o empreendimento proposto sinaliza em seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA), no quadro 8.4-1 - Quadro de Avaliação de Impactos Ambientais (EIA, 2017, p. 549) o aumento do tráfego para 1.176 caminhões/dia no cenário de plena ocupação, é possível concluir que este será o número de caminhoneiros que terão acesso diariamente à Macrozona de Proteção Ambiental, inclusive a histórica Vila de Paranapiacaba, onde habitam 986 pessoas, segundo o anuário de Santo André 2015 referente ao ano de 2014.

A implantação de um empreendimento que resulte na circulação de grande número de indivíduos que não possuam qualquer vínculo com o território apresenta inúmeros impactos negativos à comunidade.

A rotatividade de caminhoneiros, indivíduos que, neste caso, não teriam estreita relação social, afetiva ou cultural com o ambiente, facilitará o acesso às drogas ilícitas, ao álcool, prostituição, prostituição infantil e o aumento de profissionais do comércio informal.

Um dos impactos ocasionados é a exploração sexual, sobretudo infantil. Uma das formas mais comuns da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) é o envolvimento de crianças e adolescentes com redes de prostituição. Segundo Davidson e Taylor (1996), algumas profissões específicas estariam mais fortemente relacionadas à possibilidade de envolvimento com a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes enquanto “clientela” desses serviços criminosos, principalmente sob a égide da prostituição, seriam elas: trabalhadores migrantes, pescadores e motoristas de caminhão. Nacionalmente, estudos conduzidos por Moraes et al. (2007) e Cerqueira-Santos, Moraes, Moura e Koller (2008) evidenciaram este último grupo – caminhoneiros – como um potencial grupo de risco para o envolvimento com a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Além do risco da exploração sexual, associado ao aumento no fluxo de caminhoneiros está a problemática que envolve saúde pública. Em estudo realizado por Teles et al (2008), são apresentados dados sobre comportamentos de risco para doenças sexualmente transmissíveis em caminhoneiros no Brasil. O estudo descreve o caminhoneiro como uma população predominantemente masculina, muitos permanecem longos períodos fora de casa, longe dos familiares, da esposa ou companheira, e apresentam comportamentos de risco para as DST, como uso de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas, relações sexuais sem proteção, múltiplos parceiros e relações sexuais com profissionais do sexo.

Ainda de acordo com o estudo, essa categoria apresenta índices elevados de DST. No Brasil, uma investigação realizada junto a 300 motoristas de caminhão que aguardavam carregamento no Porto de Santos, no Estado de São Paulo, encontrou relato de DST em 47% dos indivíduos, 12,7% apresentavam positividade global para a sífilis (FTA-Ac e VDRL), e 1,3% para o anti-HIV. No estudo apresentado por Teles et al (2008), do total de participantes, 620 (96,7%) responderam sobre antecedentes de DST e, desses, 221 (35,6%) afirmaram ter sido, ou ser, portadores de doenças sexualmente transmissíveis (219 do sexo masculino e 2 do sexo feminino).

Pesquisa realizada por Ferraz (2005) aponta que os caminhoneiros têm maiores chances de apresentar comportamento vulnerável à contaminação por HIV.

Cruz (2010), por meio do projeto de extensão universitária do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/UFF, desenvolveu relatório nomeado “Estudo de Impacto Socioeconômico do CBF-Complexo Industrial e Logístico de Barra do Furado em Quissamã/RJ”. Neste, o autor apresentou o levantamento sobre os impactos à sociedade, meio ambiente, economia, modo de vida e culturas locais ocasionados às áreas onde são instalados empreendimentos como o proposto. A análise dos estudos realizados sobre empreendimentos semelhantes ao Centro Logístico Campo Grande apresenta alertas como:

- Expropriação da população local em relação a atividades econômicas tradicionais de sustento e subsistência em geral, pela modernização dos segmentos e ramos do comércio e serviços; esta modernização representa a elevação do grau de “empresariamento” das atividades econômicas, gerando desemprego e obrigando a população a buscar sustento nas atividades informais, precárias, de baixa remuneração, que não oferecem nenhum tipo de segurança para a vida futura do indivíduo, mesmo no curto prazo;
- Especulação imobiliária, gerando expulsão da população local e dificuldade de acesso às novas oportunidades, bem como ao uso produtivo da terra;

- Adensamento urbano além da capacidade de absorção; desordem urbana; destruição negativa do modo de vida anterior, sem contrapartida de uma nova boa qualidade de vida urbana;
- Dificuldade de acesso da população local e regional às oportunidades de trabalho e renda, aos postos de trabalho criados e às oportunidades empreendedoras geradas. O acesso, quando ocorre, se dá nos postos de trabalho de mais baixa qualificação, precários e com baixos rendimentos;
- Imigração negativa, no sentido da ocupação irregular do solo, da ausência de infraestrutura urbana, de absorção do mercado de trabalho e de implosão dos serviços sociais; pressão sobre os programas sociais; no limite, favelização, violência, drogas e prostituição. Tais impactos se espalham pelo entorno regional, potencializando problemas já existentes;
- Aumento da pobreza e das desigualdades sociais, da exclusão e da insatisfação dos moradores, voltando-se contra as administrações municipais;
- Em diversos casos, nas experiências observadas de qualificação da mão-de-obra local para o trabalho nos novos empreendimentos instalados ou nas atividades de produção, comércio e serviços por eles geradas, constatou-se: o grau de qualificação a que é submetida a população nativa é incipiente para a sua plena inserção nas novas atividades surgidas, o que a leva a concorrer de forma desproporcional com a mão-de-obra imigrante de outras partes do país, mais qualificada e com qualificação já direcionada às necessidades das atividades recém-surgidas.

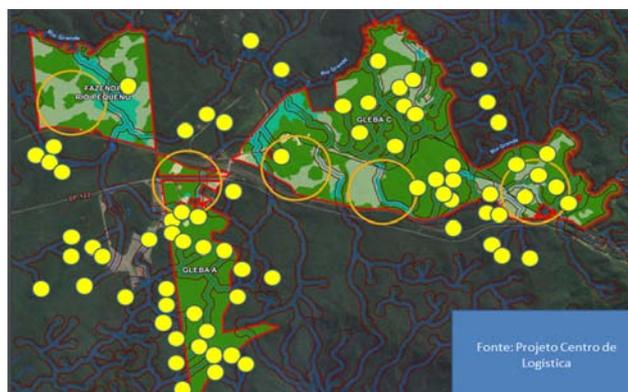
Quando um empreendimento deste porte prevê o desmatamento de 468 ha, segundo o próprio EIA/RIMA, de uma área do Bioma Mata Atlântica, devem-se levar em consideração alguns fatos importantes como os colocados por Varjabedian, 2010:

Originalmente, a Mata Atlântica ocupava 1.290.000 km², ou seja, algo em torno de 12% do território brasileiro. Mesmo reduzida atualmente a cerca de 7% de seu território original e muito fragmentada, a Mata Atlântica possui uma importância social e ambiental enorme. Para cerca de 70% da população brasileira que vive em seu domínio, ela regula o fluxo dos mananciais hídricos, assegura a fertilidade do solo, controla o clima e protege escarpas e encostas das serras, além de preservar um patrimônio natural e cultural imenso. Na Mata Atlântica, nascem diversos rios que abastecem as cidades e metrópoles brasileiras (VARJABEDIAN, 2010).

No estudo, Varjabedian enfatiza dois elementos extremamente importantes que devem ser esclarecidos quanto ao empreendimento do Centro Logístico. São eles:

1. Regulação do fluxo dos mananciais hídricos: na área prevista estão aproximadamente 80 nascentes, como pode ser visualizado na Figura 1. É importante salientar que essa região abriga as nascentes do Rio Grande, contribuintes para a recarga do Braço do Rio Grande do Reservatório Billings. Esse braço, atualmente (2019), abastece de água o Sistema do Alto Tietê (Represa Taiaçupeba). A capacidade de produção da ETA Taiaçupeba é de 15 mil litros de água por segundo, para atender 4,2 milhões de habitantes da Zona Leste de São Paulo e dos municípios de Arujá, Itaquaquecetuba, Poá, Ferraz de Vasconcelos e Suzano, além de parte de Mogi das Cruzes e de Guarulhos, segundo dados da SABESP, 2019. O abastecimento de água de qualidade está diretamente ligado aos processos que garantem saúde à população. Saliente-se também, a propósito, que o abastecimento de água com qualidade vai ao encontro do 6º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável - ODS 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.

Figura 1 – Os círculos amarelos representam as nascentes que sofrerão diretamente com a implantação do empreendimento



Fonte: Projeto do Centro Logístico Campo Grande.

Não se pode dissociar a garantia de abastecimento de água e a saúde da população, como demonstram diversos estudos. Água de qualidade é fator primordial para a saúde.

De acordo com estudo do Instituto Trata Brasil:

“em 2013, segundo o Ministério da Saúde (DATASUS), foram notificadas mais de 340 mil internações por infecções gastrintestinais no país. Em vinte anos (2015 a 2035), considerando o avanço gradativo do saneamento, o valor presente da economia com saúde, seja pelos afastamentos do trabalho, seja pelas despesas com internação no SUS, deve alcançar R\$ 7,239 bilhões no país”.

2. Garantia da proteção das escarpas e encostas das serras (como é o caso da Serra do Mar):

Um olhar mais atento às diversas fisionomias da Mata Atlântica verifica que a forma como a vegetação está instalada no local garante o processo de preservação e de proteção para que não seja criado um corredor de passagem para vetores de doenças.

Além disso, como as características da vegetação são diferenciadas, não existem processos que possam fazer compensação das espécies vegetais retiradas.

Esse fato tem relação direta com o 15º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável - **ODS 15: Vida sobre a Terra**. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

O desmatamento na Mata Atlântica cresceu 57,7% em um ano, entre 2015 e 2016, quando o bioma perdeu 29.075 hectares, o equivalente a mais de 29 mil campos de futebol. O número foi apresentado pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) em 2018. As áreas do empreendimento estão totalmente inseridas em área de Mata Atlântica, e como esse ecossistema já se encontra fragilizado, qualquer alteração ou desmatamento comprometerá mais ainda as suas diversas fisionomias.

A maioria das intervenções no debate público sobre desmatamento enfatiza seus impactos globais e continentais, via emissão de CO₂ e mudanças de padrões climáticos, deixando passar despercebidos importantes efeitos locais, como é o caso das áreas que serão afetadas pelo empreendimento. Estes efeitos, embora mais restritos espacialmente, podem representar custos ambientais, sociais e econômicos igualmente elevados (FERRO, 2018).

Pouco se discute sobre os efeitos do desmatamento nas condições de saúde humana e isso é uma importante lacuna para o gerenciamento do ambiente e da saúde no Brasil e no mundo. Em um estudo realizado por Ferro (2018), os resultados confirmam a existência de custos do desmatamento relacionados à saúde, embora estes não se apliquem a uma gama ampla de doenças (FERRO, 2018).

Em artigo da Revista Meio Ambiente Industrial, Rose (2015) descreve um estudo importante publicado na Revista Nature:

A revista científica americana “Nature” publicou, em 2015, um estudo, mostrando que a redução do desmatamento na Amazônia fez cair o índice de doenças pulmonares em toda a América do Sul. O trabalho foi realizado através de uma parceria da Universidade de São Paulo (USP) com especialistas das universidades de Leeds e Manchester (Inglaterra) e do Massachusetts Institute of Technology (MIT), dos Estados Unidos. O tema principal da pesquisa é a emissão de aerossóis (micropartículas carregadas pelo ar) através da queima da floresta (biomassa) e seus efeitos sobre o clima e a qualidade do ar (<http://www.nature.com/news/amazon-fire-analysis-hits-new-heights-1.11467>) (ROSE, 2015).

Se for feito recorte para uma única doença, um exemplo é a leishmaniose, doença típica de áreas com mata, que chega às cidades seguindo o curso das principais rodovias e radiais, a exemplo de Campo Grande (MS), Natal (RN) e Belo Horizonte (MG). No caso de São Paulo, ela acompanha a rodovia Marechal Cândido Rondon, a ferrovia Novoeste e o gasoduto Bolívia-Brasil. “São grandes as evidências de que a leishmaniose veio da Bolívia durante a construção desse túnel” segundo estudo realizado por Ferro (2018).

Segundo o referido pesquisador, é evidente que a doença tem capacidade de chegar a São Paulo, caso não exista a vegetação. É ela que ajuda a conter os vetores da doença.

O resultado do estudo científico sobre a dispersão territorial da leishmaniose visceral humana alerta gestores públicos de saúde no estado de São Paulo a manter vigilância não só nas regiões endêmicas, mas também nas áreas potencialmente endêmicas. É que a doença se espalha de dois modos: adjacentes (cidades vizinhas) ou aos saltos (cidades distantes), com a predominância do segundo em relação ao primeiro. A partir de bases de dados georreferenciados e disponibilizados publicamente, a descoberta sugere alerta geral e permanente (FERRO, 2018).

No estudo “A relação entre o desmatamento e a incidência de leishmaniose no município de Mesquita, RJ”, Rufino (2011) alega:

De acordo com estudos, a transmissão da Leishmaniose no município de Mesquita pode estar relacionada às ações de desmatamento ocorridas em parte da vegetação que constitui o Maciço do Mendanha, local onde está assentado parte do município em questão. Isso porque os flebotomíneos, vetores em potencial da Leishmaniose, tinham inicialmente o ambiente de floresta como seu habitat e, a partir do momento em que o ser humano desmata uma área para expansão dos limites urbanos, geralmente para construir habitações, os mamíferos silvestres das proximidades morrem ou migram, deixando os flebotomíneos sem suas fontes alimentares naturais. Em consequência, o inseto vai buscar no ambiente doméstico o alimento necessário para a sua sobrevivência, levando consigo o protozoário e dessa forma o homem passa a servir de alimento para o flebotomo, sendo, pois acometido pela doença (RUFINO, 2011).

Conclusão

Uma interface importante da degradação ambiental está centrada em grandes empreendimentos, que têm como justificativa o “crescimento e desenvolvimento” local, que está associado à geração de emprego e renda. Raramente, porém, se leva em consideração a vocação do território em

questão, ou mesmo as reais situações as quais a comunidade será exposta. Muitos são os exemplos na região do Grande ABC Paulista, como o caso recente do Rodoanel Mario Covas Trecho Sul, que deixou como legado uma grande degradação ambiental e um assustador número de órfãos de operários que prestavam serviços para a obra. As mães e crianças foram assistidas pelo poder público local, ou seja, o ônus ficou todo para o Sistema Único de Saúde e para todos os equipamentos públicos, como hospitais, Unidades Básicas de Saúde, Escolas Públicas entre outros. Ficam então as questões para esse novo empreendimento:

Quais serão as medidas de controle de vetores de doenças, estabelecidas pelo grupo responsável pelo empreendimento?

De que forma serão realizadas as articulações com os órgãos de saúde responsáveis pelo controle epidemiológico das áreas afetadas?

Quais foram as discussões realizadas com esses órgãos?

Qual o planejamento para grandes surtos de doenças?

Lacunas muito perigosas!

Viviane Pereira Alves. *Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Especialista em docência do ensino superior e graduada em engenheira ambiental. Docente na Universidade Metodista de São Paulo. Membro do Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental de Santo André (Comugesan) e da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê de Bacias Hidrográficas do Alto Tietê, também membro da ONG Movimento em Defesa da Vida – MDV. Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/4724499818043070>.*

Marta Angela Marcondes. *Doutoranda pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (2008). Especialização em Ecologia pela Universidade São Judas e em Morfologia pela UNIFESP. Graduada em Ciências Biológicas. Professora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Coordenadora do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos - USCS, da Liga Acadêmica Interdisciplinar de Saúde Coletiva - LAISC e do Projeto EXPEDIÇÃO MANANCIAS. Gestora do Curso de Gestão Ambiental - USCS. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4139017884353855>.*

Referências Bibliográficas

CERQUEIRA-SANTOS, E.; MORAIS, N.A.; MOURA, A.; KOLLER, S. 2008. Exploração sexual de crianças e adolescentes: Uma análise comparativa entre clientes e não clientes do comércio sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3):446-454. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722008000300013>.

CONSULTORIA, PLANEJAMENTO e ESTUDOS AMBIENTAIS – CPEA. **Centro Logístico Campo Grande – Relatório de Impacto Ambiental**, São Paulo, 2017.

CRUZ, José Luis V. (2010). EIS-Q. Estudo de impacto socioeconômico do CBF-Complexo Industrial e Logístico de Barra do Furado, Quissamã/RJ. Relatório final. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Federal Fluminense, 240p

DAVIDSON, J.C.; TAYLOR, J.S. 1996. Child prostitution and sex tourism- Venezuela. Relatório de pesquisa para o World Congress Against Commercial Sexual Exploitation of Children da Unicef. New York, UNICEF, 98 p.

FERRAZ, E. A. (Org). *Caminhoneiros: parcerias do asfalto – conhecimento, atitudes e práticas sobre o HIV/Aids em Uberlândia*. Rio de Janeiro: BEMFAM, 2005.

FERRO, Rodrigo Sala. *Novo Cenário da Distribuição espaço-temporal da Leishmaniose Visceral no Estado de São Paulo, com ênfase no oeste paulista*. Presidente Prudente. 2018. 53f.:il. Dissertação de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional - Universidade do Oeste Paulista - Unoeste, Presidente Prudente, SP.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. Relatório Técnico. Período 2017-2018. Disponível em: https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Atlas-mata-atlantica_17-18.pdf. Acesso 30 de maio de 2019.

INSTITUTO TRATA BRASIL. O que é saneamento? Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/o-que-e-saneamento>. Acesso 01 de junho de 2019.

MORAIS, N.A.; CERQUEIRA-SANTOS, E.; MOURA, A.; VAZ, M.; KOLLER, S. 2007. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: Um estudo com caminhoneiros brasileiros. *Psicologia: Teoria & Pesquisa*, 23(3):263-272. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722007000300004>.

ONU - Organização das Nações Unidas Brasil. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso 30 de maio de 2019.

ROSE, Ricardo Ernesto. Queda do desmatamento e saúde. *Revista Meio Ambiente Industrial*. Disponível em: <http://rmai.com.br/queda-do-desmatamento-e-saude/>. Acesso 30 de maio de 2019.

RUFINO, Amaro Renata. A relação entre o desmatamento e a incidência de leishmaniose no município de Mesquita, RJ. *Rev. GEOMAE Campo Mourão, PR v.2n.e.1 p.245 - 262 2ºSem 2011 ISSN 2178-3306*.

SABESP - Companhia de Saneamento de São Paulo. Sistema Alto Tietê. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=31>. Acesso 31 de maio de 2019.

SANTOS, M. Por uma outra globalização (do pensamento único à consciência universal). Rio de Janeiro: Record, 2001.

TELES, AS; Matos, MA; Caetano, KAA; Costa LA; França DDS; Pessoni GC; et al. Comportamentos de risco para doenças sexualmente transmissíveis em caminhoneiros no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2008;24(1):25–30.

VARJABEDIANO, Roberto. Lei da Mata Atlântica: retrocesso ambiental. *Estud. av. São Paulo*, v. 24, n. 68, p. 147-160, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 de junho de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100013>.

VELOSO, Henrique Pimenta. RANGEL FILHO, Antônio Lourenço Rosa. LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da Vegetação Brasileira, adaptada a um sistema universal* / Rio de Janeiro IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991. 124 p.

22. EMPREENDEDORISMO NO ENSINO MÉDIO: OUSADIA OU NECESSIDADE?

Andréa Lacerda
Fernanda Avanzi

Resumo Executivo

A nota técnica destaca a reforma do ensino médio, que visa à garantia de aprendizagens essenciais e comuns a todos os estudantes, referenciadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a oferta de itinerários formativos organizados e estruturados pedagogicamente. O jovem brasileiro poderá escolher entre diferentes percursos, a formação que mais se ajusta às suas aspirações e aptidões e ao seu projeto de vida. O empreendedorismo, os processos criativos, a investigação científica, a mediação e a intervenção sociocultural são os eixos que vão orientar os chamados itinerários formativos, ou seja, as atividades que os estudantes poderão escolher. O modelo deverá ser implementado nas escolas públicas e privadas do país até 2021. Neste contexto, e baseado em modelo de aprendizagem ativa, o programa Junior Startup ofertado pela Ideate tem como objetivo proporcionar aos jovens uma experiência prática e dinâmica na criação e administração de uma startup, desenvolvendo autonomia, liderança, criatividade e responsabilidade - habilidades fundamentais no contexto social contemporâneo.

Finalmente chegou a hora! O mundo mudou tanto e só agora a tão sonhada e necessária reforma do ensino médio será implementada. O novo ensino médio visa à garantia de aprendizagens essenciais e comuns a todos os estudantes, referenciadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a oferta de itinerários formativos organizados e estruturados pedagogicamente. O jovem brasileiro poderá escolher entre diferentes percursos, a formação que mais se ajusta às suas aspirações e aptidões e ao seu projeto de vida. Isto deverá promover uma aprendizagem com maior profundidade e que estimule o seu desenvolvimento integral, por meio do incentivo ao protagonismo, à autonomia e à responsabilidade do estudante por suas escolhas e seu futuro.

O Novo Ensino Médio coloca o jovem no centro da vida escolar. Ele terá formação mais voltada para o empreendedorismo, os processos criativos, a investigação científica, a mediação e a intervenção sociocultural. Estes são os eixos que vão orientar os chamados itinerários formativos, ou seja, as atividades que os estudantes poderão escolher. O modelo deverá ser implementado nas escolas públicas e privadas do país até 2021.

Como mostra o quadro 1, o empreendedorismo é um importante motor de desenvolvimento econômico na atualidade e a educação empreendedora, um diferencial para posterior inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Quadro 1 – Empreendedorismo no Brasil

51,9 milhões é o número de empreendedores no Brasil;

61,8% dos empreendedores iniciais empreendem por oportunidade;

38% é o número de pessoas entre 18 e 64 anos que têm negócios ou estão envolvidos na criação de um (negócio);

22,2% é a participação dos mais jovens (18 e 34 anos entre os empreendedores iniciais).

Fonte: GEM Brasil 2018 (Sebrae e IBQP).

A inclusão do empreendedorismo em escolas não se trata de abordar assuntos complexos de economia e administração ou “apressar” a entrada dos alunos no mercado de trabalho. Na verdade, o que se pretende com esse tipo de abordagem é propor atividades educativas que ofereçam algumas noções profissionais e financeiras, mas sempre de maneira a estimular habilidades e competências úteis em diversos contextos.

Adotando um modelo de aprendizagem ativa, o programa Junior Startup ofertado pela Ideate¹ tem como objetivo proporcionar aos jovens uma experiência prática e dinâmica na criação e administração de uma *Startup*, desenvolvendo autonomia, liderança, criatividade e responsabilidade - habilidades fundamentais no contexto social contemporâneo.

Partindo do desenho e fabricação de um produto, os jovens têm a oportunidade de vivenciar o dia a dia de uma empresa, atuando nas áreas de marketing, vendas, finanças e gestão de pessoas. Eles são incentivados a exercitar seus talentos e trabalhar as principais habilidades exigidas dos profissionais do futuro. Ao final do programa, os jovens apresentam os resultados para um painel que integra profissionais de mercado e membros da instituição de ensino.

O sonho de empreender ganha cada vez mais destaque. A educação empreendedora no ensino médio é benéfica não apenas para aqueles que querem começar o próprio negócio, mas também para o jovem com a capacidade e a disposição para criar, desenvolver e inovar dentro de uma empresa, cujo conceito é conhecido como intraempreendedorismo.

Possuir um negócio próprio já é o quarto maior sonho do brasileiro e entre os jovens esse crescimento é significativo. Hoje, os jovens já priorizam a satisfação de fazer algo que gostam. O sonho de ter seu próprio negócio supera inclusive o sonho de uma carreira tradicional.

Quadro 2 – Sonho dos brasileiros (2017 e 2018)

		2017	2018
1º	Comprar casa própria	42%	49%
2º	Viajar pelo Brasil	36%	45%
3º	Comprar um automóvel	27%	34%
4º	Ter seu próprio negócio	18%	33%
5º	Ter plano de saúde	21%	28%
6º	Viajar pelo exterior	18%	25%
7º	Ter um diploma de ensino superior	19%	22%
8º	Fazer carreira numa empresa	17%	19%
9º	Casar ou constituir uma nova família	9%	15%
10º	Comprar um computador/tablet/smartphone	3%	12%
11º	Outro	10%	11%
12º	Carreira no serviço público	14%	9%
13º	Nenhum	5%	3%

Fonte: GEM Brasil 2018 (Sebrae e IBQP).

Logo, concluímos que o contato com o empreendedorismo é fundamental no ensino médio. Este contato ajudará a desenvolver nos jovens a capacidade de planejar, escolher, identificar oportunidades e soluções, formando cidadãos e profissionais comprometidos com a sociedade.

Notas

1 A Ideate é uma empresa criada com o objetivo de inspirar os jovens a identificar seu papel no mundo e sua capacidade de protagonismo através de cursos práticos e dinâmicos.

Andréa Lacerda London. *Graduada em Engenharia Eletrônica na FAAP, com especialização em Administração e Marketing pelo Harper College - EUA. Executiva comercial, gestora de negócios e de pessoas com 25 anos de carreira desenvolvida em empresas multinacionais, Hewlett Packard e Measurex Corporation – EUA, com experiência de 5 anos em programa de educação com jovens na ONG Afesu - Morro Velho. Partner da Ideate “inspirando a visão do futuro”, empresa cuja proposta de valor é inspirar os jovens a identificarem seu papel no mundo e sua capacidade de protagonismo através de cursos práticos e dinâmicos.*

Fernanda Avanzi. *Graduada em Fonoaudiologia na PUC-SP, com especialização em Marketing e Recursos Humanos na UCLA – University of California Los Angeles e MBA em Gestão de Pessoas pela Universidade Anhembi Morumbi, com mais de 10 anos de consultoria e projetos desenvolvidos nas áreas de sua especialização e Customer Care para empresas como Pfizer e Telefônica. Experiência de 2 anos em programa de educação com jovens na ONG Afesu – Morro Velho. Partner da Ideate “inspirando a visão do futuro”, empresa cuja proposta de valor é inspirar os jovens a identificarem seu papel no mundo e sua capacidade de protagonismo através de cursos práticos e dinâmicos.*

23. AFROEMPREENDEDORISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL: BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC

Alessandra Santos Rosa
Jefferson José da Conceição
Vânia Viana

Resumo Executivo

A exclusão dos negros em várias áreas da sociedade brasileira possui raízes históricas e estruturais, fruto do longo processo de escravidão no país, que alcançou quase quatro séculos. Em função disso, no Brasil, quando se discute o empreendedorismo negro - ou afroempreendedorismo - mesclam-se no debate tanto os aspectos relacionados ao fenômeno do empreendedorismo em geral (tais como os riscos de cada negócio; a necessidade de capacitação na gestão do empreendimento; as exigências de acesso a mercados e crédito; empreendedorismo de necessidade versus empreendedorismo de inovação e fronteira tecnológica, entre outros), quanto às questões associadas às políticas públicas e as iniciativas da sociedade civil de apoio ao empreendedorismo de negros, criadas para ajudar na superação das dificuldades geradas pelo longo legado de exclusão e segregação. Isto com vistas a tornar o empreendedorismo um caminho efetivo de geração de oportunidades, trabalho e renda de qualidade para este segmento populacional hoje majoritário no país. Esta nota técnica aponta para a ainda tímida geração e execução de políticas públicas nesta área; levanta algumas importantes iniciativas da sociedade civil em relação ao tema; e, por fim, procura medir quantitativamente, no caso específico do Grande ABC, o tamanho do segmento de empreendedores negros na região e as leis aprovadas sobre o assunto. Na Região do Grande ABC, os negros representam 28,2% da população empreendedora. Apesar do número significativo de empreendedores negros na Região do Grande ABC, especialmente os que trabalham por conta própria, não há registro, conforme levantamento que fizemos da elaboração, aprovação de leis específicas voltadas a apoiar o afroempreendedorismo - assim como também acontece na grande maioria dos municípios e Estados do País. Com exceção do município de Diadema, que aprovou a Lei N° 3596/ 2016 de apoio ao Programa, nenhum outro município tem Lei de apoio ao afroempreendedorismo. Por conseguinte, é necessária uma mudança de postura e atitude por parte do executivo, das Câmaras de Vereadores, Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, entre outros órgãos regionais. Além disso, é fundamental a intensificação do envolvimento e das contribuições das empresas, sindicatos e universidades na construção e execução das políticas e iniciativas em prol do afroempreendedorismo.

1. O afroempreendedorismo em breve perspectiva histórica no Brasil

Passados apenas 131 anos da libertação dos escravos no Brasil (contra quase 400 anos de escravidão), a inserção dos negros na sociedade brasileira, nas mais diferentes áreas – educação, mercado de trabalho, vida social, empreendedorismo entre outras – continua a ser um grande desafio do País. Em parte, isto se deve ao fato de que, ao fim da escravidão, o país não enfrentou verdadeiramente a questão de como, de maneira transparente e efetiva, compensar e reduzir as enormes desigualdades impostas pela escravidão.

Ao contrário, em 1850, antes até do fim da escravidão, o governo imperial estabeleceu a Lei sobre a titulação das terras ocupadas. Esta lei reconheceu a concentração de terras em mãos privadas imposta no período colonial por meio do regime sesmarias. Ou seja, ao fim da escravidão, não houve distribuição de terras, nem equipamentos, nem recursos financeiros, a ponto de viabilizar condições mínimas de participação do negro na sociedade em igualdade de oportunidades com os não negros. Premido pela concorrência da mão-de-obra imigrante, naturalmente mais produtiva e adaptada ao sistema de assalariamento implantado nas lavouras e manufaturas, o destino de

muitos negros, já ao final do século XIX e início do século XX, foi a sobrevivência em atividades laborais de segunda ou terceira classe e a ocupação de morros e encostas nas que seriam as primeiras favelas do país.

Passada a “hecatombe social” – valendo-nos aqui da expressão usada por Celso Furtado, em sua famosa obra ‘Formação Econômica do Brasil’ -, que foi a libertação dos escravos para a elite brasileira da época, pode-se dizer que, de 1888 até hoje (2019), houve, é claro, avanços importantes nas conquistas, nos direitos e nas condições de vida das pessoas negras. Entretanto, também é verdade que os indicadores de desigualdade continuam a não deixar dúvidas de que o desafio da inserção e da geração de igualdade de oportunidades ainda persiste.

No campo do empreendedorismo, o peso de nossa formação histórica também é grande, para negros e não negros. Para os negros, durante o período colonial, não houve qualquer possibilidade de, como escravos, almejar estruturar um negócio próprio; inovar em produtos, serviços e processos; buscar expandir sua empresa e acumular capital. A escravidão impedia qualquer surgimento de uma mentalidade empreendedora por parte da comunidade negra. Era tido e aceito como “natural” a exclusão social dos negros.

Entretanto, também para os não negros o incentivo à inovação e constituição de pequenos negócios se deu apenas marginalmente, na medida em que o grande negócio do açúcar, da mineração e do café, e posteriormente da grande empresa industrial no século XX, não favoreceu este tipo de atividade.

Por conseguinte, nos tempos atuais de valorização, em todo o mundo, da cultura empreendedora e da inovação na busca de resolução, por meio do empreendedorismo, de problemas concretos do mundo contemporâneo, o Brasil tem pela frente a necessidade de estruturar massivas e eficazes políticas de formação de uma mentalidade empreendedora e de apoio aos empreendedores, negros e não negros. Esta é uma necessidade que vale para toda a população, especialmente o segmento mais jovem, que abrange os negros e os não negros. Esta mentalidade empreendedora deve ser estimulada desde o ensino fundamental até a universidade e nas diferentes áreas e atividades econômicas e sociais.

Mas o afroempreendedorismo encontra barreiras adicionais para avançar em seus empreendimentos: formação educacional; domínio das técnicas de gestão; acesso a crédito; relação com o mercado e investidores. Dificuldades que derivam em parte das próprias desigualdades entre negros e não negros, mas também do racismo que muitas vezes se verifica¹. Por isto, é fundamental a elaboração e execução de políticas públicas e de iniciativas da sociedade civil que apoiem o afroempreendedorismo em suas várias fases: geração de ideias inovadoras, plano de negócios, incubação, aceleração, integração com o mercado e investidores, desenvolvimento tecnológico, parcerias locais, nacionais e internacionais.

Por fim, é importante também que os empreendedores negros sejam apoiados a participar do ecossistema de inovação, em igualdade de condições, na estruturação de produtos e serviços inovadores, de base tecnológica e de maior valor agregado, como são os casos dos empreendimentos em forma de startups. Hoje, ainda são poucas as startups formadas por empreendedores negros. Isto faz com que no presente e no futuro, agora sob nova roupagem, continuem as desigualdades que marcaram a trajetória da presença negra no Brasil.

Cabe dizer que os desafios da inserção dos negros no mercado de trabalho também acontecem em vários outros países².

2. Políticas públicas de fomento ao afroempreendedorismo

Em que pese o exposto anteriormente, ainda são ínfimas as legislações e as experiências de políticas públicas federais, estaduais e municipais de apoio ao afroempreendedorismo. E, ainda

assim, há que se considerar que as mudanças de governo, naturais e desejadas em regimes democráticos, podem resultar em descontinuidade de ações embrionárias na área.

Os cases que costumam ser referência são da Bahia, Goiás e São Paulo (cujas leis são expostas no quadro mais adiante).

De qualquer modo, cumpre registrar que, em que pese a escassez de legislações e políticas mais específicas relacionadas ao afroempreendedorismo, houve avanços expressivos nas políticas direcionadas ao fomento do empreendedorismo no Brasil.

Assim, uma iniciativa das mais importantes foi a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (123/2006) e da Lei Complementar 128/2008, que dispôs sobre o MEI (Micro Empreendedor Individual).

Após 10 anos de vigência da Lei, o número de MEI já atingiu 8,1 milhão, segundo dados do SEBRAE, 2019. Este número é expressivo, sendo que parte significativa dele é constituído por pessoas negras. Em que pese não haver um recorte racial específico para os MEI, os dados da *Global Entrepreneurship Monitor* de 2017 indica que 38,8% dos pequenos e micro negócios têm representantes da população negra à frente.

2.1 Programa Municipal São Paulo Afroempreendedor

Em função de ser a maior cidade da América do Sul, e, por esta razão, constituir-se sempre em um modelo de referência para as ações de outras cidades, cabe reproduzir sinteticamente a experiência da Prefeitura de São Paulo de apoio ao afroempreendedorismo, especialmente aquela constituída a partir do envio, aprovação e sanção pela Prefeitura da Lei nº 16.335, de dezembro de 2015.

Esta Lei criou o Programa Municipal São Paulo Afroempreendedor. O objetivo do programa é promover o afroempreendedorismo, *“por meio do acesso a crédito e às compras públicas, inclusão e difusão de políticas públicas de desenvolvimento econômico e social direcionadas aos afroempreendedores”*.

De acordo com Santos (2016):

Para a execução destes objetivos deverá ser criada a Comissão Especial de Apoio ao Afroempreendedor, sob a responsabilidade da SDTE. Entre os principais objetivos da lei, está a criação da Rede Municipal de Micro e Pequenos Afroempreendedores, com vistas ao intercâmbio e troca de informações sobre o desenvolvimento econômico, especialmente pautado na economia solidária. Serão realizados convênios da prefeitura com o setor privado para fomentar financiamentos, microcrédito e requalificação profissional. O objetivo é incentivar programas relacionados à abertura de empresas e disponibilidade de financiamentos e empréstimos. Um aspecto chave é facilitar a obtenção de crédito. (...) Serão realizadas políticas de requalificação profissional, de abertura de micro e pequenas empresas e capacitação em cooperativismo. (...) O programa abrangerá a questão do microcrédito. A criação de uma rede municipal de micro e pequenos afroempreendedores é um dos principais pontos da lei. Por intermédio desta rede, afroempreendedores terão acesso às informações (...) Outro importante instrumento para apoiar o afroempreendedorismo é o Portal São Paulo Diverso, vinculado à Política Municipal de Afroempreendedorismo. Lançado em setembro de 2015, trata-se de plataforma eletrônica com informações e serviços sobre a população afrodescendente da cidade de São Paulo. O programa visa a inclusão racial na cidade. É uma parceria entre a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPiR), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Microsoft. O portal divulga informações gerais sobre programas de ações afirmativas nos setores público e privado e aproxima candidatos e empresas. Com o portal, procura-se reverter o problema de empregabilidade. Ele deve funcionar como um espaço permanente de debate para a população negra.

3. Iniciativas da Sociedade Civil

Assim, quando nos referimos ao empreendedorismo negro, ou afroempreendedorismo, não estamos tratando apenas de iniciativas individuais, com objetivos e resultados também individuais. Claro, a ação empreendedora é eminentemente ligada a um ato individual de tomada de risco e de soluções para o mercado. Mas, no caso do afroempreendedorismo, este ato individual e empresarial, que caracteriza a atividade mercantil e de negócios, costuma caminhar junto com o ato coletivo, no sentido de junção de esforços de indivíduos que interagem para enfrentar juntos a pobreza, o racismo, o desemprego, a violência. Para isso, eles tomam a consciência da sua própria existência como negros(as) trabalhadores(as) e, muitas vezes, moradores(as) de favela.

Neste sentido, há um sem-fim de casos de iniciativas de empreendedores negros que acreditaram, tomaram decisões, executaram ações de impacto e estruturaram empreendimentos afroempreendedores, alguns deles com sucesso – embora, assim, como acontece com qualquer empreendedor, o risco do insucesso do negócio existe e não é pequeno.

Entretanto, no caso do afroempreendedorismo, cabem, a partir da tomada de consciência e possibilidade de transformação do negro de sua própria condição de desigualdade, a elaboração e execução de ações de apoio à formação, profissionalização, fomento e incentivo a novos talentos, entre outras. E isto, frise-se, mesmo na impossibilidade de participação do Estado como agente indutor, como acontece com no caso do Estado brasileiro hoje, cujo governo que assumiu em 2019 dá sinais de dar menos importância das políticas afirmativas para negros, mulheres, índios entre outros.

Dentre tantas iniciativas recentes de apoio à promoção do afroempreendedorismo, destacamos as que se seguem.

3.1 CUFA - Central Única das Favelas

Originária do Rio de Janeiro, há cerca de duas décadas, fruto do movimento de jovens artistas do Hip Hop (muitos deles negros), a Central Única das Favelas, ou CUFA, teve entre seus fundadores o produtor de eventos e promotor do ativismo social em favelas e periferias, Celso Athayde, e o rapper, escritor e ativista, MV Bill. Além disso, desde a constituição da CUFA, a diretoria contou com lideranças que são referências como a também rapper, apresentadora e ativista social Nega Gizza.

A Central Única das Favelas considera-se como promotora de tecnologia social de ponta. Em sua página eletrônica a entidade descreve desta maneira o seu perfil de ativismo:

A CUFA promove atividades nas áreas da educação, lazer, esportes, cultura e cidadania, como grafite, DJ, break, rap, audiovisual, basquete de rua, literatura, além de outros projetos sociais. Além disso, promove, produz, distribui e veicula a cultura hip hop através de publicações, discos, vídeos, programas de rádio, shows, concursos, festivais de música, cinema, oficinas de arte, exposições, debates, seminários e outros meios. São as principais formas de expressão da CUFA e servem como ferramentas de integração e inclusão social.

Há dez anos coordenador estadual no Ceará, Francisco José Pereira, o Preto Zezé, recebeu, em 2014, o comando nacional da organização, que até então tinha como presidente MV Bill. Em 2015, Preto Zezé tornou-se o Presidente Global da CUFA que já se estende para 16 países e tem sede internacional no Harlem, o maior bairro negro de Nova York.

Preto Zezé é produtor musical e cultural, rapper e empresário na área de desenvolvimento econômico. Também escritor, lançou seu segundo livro no início de julho pela editora Cene: *“Das quadras para o mundo.”* A obra trata de sua vivência como ativista social. São crônicas de sua trajetória de vida nas comunidades e sua história e experiências na Presidência da CUFA.

A CUFA é detentora de vários prêmios, inclusive da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). A entidade desenvolve ainda um importante trabalho de reinserção de detentos na sociedade.

Outra iniciativa que dialoga com as necessidades das comunidades é a criação de um cartão pré-pago para pagamentos de contas, saques e outros serviços bancários, que, ao não exigir consultas ao Serasa ou SCPC, viabiliza a inserção financeira dos moradores das favelas: O CUFA Card (CUFA, 2019).

Entre os vários projetos na área de empreendedorismo, destacam-se, por exemplo, a parceria firmada, em 2015, entre a CUFA e o Facebook, visando à capacitação de empreendedores de favelas cariocas por técnicos do Facebook, que ensinam como utilizar adequadamente os recursos desta tecnologia e mídia social para alavancar negócios. Em 2015, 10 favelas cariocas receberam a Facekombi, com instrutores do projeto. Naquele ano, foram treinados 3,8 mil de alunos. A parceria deu um novo passo, em setembro de 2017, com o projeto “Maratona Nacional de Empreendedorismo”. O Facekombi foi estilizado com desenhos de casos de sucesso envolvendo instrutores e ex-alunos. O facekombi partiu do Rio de Janeiro para diversas outras localidades do País (sendo a primeira parada a cidade de Salvador). De acordo com a Revista Fórum:

Além de parar nos grandes centros, a proposta da iniciativa é passar também por pequenas cidades, quilombos e aldeias indígenas, capacitando pessoas que têm, historicamente, menos acesso à informação. Segundo [o], diretor da CUFA, o projeto passará por uma ampliação. ‘A ideia é expandir agora o projeto que começamos há dois anos em Madureira e em favelas cariocas junto com o Facebook, levando informação a mais comunidades pelo Brasil. Para acompanhar a Kombi durante todo o percurso, os interessados devem acessar a página no Facebook da “Maratona Facebook de Empreendedorismo”. Os cursos oferecidos em Madureira continuarão funcionando. A duração de cada curso é de quatro horas, e eles são oferecidos quatro dias por semana.

A CUFA promove outros diversos eventos no campo do empreendedorismo, como o realizado juntamente com o Ministério da Cultura, sobre empreendedorismo cultural e economia criativa. Este evento reuniu jovens talentos, líderes comunitários, artistas e empreendedores culturais da periferia, além de representantes da iniciativa privada.

3.2 Favela Holding

Após deixar a diretoria da Central Única das Favelas, o empreendedor Celso Athaide deu origem a novas iniciativas. Uma delas a criação da Favela Holding, ou F Holding.

A Favela Holding é um conjunto de empresas que tem como objetivo central o desenvolvimento de favelas e de seus moradores. A F Holding nasce atuante junto a empreendedores comunitários, fomentando e promovendo novas oportunidades de negócios, empreendedorismo e empregabilidade.

Entre as empresas que participam hoje do projeto estão Afro Oportunidades, Favela log, InFavela, Chapa Preta, Favela Vai Voando, Recomeço e Data Favela.

Um anúncio de parceria que chamou a atenção recentemente, e que teve empresas da Favela Holding a frente da iniciativa, é aquela firmada entre a CUFA e a Uber, parceria esta iniciada pela Favela do Heliópolis. A parceria, que teve a frente as empresas InFavela (agência de live marketing) e a Comunidade Door (instalação de outdoors em favelas) consiste na instalação de Parklets na favela, e que, de acordo com o site www.fholding.com.br, tem como objetivo *“garantir maior e melhor acesso da população local à plataforma de mobilidade, estimular os moradores a aproveitarem as oportunidades de trabalho que o aplicativo oferece e, assim, desenvolver o empreendedorismo local e ao mesmo tempo melhorar a mobilidade da favela (...)*.

Ainda de acordo com o site da Favela Holding:

Por meio da parceria, equipes da CUFA e da Uber realizaram uma série de reuniões com lideranças e instituições de Heliópolis para entender as principais demandas da região. Foram identificadas inicialmente duas necessidades principais: melhorar a experiência das pessoas que querem utilizar o aplicativo e apresentar para os moradores novas oportunidades para geração de renda, seja dirigindo com a Uber, fazendo entregas ou empreendendo com o UberEats. "Precisávamos de um parceiro que pudesse nos ajudar nesse projeto de levar oportunidades para as pessoas de Heliópolis de forma simples, colaborativa e inclusiva, e que ao mesmo tempo conseguisse nos ajudar a causar um impacto positivo sobre a mobilidade do dia a dia. A Uber foi uma escolha lógica, porque é uma empresa que pode colocar a sua tecnologia a esse serviço e desenvolver com a gente uma série de projetos e iniciativas de longo prazo", afirma Celso Athayde, fundador da CUFA e CEO da Favela Holding.

São 4 pontos de embarque em locais de fácil acesso e que ficam a, no máximo, 7 minutos de caminhada de qualquer local da comunidade. Nas rodas de conversa com representantes da favela, identificou-se que erros nos mapas digitais, aliados a ruas estreitas, faziam com que a experiência de pedir um carro na comunidade não fosse satisfatória. "Inserimos no aplicativo uma tecnologia que orienta o usuário para os pontos de embarque, a partir do momento que ele solicita a viagem. Ele poderá escolher um dos quatro pontos no próprio aplicativo e caminhar até o local para encontrar o motorista parceiro. Assim, melhoramos a experiência e tornamos o serviço acessível para todos", afirma Fabio Plein, gerente geral da Uber para São Paulo.

3.3 O BID e o projeto “Inova Capital – Programa de Apoio a Empreendedores Afro-brasileiros”

Em setembro de 2016, o BID, nos marcos do projeto denominado *Afro-Brazilian Consumer Market Entrepreneurship Support Program* (Programa Afro-Brasileiro de Apoio ao Empreendedorismo no mercado de Consumo), lançou o projeto Inova Capital – Programa de Apoio a Empreendedores Afro-brasileiros, que objetiva favorecer a formação de um ambiente de aceleração de novos negócios de empreendedores negros, bem como aproximar estes empreendedores dos investidores potenciais. O programa, segundo o veiculado na mídia, conta com investimentos iniciais da ordem de R\$ 1,6 milhão. Entidades como Sebrae e Endeavor são parceiros em áreas como capacitação.

Para elaborar o programa, o BID partiu de levantamento sobre empreendedorismo no Brasil. O levantamento, que toma como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 realizada pelo IBGE, mostrou que:

Em 2013, existiam cerca de 11 milhões de negros proprietários de empreendimentos, dos quais 1 milhão deles efetivamente contavam com pelo menos um funcionário;

Do total de 11,8 milhões de negros empreendedores, 54% têm no máximo o ensino fundamental completo ou incompleto e 5% têm ensino superior completo ou mais. No caso dos gestores brancos, a parcela que cursou ensino superior e concluiu a graduação é de 19%;

De cada dez empreendedores negros ativos no Brasil, nove ocupam a base da pirâmide do empreendedorismo.

Em reportagem do Estado de SP, de 29/9/2016, assim se manifestou o diretor da Endeavor, uma das entidades parceiras no programa:

Não há suporte ao dono de negócio [o empreendedor negro] que não consegue entrar no circuito de investimentos que engloba startups. Existe preconceito. O mundo empresarial tem uma imagem de que o empreendedor é branco, possui ensino superior e fala diversos idiomas, por exemplo. A realidade, na prática, é

outra. De um lado temos um sistema que não dá suporte, que repele as minorias de se misturar a um *mainstream*.

3.4 Black Money

Outra iniciativa importante dos afroempreendedores é o Black Money, o “Dinheiro Preto”. Este movimento criado no século XX se popularizou nos Estados Unidos, e buscou fazer com que o povo preto circulasse ente si serviços de consumo, fortalecendo valores e consciência intelectual, financeira e social para essa comunidade. Ampliando investimentos, retirando recursos de bancos tradicionais e transferindo-os para “bancos pretos” como forma de identidade e empoderamento pela via das finanças com autossustentação preta (MOVIMENTO BLACK MONEY,2019).

Criado no Brasil em novembro de 2017, o movimento é explicado pela CEO Nina Silva, em entrevista divulgada no site oficial:

É um hub de inovação em que a principal atividade é trazer autonomia para a população negra a partir do *mindset* tecnológico, finanças e inserção do olhar de startup focado em empreendedorismo. Na prática, consiste em sermos nossos próprios investidores, uma vez que o negro tem o crédito três vezes mais negado nas instituições financeiras. O objetivo é que pelo menos 30% do que for consumido pelos afrodescendentes se mantenha na comunidade, já que negros somam 2/3 dos desempregados. (...) Essa mudança (...) deve acontecer através da inclusão nas empresas. Mas existe outro caminho da autonomia junto ao consumo intencional, que é o investimento na própria comunidade. Por meio da educação financeira esses negócios podem prosperar. Se o consumo da população negra vem aumentando, para onde vai esse dinheiro? De acordo com dados do instituto Locomotiva, nós consumimos R\$ 1,7 tri em 2017, mas não conseguimos que esse dinheiro retorne aos empreendedores negros. (...) Não são apenas pessoas negras que podem praticar o blackmoney, mas todos os aliados que querem ajudar a melhorar as discrepâncias raciais. É possível investir ou consumir de empreendedores negros. As empresas podem ter fornecedores negros, contratar mais negros e, assim, contribuir para que a cadeia de suprimentos fique cada vez mais enegrecida. Um sistema empresarial com maior diversidade étnico-racial é mais ágil e transformador e ainda possui sua lucratividade aumentada em 33% – segundo estudos da McKinsey. A ideia é que a gente possa ser nosso próprio agente de transformação e que não precise pedir por inclusão e igualdade, porque isso demoraria muito para corrigir a situação atual de desigualdade social no país.

Em suma, o Black Money busca estimular o consumo e a prestação de serviços no circuito da própria comunidade negra. A estratégia consiste na circulação do dinheiro entre os próprios afrodescendentes pelo maior tempo e amplitude possível.

Diante das críticas que podem surgir no sentido de que este movimento pode gerar uma nova forma de segregação, a CEO contra-argumenta: *“racismo é estrutura de poder e nós negros não temos acesso a ele. Eu não estou tirando poder de ninguém simplesmente porque nunca tive”*.

3.5 A Feira Preta e o Afro Hub

Há ainda as feiras afroempreendedoras, com destaque para a Feira Preta, reconhecida como maior e mais conhecido evento de empreendedorismo de negros do país e da América Latina, sendo um espaço autossustentável da comunidade negra. Os negócios são realizados entre todos os visitantes da feira, mas o protagonismo dos expositores é negro, e, em geral, o trabalho se faz em rede (FEIRA PRETA, 2019).

A Feira Preta, que costuma ocorrer no mês de novembro (no qual se celebra o Dia da Consciência Negra) teve sua primeira edição no ano de 2002, no formato de feira de produtos empreendedores negros. Com o seu crescimento, tornou-se um festival, de atrações nacionais e internacionais, e na qual são expostos diversos produtos, serviços e atividades negros (como diz o site da entidade, “do

empreendedorismo, da tecnologia à literatura, da música às artes digitais, passando também pelos painéis com o que há de mais urgente e futurista nas reflexões da existência preta”).

A Feira Preta fechou em 2018 importante parceria com o AfroBusiness e a Diáspora.Black, que resultou na criação do programa Afro Hub. De modo geral, a parceria visa estimular networking e aumentar os negócios com o uso da tecnologia por parte de empreendedores negros. Assim, o programa Afro Hub prevê:

Seleção de empreendedores que passarão por pré-aceleração e treinamentos em tecnologias e ferramentas avançadas do Facebook e Instagram;

Mentorias com especialistas no assunto;

Promoção de eventos gratuitos a empreendedores organizados pela Feira Preta, AfroBusiness e Diáspora.Black, visando fomentar o networking em seus empreendimentos;

Realização de workshops gratuitos com a finalidade de atualizar os empreendedores negros quanto ao uso das redes sociais como estratégia para alavancar os negócios;

Palestras de especialistas em gestão e negócios disruptivos.

Baseado em dados da PNAD do IBGE, o Instituto Locomotiva indica que, no Brasil, são mais de 5,8 milhões de empreendedores negros com acesso à internet. Estes empreendedores negros circulam aproximadamente R\$ 219,3 bilhões.

3.6 Economia Solidária e Afroempreendedorismo

A economia solidária tem, entre os seus princípios, a democratização das relações de produção, a igualdade na distribuição de resultados, a solidariedade e a inclusão social. Por conseguinte, a economia solidária é bastante aderente às ações voltadas ao fomento do afroempreendedorismo. Neste sentido, vem crescendo, nos últimos anos, o número de ações de economia solidária voltada ao empreendedorismo dos negros.

Uma das recentes ações que vale destacar é a Feira de Economia Solidária de Empreendedores Negros que ocorre, anualmente, no Pelourinho, em Salvador desde 2016. São expostos produtos e serviços de diversas áreas, como estética, roupas, sapatos, acessórios, alimentos, entre outros. A feira é fruto de uma parceria entre diversas entidades ligadas ao movimento negro. Não há custos para os expositores.

Outra ação importante na área da economia solidária foi a formalização, em 2015, da Rede Nacional das Casas da Cultura Hip Hop, constituída por 16 Casas da Cultura Hip Hop e empreendimentos solidários distribuídos em vários Estados (Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Espírito Santo). A Rede formalizou-se como membro da Economia Solidária ao constituir-se como Cooperativa de Arranjos Produtivos e Comercio Justo e Solidário Rede Nacional das Casas da Cultura Hip Hop. Segundo Bob Controversista, primeiro presidente nacional da Cooperativa:

A Economia Solidária traz a concepção de arranjos produtivos com sustentabilidade e colaborativismo para gerar emprego e renda. Sem hierarquizar ou fomentar a concorrência crua entre os coletivos e sim, criar condições para que as pessoas possam sobreviver de maneira igualitária e justa dentro da Rede”. (...) [a Rede Nacional de Casas do Hip Hop, a primeira cooperativa nacional de cultura do país] se trata de uma rede de produção, distribuição e gerenciamento orgânico, somando expertises, conhecimento de mercado e plano de negócios, alinhados com a economia solidária. Assim, forma-se um arranjo produtivo que fazem os produtos girarem interna e externamente, pois o mais importante é dar vazão aos produtos do universo Hip Hop que o mercado capitalista normalmente não absorve

A Cooperativa faz parte da Unisol Brasil - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários.

3.7 Projeto Brasil Afroempreendedor

Constituído em 2013, o Projeto Brasil Afroempreendedor é uma parceria entre o SEBRAE, o Instituto Adolpho Bauer (IAB), o Coletivo dos Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros de São Paulo (CEABRA/SP) e a Associação Nacional dos Coletivos de Afroempreendedores (ANCEABRA), que tem no comitê gestor organizações da sociedade civil e o governo federal.

Até 2015, em 12 estados brasileiros, seriam realizadas ações de capacitação e formação de micro e pequenos empresários e de empreendedores individuais afro-brasileiros (incluindo comunidades negras remanescentes de quilombo).

Os empreendedores seriam apoiados por técnicos e especialistas que ajudariam na elaboração (ou readequação) do plano de negócios, e estes empreendedores passariam a se integrar a uma Rede Nacional de Afroempreendedores (que teria como foco a troca de experiências e desenvolvimento de negócios solidários).

O projeto tinha um objetivo bastante ambicioso: ser um projeto piloto “para o desenvolvimento de uma proposta de Política Pública Nacional de Fortalecimento do Afroempreendedorismo Brasileiro”.

O projeto, ao que parece, sofreu descontinuidade em suas ambiciosas metas iniciais.

4. O Afroempreendedorismo no Grande ABC

Nesta parte, voltamos nosso olhar para o Grande ABC Paulista, buscando identificar o número de empreendedores negros na região, bem como levantar as ações (ou ausências) de políticas públicas especificamente voltadas ao afroempreendedorismo.

Tabela 1 – População Economicamente Ativa^[3] por raça / Brasil / São Paulo e ABC

VARIÁVEL	População Economicamente Ativa (PEA)	População Não Economicamente Ativa	População Economicamente Ativa (PEA)	População Não Economicamente Ativa	População Economicamente Ativa (PEA)	População Não Economicamente Ativa
	Branca		Negra (Pretos e Pardos)		OUTROS	
Brasil	46.018.034	31.397.369	46.099.864	35.965.738	1.385.585	1.081.261
São Paulo	13.706.878	9.022.068	7.599.676	4.812.685	333.182	234.311
Grande ABC	846.431	549.202	502.013	292.509	21.786	15.267
Diadema	96.768	60.588	105.222	61.903	2.407	1.702
Mauá	117.998	80.897	94.361	60.418	2.335	1.387
RPires	35.617	26.801	21.173	13.761	785	644
RGSerra	9.518	6.761	12.581	7.862	171	145
Santo André	254.677	167.532	113.269	58.633	5.847	4.181
SBCampo	261.629	161.534	143.046	84.207	8.763	6.095
SCSul	70.224	45.089	12.361	5.725	1.478	1.113

Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do CENSO 2010 (IBGE 2019).

A partir dos números absolutos apresentados na Tabela 1, é possível se chegar aos números relativos. Assim, a PEA de negros em âmbito nacional representa 28,5% e a de brancos 28,4%. Em São Paulo os negros representam 21,3% da PEA e os brancos 38,4%.

Na Região do Grande ABC, a População Economicamente Ativa é formada por 36,6% de negros e 61,8% de brancos. Quando olhamos para a realidade de cada município da região, não há homogeneidade: Rio Grande da Serra, por exemplo, possui 34,0% da PEA formada por negros,

enquanto São Caetano do Sul possui 8,4%. Na sequência, Diadema tem 32,0% da PEA constituída por negros; Mauá apresenta 26,4%; São Bernardo do Campo, 21,5%; Ribeirão Pires, 21,4% e; Santo André, 17,5%.

A Tabela 2 mostra como esta população economicamente ativa está dividida.

Tabela 2 – Características da População – PEA por raça /cor – CENSO 2010

Brasil / Estado/ Município	Posição na ocupação principal do trabalho	BRANCA	NEGROS	OUTROS	Total
Brasil	Empregado	27.767.620	28.028.249	729.384	56.525.253
	Empregador	1.292.369	369.605	41.156	1.703.130
	Conta Própria	9.730.492	8.490.276	308.222	18.528.990
São Paulo	Empregado	9.177.713	5.525.664	184.991	14.888.368
	Empregador	388.278	47.444	21.238	456.960
	Conta Própria	2.513.193	1.054.788	88.526	3.656.507
Grande ABC	Empregado	585.190	349.684	158.309	1.093.183
	Empregador	21.929	3.176	65.308	90.413
	Conta Própria	136.380	62.132	204.547	266.679
Diadema	Empregado	70.471	78.807	1.531	150.809
	Empregador	964	605	44	1.613
	Conta Própria	13.333	11.781	494	25.608
Mauá	Empregado	84.520	66.875	1.398	152.793
	Empregador	1.117	407	152	1.676
	Conta Própria	16.159	11.537	496	28.192
Ribeirão Pires	Empregado	23.635	14.751	503	38.889
	Empregador	730	94	20	844
	Conta Própria	5.444	3217	197	8.858
Rio Grande da Serra	Empregado	6.530	1681	83	8.294
	Empregador	86	46	0	132
	Conta Própria	1.172	1105	72	2.349
Santo André	Empregado	171.246	77.370	3.029	251.645
	Empregador	7851	540	531	8.922
	Conta Própria	44.991	13.388	2380	60.759
São Bernardo do Campo	Empregado	182.964	103.908	5.275	292.147
	Empregador	7.289	1.291	609	9.189
	Conta Própria	41.393	19.189	2.041	62.623
São Caetano do Sul	Empregado	45.824	6.292	781	52.897
	Empregador	3.892	193	214	4.299
	Conta Própria	13.888	1.915	355	16.158

Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, Conjuscs, a partir de dados do CENSO 2010 (IBGE 2019).

Conforme observado, o IBGE subdivide a população economicamente ativa (PEA) em empregados (trabalhadores com e sem carteira assinada); empregadores (que possuem pelo menos um empregado); e conta própria (que não possui empregados).

Os números de empregadores e por conta própria somados representam, portanto, uma aproximação da população empreendedora, denominada pelo SEBRAE, de “donos do negócio”^{4,5}.

Desta forma, partindo-se dos números absolutos apresentados na Tabela 2, é possível chegar aos números relativos. Assim, na Região do Grande ABC, os negros representavam, em 2010, um contingente de 28,2% da população empreendedora total. A população branca representava 68,5%.

Embora minoritário, é, pois, expressivo o percentual de empreendedores negros na região do Grande ABC. Isto reforça a necessidade de uma estrutura de política pública regional, bem como de iniciativas da sociedade civil, que busquem apoiar os afroempreendedores e seus empreendimentos na região.

Por fim, cumpre registrar que, apesar do número significativo de empreendedores negros na Região do Grande ABC, especialmente os que trabalham por conta própria, não há registro, conforme levantamento que fizemos e exposto no Quadro 1, da aprovação de legislações específicas voltadas a apoiar o afroempreendedorismo - assim como também acontece na grande maioria dos municípios e Estados do País.

Quadro 1 – Leis em favor do Afroempreendedorismo

São Paulo capital	Decreto nº 57.259, de 26 de agosto de 2016 Instituiu o Programa Municipal São Paulo Afroempreendedor	Vigente
Estado de São Paulo	Projeto de Lei nº 791, de junho de 2019 Institui o "Programa Estadual de Fomento ao Afroempreendedorismo, no Estado de SP".	Tramitando
Goiás	Lei nº 19.392, de 11 de julho de 2016 Institui a Política Estadual de Incentivo ao Afroempreendedorismo	Vigente
Distrito Federal	Decreto 36680 de 18/08/2015 Institui o Programa Afroempreendedor e dá outras providências	Vigente
Santo André	Projeto de Lei 80/17 de 14 de junho de 2019, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal Santo André Afroempreendedor e dá outras providências. -Vetado na 36ª Sessão Ordinária realizada na tarde de quinta-feira (13/06/2019).	Vetado
São Bernardo		Nada consta
São Caetano		Nada consta
Diadema	Lei Municipal nº 3.596, de 02 de maio de 2016 Instituto Programa Municipal Diadema Afroempreendedor, e dá outras providências.	Vigente
Mauá		Nada consta
Ribeirão Pires		Nada consta
RGSerra		Nada consta

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura, CONJUSCS.

Com exceção do município de Diadema, que aprovou a Lei N° 3596/ 2016 de apoio ao Programa, nenhum outro município tem Lei de apoio ao afroempreendedorismo. Por conseguinte, é necessária uma mudança de postura e atitude por parte do executivo, das Câmaras de Vereadores, Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, entre outros órgãos regionais. Além disso, é fundamental a intensificação do envolvimento e das contribuições das empresas, sindicatos e universidades na construção e execução das políticas e iniciativas em prol do afroempreendedorismo.

Notas

1 Para um levantamento das várias dimensões que envolvem o tema do afroempreendedorismo no Brasil, recomenda-se ARMAN (2015); BID (2019); CAMPOS (2018); JÚNIOR e DAFLON (2014); MONTEIRO (2001); NASCIMENTO (2018); NOGUEIRA (2013); OLIVEIRA (2018); OLIVEIRA (2004); SANTOS (2005); SILVA (2018); SILVA (2017); SIMÃO (2018).

2 Algumas das experiências e interpretações sobre o empreendedorismo negro no cenário internacional pode ser obtida em BOSTON (2002); BUTLER (2012); GREEN e PRYDE, (1989); KOELLINGER e MINNITI (2006); WALKER (1986 e 2009).

3 População Economicamente Ativa: Pessoas de 10 anos ou mais de idade (IBGE, 2019).

4 Estudo do SEBRAE denomina “donos do negócio” o que o IBGE classifica na PNAD como empregador e conta própria.

5 Denomina-se empreendedor no levantamento da PNAD os que trabalham por conta própria e os empregadores.

Alessandra Santos Rosa. *Mestra em Administração. Graduada em Economia (USCS). Atuou como Professora Auxiliar na USCS e Professora na Univ. Anhanguera (administração, engenharia e cursos tecnológicos). Foi assessora econômica na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo; Coordenadora de Desenvolvimento Econômico em São Paulo. É Diretora de Inovação em Hortolândia na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4077500398552186>.*

Jefferson J. da Conceição. *Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-reitoria de Graduação e Prof. da USCS. Prof. Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: www.blogdojeff.com.br. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.*

Vânia Viana. *Graduada em Ciências do Trabalho pela Escola Dieese. Assessora da CUT Brasil, nas secretarias de Mulheres, Meio Ambiente, Combate ao Racismo e Vice-Presidência de 2007 a 2018. Extensão universitária em Política e Sindicalismo Internacional CESIT – UNICAMP. Pesquisadora nas temáticas de raça, gênero e ambientais no Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. É também Sommelière formada pela ABS São Paulo.*

Referências Bibliográficas

ARMAN, Ana Paula. Empreendedorismo entre mulheres negras na cidade de São Paulo. **Revista de Administração do Unisal**, v. 5, n. 8, 2015.

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Afro-Brazilian Consumer Market Entrepreneurship Supportprogram** – Disponível em: <https://www.iadb.org/en/project/BR-T1301>. Acesso em: 25 de maio 2019.

BOSTON, Thomas D. **Affirmative action and black entrepreneurship**. Routledge, 2002.

BRASIL AFROEMPREENDEDOR REVISTA. **Desenvolvimento e Igualdade racial: o caminho do futuro**. Projeto Brasil Afroempreendedor. 2016.

BUTLER, John Sibley. **Entrepreneurship and self-help among black Americans: A reconsideration of race and economics**. Suny Press, 2012.

CAMPOS, Amanda Alves. A valorização do negro no Brasil e o afroempreendedorismo. 2018.

CUFA – Central Única das Favelas. **Sobre a Cufa**. Disponível em: <https://www.cufa.org.br/sobre.php>. Acesso em: 26/06/2019.

FAVELA HOLDING. **Quem Somos**: <https://www.fholding.com.br/>. Acesso em: 26/06/2019.

FEIRA de Economia Solidária reúne empreendedores negros no Pelourinho em Salvador. G1. 9 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/09/09/feira-de-economia-solidaria-reune-empresarios-negros-no-pelourinho-em-salvador.ghtml>.

FEIRA PRETA. **O que é?** Disponível em: <http://feirapreta.com.br/>. Acesso em: 06 de junho de 2019.

FRENTE FAVELA BRASIL. **Partido Político**: <http://www.frentefavelabrasil.org.br/index.php#about>.

GREEN, Shelley; PRYDE, Paul L. **Black entrepreneurship in America**. Transaction Publishers, 1989.

ISTO É, DINHEIRO. **Matéria**: <https://www.istoedinheiro.com.br/celso-athayde-e-o-empresario-do-ano-2017-em-impacto-social/>.

JÚNIOR, João Feres; DAFLON, Verônica Toste. **Políticas da igualdade racial no ensino superior**. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, n. 5, p. 31-44, 2014.

KOELLINGER, Philipp; MINNITI, Maria. Not for lack of trying: American entrepreneurship in black and white. **Small Business Economics**, v. 27, n. 1, p. 59-79, 2006.

MONTEIRO, Jorge Aparecido. **O empresário negro: histórias de vida e trajetórias de sucesso em busca da afirmação social**. Produtor Editorial Independente, 2001.

MOVIMENTO BLACK MONEY. **Nossa História**. Disponível em: <https://movimentoblackmoney.com.br/quem-somos/> Acesso em: 06 de junho de 2019.

NASCIMENTO, Eliane Quintiliano. Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica. **Anais do Seminário de Ciências Sociais**, v. 3, 2018.

NOGUEIRA, João Carlos (org.). **Desenvolvimento e Empreendedorismo Afro – Brasileiro**: Desafios históricos e perspectivas para o século 21. Atilende. Florianópolis, 2013.

OLIVEIRA, Bruno. BID lança programa para atacar o racismo no empreendedorismo brasileiro. O Estado. <https://pme.estadao.com.br/noticias/geral,programa-tenta-diminuir-preconceito-nas-empresas,20000000193>

OLIVEIRA, Danilo Senen Cavallieri de. **Fintechs e inclusão financeira: o caso da implementação de uma plataforma digital de pagamentos em favelas do Rio de Janeiro e São Paulo**. 2018. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Taís Silva. Redes Sociais na Internet e a Economia Étnica: breve estudo sobre o Afroempreendedorismo no Brasil¹.

PERERA, Luiz Carlos Jacob et al. Missão: formar empreendedores. **Encontro Nacional da ANPAD. Anais**, 2004.

RME – Rede Mulher Empreendedora. Programa de aceleração a empreendedores negros é lançado com apoio do Facebook. Disponível em: <https://rme.net.br/2018/06/05/programa-empresarios-negros/>
SANTOS, Artur Henrique da Silva. *Desenvolvimento, Trabalho e Inovação: a experiência da Cidade de São Paulo (2013-2016)*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2016.

SANTOS, Gevanilda; DA SILVA, Maria Palmira. **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, Dias Tatiane. **Gestão Pública na Zona do Não ser**: Políticas Públicas, Igualdade Racial e Administração Pública no Brasil. Revista Administração Pública e Gestão Social. Abril/2018.

SILVA, Jéssica Cristina Fernandes da. Empreendedorismo e identidade afrodescendente: o caso da REAFRO. 2017.

SIMÃO, João Carlos Ngila. Afroempreendedorismo: perfil dos afroempreendedores da região do Rio Grande do Sul e quais os impactos de pertencer a uma rede de afroempreendedores: estudo de caso Reafro/RS. 2018.

UNISOL BRASIL. **Central de Cooperativas e empreendimentos solidários**. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/> Acesso em 06 de junho de 2019.

WALKER, Juliet EK. Racism, slavery, and free enterprise: Black entrepreneurship in the United States before the Civil War. **Business History Review**, v. 60, n. 3, p. 343-382, 1986.

WALKER, Juliet EK. **The history of black business in America: Capitalism, race, entrepreneurship**. UNC Press Books, 2009.

24. O GRANDE ABC E O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UM ECOSISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO: ENTREVISTA COM O PRESIDENTE E O VICE-PRESIDENTE DO ITESCS, LUIZ SCHIMITD E THIAGO Y. MATSUMOTO

Jefferson José da Conceição
Gisele Yamauchi
Ana Paula Lazari Ferreira

Criado em 2007, o Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITESCS) nasceu, originalmente, como uma iniciativa de empresários da área de Tecnologia e Informação (TI) de São Caetano do Sul. O objetivo era incrementar os negócios, gerar trabalho e renda e aumentar as receitas do município a partir de um ambiente mais favorável aos negócios e de conexão com diversas áreas da tecnologia. Desde então, o ITESCS ampliou o seu escopo, parcerias, ganhou dimensão regional, e até mesmo nacional e internacional.

Nos últimos anos, a entidade – que possui cerca de meia centena de associados - busca ser reconhecida *“como um dos grandes fomentadores de atividades ligadas à inovação e empreendedorismo (...) e acredita que a região do ABC tem potencial para ser um futuro Vale do Silício (...)”* e por isto enfatiza valores como *“inovação, cooperação, associativismo, empreendedorismo e ética”*(site oficial do ITESCS).

Em parceria com a USCS, o ITESCS realiza, neste ano de 2019, vários *hackathons* com professores e alunos de todas as escolas que compõem a instituição. O objetivo destas atividades é estimular na universidade o empreendedorismo e o surgimento de ideias novas e empreendedoras com potencialidade de se tornarem futuras startups.

Nossos entrevistados são Luiz Schimitd e Thiago Y. Matsumoto, respectivamente, atuais Presidente e Vice-Presidente do ITESCS. Ambos são especialistas na temática de ecossistema de inovação, que é o principal objeto desta entrevista.

Luiz Schimitd é administrador graduado pela Universidade Anhembi Morumbi com MBA em gestão de processos pela FGV; diretor do Grupo Schimitd Segurança e Serviços (especialista em *facilities* e automação de acessos); *founder* da Delta Inovação (empresa especializada em *hackathon* e workshops de inovação) e da Agência Falconeye (especializada em *webdesign*).

Thiago Y. Matsumoto é engenheiro eletricista graduado pela FEI-SP com MBA de Gestão Empresarial pela FGV; sócio fundador da empresa portuguesa Atlantic Hub; *co-founder* da Lunctus Angel Startup Investing; investidor no Bossa Nova Investimentos e Anjos do Brasil; palestrante, mentor e investidor anjo, atuando com startups em eventos nacionais e internacionais; membro e integrante do Grupo de Trabalho de Seleção de Projetos Anjos do Brasil; membro do conselho da incubadora Mondó da Universidade Metodista de SP; diretor de Logística Ong - AMDAF Projeto Olhos do Xingu.

Entrevistadores: Fale um pouco da sua trajetória profissional.

Luiz Schimitd: Minha carreira é mais na parte técnica. Trabalhei na Schneider, que é uma indústria de equipamentos. Foi lá que eu vi a aplicação de conhecimento técnico no dia a dia de trabalho. Eu tinha um ambiente propício, não para inovação ainda, mas para a importância de se estudar mais. Isso fez com que eu procurasse outras soluções. A gente queria muito resolver um problema de processos na empresa. Então, eu e mais um amigo, a gente se propôs a resolver aquele problema de processos. Construímos um novo sistema, um mini software para gerenciamento comercial. Assim, a gente começou a ver que aquela solução era uma coisa muito legal de ser feita, que podia

ser vendida para outros lugares. Resolvemos abrir uma empresa. Meu primeiro teste como empreendedor foi abrindo uma empresa de programação. Entretanto, um tempo depois, acabei fechando. O que é muito normal, ainda mais sendo uma startup. Eu saí da Schneider com esse propósito; fui empreender nessa empresa; trabalhava num coworking; já estava inserido no ecossistema de inovação. Mas eu não sabia que eu tinha uma startup, que trabalhava num coworking (...). Eu fechei essa empresa em 2011. Em 2009, eu comecei a atuar na empresa Schimitd, que é uma empresa familiar, onde atuo atualmente. Desde 2010 eu venho empreendendo nas áreas de tecnologia, segurança e automação. E também tentando fazer outras coisas. Eu me formei em administração pela Universidade Anhembi-Morumbi. Fiz MBA pela FGV em Santo André, em gestão de processos (...).

Thiago Matsumoto: Eu acho que fui concebido e formado para ser da carreira corporativa. Fiz curso técnico em eletrônica; e graduação em engenharia elétrica na FEI. Cerca de 1/3 da minha carreira foi em área corporativa. Comecei como engenheiro em uma empresa; gerente de engenharia. Tive a possibilidade de ir para vendas e marketing, como se fosse a parte de consultoria. Eu fazia muita venda consultiva (...). Eu virei gerente geral. O dono da empresa começou a me apoiar e pagou meu MBA em gestão empresarial. Ele começou a me incentivar cada vez mais para eu ir para a área de vendas e marketing. Foi exatamente nesse momento que eu encontrei as Startups. Então, eu fiz um projeto para a empresa realizar investimentos em Startups. A empresa, porém, não achou muito viável. Assim, eu mesmo comecei a investir como pessoa física, pois gostei do projeto. Comecei a me envolver mais e mais com as Startups. Cada vez mais eu estava inserido neste mundo das startups. Também me tornei um pouco de referência, porque também conhecia pessoas de referência. A partir daí, iniciei um trabalho mais institucional e também comecei a investir mais em mentorias e palestras. Chamaram-me para ser adviser (conselheiro) em algumas vezes. Foi nessa trajetória que montamos uma empresa chamada Atlantic Hub. Trata-se de uma empresa que tem o objetivo de levar empresas - seja startups, indústrias ou serviços - para Portugal, com todos os incentivos. Em realidade, temos uma via de mão dupla, entre Portugal e Brasil, para trazer e levar empresas. Costumo dizer que tenho sorte de conseguir viver só de startups.

Entrevistadores: Apenas um parêntese: você é o próprio símbolo do jovem que se desgarras das estruturas corporativas tradicionais, pouco a pouco!

Thiago Matsumoto: Se estivéssemos quatro anos antes, e você me perguntasse o que eu queria ser, eu iria falar que queria ser um diretor ou um presidente de uma empresa corporativa. Teve uma hora, porém, que deu esse insight e eu falei: não quero ser mais um número, um colaborador.

Entrevistadores: Um “ecossistema de inovação” é o termo que a literatura utiliza para descrever o sistema, o qual, em determinado território (local, regional, estadual, nacional...), liga e impulsiona o apoio à inovação, o desenvolvimento tecnológico e o empreendedorismo, por meio da interação entre empresas, empreendedores, universidades e poder público, entre outros. Assim, quais as principais instituições e atores constituem hoje o ecossistema de inovação no Grande ABC Paulista? Qual a sua avaliação sobre este ecossistema?

Luiz Schimitd: Minha avaliação é de que todos esses agentes já estão aqui. Só que muitos deles estão fazendo as suas atividades separadamente. Temos universidades de qualidade muito alta; empreendedores com vontade de fazer; um transporte logístico que propicia fronteiras; troca de informação. A gente até tem agentes públicos interessados em fazer alguma coisa, mas cada um olha o seu município. O que, a meu ver, é um grande erro. Temos uma Região que tem uma característica muito interessante. Cada município que a compõe tem a sua característica específica. Entendo que essas características devem ser “trocadas” em um ecossistema. Então, os agentes já estão aqui; já temos grupos de investimento que estão focados aqui; temos coworkings, espaços cooperativos, fablabs, que são atividades necessárias para isso. O que falta é coordenação de atividades.

Entrevistadores: Se você tivesse que graduar o ecossistema do Grande ABC hoje, qual seria a “nota” e por quê?

Luiz Schimitd: Vou graduar em duas etapas. Se eu for avaliar o ecossistema do Grande ABC em termos de Brasil, a gente estaria no nível de 4 para 5. Por quê? Porque eu já estou comparando com ecossistemas mais maduros, como o de Santa Catarina, por exemplo. Você tem lá um ecossistema que tem força. Lá, eles conseguiram transformar a economia da região, que antes era preponderantemente associada ao turismo. Agora, ela é voltada para a área tecnológica. Houve um grande investimento dos agentes públicos. Houve interesse empresarial (...). Por conta de eventos da tecnologia, a atração de investimentos altera a característica da região. É claro que isso demorou 20 anos para ser feito. Então, o ecossistema de Santa Catarina está bem maduro. Portanto, uma região almejar tornar-se uma espécie de Vale do Silício exige uma cultura diferente. O Vale do Silício seria uma referência de nota 10; Santa Catarina estaria hoje numa nota 8, bem próximo já. Aqui, no Grande ABC, falta muito. Não temos essa cultura de inovação enraizada. A gestão pública ainda não está focada nisso. (...) É importante a gente pensar nisso. Os agentes do ecossistema ainda não atuam de maneira coordenada. A grande questão é que, quando falamos sobre ecossistema, a coordenação é fundamental. Não importa se eu vou ter 200 FabLabs. O que importa é que eu tenho mais atividades e que estas atividades tenham visibilidade e que tenham aplicação. A startup que começa sem vender não tem sentido algum, ela tem que fazer girar a economia.

Thiago Matsumoto: A pergunta sobre o ecossistema do Grande ABC é ótima! Estou no ITESCS há quase quatro anos. Fomos os precursores de startups de inovação aqui no ABC. Até então, ninguém falava sobre esse tema na região. Acho que fiz palestras em todas as universidades e empresas de grande porte falando sobre o tema. Uma vez até falaram que íamos fazer um “stand up” e não startup. Isto, para você ver o quão cru ainda estávamos no Grande ABC. Hoje, o movimento das startups está muito forte, não só aqui, mas em todo o Brasil e no mundo. O ecossistema do Grande ABC começou a crescer. Estamos ainda no início. O ITESCS, as universidades e outras entidades estão fazendo com que o ecossistema cresça. Ano passado, nós ajudamos a fundar o ecossistema “ABC Valley”. Trata-se de uma comunidade na qual estão essas instituições e atores. O principal objetivo é o engajamento dos empreendedores de startups. Até então, nós sabíamos que havia um ecossistema, mas não sabíamos onde. Agora, temos um senso de pertencimento a um ecossistema. As startups começam a se conversar. Com isto, poder público, ITESCS, investidores começam a “rodear” as startups e a ajudá-las. Vejo que o ecossistema está crescendo. Já somos reconhecidos no Brasil todo. Uma dificuldade a ser enfrentada é que o Grande ABC é muito próximo de São Paulo. Então existe um pequeno problema: quando a startup fica forte, vai pra lá, porque no município de São Paulo, que é uma cidade global, há mais oportunidades. A gente tenta fazer com que se crie mais capital aqui, para se ter mais investimento. Isto, para que as startups, as incubadoras e os investidores fiquem aqui e não precisem ir para São Paulo. Esse é o nosso maior desafio para que o ecossistema fique grande.

Entrevistadores: No que consiste o ABC Valley proposto pelo ITESCS? No que o Vale do Silício poderia inspirar o ABC Valley?

Luiz Schimitd: O ABC Valley é um movimento que começou motivado pelo ITESCS. O objetivo é criar um ambiente para se “falar” sobre startups. Há quatro ou cinco anos atrás, não se falava sobre isso. Nós começamos a atrair os agentes, para falar de startups na região. Esse termo- “ABC Valley” - foi usado pela primeira vez em 2017 em uma atividade do SEBRAE, a primeira edição do Startup SP do SEBRAE. Ao final dela, a gente cunhou esta nomenclatura ABC Valley. Antes de chegarmos a este nome, a gente fez uma votação pela comunidade (...). Temos um grande grupo de WhatsApp que ajuda a juntar esses agentes. Rapidamente, nós chegamos entre cem a duzentas pessoas (contatos envolvendo reitores de universidades, gestores, empreendedores, startups já consolidadas). Enfim, com todo mundo dentro desse grupo, fizemos uma votação e se chegou ao nome de ABC Valley. O evento do SEBRAE era a primeira vez que ocorria no Grande ABC. Ficamos na liderança no ranking dos eventos realizados fora do município de São Paulo. Essa é a atividade que mais promove Startup fora de São Paulo. O ABC Valley é um movimento que promove a região. Não tem empresa na “cabeça” do movimento, não tem dono, não pertence a uma instituição. Ele é um movimento da comunidade regional. O Silicon Valley é, antes de mais nada, um movimento, uma cultura regional. Assim, que o ABC Valley seja de todo mundo que está no ABC, ou de quem não está, mas que gosta e que quer promover as atividades aqui no ABC. Toda pessoa pode se tornar membro do ABC Valley. O que ela precisa é promover o que a gente está promovendo: a

mudança da matriz econômica regional. Quando eu falo em mudar, não é acabar com o que já existia. É acrescentar no Grande ABC a inovação tecnológica e o empreendedorismo. Entendemos que isso vai fazer com que o Grande ABC consiga sobreviver nos próximos anos e não ficar mais totalmente dependente da indústria. A própria indústria pode (...) aproveitar o que a gente está fazendo e gerar as suas próprias inovações. O ABC Valley é isso: um movimento (...) que vai trazer mais prosperidade. Mas o ABC Valley não pode ter dono. Temos a intenção de fazer uma missão ao Vale do Silício (...) no ano que vem.

Thiago Matsumoto: O Vale do Silício inspira muito o ABC Valley. O ITESCS é uma entidade jurídica sem fins lucrativos. Somos associados e pagamos mensalidade para fazer parte do ITESCS. Já o ABC Valley é algo “geográfico” e apartidário. Não tem chefe e não tem dono. Trata-se de um ambiente, assim como o Vale do Silício, onde existem empresas de tecnologias, universidades e pessoas que lá movimentam muito o ecossistema. No caso do ABC Valley, queremos startups, investidores, universidades - todos pensando em inovação e empreendedorismo, porque o Grande ABC sempre foi o maior pólo tecnológico do Brasil. Isto, por causa das montadoras e do grande setor industrial na região. Algo de importante, que tem a ver com o Vale do Silício, refere-se ao número de engenheiros formados pela região. O Grande ABC tem as maiores faculdades de engenharia (...) assim como lá no Vale do Silício. Uma coisa que eu gosto muito do Vale do Silício é a diversidade, a transcultura. Se você andar por lá, verá americanos, chineses, indianos e brasileiros, entre outras nacionalidades, conversando. Isso é que faz o Vale do Silício ser o que é. Gostaria que o ABC Valley tivesse essa diversidade, pois isto faz um ecossistema forte.

Entrevistadores: Mas você tem a presença de empresas âncoras no Vale do Silício.

Thiago Matsumoto: Sim, tem a presença deles. Mas eu vejo que o Vale do Silício nasce bem antes (...) assim como o ABC. As grandes empresas, as empresas âncoras, podem ajudar a estimular a inovação.

Entrevistadores: O ecossistema de inovação guarda forte relação com um determinado espaço territorial – por exemplo, o Grande ABC Paulista. O mundo digital, no entanto, tem reduzido as distâncias e aproximado os territórios mais distantes do planeta. Assim, como você vê a relação entre o ecossistema de inovação do Grande ABC (ou ABC Valley) e as relações com outros atores, instituições e ecossistemas de outras localidades? Que desafios e oportunidades você vislumbra neste ambiente?

Luiz Schimidt: O ABC Valley é um ecossistema, mas é claro que existem outros no mundo e que, mesmo no Brasil, a gente está falando de alguns apenas. Por exemplo, o Red Foot é o movimento do Paraná, que tem este nome por conta da terra da região. O movimento faz com que as pessoas tenham um senso de pertencimento, não só do ecossistema, mas também da região. E é exatamente isso que falamos aqui sobre o ABC Valley. Existe o movimento de Presidente Prudente, por exemplo. Eles estão fortalecendo bastante o movimento na região e já estão conectados com a gente. Iremos fazer uma ação em conjunto e, automaticamente, as informações que a gente tem serão mandadas para lá. Além disso, trazemos pessoas. Somos chamados para fazer mentoria lá. Então, essa conexão entre ecossistemas acontece. O que é fundamental para empreender é a gente poder trocar experiência com todo os ecossistemas e assim com todas as comunidades. Quando a comunidade cresce, ela começa a ter problemas de relacionamento, problemas de interesses. As pessoas não sabem para onde vai e procuram mais informações. Por isso que é importante trocar informações com outro ecossistema, esteja este começando ou seja mais maduro. Entretanto, ao mesmo tempo em que se está conectado com outro ecossistema, é muito importante reforçar a própria regionalidade do ecossistema: o olho no olho, o contato próximo, o senso de pertencimento com a região (...). [Com isto], nos sentimos mais parte do ABC Valley do que do Red Food. A gente entende que a regionalidade é muito importante.

Thiago Matsumoto: Gosto muito de responder isso. Eu viajo muito para falar de startups, fazendo palestras. O que a gente sempre passa pra todo mundo da comunidade das outras cidades é que fazemos parte do ABC Valley, como ITESCS ou Atlantic Hub. Falo que sou da comunidade ABC Valley. Isso ajuda muito no relacionamento entre os ecossistemas. Existem diversas comunidades

de startups pelo Brasil que se relacionam e estão fazendo a diferença. No ano passado, tivemos, em Portugal, o evento “Web Summit”. Levamos quase vinte pessoas do ABC para este que é o maior evento de tecnologia do mundo. Foi muito bacana, porque fazíamos postagens falando que o ABC Valley estava lá e todo mundo do ABC curtia. Nós, como ecossistemas, temos que ir e falar sobre o nosso ecossistema. Isso traz muito benefício e conexão. Com isso, vieram pessoas conversar com a gente e perguntar como foi feito o ABC Valley, visando levar para outras cidades a construção de ecossistemas.

Entrevistadores: Você enfatiza bastante o ABC Valley na viagens. Você diria que o ITESCS e o ABC Valley já são conhecidos nacionalmente?

Thiago: Sim, eu vejo que sim. Tome-se o caso do Benício, que foi o presidente do ITESCS anteriormente. Ele ajuda bastante nisto, levando o nome do ABC, seja como ITESCS ou ABC Valley. Estamos contribuindo com a comunidade. Mas nós, como ITESCS, sabemos diferenciar o que é o ITESCS e o que é o ABC Valley. Mesmo um estando “dentro do outro”, percebemos que a comunidade não pode ter dono. Os participantes podem pensar que aquela região é do ITESCS e achar que queremos algum fim político ou financeiro.

Entrevistadores: Considerando-se as novas tecnologias digitais, suponha o seguinte cenário: desafios postos no mundo afora que cheguem ao ABC Valley, e que uma Startup daqui ajude a resolver. Essa situação já é vivida concretamente? Essa dimensão digital ajuda a conectar startups locais com outros ecossistemas?

Luiz Schimidt: Nós temos aqui no Grande ABC o exemplo de uma startup que começou aqui e agora ela está no Canadá, resolvendo um problema do cotidiano, que é a fila em escolas infantis. Só que esse era um problema não apenas do Grande ABC, mas também do mundo. A solução foi adaptada, não só na linguagem. Já está em aplicação. Há um contrato com uma empresa canadense e agora a startup busca conquistar o mercado americano. A empresa está instalada no Canadá. A empresa é de um associado do ITESCS e se chama “Filho sem fila”. Foi uma das primeiras a ajudar a fundar o ABC Valley. Esta empresa está ajudando a resolver um problema mundial. Tem outro exemplo aqui de uma empresa que foi para Colômbia – a Tech Mobile – que serve tablets para eventos e faz cadastramento de pessoas nos eventos. É, também, uma solução para um problema mundial. O empresário foi em uma missão para a Colômbia no ano passado. Já tem alguns clientes lá e já resolveu problemas. Uma terceira empresa, que está despontando bastante aqui e que está fazendo geolocalização, é a The Insights. Faz algo diferente, que é uma solução muito bacana. Há várias soluções que são regionais, mas que resolvem problemas mundiais. Nesse sentido, o pensamento de inovação deve ser: pensar local, resolver local e enxergar o mundial. Isso é necessário. E é o que a gente chama de escalar o negócio. Então, se você tem uma solução para um problema que a sociedade tem, valide-o na sua sociedade, no seu território. Veja e faça o teste nesta sociedade; depois o mesmo procedimento deve ser considerado em outra sociedade ou território.

Entrevistadores: Qual é o grau de apoio das instituições do Grande ABC Paulista ao desenvolvimento do ecossistema de inovação regional?

Luiz Schimidt: Agentes públicos de Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Diadema foram os que tiveram contato comigo diretamente. Desses, todos eles têm, em maior ou menor grau, uma atividade já focada. Algumas com maior êxito e outras ainda com atividades mais espaçadas. A minha percepção é que estas atividades não estão coordenadas regionalmente e isso pode ser feito num segundo momento. É necessário que se tenha densidade nas coisas que estão sendo feitas na região. Quero dizer com isso que não adianta fazer um evento de inovação em janeiro, um evento de inovação em julho, outro no final do ano. É pouco espaço de tempo. Isso faz com que as pessoas se percam nos problemas. E também faz com que elas não tenham uma posição sobre a cidade; que tenham um pensamento de introdução da Inovação de uma maneira bem forte. O que tem que se fazer não é só palestras. Mas também discussões em fóruns, eventos para discussão sobre os problemas locais, de modo que se proponham desafios para a própria região. Assim, poderíamos ver uma atividade que está sendo feita em outros lugares e analisar sua utilização em nossa região. A prefeitura e o estado têm que abrir as portas para que sejam

resolvidos os problemas; e as melhores soluções dos problemas têm que ser remuneradas por isso. Os desafios que as prefeituras têm são imensos. Tem muita tecnologia para resolver e essas atividades.

Thiago Matsumoto: Eu vejo que, assim como o ABC Valley está crescendo, as políticas públicas também estão, bem como todo o ecossistema de startups, inovação e empreendedorismo no Brasil. O processo começa em uma entidade privada ou ações privadas; com isto, (...) as entidades públicas passam a apoiar. No momento, estamos com maior apoio de prefeituras. Não estamos como gostaríamos que fosse, é verdade. As próprias prefeituras também querem ampliar sua atuação, mas eles não sabem como fazer esses apoios e integração com o ecossistema. Às vezes, há muitos eventos e ações pontuais em prefeituras e entidades públicas (...). Por isso, estamos batendo na tecla de que tudo faça parte e se integre a um sistema regional do ABC. Hoje, o ecossistema se organiza por cidade. Nós temos sete cidades envolvidas. Para gerenciar tudo isso, é muito complicado. Ouve-se com frequência dos representantes do poder público: “vou fazer essa política pública, mas ela é para a minha cidade”. Outra pessoa fala: “não, é para a minha”. Mas o ABC Valley envolve toda a região. A questão inclusive deveria ser como levar o ecossistema de inovação para Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, municípios mais afastados. Essa é a batalha que estamos travando visando integrar as atividades.

Entrevistadores: Se você pudesse conversar com os prefeitos ou os representantes do legislativo da região, que pleitos você faria para desenvolver o ecossistema de inovação?

Luiz Schimidt: A gente tem algumas ações (...) que poderiam ser bem feitas. Os projetos de parque tecnológico e de centros tecnológicos poderiam sair do papel. Com isto, a região daria um salto brutal. Seria muito bom se isso saísse agora. Só que não está saindo. Existem algumas leis que poderiam ser adaptadas, como a Lei do Bem, a Lei da Informática, para que os incentivos à Inovação pudessem ser aplicados aqui. Existem programas do BNDES diretamente focados em startups, oferecendo apoio ao empresário local. Para aquele que criou uma startup com o foco em inovação pode ser oferecido uma redução do Imposto de Renda - uma exceção básica para empresas com foco em inovação. Isso seria um grande salto. Mas eu também vejo que já seria um passo importante caminhar com esses projetos. Particularmente São Caetano do Sul e Santo André têm bons projetos nesta área. Com eles saindo do papel, haverá um salto. Acredito também que dá para haver coordenação entre estes projetos. E que as atividades a serem feitas em Santo André gerem empregos para São Caetano do Sul, por exemplo; ou que as atividades de São Caetano do Sul gerem demanda no comércio de Santo André. Essa conversa regional é fundamental que se dê. Existe o movimento do Brasil competitivo que não é um movimento do governo, mas é nacional e que tem ligações locais. (...). Olhar o Grande ABC como região (...). Então, o que eu solicitaria é um apoio à inovação local. Isto, para que grandes, médios e pequenos empreendedores possam interagir juntos com o pequeno, médio e grande capital, visando uma solução para o desenvolvimento local, resolvendo problemas locais. Tem grandes empresas aqui e elas têm grandes recursos que podem ser aplicados em inovação. Se houver um programa de incentivo à inovação local, isso seria muito bom.

Entrevistadores: Você falou claramente do modelo de Santa Catarina. Que cidade ou região você daria como um exemplo para que o ABC se inspirasse a buscar as informações de apoio ao ecossistema de inovação?

Luiz Schimidt: Além de Santa Catarina eu observei o modelo de Sorocaba. Lá há uma grande atividade envolvendo parques tecnológicos. Mas não é só isso. Tempos atrás eu estive em reunião com alguns gestores públicos do Grande ABC (...). Havia o pleito de outras secretarias para a aplicação da inovação em todas as áreas dentro do governo, e que fossem previstos investimentos e parcerias com as Universidades. Ou seja, as questões não estavam mais se restringindo ao parque tecnológico. E isso é muito bom. Sorocaba seria outro benchmarking. (...). São Carlos também tem um Parque Tecnológico (...). O que eles desenvolvem de tecnologia lá é de primeiro mundo. Eles estavam com o seguinte problema: eles tinham o parque, mas não tinham empresas. E esse problema foi resolvido há pouco tempo. Agora, dentro do parque, há empresas consumindo aquela tecnologia. Este é um caso muito bacana para a gente olhar.

Thiago Matsumoto: Incentivos fiscais tributários já ajudam muito. Florianópolis, por exemplo, tem uma política específica que se chama “Lei Rouanet de Inovação”. Por ela, os empresários têm benefícios, se investem em startup; ou, se contratam startups, eles têm benefício no ISS. Realizam também eventos e ações como constituição de incubadoras e pólos tecnológicos. Isso ajuda e muito. (...). O Estado de São Paulo incluiu para toda a rede o turismo na escola pública; e até aumentou a carga horária. Isso é uma inovação pública que ajuda o empreendedorismo. (...).

Entrevistadores: Qual a efetiva participação do ecossistema de inovação – em particular, as startups – na resolução dos problemas e desafios das gestões públicas no ABC Paulista? Que medidas poderiam ser adotadas para impulsionar esta participação?

Luiz Schimidt: Cabe ao poder público oferecer desafios; os desafios devem estimular a resolução de problemas. Claro, não dá para se resolver todos os problemas da prefeitura com as startups. Nós temos problemas de processos, problemas de atendimento, variações de demandas. Todas essas áreas poderiam ser melhoradas. Isso já é feito em outras cidades. Não sei se eu posso citar, mas existem algumas prefeituras que já estão fazendo atendimento por chatbot para entender a demanda deste ou daquele cidadão. Se for uma demanda real, ela é enviada para um filtro antes de se enviar para a defesa civil ou para polícia. Para quem quer que seja, usar uma tecnologia tem que ter uma demanda de base e melhorar o problema de atendimento é crucial. Outras startups, de cunho jurídico, por exemplo, poderiam avaliar processos da prefeitura e oferecer soluções para os cidadãos. Deve-se ver em primeiro lugar os problemas. A partir daí, propor desafios a serem enfrentados pelas startups. Isto seria um grande avanço. Temos startups que se propõem a resolver esses problemas. (...). Há uma questão bem atual: demora-se um ano ou dois anos para se contratar aquela startup que ia resolver um determinado problema. Passar por um processo licitatório, é um problema grande. Muitas vezes, a startup ainda nem foi formalizada, não tem capital social para participar. Enfim, é uma questão burocrática e tem que ser solucionada.

Thiago Matsumoto: As startups nascem com esse objetivo, que é resolver problemas, desde problema de locomoção até problemas em áreas como educação, entre outras. As startups servem exatamente para resolver problemas das cidades. Para impulsionar essa relação de problemas, as startups têm que ter algo que faça com que elas fiquem aqui. Assim como os cérebros se formam aqui e trabalham lá, há empresas que se formam aqui e vão para lá. Uma das ações que pode ajudar bastante é fazer com que as startups fiquem aqui. Há dois anos não havia coworkings por aqui. Hoje, nós temos aqui no ABC. Há muitos coworkings. Isto ajuda muito você a ter uma empresa. Não precisa nem ser uma startup, mas ter uma empresa. Você pode ter o seu coworking e você consegue trabalhar daqui do ABC. Não precisa ir para São Paulo porque lá tem mais empresas. Você consegue se posicionar daqui. E o ABC pode promover isso. Temos que lutar contra essa visão de que o Grande ABC está se tornando uma região dormitório. (...). Também, essa pessoa que mora aqui e trabalha aqui não precisa pegar duas horas de trânsito, duas horas para ir e duas horas para voltar do trabalho.

Entrevistadores: seria uma forma de reter seus próprios talentos....

Thiago Matsumoto: Posso até fazer uma conexão com a Indústria 4.0. Nesta, tem-se que conectar as máquinas, a tecnologia, a transmissão e a comunicação entre máquinas. Mas o principal objetivo da indústria 4.0 é aproximar o produtor do consumidor final. Quando você tem essa conexão dos produtores e consumidores finais, isso muda as coisas. Assim, estão aumentando cada vez mais as vendas de pequeno porte nos bairros em São Paulo. Você faz com que a comunidade consuma no próprio bairro.

Entrevistadores: O Grande ABC é o maior *cluster* industrial da América Latina. Na região, concentram-se centenas de indústrias de grande, médio e pequeno porte. No entanto, há um distanciamento entre as indústrias e o ecossistema de inovação regional (universidades, centros de pesquisa, startups etc). Como fazer para aproximar a indústria e o ecossistema de inovação?

Luiz Schimidt: Temos indústrias aqui, principalmente grandes. Elas observam que há algo melhor no mercado e acabam consumindo soluções de fora da região. Hoje estava com alguns amigos discutindo sobre isso. As soluções que a gente tem aqui para as grandes indústrias acabam vindo de fora. Entretanto, o capital intelectual, boa parte dele foi construído no ABC. Você tem universidades ótimas que constroem um capital intelectual gigante, mas que é consumido por São Paulo, até pela proximidade que a gente tem com São Paulo. A gente acaba ficando à sombra. Entendo que a gente tem que ter cada vez mais esse ecossistema sendo divulgado. A gente propõe que ele seja mais divulgado com a proposta de resolver os problemas das indústrias, seja de pequeno, médio e grande porte. Olhando isso, entendo que as grandes indústrias podem captar soluções regionais de boa qualidade em sua base territorial, com custo-benefício ótimo. A indústria vai começar a ver isso. (...). Não adianta nada eu saber que existe o ABC Valley e eu procurar e não ter ninguém (...). Vai ter algum evento em alguma sala para discutir inovação? Esse evento tem que ter uma conexão com a gente, que pega demanda e manda para alguém – quanto mais essa informação for massificada, melhor. Quanto mais densidade de eventos a gente tiver, mais fácil será fazer com que as pessoas comecem a conectar. E aí faz com que a gente crie uma rede de resolução de problemas eficiente. É por isso que eu falo que a densidade é muito importante para a gente ter uma massa crítica, pessoas que sejam capazes de resolver esses problemas e a informação rodando no ambiente também.

Thiago Matsumoto: Para aproximar o ITESCS da indústria, há necessidade de se promover ações para que levemos as startups à indústria, mostremos os seus benefícios. E assim gerar a integração entre elas. Estávamos pensando em fazer um evento agora, que provavelmente seria no final do mês de maio e começo de junho, um evento do SEBRAE chamado “Compre do Pequeno”, para estimular as empresas a comprarem de pequenas empresas. Não sabemos ainda como vai se chamar o evento, mas pensamos em algo como “Compre das Startups”. Esse evento vai estimular as startups a expor o seu benefício. Vamos trazer empresários, de pequeno, médio e grande porte. A ideia é apresentar como a startup pode ajudar a empresa. Às vezes a empresa, o empresário tradicional, está dentro daquela “bola de neve”, na tentativa de trazer recursos, investimentos e de clientes, mas quer inovar e não sabe como em curto prazo, com a crise e tudo mais. Dizemos que, para você inovar, você não precisa fazer um design thinking internamente na sua empresa. Se você consumir das startups, você vai entender o que é inovação. E aí você vai se orientando mais com as startups. Você não precisa fazer algo disruptivo, algo inovador, dentro da cultura de uma empresa. Como vou fazer igual ao Bradesco que fez o “InovaBra” que construiu um prédio com uma incubadora? Você não precisa fazer isso, não faz sentido. Mas começar a consumir de startup e começar a fazer esse entendimento, é muito bom. E o melhor: como se trata de uma startup, é uma empresa pequena, de pequeno e médio porte. É muito fácil você falar com o dono da pequena empresa. Então às vezes um problema que a minha empresa tem, uma startup pode ajudar. Além de ser uma conversa de ajuda mútua (como foi a sua gestão de vendas? como você fez a sua startup? você pode trazer isso para sua empresa?), e isso vai gerar a inovação aberta. A inovação aberta é você usar o corpo de inovação que você tem, usar as entradas de fora, que seriam as startups, as universidades e criar novos projetos e novas ações. A inovação aberta começa por se consumir de startups.

Entrevistadores: O problema maior parece então estar dentro das empresas, na cultura da empresa, porque a empresa deve visualizar as oportunidades e sair daquele modelo mais burocrático que trabalhou por anos.

Thiago Matsumoto: Isso é um dos problemas não só de empresas pequenas e médias, mas das grandes. Na verdade, até mais das grandes. Imagine uma startup que tem um projeto. Aí as empresas grandes falam que para comprar de você (startup), a sua startup terá que passar por um processo burocrático gigante. A gente chama lá de “Pock”, como se fosse uma prova de conceito. No início, tem que passar por essa prova de conceito para a gente comprar de você. Isso é o que as empresas e as indústrias fazem. O que acontece é que muitas vezes uma grande empresa faz com que eu tenha mais ou menos duas mil unidades do meu produto. Na “pock”, o que se pede é que eu faça somente 10 unidades. Uma startup não tem condições de fazer uma dessas provas de conceito para uma grande empresa. Aí a startup responde: “eu não consigo”. A empresa então

responde: “então, você não pode ser meu fornecedor, porque todos os meus fornecedores são desse jeito”. Tem que fazer com que a empresa entenda isso, que para a startup é diferente. Às vezes a startup é uma MEI ou simples, que não é tão adequada para se relacionar com uma grande empresa. Mas tem que ter sim uma abertura da empresa, inclusive ter programas. O da ABDI ajuda muito conectando a grande empresa e a startup. O foco dela é como desburocratizar as grandes empresas.

Entrevistadores: Poderíamos dizer que se trata de um choque de culturas e de incompatibilidades entre os tipos de empresas?

Thiago Matsumoto: Como as empresas multinacionais têm uma forma global de comprar, muitas vezes ocorre o choque de culturas (...). Às vezes o que tem que se fazer é adequar algo regional aqui no Brasil. Há a burocracia de que “sempre foi assim”. Isto é um problema. Pelo fato de que “se sempre foi assim, porque que eu vou contratar essa startup?”. Existe esse problema. Eu vejo que alguns diretores de empresas querem conversar, mas existe uma hierarquia. Há as pessoas que têm mentes mais abertas. Entretanto, às vezes falta um pouco de força para elas conseguirem implementar. Mas, com o tempo e o dinamismo das startups, isso está mudando.

Entrevistadores: A Indústria 4.0 já está presente nos países avançados como Estados Unidos, países europeus e países asiáticos. Segundo estimativas, até 2030 cerca de 30% das vagas de trabalho serão eliminadas, com a extinção de profissões e automação de tarefas repetitivas. Você acha que o movimento empreendedor pode gerar volume de ocupações capaz de compensar os cortes nos empregos industriais?

Luiz Schimidt: Bom, nem todo mundo pode ser empreendedor, mas um empreendedor que se desenvolve pode criar vários empregos. Eu acredito que esses caminhos existem, que podem ser trilhados em paralelo. Primeiro, o caminho do empreendedorismo, para quem quer empreender de uma forma diferente. E aí eu faço um parêntese: a gente tem muitas pessoas que estão aqui no ABC que têm uma capacidade intelectual e uma capacidade financeira importante para se colocar um negócio à frente. Daqui a cinco anos as startups de sucesso não serão mais tocadas por jovens. Serão tocadas por pessoas com maior “tarimba de mercado”. É o que eu chamo de capacidade. A idade média dos CEO's é entre 42 e 45 anos - idade que a indústria não está mais absorvendo. Mas eles poderiam ser bons empreendedores. Hoje, uma pessoa, por exemplo, com 45 anos que trabalha em Barueri, leva três horas de trânsito. Se ela puder empreender daqui, ela consegue então ter uma qualidade de vida muito boa. Eu acho que trabalhar o empreendedorismo nesse sentido é perfeito. O empreendedorismo, a inovação e a tecnologia ajudaram a desenvolver vários postos de trabalho. Porém a gente tem outra grande massa na base da pirâmide que precisa ser atualizada para trabalhar. Então, o empreendedor que saiu de uma grande indústria (...)vai entender que a tecnologia, seja na consultoria ou no seu negócio, vai consumir uma mão-de-obra talvez qualificada, mas certamente diferente, com conhecimento e habilidades diferentes. São caminhos que precisam ser trilhados pela região. Nesse caminho, falando de inovação e startups, deve-se inserir alguns elementos que são básicos do conhecimento sobre lógica, informática, programação. Essa base da pirâmide precisa ser atualizada para que ela possa trabalhar numa startup daqui para frente. Então, respondendo à pergunta, o movimento empreendedor pode criar novos postos de trabalho, mas precisa trabalhar junto com a indústria e o ecossistema de inovação.

Thiago Matsumoto: A pergunta toca numa ferida muito grande. Falar de automação e indústria 4.0 envolve várias frentes. Dá para elencar vários pontos. Olhando friamente, a automação dará o tom, assim como a Revolução Industrial e a Revolução Agrícola eliminaram diversas vagas. Toda inovação e melhoria sempre marcam um ecossistema. O país vai se adaptando. Tem uma frase muito boa de Jack Ma, do Alibaba, que fala assim: “meus avós sempre trabalharam 16 horas por dia e para eles era normal. Hoje trabalhamos 10 horas por dia e achamos isso normal. Você acha que no futuro as pessoas vão trabalhar mais que 10 horas por dia?”. Já há um pensamento em curso da necessidade de diminuição de carga horária para assim gerar mais trabalho. Bill Gates defende (...) o imposto sobre o robô. Cada robô que trabalha teria que pagar o seu imposto. Tudo isso pensando políticas para ajudar a resolver esse problema de falta de vagas de trabalho. Também existe uma forma totalmente antagônica à tecnologia: de que a tecnologia vai, cada vez

mais, afastar a elite da classe operária. Isso pode acontecer. Depende como você usa. Como os robôs estão cada vez mais ajudando essa parte, então a disparidade econômica entre a classe alta e a classe baixa vai aumentar cada vez mais. Vejo que falar sobre o futuro é muito complicado. Não tenho palpite do que vai acontecer amanhã. Mas vejo que é importante as pessoas pensarem que isso que está acontecendo não tem como voltar. (...). O futuro está aí. Assim como a Revolução Industrial trouxe coisas novas e acabou com diversos trabalhos, muitas pessoas terão que se reposicionar. Muitos perderão, vão ter que se adaptar. O governo vai fazer regulações para normalizar, assim como no caso do Uber. O Uber gera uma precariedade no trabalho, nas condições de trabalho. Então, tem que haver também políticas públicas para que pessoas que estão trabalhando no Uber não sejam prejudicadas. Porque elas estão trabalhando, usando a ferramenta. Se você for olhar o Uber, é uma ferramenta que cabe ao usuário decidir se vai trabalhar ou não com esta ferramenta. Ficamos dependentes dessa ferramenta. Esse trabalhador tem que trabalhar 10 ou 12 horas por dia para conseguir ter o seu sustento. Como o governo pode regular isso? Tem que ter mesmo essa regulação, pois você não é um trabalhador, mas também não é um empresário, então o que você é? Deve-se fazer e implementar políticas para que se regularize esta situação. Isto para que essa pessoa, que não é empresário, não fique tão escravo da ferramenta.

Entrevistadores: existem diferentes tipos de empreendedorismo. Por exemplo: o empreendedorismo de necessidade e o empreendedorismo de alto impacto. O ITESCS trabalha somente com o segundo ou também com o primeiro tipo?

Luiz Schimidt: A gente tem uma característica de transformação digital, que significa que está dentro de empreendedorismo de base tecnológica. Falamos para o empreendedor que ele que vai começar olhando a inovação e que ele vai montar uma barraca de hot dog. Vamos continuar comendo hot dog, não tem problema nenhum. Mas, para quem você vende? Onde você vende? Como você calcula a sua margem? Como você pode divulgar seu negócio? São elementos que fazem a diferença. A inovação está presente. Não está só no pipoqueiro que colocou a manteiga para você sentir o gosto e o cheiro a quilômetros de distância, a ponto de fazer você ficar com vontade de comer pipoca. Como ele vendeu essa pipoca, será que se ele ficar ali parado na frente do teatro ele vai vender? Será que ele não precisa divulgar o negócio dele? Então a gente promove essa transformação digital, independentemente do negócio. Ele deve começar a olhar a inovação como um ponto principal não importa o que a pessoa faz. No caso do empreendedorismo por necessidade, a gente tem alguns trabalhos feitos pelo Sebrae, de uma maneira muito boa. A gente sempre quer colocar um grau tecnológico no projeto dessas pessoas, para que a gente caminhe junto. Para que, além de ter uma boa estruturação do negócio, ele possa sobreviver daquilo. Nós temos ainda uma mortalidade muito alta de empreendimentos. Queremos que, além dele sobreviver, ele possa fazer algo diferente para o seu público. Estamos consumindo produtos de uma forma cada vez mais personalizada, porém automatizada. Quero comprar do meu celular uma pipoca que tem as coisas que eu gosto e não o que as outras pessoas gostam. É basicamente por aí.

Thiago Matsumoto: A gente trabalha com qualquer tipo de empreendedorismo, independentemente do que é. Trabalhamos com o empreendedorismo social e o empreendedorismo de alto impacto. Tudo depende do estágio em que está a pessoa ou o empreendedor. Uma coisa que temos feito bastante é trabalhado com os jovens, seja nas universidades ou escolas do ensino médio. Por quê? Porque, primeiramente, essas pessoas vão ser colaboradores e depois podem sair da empresa e montar a sua empresa. Se você já teve conhecimento e já teve um contato com o empreendedorismo logo no começo, não vai ter aquela desculpa: “puxa, fui mandado embora e o que eu vou fazer? Vou montar uma franquias, porque é interessante”. Quando uma pessoa é mandada embora, costuma ter um recurso financeiro expressivo, que é o fundo de garantia. Tem uma receita. Mas como a pessoa não está familiarizada com o empreendedorismo, ele vai no mais fácil. E aí, muitas vezes, investe seu dinheiro numa coisa que talvez não tem como dar retorno para ele. Um exemplo disso são as brigaderias e as paleterias. O que aconteceu? Elas aconteceram exatamente num momento de saída de indústrias. E esses tipos de empresas (franquias) têm um formato muito fácil. Você põe R\$ 150 mil aqui e aí você vai ganhar tantos reais. Tem tudo. As pessoas não fazem uma pesquisa de mercado para saber de tendências e entendê-las. E isso acontece tanto no caso do empreendedorismo social, quanto em relação ao empreendedorismo por

necessidade. Nós, do ITESCS – eu, Luiz e o Benício - fazemos palestras e workshops com 30 ou até 100 pessoas. Agora, estamos ajudando bastante os professores, porque eles impactam muito mais as pessoas diariamente. A parceria que nós estamos aqui, com a USCS, ajudou muito nisso. Nós já percebemos que temos que ir para as outras universidades. Ajudar tanto o aluno quanto o professor. O professor também deve ter esse pensamento do empreendedorismo, independentemente se vai ser por necessidade ou não. A pessoa vai estar com o empreendedorismo dentro dela. É necessário também ter uma postura empreendedora dentro da empresa. Chamamos isto de intra-empreendedorismo. Não dá para todo mundo criar uma empresa.

Entrevistadores: Conforme reportagem do jornal Estado de S. Paulo, de 28/4/2019, inovações produzidas por startups, como os aplicativos de serviços (Uber, iFood, 99 e outras), são utilizadas no Brasil por quase 4 milhões de trabalhadores autônomos como forma exclusiva de obter renda. Dados do Instituto Locomotiva apontam que, se somados os trabalhadores autônomos, os profissionais liberais e aqueles que têm outros empregos e usam o que ganham nas plataformas para complementar o salário, cerca de 17 milhões de pessoas no Brasil usam algum aplicativo para obter renda. É possível se afirmar que, ao lado da resolução de problemas do cotidiano das pessoas por meio destes aplicativos, estaria havendo também uma espécie de “uberização” das relações de trabalho (isto é, precarização), na medida em que na prática existiria um vínculo trabalhista entre as plataformas e os profissionais? Você vê alguma possível regulação desta questão?

Luiz Schimidt: Eu não tenho habilidade jurídica para analisar a terceirização. Se existe uma relação trabalhista ou não. Existem algumas coisas que a gente até discute. Inclusive nessa semana estávamos discutindo dentro da minha empresa, que alguns editais que saíram foram para segurança. O que para a gente é bastante complicado na questão de quem fica e de quem responde diretamente ao cliente final. São nessas plataformas. Por conta disso, ela não se responsabiliza pelas relações finais. Então, eu acho que nós vamos caminhar não para uma “uberização”, mas sim para uma adaptação dessas novas coisas. As responsabilidades serão compartilhadas tal como é feito com a terceirização, por exemplo. Então, se na sua portaria você terceiriza, você é corresponsável por aquela atividade. Quando a gente vai para o Uber, por exemplo, se alguém bate aquele carro e morre por conta de um acidente, é claro que existe uma corresponsabilidade para a empresa que promoveu aquela ação comercial e a pessoa que está executando. Mas isso ainda vai ser discutido para se adaptar à realidade. E quando a gente fala de “uberização” das relações de trabalho, há também que se reconhecer que as pessoas desempregadas estão aproveitando da tecnologia para gerar emprego e renda. Nós temos o Rappi, o Uber...que tem muita gente que está trabalhando de entregador por hora para complementar a sua renda, para gerar renda extra. Tem outras pessoas que utilizam aplicativos e que compartilham vagas temporárias de trabalho, compartilham relações de projeto. Neste tipo de aplicativo você coloca a sua característica e ele passa um projeto para você resolver. Entendo que não está havendo uma organização e sim uma modificação das relações comerciais e de trabalho e que talvez por conta dessa demanda, essa modificação vai fazer com que a lei seja posterior a estas coisas.

Entrevistadores: em que áreas da vida cotidiana irão crescer as startups?

Thiago Matsumoto: As startups são para resolver problemas e, no Brasil, o maior problema é a mobilidade. Então por isso que elas foram para esse lado. A logística também tem problemas, mas, na realidade, haverá muitas áreas que serão beneficiadas. Outro exemplo é medicina. A aprovação da telemedicina pelo Conselho Nacional de Medicina expande estas oportunidades. Isso vai ajudar muito. A primeira consulta tem que ser presencial e os acompanhamentos podem ser por telemedicina. A lei agora está falando também que tem que ter um profissional de saúde acompanhando. Mas as consultas terão todas de ser gravadas por cinco anos. É neste ponto que se tem uma barreira. Não no problema de confidencialidade, mas de guardar todas as informações de todos os pacientes nos servidores, que podem não comportar. É aí que se requer políticas públicas, para ver o que pode ser feito (...). As empresas que deram certo no Brasil são empresas B2C, de negócios para o cliente. Mas as empresas B2B, de negócios para negócios, também são fortes. Empresas que deram certo, como a 99Taxis e a Nubank, resolvem problemas do cotidiano das pessoas. Mas há muitas startups que resolvem problemas de empresa mesmo.

Entrevistadores: As inovações podem ser divididas em inovações disruptivas e inovações incrementais de melhoria contínua. No mundo prático, como uma startup percebe se a sua inovação é disruptiva ou incremental? Você pode dar exemplos de startups do ABC de um caso e de outro.

Luiz Schimidt: A gente chama de inovação disruptiva quando ela quebra alguma coisa de valor. Mas basicamente ela começou com a incremental. Chega um certo momento em que ela se torna disruptiva. É até difícil a gente entender hoje como está isso (...). A gente tem algumas inovações incrementais acontecendo aqui no Brasil (...). Há uma startup que saiu na revista do SEBRAE que ela é do ABC: ela faz controle de ponto pelo sistema de aplicativo. Então, ela modifica a relação com o relógio de ponto. Outra que é do ABC - indo para uma grande empresa - faz ração vegetal para cães e gatos (...). Ela pensou no problema de quem queria ter o seu animal alimentado de maneira saudável e pensou que ela poderia fazer isso. Essa empresa vendia basicamente pela internet e agora está vendendo em lojas. Ela começou com uma relação comercial diferente e resolvendo um problema. Tome-se o caso da Nubank. Ela não representa uma inovação disruptiva. A relação de banco com o dinheiro e o cliente já existia. Basicamente, é a mesma relação. Mas a forma de atender o cliente é diferente. Há outra startup que se chama Conta Fácil. Trata-se de um aplicativo que analisa as despesas do seu banco e oferece a você um guia de bolso, uma análise. Isso já existia também, mas a forma como você tem o acesso, a forma que você é atendido é diferente. As inovações acontecem onde os problemas são maiores. Ainda mais em se tratando de Brasil, o problema de atendimento é gigante. Nós, brasileiros, não somos bem atendidos em muitos dos lugares que vamos. Só que nós não reconhecemos. Isto é cultural. Mas aí, quando chega à inovação, quando ela acontece, aí você percebe que a relação era muito ruim. Quem tem o cartão de crédito com a Nubank pode mexer no seu limite com um dedo, na hora, em questão minutos antes da compra. É diferente da situação em que você tem que ligar para o gerente do banco para aumentar ou baixar o limite. Você tem hoje uma forma de atender diferente, uma forma de consumir também. Dentro aqui do ABC eu não consigo citar alguma startup que está a ponto de virar um unicórnio. Mas, de todos os unicórnios, nem todas são disruptivas. Boa parte delas é incremental.

Thiago Matsumoto: É difícil falar de disrupção em startup. Nem o Uber foi disruptivo. Ele foi disruptivo no modelo de negócio. (...) alugar por tempo, isso a gente sempre fez. Por exemplo, alugar um terno para ir para uma festa; você aluga por um dia inteiro ao invés de comprar o terno. Achar uma coisa disruptiva é uma coisa muito complexa. A gente pode citar o blockchain, a nuvem, a inteligência artificial, que são coisas disruptivas. Mas é muito difícil achar uma coisa disruptiva, não só no Brasil, mas no mundo. Falando do Brasil, dessa parte de disruptivo ou incremental, hoje as startups brasileiras são muito incrementais. Elas são muito copycat. Você copia de algo que existe lá de fora e introduz aqui no mercado. São coisas que dão certo lá fora e você tropicaliza para atender o mercado brasileiro. A 99taxi foi feita como uma cópia da "Lift" ou da "Did", que é uma chinesa. (...) Isso acontece muito no Brasil. As pessoas fazem startup já entendendo que um cara de fora vai vir comprar e, também, porque a pessoa de fora pensa "vou ter que montar uma empresa do zero, contratar gente, alugar o espaço, é muito melhor eu comprar algo já pronto e aí eu ponho a minha marca". No ABC, há diversas startups que estão implementando e criando disrupção no mercado (...). Cite-se uma startup no ABC que faz marcação de ponto relógio de ponto. Essa empresa tem 70% do mercado, a Dimep. Em vez de você comprar um relógio de ponto, mais ainda, comprar o relógio, pagar a mensalidade de manutenção, chamar um técnico quando tiver problema (...) você pode baixar o arquivo e com tablet você consegue fazer tudo isso. Essa empresa hoje fatura em torno de R\$ 100 mil por mês. A Vegpet, que eu comentei, de ração vegetariana, é do ABC. É uma startup cujo produto não é novo. A ração vegetariana não é uma coisa nova. E aí tem diversas outras aqui no ABC que ajudam e que resolvem problemas, mas eu não vejo que tenha disrupção. Eu não consigo elencar isso agora. O Vale do Silício, também, é mais incremental. (...). É muito mais difícil você ter uma disrupção, que é uma coisa que rompe um paradigma, rompe a parte tecnológica e de mercado. O que vem muito na minha cabeça é o blockchain, que é uma tecnologia que vem e muda tudo. Muda o jeito de pensar, muda o ambiente, muda muita coisa. Assim como a internet que foi uma disrupção.

Entrevistadores: Como seriam as etapas pelas quais passa uma startup até chegar a se tornar um unicórnio?

Luiz Schimitd: Tudo parte de uma ideia e como se fomenta essa ideia. É um processo chamado de hackathons. O hackathon fomenta a ideia. E com ela um projeto que geralmente se chama de pré-seed, uma semente. Começa-se a faturar no pré-seed. Começa-se a vender, a atender o cliente e ter um faturamento já com seus colaboradores. Quando sobrevive, a empresa vai para um seed. A gente utiliza essa denominação, porque os investidores também utilizam isso. Então, alguns investem em pré-seed e outros investem no seed. (...) Há na internet o nível de faturamento. Se eu não me engano, até o pré-seed, algo em torno de US\$ 250 mil; o seed, entre US\$ 250 mil a US\$ 500 mil. (...) Existem mais duas fases (...) até chegar no unicórnio, cujo valor se situa em torno de um bilhão de dólares em valores na bolsa nos Estados Unidos (...). As fases técnicas são essas. (...) [Em suma], tem-se uma ideia a ser desenvolvida (...) em seguida um produto pré-formatado (...) por à venda (...) validar esse produto ao seu cliente até chegar a se tornar um negócio, que a gente chama de Product Market Fit – PMF. Aí ela consegue entender que aquele produto, aquele preço, aquele mercado, funciona bem. Então é a hora que as pessoas entendem que a empresa está bancando o seu negócio. Ela já entendeu o mercado, já vendeu. Agora ela precisa ter marketing para começar a crescer o negócio. A partir daí, basicamente, é uma evolução de faturamento de um projeto. Entretanto (...), algo que não pode deixar de estar no horizonte de uma startup, até para ela se tornar um unicórnio, é que ela nunca pode deixar de ser uma startup. O que significa isso? Uma empresa que fatura de R\$ 100 mil, R\$ 500 mil ou até um milhão de reais por mês, se ela não tiver a inovação em sua essência - de buscar resolver problemas na ponta, de ouvir seu cliente todos os dias para resolver aquele problema -, ela deixa de ser startup rapidamente. Muitas empresas deixam de ser startup não pelo faturamento, não porque ela passou a faturar um milhão, e sim porque ela deixou de ouvir o cliente. Muitas acabam até morrendo nesse processo para virar um unicórnio.

Entrevistadores: Qual o tempo médio em cada fase desse processo até uma startup se tornar bem-sucedida?

Luiz Schimitd: (...) Dá para se falar em mais ou menos 18 meses. (...) É um tempo médio, mas depende muito da equipe que está lá dentro, do quanto ela está disposta a fazer um negócio e do mercado dela também.

Entrevistadores: Qual a diferença entre “nascer empreendedor” e se “tornar/formar um empreendedor”?

Luiz Schimitd: Para mim, os conceitos de empreendedores e de pesquisadores são muito próximos (...). O empreendedor nasce a partir do momento que ele quer resolver um problema e um pesquisador também nasce da mesma forma. Ambos querem descobrir alguma coisa. A vontade de resolver um problema e a vontade de pesquisar sobre aquilo. (...) O Brasil precisa ser um país com mais empreendedores. Não que a gente precise de mais empresários (...). Então, sim, um empreendedor pode ser formado.

Thiago Matsumoto: Eu acho que a nossa cultura penaliza muito o erro. Ela penaliza muito o sair da caixinha. Mas empreender é sair da caixinha. É fazer algo novo, que seja disruptivo no mercado. Acho que todo mundo nasce empreendedor na vontade de querer fazer algo (...). Só que nós nos padronizamos. A própria educação nos faz isso, nos padroniza. Aí não nos formamos empreendedores. Somos formados em caixinhas para serem amontoadas dentro de uma empresa (...). Vejo que podemos ajudar também na educação, fazer com que a pessoa se torne empreendedora. Não que ela seja necessariamente dona de uma empresa, mas que ela tenha objetivos, um sonho em ser empreendedor, uma veia empreendedora.

Entrevistadores: Inovar é uma meta que todos os empreendedores deveriam buscar ou inovar é somente para os que têm maior propensão e facilidade com a criatividade e a inovação?

Luiz Schimidt: Hoje, se a gente não inova, a gente está fadado a morrer em pouco tempo (...). A gente não viu, porém mais um ano já passou. Estamos quase no meio do ano e quantos negócios começaram em janeiro? Falamos: nós vamos vender; e até agora não estão vendendo nada. A gente não deixou de consumir nossas coisas. Estamos consumindo os produtos de quem provoca a nossa atenção. É cada vez mais difícil provocar a atenção. Sem inovação vai ser muito mais difícil ainda. Quantas pessoas estão inovando agora no celular? Quantos negócios estão agora pulando a cada hora na tela? Você não quer saber daquilo. Tudo depende de como as coisas chamam a sua atenção. O que tem mais conexão com a vida de vocês. Inovar é necessário em todas as áreas, independentemente do tipo de negócio em que você esteja (...). Se não tivermos a atenção dos clientes, estamos fadados a morrer.

Thiago Matsumoto: Inovar é para qualquer um (...). Entretanto, para o empresário brasileiro, até pela crise no momento, é difícil inovar. Porque tem que ter faturamento, novos mercados e os concorrentes estão muito fortes. (...). A saída é o contato com as startups e com as universidades (...). Quando se começa a ter criatividade e inovação, não tem volta (...) porque você vai criando coisas, novos projetos e inovando internamente. (...). Mas não adianta somente o CEO, o dono da empresa ser inovador. Os colaboradores também têm que ser. Não é só o dono da empresa participar dos eventos de startup. (...). Só o dono ir e todo o restante da equipe não, porque, “se eu sair, eu não vou fazer meu relatório” (...). Todo mundo tem que ter essa necessidade de inovar. Isso requer uma mudança de cultura e até do próprio comportamento. Como se cria essa veia empreendedora? Isso também é difícil. A nossa cultura é muito disso de se formar na faculdade e depois trabalhar empregado em uma empresa. (...). O meu propósito é levar empreendedorismo e inovação para um monte de gente. Às vezes eu não ganho nada, eu vou para Belém, só pago os meus custos. Então fica aquela mensagem: “eu vou varrer minha calçada; se todos varressem a sua calçada, a rua ficaria limpa”. (...) A gente tem essa bandeira, que é levar o empreendedorismo e a inovação para quanto mais gente puder. Quanto mais me derem microfone, mais eu vou falar de startups e de inovação.

Entrevistadores: No Brasil, universidades, empresas e governos costumam atuar como “castelos” bem separados, com suas prioridades, projetos e *timings* guardados em “masmorras” próprias. O chamado “modelo tríplice hélice (*triple helix model of innovation*)”, adotado em países mais avançados, centrado em torno de projetos nacionais e regionais estratégicos, busca aproximar as três partes desde a chamada pesquisa básica até a pesquisa aplicada e o *business* propriamente dito. Que ações você sugere para que um modelo dessa natureza possa se reproduzir no Brasil?

Luiz Schimidt: Agora não é mais a universidade somente como uma produtora de conhecimento para colocar no mercado. Ela também é uma grande produtora de solução de problemas, para ser absorvido em qualquer uma das empresas. O que esse modelo sugere é que as Universidades estejam abertas para resolver o problema da indústria e que a indústria esteja aberta a procurar as Universidades para resolver o seu problema; e o governo deve criar um ambiente propício para que essa relação seja facilitada. Nós temos as instituições no Grande ABC há muito tempo (...) mas cada uma em seu sítio. Falta só a gente criar um túnel para uni-las. Ou seja, fazer com que as Universidades entendam que elas podem resolver problemas, os problemas da Indústria (...). As indústrias também precisam saber o que elas precisam (...) e procurar universidades locais para resolver um problema que ela tem. Acho que há um problema de comunicação a ser enfrentado; superando-o, o resto é mais facilitado.

Thiago Matsumoto: Vejo que as empresas têm que sentir que isso dá certo. A partir do momento que o empresário vê que é legal se conectar com a universidade, conectar-se com o governo e que isso dá resultado (...). Cabe as universidades, as empresas e os governos criarem políticas para isso. Por exemplo, na PEC das Startups, que está para sair, o Governo está enfatizando isso: a universidade estimulando seus professores e pesquisadores a conectarem seus projetos com

inovação. A empresa também tem que entender que, implementando isso, ela está contribuindo e fazendo inovação. Para funcionar, a tríplice hélice, assim como qualquer hélice, tem que estar no mesmo tamanho. Se uma hélice estiver menor que a outra, ela não consegue girar. Não adianta nada o governo querer e a universidade e o empresário, não. Pelo conceito de tríplice hélice, eles têm que andar unidos e no tamanho certo. Volto à mensagem anterior: cada um deve “varrer a sua calçada”. Conforme isso se dê, vamos fazer mais ações e junções entre as partes. A Universidade de Lisboa entendeu isso e chamou poder público e empresas e, juntas, decidiram fazer algo.

Entrevistadores: Tomemos aqui como exemplo a Universidade Municipal de São Caetano do Sul, a USCS, com quem vocês, do ITESCS, estão conversando e buscando fazer parcerias. O que você sugere em termos de ações, visando à criação deste “túnel”. Que sugestões concretas você daria para constituir esse modelo tríplice hélice?

Luiz Schimitd: Primeiro começar a conexão envolvendo a indústria local. A universidade tem que ter um comitê previamente estabelecido, para que possa buscar e captar nas indústrias locais os problemas a serem resolvidos. Os professores têm que estar nesse comitê, de modo que estejam bem qualificados para resolver o problema da indústria. Não só qualificados tecnicamente. Isto (...) para que eles tenham uma atenção plena para o projeto, de modo mais funcional dentro da universidade para captar a indústria (...). E que a universidade busque as indústrias e fale com elas: “Temos aqui um pessoal pronto para resolver problemas; vocês têm algum problema para que ajudemos a resolver?” Criar um comitê; criar um fórum, chamando essas Indústrias, para que elas conheçam esse trabalho, que foi previamente desenvolvido; eventos para que as indústrias possam tomar conhecimento do portfólio de serviços que a universidade está disposta a resolver. Primeiramente, trata-se de um trabalho interno para montar esse portfólio. Depois, um trabalho de divulgação. Temos uma estrutura pronta para o resto. Não é uma questão de formatar inteiramente o produto, projetos prontos para serem vendidos como soluções.

Entrevistadores: Na sua experiência, qual a maior necessidade das empresas que já atuam no mercado em termos de inovações e soluções para os seus desafios concretos? É na área da tecnologia, gestão de pessoas e recursos, mudança de valores culturais...?

Luiz Schimitd: Nós, do ITESCS, estamos desenvolvendo um projeto para qualificação de mão de obra de empresas de tecnologia junto com escolas, porque tem uma demanda de trabalho dentro das áreas de tecnologia, mas falta mão de obra qualificada para isso. Segundo informação do Sindicato das empresas de informática, somadas as vagas existentes no Brasil mais de 400 mil vagas poderiam ser preenchidas. Mas não se tem capital intelectual para isso. Por conseguinte, uma grande demanda que se tem de empresas é captar pessoas formadas, com conhecimento técnico bom e pronto. Quando a gente fala de gestão de pessoas, de mudanças, de recursos e de valores, eu não vejo que há uma grande mudança de valores. Eu vejo que se abre uma perspectiva para um jovem, por exemplo, de escola pública do Brasil, de qualquer um desses lugares. Ele pode passar de um patamar de salário base para um salário melhor e ter uma qualidade de vida melhor. Talvez ele não tenha essa visão. Digo isso porque eu vim de escola pública. Só tive essa visão porque eu tive contatos com famílias que tinham ou que me falaram: “ou você estuda ou você vai ficar aqui”. E eu resolvi estudar. Então, eu acho que esta provocação, principalmente, com o ensino público de base, é fundamental, para que esses jovens possam entender e procurarem essa formação intelectual. Temos grandes cursos públicos que já oferecem esse conhecimento. Às vezes falta o interesse dos jovens para isso. Mas falta porque não tem pessoa ativa ou o jovem ainda não está vendo. Hoje a demanda é o capital intelectual novo para trabalhar na indústria. Para chegar aí, para trabalhar nas empresas de inovação, tem que fazer um trabalho na base, não tem jeito.

Thiago Matsumoto: Considero que todas as áreas precisam inovar; todas as áreas necessitam de inovação. Aquilo que “sempre foi assim”... a gente consegue mudar. Só que agora são pessoas mais qualificadas e gabaritadas que mudam. Por exemplo, a startup Contabilizei. Foram contadores que montaram essa Startup. Não foi preciso inovar na contabilidade. Então, conforme as pessoas são mais qualificadas, se criam as startups, as empresas com a tecnologia, as pessoas e os recursos.

Entrevistadores: Você acha que esse empresariado, dos mais diferentes setores, está preparado para trabalhar com as startups? Há resistências? Quais?

Luiz Schimitd: É muito difícil para a empresa grande e média receber uma startup. É como se você fosse pegar um ovo delicado e colocar na bolsa de um elefante, para ele andar. Há um pintinho aí dentro que você tem que cuidar. Você coloca uma inovação em um ambiente que muda a burocracia do ambiente. Claro, vão sufocar aquilo. Eu até ouvi de uma grande empresa trabalhando com inovação, que me falou assim: “não dá para dar cavalo de pau em transatlântico”, que é a grande empresa. O cenário que se propõe é de botes que buscam inovação e levam para o transatlântico. Não são todas as empresas que estão preparadas. Pouquíssimas estão. Tem que ter pelo menos algumas pessoas (...) prontas para captar inovação e a sua cultura interna pronta para receber essa inovação. (...) Não adianta nada você ter aquela pessoa que vai lá com um monte de coisa nova e, quando entra, a cobrança é a mesma, a meta é a mesma. Muitas vezes a meta não está relacionada à inovação (...). É importante que as grandes e médias empresas tenham as suas áreas de inovação como centro da sua mudança. E a inovação sendo aberta: um hackathon feito dentro da empresa. Trata-se de uma mudança cultural.

Entrevistadores: Esse departamento de inovação das empresas que “vai lançar o bote” trazendo as ideias de startups, você acha que o melhor caminho é a Arena Aberta de Inovação? Ou seja, um encontro entre a grande empresa com os seus problemas e as startups, universidade e outros atores e instituições.

Luiz Schimitd: Esse é um grande desafio. Ter uma arena aberta de inovação. A indústria estar pronta para colocar seus problemas “à mesa”. É fundamental que a indústria tenha um pessoal pronto para pegar esses problemas e soluções desenvolvidos por uma startup e levar para dentro da indústria; comprar e levar para dentro da empresa (...). Essa é a grande dificuldade da grande empresa: colocar o seu nome associado a uma startup, que irá ajudá-la a resolver o seu problema. E o desafio da startup é chegar na grande empresa e conseguir validar esse problema que a startup está se propondo a resolver. (...). Por exemplo, uma startup que foi conosco para uma missão em Portugal no ano passado. Ela se propôs a resolver um problema de uma grande indústria. Apresentou como solução um óculos, pelo qual você olhava a máquina, e ele dizia o status da manutenção da máquina, qual era o nível de óleo etc. Foi grande a dificuldade para ele chegar à grande empresa, do gestor de área até o CEO. Há um custo até que ele consiga.

Entrevistadores: E a empresa, sob o ponto de vista do direito à propriedade intelectual?

Luiz Schimitd: Nós temos, dentro do quadro de associados, alguns que são advogados. Eles estão preparados para trabalhar com esse tipo de discussão, seja com a internacionalização das startups, seja na relação dela com a indústria. Eles já estão entendendo esse mercado, como funciona. A gente acaba indicando, o que não é propósito do ITESCS. Mas estas empresas são associadas e prestam esse tipo de serviço. (...) Quando a gente fala em contrato de startup, tem alguns termos específicos, que foram criados no mercado de inovação e que geram e tranquilidade no contato com a indústria. Já existem algumas cláusulas de grife, que são cláusulas específicas para isso.

Entrevistadores: Qual é a importância da constituição de um (ou mais) Parque Tecnológico no ABC para o ecossistema de inovação regional? A seu ver, como deveria funcionar, na prática, um Parque Tecnológico no ABC, isto é, setores e projetos prioritários, interação com as universidades, startups etc?

Luiz Schimitd: É muito importante um parque tecnológico para que a gente tenha densidade nos projetos desenvolvidos. Como eu acredito que isso deve funcionar na prática? Primeiro, após ter constituído o parque, digo o parque fisicamente ou não, captar projetos para serem desenvolvidos (...). De uma maneira geral, deve-se comunicar à sociedade que existe esta atividade no parque. Com esses projetos captados, a gente começa a usar as universidades do Brasil, as startups, os empreendedores, visando resolver esses problemas... É como eu vejo que acontece em outros lugares. Primeiro, eles começam com uma densidade de eventos tratando da temática da inovação (...), trazendo grandes nomes para a discussão, montando fóruns, oferecendo a conexão com os

agentes que a gente tem na região. Fazer um debate com as universidades sobre o problema na educação. Um debate com a indústria sobre o problema na indústria. E, é claro, montando um corpo de profissionais prontos para captar esses projetos e repassar esses projetos para os agentes do ecossistema (...). O parque tecnológico tem que ser o conector. Ele não desenvolve o projeto necessariamente lá dentro. Ele vai conectar esse projeto para ser desenvolvido talvez pela USCS, pela Mauá, UFABC, FEI. Onde tiver mais aderência com aquele projeto. Às vezes é um projeto para a gente desenvolver com o SENAI. É importante também constituir um grande “hub” de conexão entre os parques tecnológicos. Vejo que eles funcionam bem como um grande concentrador de informação e um grande conector de pontas. Porque ele não vai fazer sozinho. Tem que conectar o ecossistema mesmo.

Thiago Matsumoto: Vejo que para montar um parque tecnológico tem que ter uma estratégia muito bem forte com a cidade e com as demandas das empresas. Estive em vários parques tecnológicos fora da cidade de São Paulo. Às vezes era afastado da região metropolitana. Por questão do espaço onde foi cedido, as pessoas não conseguiam acessar. O Parque Tecnológico tem que estar muito atrelado a cidade e com a política de desenvolvimento local. Eu acho que não precisa ser algo exatamente grandioso. Acho que dá para começar a pensar como se fosse uma startup, começar com o MVP e coisas pequenas. Aí sim o parque vai aos poucos tomando uma projeção maior (...) que tenha áreas de aluguel para as fábricas. Como ocorre em vários modelos. Eu vejo que o ABC e as diversas prefeituras estão criando leis para ter seu parque tecnológico e aproveitar todos os incentivos que o governo estadual e federal está dando neste sentido. Esse parque tem que ser aberto para qualquer pessoa, startup, empresa, que queira acessar e participar, contribuir. Tome-se como “benchmarking” o modelo da Acate, que é uma associação de empresas de Florianópolis. Lá eles têm o Parque Tecnológico. E como foi feito isso? Eles tinham um prédio e uma associação comercial que era apoiada pelo governo. Não tinha muito o que fazer. Então, o que eles fizeram: um projeto de três anos, onde as startups poderiam fazer o que queriam desse prédio. E isso deu muito certo. As startups começaram a povoar e a melhorar o prédio. Hoje, se formou algo maior do que Acate. As empresas gigantes estruturaram-se numa entidade fora da acate. Mas ainda são as startups que gerenciam e trazem melhorias para esse prédio. (...).

Entrevistadores: O ITESCS vem promovendo parcerias e intercâmbio entre investidores e startups do Brasil e de Portugal. Como essa interação e troca de experiências poderia ajudar a fortalecer a Região do Grande ABC Paulista?

Luiz Schimidt: Já tem ajudado e a gente acredita que vai ajudar bem mais. Eu estive em Portugal no ano passado. Estive em uma universidade que se chama INOVA. Essa universidade é totalmente em inglês. Ela começa com um conceito diferente. Ela é uma universidade pública com certo valor a ser pago. Quem paga é a indústria. A indústria paga para resolver um problema dela. Então, o formato é totalmente diferente. Parte do subsídio é a indústria que paga. Então, tem a sala Oracle, a sala Google... Só que elas estão ali para resolver os problemas que a própria Oracle, a própria Google propõe. Então, o aluno já chega para resolver um problema que a indústria já colocou. Ela tem um conceito muito bem aplicado (...). Que ensinamentos isso traz para a nossa região? A gente tem aqui algumas conexões. O ITESCS está retomando algumas dessas parcerias juntamente com Portugal. A gente tem tido o interesse de alguns empresários que querem se internacionalizar. (...). É muito importante que a gente tenha esse pensamento de que eu posso resolver um problema no mundo inteiro, se eu for validar isso no mundo todo. Assim, será que o problema que existe aqui, Nova Iorque também tem? Vamos conectar com o ecossistema de lá, para saber se eu posso validar isso por internet. Às vezes, eu posso. Eu consigo validar. (...) Hoje a gente já tem conexão com um parque de eletro-mobilidade em Lisboa para resolver problemas de lá. A gente já sabe que, se eu tenho um problema aqui, nós podemos validá-lo com eles lá. É importante primeiro a gente ter a noção de amplitude mundial que os nossos problemas podem ser resolvidos, a conexão com outros ecossistemas para oferecer esse caminho e oferecer essas validações. Então, essa ponte pode ajudar a fortalecer a Região do Grande ABC, oferecer um pensamento que a gente pode e deve ser mundial e que a gente tem conexões perfeitas para isso.

Thiago Matsumoto: A minha a empresa, chamada Atlantic Hub (na tradução é Hub do Atlântico), é exatamente isso: uma relação entre Brasil e Portugal. Eu falo muito sobre transcultura para uma

empresa que dá certo. Se eu pegar uma empresa que dá certo, por exemplo, eu não posso levar ela “fechadinha” para Portugal. Eu tenho que saber da cultura. Assim como uma empresa de Portugal não pode vir diretamente para o Brasil. Tem que haver uma tropicalização. Vou dar um exemplo de uma empresa que foi para lá, que é de venda de açaí. O açaí deu muito certo aqui no Brasil, porque as pessoas vêm como uma parte da cultura gourmet aqui no Brasil. Só que lá, quando o açaí chega a Portugal, o açaí é mais um sabor de sorvete. O português vê que é um sabor de sorvete gostoso, legal, mas é sorvete. E aí várias empresas já foram para lá e não deram certo. A Oakberry foi agora, revolucionou o conceito, e estão conseguindo entrar no mercado, porque entenderam o que os portugueses querem e como se posicionar. E é isso que a Atlantic Hub faz: ajuda o brasileiro a como entrar em Portugal; e, no caso dos portugueses, como vir para o Brasil. É isso que a gente faz, mas a gente fala muito que não é para deixar as operações aqui no Brasil e abrir em Portugal. E, sim, aumentar os seus recursos, aumentar a sua oferta de mercado. Você atua no mercado aqui e se expande, melhora o seu posicionamento. Você consegue aumentar o conhecimento tecnológico entre os colaboradores. (...). É muito fácil um colaborador ir para outra empresa. Quando você tem uma empresa com filial em Portugal, por exemplo, você pode falar para ele que, trabalhando aqui, depois de um ano a gente pode mandar você para Portugal, para ficar um tempo lá. Aí você retém os seus colaboradores, eliminando o êxodo, promovendo o intercâmbio do ABC com Portugal. É muito bom isso. Eu sempre falo nas minhas palestras, que eu sou brasileiro, japonês, que tem uma empresa em Portugal. Essa mistura dá muito certo para as empresas.

Entrevistadores: Quais as características que você vê na Região do Grande ABC que podem contribuir com essa parceria? Isto é, tanto nacional como internacionalmente.

Luiz Schimidt: A gente já tem metal-mecânica, química, logística, embalagens, borracha, o desenvolvimento de tecnologia local, que faz isso aqui e vende via mercado comum. Mas esse desenvolvimento de tecnologia das indústrias locais - na química, por exemplo - não serviria para resolver problemas no mundo todo? Uma startup pode se propor a resolver problemas na área química (...). Então as características que eu vejo aqui é que nós temos o conhecimento de várias cadeias industriais que o mundo inteiro precisa. Só que hoje a gente produz só parte dessa manufatura. Eu poderia desenvolver o projeto aqui. Este é o grande valor do negócio. A gente tem, principalmente no Grande ABC, muitos projetos da metal-mecânica que são desenvolvidos aqui e são escolhidos na região pelo know-how pelo capital intelectual. Isso tem que se ampliar. Temos que ter essa provocação do que podemos desenvolver de tecnologia aqui. E não simplesmente deixar a tecnologia que nasce aqui ir para outro lugar. Tirar o protagonismo regional, que acontece bastante, infelizmente.

Thiago Matsumoto: O Grande ABC tem esse “DNA” de inovação das engenharias e das universidades. É um grande formador de pessoas qualificadas. Isso contribui muito. Essa “pegada” de inovação, aliada a um pólo tecnológico aqui, isso será muito bom para o ABC. Temos que continuar com uma política forte nas Universidades, tanto privadas quanto públicas, para que cresça isso. Devemos ter esse posicionamento das universidades. Os alunos que se formam na universidade devem continuar aqui no ABC e depois vão para o mundo.

Entrevistadores: O ITESCS está ajudando a USCS a realizar hackathons com os alunos de todas as faculdades e cursos que compõem a Universidade, ajudando a resolver desafios colocados pelas coordenações das áreas. É intenção da Universidade uma maior presença do empreendedorismo nas grades de todos os cursos. Neste sentido, que ações você recomendaria para o sucesso desta empreitada?

Luiz Schimidt: A gente está se propondo a levantar soluções para os problemas da vida cotidiana, soluções estas propostas pelos alunos através da metodologia de hackathon. Esta discussão sobre o empreendedorismo deve fazer parte de uma grade que “costure” todos os cursos. (...) A gente quer fazer com que o aluno tenha vontade de participar, empreender. Mas esse pensamento empreendedor que se está tendo nos hackathons tem que fazer parte do dia a dia. O que a gente não pode fazer é um hackathon, no qual o aluno vai ver uma realidade, mas, no dia a dia do seu curso, aquilo não faz sentido para ele. Esse é um grande receio: que a gente gere um choque entre inovação e academia, entre hackathon e aula. Essas coisas têm que ficar mais ou menos alinhadas.

A aula é a base para inovação. Sem o conhecimento ele não vai ter capacidade intelectual para inovar. Mas a inovação tem que fazer parte do dia a dia da universidade, seja em um desafio final de curso, seja num projeto integrado que vai se conectar por meio do empreendedorismo.

Thiago Matsumoto: A pergunta é (...) como levar a inovação para as escolas e universidades? Não adianta só o departamento de inovação falar de inovação dentro da universidade. Não adianta só um departamento, uma área, tratar de empreendedorismo e inovação. (...) Agora a universidade está (...) oferecendo curso de empreendedorismo. Você tem que ter toda a instituição participando de certa forma, o assunto deve ser institucional. A Reitoria tem que estar à frente disso. Os professores devem ser capacitados a entender disso. Assim começa a se formar uma cultura empreendedora. Não adianta impor. Tem que estar na cultura. Como fazer com que essa cultura empreendedora vá se alastrando entre os alunos? Tem que ser uma estratégia viral. E aí sim fazer cursos, ações estruturadas para receber e perceber essas demandas. A USCS está num caminho muito correto ao trazer os professores e alunos para essas ações. E não só isso. Haverá a fase do apoio ao surgimento de startups. Um exemplo que eu posso dar refere-se à Universidade Inova, em Lisboa. Lá eles perceberam a importância dessa veia de inovação e empreendedorismo. Eles mesmos conseguiram fazer esse modelo triplice hélice dentro da Universidade. A própria universidade é um laboratório para as grandes empresas trazerem para dentro dela os seus problemas. Os TCCs são para ajudar essas grandes empresas. Alguns prédios e departamentos são patrocinados pelas empresas e isso ajuda muito. Essa conexão, quando tem uma empresa que desenvolve um produto, o campo de teste é a própria universidade. O campus é um hub de conexões de pessoas que querem fazer novas startups.

Entrevistadores: Qual a importância de se levar aos estudantes uma educação empreendedora? No que isto contribui a eles a curto e médio prazo?

Luiz Schimidt: Eu tenho visto algumas universidades e até colégios colocando o empreendedorismo como parte dos seus conhecimentos e de seus cursos. Por que isso? A gente entende que a universidade não forma só empreendedores para que eles tenham as suas empresas. Mas para que eles tenham um mindset, uma forma de pensar empreendedora. Isso é fundamental, mesmo para quem é empregado. (...) Seja como empregado, seja como empreendedor. Isto, para que, no seu dia a dia, ele possa buscar a melhor vantagem, a melhor relação custo-benefício para a sua empresa. Se você falar disso no setor público, você vai ver como é drástico. A gente tem ótimos servidores. Só que às vezes falta um conhecimento sobre empreendedorismo, sobre sua aplicação de uma forma diferente. No ambiente corporativo, também temos grandes empresários que não olham a empresa com um olhar empreendedor e sim com um olhar restrito à atividade dela. É o olhar holístico que é o grande ganho do empreendedorismo.

Entrevistadores: Gostaria de acrescentar algo a entrevista?

Luiz Schimidt: A única coisa que a gente gostaria de acrescentar é que muitas indústrias que estão no Grande ABC existem há mais de 30 anos, 40 anos. Inovar é algo que, sem sair da zona de conforto, não acontece. A gente tem muito empreendedor, muito empresário da Região, reclamando do contexto econômico. Mas eles não fazem cursos de capacitação, não procuram a universidade para resolver um problema; não procuram uma startup para ver o que ela oferece de soluções. Nem sequer o cliente dele é consultado, para ver o que o cliente acha do produto ou serviço. Às vezes, o cliente dele já está olhando a concorrência e falando “nossa, antes eu pagava 500 reais para fazer isso; agora eu pago 59,90 reais por mês a uma startup o cara faz a mesma coisa” e fala “eu vou trocar”. Então aquele primeiro empresário reclama da economia. A inovação começa a partir de a pessoa aceitar e querer sair da zona de conforto. Aqui, no ABC, temos uma característica que eu acho muito bacana: muitas empresas vão passando de geração para geração. A gente tem a geração que nasceu nos anos 1980 e 1990 e que está assumindo agora com uma cabeça diferente. Está havendo um choque entre o contexto de inovação mundial e a observação regional. Muitos daqueles tornos CNCs que ainda há na indústria funcionavam muito bem em 2008. Agora, boa parte já é feita por importação e exportação. O filho fala para o pai: “poxa, mas a gente poderia inovar aqui”. Mas o pai fala: “não, isso aqui já existe há 30, 40 anos”. Inovar é isso. É você sair da zona de conforto. Temos muita história e densidade das instituições da Região. Só falta a vontade de inovar.

Jefferson José da Conceição. Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Professor Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: www.blogdojeff.com.br. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.

Gisele Yamauchi. Economista formada pela USCS. Turismóloga pela Universidade São Judas Tadeu. MBA Empresarial e Industrial pela USCS. Mestranda. Foi bolsista pelo Governo Japonês em Programa de Extensão da Japan International Cooperation Agency (JICA), no curso de Kaizen e 5S's. Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/4460896561663794>.

Ana Paula Lazari Ferreira - Formada em Jornalismo (2004) pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), com pós-graduação em Comunicação (Master Business Communication), pela mesma Universidade. Atua profissionalmente na USCS, como Assessora de Imprensa desde 2012.

Interessados em ler também as Cartas de Conjuntura anteriores do CONJUSCS podem acessar os links abaixo:

1ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/lancamento-conjuscs/>

2ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-2a-carta-de-conjuntura/>

3ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-3a-carta-de-conjuntura/>

4ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-4a-carta-de-conjuntura/>

5ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-5a-carta-de-conjuntura/>

6ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-6a-carta-de-conjuntura/>

7ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-7a-carta-de-conjuntura/>

Notas técnicas da 1ª Carta de Conjuntura:

1. O PIB DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição*
2. EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS E DOS ESTABELECIMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
3. EMPREENDEDORISMO: A EXPANSÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA, 2009-2017- *Jefferson José da Conceição*
4. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*
5. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, 1998 – 2017 - *Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
6. A PRODUÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO GRANDE ABC PAULISTA - *Álvaro Francisco Fernandes Neto, Antonio Aparecido de Carvalho e Ricardo M. Kawai*
7. GUIDANCE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E O MOMENTO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES - *José Turíbio de Oliveira*
8. A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul - ITESCS*
9. INDICADORES INPES - *Daniel Giatti*

Notas técnicas da 2ª Carta de Conjuntura:

1. PERSPECTIVAS DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS MUNICIPAIS COM SAÚDE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA À LUZ DAS REGRAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 - *Francisco R. Funcia*

2. INFLAÇÃO: OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE DO PAÍS E DO GRANDE ABC PAULISTA - *José Carlos Garé*
3. O VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO GRANDE ABC PAULISTA E A ATUAL RETRAÇÃO CÍCLICA DA ECONOMIA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
4. A COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
5. FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2017 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*
6. A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E O MERCADO DE CAPITAIS - *Ricardo Makoto Kawai*
7. FORMAÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro de Souza e Rubens Topal de C. Bastos*
8. FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro de Souza*
9. GESTÃO DE RISCOS (RISK MANAGEMENT) E SUAS APLICAÇÕES NA GESTÃO CONTEMPORÂNEA: SUBSÍDIO PARA O DEBATE ENTRE AS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA- *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
10. “SMART CITIES” E INVESTIMENTO PRIVADO NA “INDÚSTRIA 4.0” DO GRANDE ABC PAULISTA - *Daniel Vaz*
11. A FORÇA AÉREA BRASILEIRA E O PROJETO GRIPEN: POTENCIAL E DESAFIOS DO GRANDE ABC PAULISTA PARA PROMOVER EMPREGO E RENDA - *Volney Gouveia*
12. PERFIL DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
13. CARACTERÍSTICAS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO GRANDE ABC PAULISTA - *Álvaro Francisco Fernandes Neto e Antônio Aparecido de Carvalho*
14. O ECOSSISTEMA DE STARTUPS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA- *Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul- ITESCS)*
15. CONSUMO DE CARNE NO BRASIL E NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
16. PERFIL DOS PESCADORES DA COLÔNIA DE PESCA Z1 DO RESERVATÓRIO BILLINGS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO À DOR CRÔNICA OCUPACIONAL - *Beatriz Tauany Silva, Dariane Beatriz Marino Cardoso, Bianca Martins dos Santos, Julia Fontanezzi Sacramento Veltri Costa, Maria Eduarda Amaral Vieira e Rafael Fassina*
17. INDICADORES DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO GRANDE ABC INPES/USCS (2009-2017) - *Daniel Giatti*

Notas técnicas da 3ª Carta de Conjuntura:

1. A ‘VIA CRUCIS’ DOS PEDIDOS DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS: O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2012 E 2018 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*
2. A INDÚSTRIA DIANTE DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA: MARGEM DELUCRO DO SETOR PRODUTIVO VERSUS RENTABILIDADE NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*

3. O CONSUMO DO GRANDE ABC PAULISTA NO RANKING NACIONAL 2018 - *Jefferson José da Conceição*
4. A INDÚSTRIA AEROESPACIAL E O SEU POTENCIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO GRANDE ABC PAULISTA - *Volney Aparecido de Gouveia*
5. UM AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO - *Volney Aparecido de Gouveia*
6. PROGRAMA AUTOMOTIVO ROTA 2030: UMA OPORTUNIDADE PARA A ÁREA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - *Daniel Vaz*
7. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NO SÉCULO XXI: COMPOSIÇÃO SETORIAL - *Roberto Vital Anau*
8. COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS IMPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
9. A DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES NA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR): UMA PROPOSTA PARA DISCUSSÃO - *Ricardo Makoto Kawai*
10. DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE LEIS DE INCENTIVO A STARTUPS EM NÍVEL MUNICIPAL - *Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul – ITESCS)*
11. CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO: OPORTUNIDADE PARA EMPRESAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
12. ANÁLISE SETORIAL DO SALDO DE POSTOS DE TRABALHO NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2018 - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
13. COMPETÊNCIAS PARA O TRABALHO EM UMA NOVA ERA - *Orlando Mazzuli (Grupo G3 de Recursos Humanos)*
14. O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO GRANDE ABC PAULISTA: NÍVEL DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL, GÊNERO E RENDA - *Maria do Socorro Souza*
15. A “DESREGIONALIZAÇÃO” DO GRANDE ABC PAULISTA? - *Wendell Cristiano Lepore*
16. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA E SEU CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*
17. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS EM 2017: EFEITOS DA LIMITAÇÃO DE PAGAMENTOS IMPOSTA PELO “TETO” DE DESPESAS PRIMÁRIAS (EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016) - *Francisco R. Funcia*
18. EXPANSÃO DO NÚMERO DE IDOSOS: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
19. ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE QUALIDADE: CENÁRIO POSSÍVEL PARA O GRANDE ABC PAULISTA? - *Enio Moro Junior*

Notas técnicas da 4ª Carta de Conjuntura:

1. CENTRO REGIONAL PARA A COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CRECES), VINCULADO À UNESCO-IESALC: SEDE NA USCS / GRANDE ABC PAULISTA E OPORTUNIDADE DE AVANÇO NA COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO PAÍS - *Daniel Vaz*
2. O SÉCULO XXI E A NOVA ERA DO CAPITAL NO BRASIL: O DOMÍNIO DAS FINANÇAS SOBRE A INDÚSTRIA, O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS - *Jefferson José da Conceição e Ricardo Kawai*
3. CONHECENDO O “SUPERENDIVIDADO” DO ESTADO DE SÃO PAULO E TAMBÉM DO GRANDE ABC PAULISTA - *Vinicius Silva*

4. ESTIMATIVA DO PIB SETORIAL PARA O GRANDE ABC PAULISTA - *Érick da Silva Cortes e Lúcio Flávio da Silva Freitas*
5. A INEXISTÊNCIA DE UMA AGENDA URBANA DE LONGO PRAZO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Enio Moro Junior*
6. PARÂMETROS REFERENCIAIS PARA A ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - *Francisco R. Funcia*
7. OS PLANOS COLETIVOS DE SAÚDE DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA: UMA CRISE ANUNCIADA - *Maria da Consolação Vegi da Conceição*
8. O ENVELHECIMENTO EM FOCO NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL - *Irene Cantero Barone, Regina Albanese Pose e Tânia Fator*
9. ACESSIBILIDADE PARA O TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INDÚSTRIAS DO GRANDE ABC PAULISTA - *Edson Brunelli Rodrigues, Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
10. INDICADORES CRIMINAIS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2018 NO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena - Observatório de Segurança Pública da USCS*
11. INDICADORES CONCILIATÓRIOS DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE SÃO CAETANO DO SUL – CEJUSCS - *Rosana Marçon da Costa Andrade*
12. O GRANDE ABC PAULISTA EM BUSCA DA INOVAÇÃO: RICA EXPERIÊNCIA, DESAFIO EM ABERTO - *Roberto Vital Anau*
13. IMPACTO DAS TECNOLOGIAS EXPONENCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Paulo Roberto (ITESCS)*
14. A EXPERIÊNCIA DOS FAB LABS LIVRES DA CIDADE DE SÃO PAULO COMO MODELO PARA O GRANDE ABC PAULISTA - *Regiane Balestra Vieira*
15. COWORKING NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADE DE OCUPAÇÃO E RENDA - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
16. INDÚSTRIA 4.0: HORTOLÂNDIA E GRANDE ABC PAULISTA - *Alessandra Santos Rosa*
17. O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0: O CASO DAS OCUPAÇÕES RELACIONADAS À TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO 3D - *Maria do Socorro Souza*
18. O MERCADO ÁRABE DE CARNES E A CERTIFICADORA DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
19. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO HARAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – *Gleibe Pretti*
20. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM COMPARATIVO SOBRE O CONHECIMENTO DOS ITENS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ENTRE AS MPES DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E AS MPES DA REGIÃO DE GUARULHOS - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*
21. CONCEITOS DE AEROPORTOS, DESENVOLVIMENTO E GRANDE ABC PAULISTA: MODELOS PASSÍVEIS DE ADOÇÃO E PROPOSTA DE AGENDA - *Volney Aparecido de Gouveia*
22. O “ENFORCAMENTO FINANCEIRO”: EMPRESAS EM SITUAÇÃO PRÉ-FALIMENTAR, CRÉDITO, SPREADS BANCÁRIOS E ENDIVIDAMENTO - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*

Notas técnicas da 5ª Carta de Conjuntura:

1. ESTATÍSTICA, PESQUISAS E ELEIÇÕES - *Regina Albanese Pose e Daniel Giatti de Sousa*

2. UM ANO DE REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL E IMPACTO NO EMPREGO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
3. A DESIGUALDADE RACIAL DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO: BREVES CONSIDERAÇÕES - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Vânia Viana*
4. PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – USCS - *Rosana Marçon da Costa Andrade*
5. INDICADORES DE HOMICÍDIO BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*
6. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: O CASO DO CENTRO DE TRIAGEM DE COLETA SELETIVA DE SÃO CAETANO DO SUL - *Raquel da Silva Pereira, André Luiz da Silva e Maria Lúcia Soares do Amaral*
7. GESTÃO AMBIENTAL: ESTUDO COMPARATIVO DAS CIDADES DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, SÃO CAETANO DO SUL, SANTOS E SÃO VICENTE: MOBILIDADE URBANA E IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE TRANSPORTES - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*
8. NOTAS PRELIMINARES PARA O DEBATE EM TORNO DA PROPOSTA DE RETIRADA DAS DESPESAS COM PESSOAL DA SAÚDE DO CÔMPUTO DO LIMITE ESTABELECIDO PARA ESSAS DESPESAS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA OS ENTES DA FEDERAÇÃO - *Francisco R. Funcia*
9. REPASSES FEDERAIS E INTERVENÇÕES URBANAS NO GRANDE ABC PAULISTA: RECOMENDAÇÕES PARA UMA AGENDA PROPOSITIVA - *Enio Moro Junior*
10. TREINAMENTO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: OPÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO DO CRESCIMENTO DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
11. EMPREENDEDORISMO COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - *Luiz Lopes Schimidt* – *Presidente do ITESCS*
12. MOVIMENTO MIGRATÓRIO E CULTURA EMPREENDEDORA: ANÁLISE COMPARATIVA DO GRANDE ABC PAULISTA FRENTE ÀS DEZ CIDADES MAIS EMPREENDEDORAS - *Paulo Roberto Silva* – *Diretor do ITESCS*
13. A DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO NO BEM-ESTAR DA SOCIEDADE - *Vinicius Oliveira Silva*
14. A RECUPERAÇÃO DA EMPRESA NAS LEIS DE FALÊNCIAS DOS EUA E DO BRASIL: BREVE COMPARAÇÃO - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*
15. EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR NO GRANDE ABC PAULISTA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS CAUSAS - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
16. INDÚSTRIA 4.0: OFERTAS DE CURSOS SUPERIORES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro Souza*
17. OS NOVOS DESAFIOS NA GESTÃO DE PESSOAS: UM OLHAR ESTRATÉGICO NAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NO BRASIL - *Elaine Mattioli* – *Diretora de RH da Termomecânica e Executiva do Grupo G3 de RH*
18. IMPACTO ECONÔMICO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO NO GRANDE ABC - *Volney Aparecido de Gouveia, Natanael Cabral Nogueira e Mohamad Ali Malat*
19. VINTE E QUATRO MILHÕES DE EMPREGOS SERÃO CRIADOS NA ECONOMIA VERDE NO MUNDO ATÉ 2030: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO GRANDE ABC PAULISTA - *Regiane Balestra Vieira*

20. PERFIL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO GRANDE ABC PAULISTA E ESTRATÉGIA EXPORTADORA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato Ximenes de Melo*

Notas técnicas da 6ª Carta de Conjuntura:

1. GESTÃO REGIONAL: GLOBALIZAR OU REGIONALIZAR? AFINAL, “POR QUEM OS SINOS DOBRAM”? - *Joaquim Celso Freire Silva*

2. IMPACTO GLOBAL DA CRISE ECONÔMICA NA GRANDE ABC PAULISTA - *Luis Carlos Burbano Zambrano*

3. UM CAMINHO ALTERNATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO CAETANO DO SUL, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PARQUE AUSTRAL, NA GRANDE BUENOS AIRES - *Daniel Vaz*

4. FALÊNCIAS DECRETADAS POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA, 2015-2017 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*

5. O GRANDE ABC PAULISTA DE ACORDO COM O ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) 2018 - *Alessandra Santos Rosa*

6. O REAJUSTE MENOR DO SALÁRIO MÍNIMO: IMPACTOS NO BRASIL E NO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*

7. OS DESEMBOLSOS DO BNDES NO GRANDE ABC PAULISTA E SUA DISTRIBUIÇÃO CONFORME O PORTE DA EMPRESA - *Vinicius Oliveira Silva*

8. AS MUDANÇAS DA DIPLOMACIA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ORIENTE MÉDIO E SEUS REFLEXOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA - *Roberto Vital Anau*

9. GERAÇÃO DE VALOR COMO CONSEQUÊNCIA DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*

10. PRODUTOS DE MARCAS PRÓPRIAS: FATORES DETERMINANTES QUE INFLUENCIAM NA DECISÃO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DAS CIDADES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*

11. INDÚSTRIA 4.0: ENTREVISTANDO UMA ESPECIALISTA EM ESTRATÉGIA COMPETITIVA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - *Maria do Socorro Souza*

12. O QUE ESPERAR DO MUNDO DA TECNOLOGIA EM 2019 - *Luiz Schimidt (Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul - ITESCS)*

13. REDE FABLAB ABC - *Enio Moro Junior*

14. EMPREENDEDORISMO “60+” NO GRANDE ABC PAULISTA - *João Lucas Moreira Pires**

15. ANÁLISE TERRITORIAL E AMBIENTAL PARA DEFINIÇÃO DE ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM AEROPORTO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO - *Volney Gouveia*

16. GRANDE ABC PAULISTA: UMA REVERSÃO POSSÍVEL DA PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DAS CIDADES - *Luiz Felipe Xavier*

17. A RECEITA FEDERAL CRESCE, MAS O ORÇAMENTO DA SAÚDE CAI. O QUE FAZER? REVOGAR A EC 95/2016 E APROVAR A PEC 01-D/2015 COM NOVO MODELO DE AJUSTE FISCAL - *Francisco R. Funcia*

18. A LEPTOSPIROSE E OS SEUS ÍNDICES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Stefanie Sussai*

19. INDICADORES CRIMINAIS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*

20. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR COR / RAÇA NO BRASIL E A EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR NO GRANDE ABC PAULISTA, 2013-2017, COM BASE NOS INDICADORES INEP - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Vânia Viana*

21. ECONOMIA CRIATIVA E A NOVA SOCIEDADE EM REDE - *Aristogiton Moura*

22. CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERSECÇÕES COM O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO (USCS) - *Antônio Fernando Gomes Alves*

23. ROTATIVIDADE E PERFIL DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato X. de Melo*

24. GESTÃO AMBIENTAL, RECICLAGEM DE LÂMPADAS FLUORESCENTES E LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NO GRANDE ABC PAULISTA - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*

25. MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ACORDO DE PARIS E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE - *Vânia Viana*

Notas técnicas da 7ª Carta de Conjuntura:

1. OS DESAFIOS DO FUTURO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA E AS NEGOCIAÇÕES PELA MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NA FÁBRICA DA FORD EM SBC NA VISÃO DE UM DOS SEUS NEGOCIADORES – ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO INSTITUTO TID-BRASIL, RAFAEL MARQUES - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*

2. A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA PELA GENERAL MOTORS NOS ESTADOS UNIDOS E A FORTE INTERVENÇÃO DO ESTADO EM 2009 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*

3. A MUDANÇA NO PERFIL DO EMPREGO FORMAL DO GRANDE ABC PAULISTA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS, 1989-2017: COMO OS NÚMEROS DEVEM SER LIDOS - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*

4. UMA NOVA ERA DA MANUFATURA - *A new manufacturing era - Roberto dos Reis Alvarez*

5. PANORAMA DE ÁREAS CONTAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO GRANDE ABC, E A RELAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS COM A INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA - *Nathália Vegi Bohner e Ricardo Gallinaro Pessoa*

6. O GRANDE ABC ESTÁ PREPARADO PARA A MOBILIDADE COMO SERVIÇO? - *Daniel Vaz*

7. ANÁLISE DE IMPACTO ECONÔMICO DO AEROPORTO NO ABC PAULISTA NO CONTEXTO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA REGIÃO - *Volney Gouveia e Lucio Flávio da Silva Freitas*

8. NOVAS VERTENTES DA ECONOMIA, ECONOMIA CRIATIVA E MERCADO DE TRABALHO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Alessandra Santos Rosa*

9. REDE FABLAB JR. PARA O ENSINO MÉDIO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Enio Moro Junior*

10. DENSIDADE DE BANDA LARGA FIXA NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Paulo Roberto Silva*

11. “TOP OF MIND ABC”: AS MARCAS MAIS POPULARES ENTRE OS CONSUMIDORES DA REGIÃO - *Mauricio Mindrisz*

12. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*

13. INDICADORES CRIMINAIS DO QUARTO TRIMESTRE DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa*

14. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: AS TAXAS DO FEMINICÍDIO NO BRASIL, NO ESTADO DE SÃO PAULO E NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Daniela Bucci*
 15. MAUS TRATOS CONTRA CRIANÇAS NO GRANDE ABC PAULISTA E SEUS IMPACTOS - *Flavia Pereira dos Santos*
 16. INTOXICAÇÃO ALIMENTAR: RESULTADOS DE UMA AMOSTRA DE LOJAS NO GRANDE ABC PAULISTA DE UMA REDE DE FAST FOOD - *Cícera Cristina Vidal Aragão, Patrícia Aparecida Montanheiro, Bianca Matiello, Letícia de Souza Gonçalves, Nathália Ruiz Sinefonte e Rodrigo Ramos*
 17. ENTEROBACTÉRIAS E PARASITAS PRESENTES EM FRUTAS E HORTALIÇAS DE SUPERMERCADOS E FEIRAS LIVRES DE MAUÁ, SÃO CAETANO DO SUL E SÃO PAULO - *Cícera Cristina Vidal Aragão, Patrícia Aparecida Montanheiro, Beatriz Guedes de Moura, Priscila Silva Brandão e Sara Stefanie Ferreira Conceição*
 18. MORTES NO TRÂNSITO NO ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC - *Volney Aparecido de Gouveia, Natanael Cabral Nogueira e Mohamad Ali Malat*
 19. A EPIDEMIA DE DENGUE EM 2019 NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Stefanie Sussai*
 20. EXTENSÃO1 UNIVERSITÁRIA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MÃES DO JARDIM RINA E ADJACÊNCIAS - *Luis Felipe Xavier*
 21. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GERAÇÃO DE RECURSOS NO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA CIDADE DE GUARUJÁ: PROJETO CIDADANIA VIVA - *Márcia Célia Galinski Kumschlies e Sidnei Aranha*
 22. DESAFIOS NA INTEGRAÇÃO DO PLANEJAMENTO PROSPECTIVO COM O PLANEJAMENTO DO PERÍODO DO GOVERNO - *Gloria Patricia Ramirez Gálvis*
 23. MODERNIZAR, GOVERNAR E FAZER POLÍTICA EM TEMPOS LÍQUIDOS - *Aristogiton Moura*
 24. A INFLUÊNCIA DO USO DAS REDES SOCIAIS NO COMPORTAMENTO DAS PESSOAS - *Antônio Aparecido de Carvalho, Álvaro Francisco Fernandes Neto e Leonardo Birche de Carvalho*
 25. A EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS DO BRASIL: UMA ATIVIDADE COM REPRESENTATIVIDADE CRESCENTE NA ÚLTIMA DÉCADA - *Fernando Semenzato*
 26. CHINA, AMÉRICA LATINA, E A INICIATIVA “UM CINTURÃO, UMA ROTA” - *Adhemar S. Mineiro*
-

